



**INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL**

Cristiane Davina Redin Freitas

**A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS & IDEOLOGIA**

Porto Alegre

2014

Cristiane Davina Redin Freitas

**A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS & IDEOLOGIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia Social.

Orientador: Pedrinho Guareschi

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Redin Freitas, Cristiane Davina
A Assistência Social na perspectiva dos usuários:
Representações Sociais e Ideologia / Cristiane Davina
Redin Freitas. -- 2014.
176 f.

Orientador: Pedrinho Guareschi.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Usuários da Assistência Social. 2. Assistência Social. 3. Representações Sociais. 4. Círculos Epistemológicos. 5. Estado Brasileiro. I. Guareschi, Pedrinho, orient. II. Título.

Cristiane Davina Redin Freitas

**A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS & IDEOLOGIA**

21 de Março de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedrinho Guareschi – Orientador (PPGPSI – UFRGS)

Prof^ª. Dr^ª. Aline Reis Calvo Hernandez (UERGS)

Prof^ª Dr^ª. Berenice Rojas Couto (PPGSS – PUCRS)

Prof^ª. Dr^ª. Jussara Maria Rosa Mendes (PPGPSI – UFRGS)

Prof. Dr. Pedro Demo (SOL – UNB)

DEDICATÓRIA

Estou de volta pro meu aconchego,
Trazendo na mala bastante saudade.

[...]

É duro, ficar sem você vez em quando,

Parece que falta um pedaço de mim.

Me alegre na hora de regressar,

Parece que eu vou mergulhar

Na felicidade sem fim.

(De volta pro aconchego - Nando Cordel e Dominginhos)

À minha família

À Mãe e à Madrinha. Esta tese é fruto do desprendimento de suas vidas em função da minha. Obrigada por toda a doação e amor que têm por mim.

Ao meu pai adotivo, Pedrinho. Por me incentivar, por insistir, por me amar como se fosse meu pai e por querer o melhor para mim. Obrigada!

Ao meu pai biológico, David (*in memoriam*). Pelo amor que me deu enquanto pôde e que tanta falta me faz. Obrigada, foi muito bom o tempo que passamos juntos.

Ao meu amor

Emanuel. Por ser meu companheiro, por ter me ensinado a amar. Por ter suportado comigo esses meses intensos de escrita de tese, sempre alegrando nosso convívio.

AGRADECIMENTOS

Minha história e esse nome que ainda carrego comigo
Quando vou bar em bar, viro a mesa, berro, bebo e brigo
Os ladrões e as amantes, meus colegas de copo e de cruz
Me conhecem só pelo meu nome de menino Jesus...
(Chico Buarque – Minha história)

Aos professores doutores

Ao orientador Pedrinho Guareschi. Por compartilhar comigo sua sabedoria e por me privilegiar com seu tempo e disponibilidade.

À professora, co-orientadora, Fernanda Rodrigues. Por ter me acolhido afetivamente em Portugal e por ter me permitido participar da vida acadêmica da Universidade do Porto.

À Aline Hernandez. Pelo carinho com que sempre me recebes e com que aceitou meu convite para a banca.

À professora Berenice Couto. Por me acompanhar desde a banca do mestrado e por estar de novo comigo nessa empreitada.

À professora Jussara Mendes. Que me acolheu de braços abertos no serviço social da UFRGS e por compor a banca de doutorado.

Ao professor Pedro Demo, que muito me honra por sua presença em minha banca.

Aos amigos

Às amigas: Aline Accorssi, Denise Amon e Márcia Pedroso, que dentro de suas possibilidades, leram meus manuscritos e deram suas sugestões valiosas.

À Melissa Moura Mello que topou, na correria, corrigir a tese.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa e da UFRGS: Camila Gonçalves, Daniela Dias, Maria Isabel Lopes, Mariane Hartmann, Moisés Romanini, Priscila Detoni, Vinícius Pereira.

À minha psicoterapeuta Larissa Ulrich. Por me ajudar a crescer.

À Patricia Rick. Por ter cuidado das minhas somatizações durante a escrita da tese.

À CAPES pela concessão da bolsa de doutorado e pela concessão da bolsa de doutorado sanduíche no exterior.

E, por fim, e não menos importante, aos usuários da assistência social. Agradeço por compartilharem comigo suas vozes, suas vidas, suas dificuldades, seus saberes, seu afeto. Minha luta por vocês e com vocês não acaba aqui. Estamos juntos nessa, obrigada!

Eu não precisava mais tá aqui, tá!

Eu vim por causa da tua pesquisa.

É verdade, vim pra dar um apoio mesmo sabe, FALAR...

RESUMO

A tese propõe-se a analisar e a interpretar a representação social do usuário sobre a assistência social. Para tanto, foi utilizada a metodologia dos círculos epistemológicos, inspirados na teoria pedagógica dos círculos de cultura de Paulo Freire, que procura superar a dicotomia entre pesquisador-pesquisando. Como nos círculos de cultura, os pesquisandos participam ativamente do processo de pesquisa. Foram realizados nove círculos epistemológicos com os usuários, em três Centros de Referência de Assistência Social – CRAS de Porto Alegre RS, três em cada CRAS. Após a realização dos nove círculos epistemológicos, todas as informações foram transcritas, lidas, categorizadas a partir de sua dimensão semântica e analisadas à luz da Teoria das Representações Sociais. Da análise dos dados, foram construídos mapas representacionais com as categorias e subcategorias que revelaram os elementos centrais que constituem tal representação. Os resultados foram interpretados a partir de aportes teóricos de autores que trabalharam temáticas ligadas à assistência social. As contribuições dos usuários pesquisandos foram levadas em consideração na produção final da tese. A tese compõe-se de quatro capítulos organizados em forma de artigo. O primeiro apresenta o referencial teórico das representações sociais e discute a metodologia dos círculos epistemológicos mostrando as conexões entre eles. O segundo artigo, também teórico, trata da formação do Estado brasileiro e como sua estruturação influenciou as políticas de assistência social. O terceiro apresenta os resultados empíricos da representação social da assistência social na perspectiva dos usuários. Tal representação apresenta-se como contraditória revelando duas dimensões centrais, uma ideológica e outra crítica. No quarto e último artigo, também empírico, é enfatizada uma dimensão específica da representação social que se destacou das informações colhidas e que se julgou oportuno aprofundá-la: a representação social que os usuários revelaram sobre si mesmos. Tal representação revelou duas dimensões contraditórias, mas inter-relacionadas: por um lado os usuários discriminam-se como “bons” e “maus”; por outro, se reconhecem como iguais pertencentes a um mesmo grupo social e deixam entrever sinais de solidariedade, que oferece condições para a emergência de uma cidadania para além dos direitos.

Palavras-chave: representações sociais, assistência social, círculos epistemológicos, representação social dos usuários da assistência social

ABSTRACT

The dissertation proposes to analyze and interpret the social representation of the user about social assistance. The methodology of epistemological circles inspired by the educational theory of cultural circles of Paulo Freire was used, which seeks to overcome the dichotomy between researcher and research subject. As in the circles of culture, the research subjects actively participate in the research process. Nine epistemological circles were conducted with users in three reference centers of Social Assistance-CRAS of Porto Alegre RS, three in each CRAS. After the completion of the nine epistemological circles, all the information was transcribed, read, categorized from its semantic dimension and analyzed in the light of the theory of social representations. From the data analysis, representational maps were constructed with the categories and subcategories which revealed the central elements that constitute such representation. The results were interpreted from theoretical contributions of authors who worked on welfare-related themes. Research subject users' contributions were taken into consideration in the production end of the dissertation. The dissertation consists of four chapters arranged in article form. The first presents the theoretical framework of social representations and discusses the methodology of the epistemological circles demonstrating the connections between them. The second article, also theoretical, deals with the formation of the Brazilian State and how its structure influenced the policies of social assistance. The third presents the empirical results of social representation of social assistance from the perspective of the users. Such representation is presented as contradictory revealing two central dimensions, an ideological one and another critical one. In the fourth and last article, also empirical, emphasized a specific dimension of social representation that stood out from the information collected which was deemed appropriate to deepen into: social representation that users reveal about themselves. Such representation revealed two contradictory but interrelated dimensions: on the one hand users discriminate as "good" and "bad"; on the other, recognize each other as equals belonging to the same social group and they see signs of solidarity, which provides conditions for the emergence of a citizenship beyond rights.

Keywords: social representations, social assistance, epistemological circles, social representation of users of social assistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAD Único	Cadastro Único
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB SUAS	Norma Operacional Básica da Assistência Social
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
SASE	Serviço de Apoio Sócio-Educativo
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Arquitetura da representação	26
Figura 2: Dimensões da representação social da assistência social	90
Figura 3: Dimensões da representação social dos usuários sobre si mesmos	121

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CÍRCULOS EPISTEMOLÓGICOS: AS RELAÇÕES IMPLÍCITAS ENTRE A TEORIA E A EPISTEMOLOGIA	19
Representações Sociais: Pressupostos Ontológicos e Epistemológicos.....	21
Círculos de Cultura, Círculos Epistemológicos e suas conexões.....	31
Conexões entre a Teoria das Representações Sociais e os círculos epistemológicos	37
Referências.....	44
3. A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL	46
Concepção de Estado	48
Formação do Estado Brasileiro	52
Assistência Social	67
Referências.....	73
4. A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDEOLOGIA.....	76
A assistência social no Brasil.....	79
Representações Sociais	82
Procedimentos Metodológicos.....	86
Dimensões da representação social sobre a assistência social no âmbito do CRAS.....	89
Representação social da assistência social em sua dimensão ideológica.....	90
Representação social da assistência social em sua dimensão crítica	97
Referências.....	105
5. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO USUÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL SOBRE SI MESMO: ALTERIDADE E CIDADANIA	108
Introdução	109
Direitos, cidadania e democracia	109
A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o usuário.....	115
Representação Social e Alteridade.....	117
Representação Social dos usuários sobre si mesmos	120
Discriminação moral: os “bons” e os “maus” usuários.....	121
O outro é o mesmo: solidariedade e cidadania.....	128
Referências.....	136

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS	145
ANEXO 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	152
ANEXO 2: Autorização da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC.....	153
ANEXO 3: Aprovação do Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da UFRGS.....	154
ANEXO 4: Categorização dos Dados.....	155

1. INTRODUÇÃO

A tese que apresentamos tem como objetivo principal mostrar as ideias, reflexões e significados da assistência social para seus usuários. A motivação para tratar desse assunto surgiu por duas razões: a primeira refere-se a uma suposição de que as políticas públicas são feitas por governos, gestores e técnicos sem uma consulta prévia e efetiva do público que a política de assistência social atinge: os usuários. Existem algumas contradições a esse respeito quando observamos a divulgação de informações¹ que afirmam que, apesar de pesquisas indicarem o contrário², a participação dos usuários é contemplada nas esferas decisórias da assistência social e inclusive na gestão da política. Um exemplo a ser citado é a notícia publicada no *site* do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS) de 09 de dezembro de 2013, a qual indica a ampliação da participação dos usuários na Conferência Nacional de Assistência Social, indicando seu livre acesso. Nas palavras da secretária nacional de Assistência Social do MDS, Denise Colin:

Normalmente há um número grande para usuários e eles não precisam estar organizados em representações. [...] Os usuários estão cada vez mais presentes, ampliando o caráter democrático e representativo dos conselhos. E para culminar o processo participativo, as conferências mobilizam milhares de cidadãos em prol dos direitos socioassistenciais.

No entanto, mais adiante, na mesma notícia, está a seguinte contradição:

Porém, para um beneficiário do Sistema Único de Assistência Social ser eleito conselheiro nacional, estadual ou municipal da assistência social é preciso representar uma organização da sociedade civil.

Não queremos negar que os usuários estejam sendo, cada vez mais, convocados a participar dos espaços de decisão e gestão da política de assistência social. Contudo, o fato de terem que ser representados por uma organização da sociedade civil pode significar um empecilho para muitos usuários. Esse aspecto remete ao segundo motivo pela escolha do tema.

A segunda razão pela qual escolhemos o tema da assistência social segundo a percepção dos usuários se refere ao fato de que a grande maioria dos usuários e, principalmente, os que estão em situação de maior dificuldade e precariedade não imaginam,

¹ Notícia publicada no *site* do MDS: “Conferência Nacional dá voz aos usuários do Sistema Único de Assistência Social”. Data 09/12/2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/dezembro/conferencia-nacional-da-voz-aos-usuarios-do-sistema-unico-de-assistencia-social>>. Acesso em Janeiro, 2014.

² As pesquisas de Boschetti e Teixeira (2011) e Bulla e Leal (2004) apresentam dados da escassa ou quase nula presença de usuários nos espaços decisórios da assistência social.

com raríssimas exceções, que “as ajudas” que buscam na “assistente social” são algo devido a eles, por direito de cidadania. Essa compreensão foi alcançada a partir da vivência da pesquisadora em experiência de trabalho em um Centro de Referência de Assistência Social por dois anos e por ter convivido cotidianamente com usuários, partilhando suas vivências de dificuldades e carências. Essa experiência trouxe a dura realidade de que, muitas dessas pessoas, não têm consciência do que significa a assistência social. Acionam os serviços socioassistenciais de forma emergencial, quando não suportam o peso dos problemas que a pobreza traz e, em troca disso, submetem-se às prescrições e fiscalizações de técnicos e gestores, realizadas inúmeras vezes de forma agressiva, sem encontrar sentido algum nisso e sem serem compreendidos em suas dimensões afetivas, psicológicas, cognitivas.

Assim, o intuito desta pesquisa nasceu do anseio de ouvir o usuário sem qualquer tipo de controle, imposição ou fiscalização a que são associados os profissionais da assistência social. Uma missão pretensiosa, talvez. Para tentarmos esse feito, utilizamos uma metodologia nova, de cunho qualitativo, que procura aproximar, o máximo possível, pesquisador do sujeito da pesquisa que, por isso, já de início é chamado de “pesquisando”. A metodologia dos círculos epistemológicos, baseada na premissa de Freire (1977/2006) de que não há um que sabe mais e não há um que sabe menos, mas que há saberes diferentes, tenta romper com uma possível hierarquia de saberes entre pesquisador e pesquisandos, no reconhecimento de que os saberes das pessoas comuns, como os usuários, é um saber legítimo. Do mesmo modo, há um esforço por parte do pesquisador para que os pesquisandos, no caso os usuários, participem ativamente de todo o processo de pesquisa, inclusive da análise e interpretação dos dados, conforme suas possibilidades. cremos que conseguimos contemplar, mesmo que talvez não plenamente, a metodologia dos círculos epistemológicos como proposta por Romão et al (2006) na tentativa de deixar que os usuários pudessem expressar livremente suas impressões, reflexões e sentimentos sobre a assistência social.

Foram realizados nove círculos epistemológicos com os usuários, em três Centros de Referência de Assistência Social de Porto Alegre RS – CRAS Centro Sul, CRAS Sul, CRAS Hípica. Esses três CRAS, da região Sul de Porto Alegre, foram escolhidos por fazerem parte da região em que trabalhou a pesquisadora, que já estava afastada há dois anos do CRAS Centro Sul. Em cada CRAS foram realizados três encontros. Nos dois primeiros, eram levantados temas sobre a assistência social que abrangesse as vivências e os significados dos usuários naquele espaço. No último encontro, tentávamos fazer o que Gaskell e Bauer (2002)

chamaram de *validação comunicativa*³: momento em que as informações dos dois primeiros encontros eram transcritas e agrupadas por semelhança e levadas de volta aos usuários. Essa ação era realizada para que os usuários pesquisandos tivessem a oportunidade de complementar ou não a discussão apresentada e analisá-la dentro do que era possível. Tentava-se também contemplar suas interpretações e análises daquelas informações, que posteriormente, também seriam reinterpretadas pelos pesquisadores, em um movimento de interpretação/reinterpretação (THOMPSON, 2009, p. 410). Esse movimento refere-se ao fato de os usuários já possuírem uma interpretação da assistência social. Essa interpretação torna-se um passo preliminar essencial para a posterior interpretação do pesquisador, que é considerada uma reinterpretação.

Após a realização dos nove círculos epistemológicos, todas as informações foram transcritas, lidas e categorizadas a partir de sua dimensão semântica. Foram analisadas à luz da Teoria das Representações Sociais, que possibilitou, posteriormente, a análise e a construção de mapas representacionais que pudessem revelar os elementos centrais para a constituição da estrutura da representação, presente nas falas dos usuários. Com a identificação e análise da representação social, a mesma foi reinterpretada a partir de teóricos importantes que discutiram temáticas ligadas à assistência social e aos usuários. Alguns elementos da teoria crítica ajudaram a interpretar a representação em seus aspectos ideológicos. As contribuições dos usuários pesquisandos sobre as informações dos círculos epistemológicos e sobre a assistência social foram levadas em consideração na produção escrita da pesquisa.

Neste sentido, a Teoria das Representações Sociais, utilizada para embasar o entendimento, análise e interpretação da representação social dos usuários sobre a assistência social, também se coloca como aliada na valorização dos saberes das pessoas comuns que, em nosso caso, são os saberes dos usuários. Este é um de seus principais pressupostos: que o senso comum, os saberes populares também se constituem como saberes legítimos.

É fundamental deixar claro as razões de esta tese estar escrita sob a forma de artigos. Se por um lado isso quebra, em parte, o fluxo normal de uma tese, o que ocasiona repetições necessárias, por outro lado, a apresentação de artigos facilita seu envio a revistas especializadas, o que é uma das principais exigências dos programas de pós-graduação e das agências de fomento à pesquisa, na perspectiva de incentivar a produção acadêmica de artigos

³ “Validação Comunicativa: critério de qualidade que pode, às vezes, ser aplicado à pesquisa qualitativa. Os resultados são levados de volta aos entrevistados que forneceram a informação e é solicitado a eles que concordem ou discordem, para assegurar que sua situação não está sendo mal interpretada”. (GASKELL, G. & BAUER, M., 2002, p. 474 e 515).

científicos. Dessa maneira, o que seria um capítulo que teria continuidade em outro capítulo, é um artigo que deve ser entendido como um todo em si mesmo. Por essa razão, alguns elementos podem parecer repetidos, mas não o são completamente. Por exemplo, nossa teoria de base, a Teoria das Representações Sociais, está descrita em três, dos quatro artigos que compõem a tese, mas se apresenta sob aspectos diferentes: no primeiro artigo, são colocados seus pressupostos ontológicos e epistemológicos; no terceiro artigo, é apresentada principalmente sua dimensão ideológica e, no quarto artigo, é vista a questão da alteridade no âmbito da Teoria das Representações Sociais. Do mesmo modo, a metodologia dos círculos epistemológicos também aparece referenciada diversas vezes durante a leitura da tese: no primeiro artigo, no qual são apresentados seus pressupostos epistemológicos, no terceiro artigo, que mostra como ela é aplicada à pesquisa empírica, e no quarto artigo, em que ela é referenciada brevemente para remeter à pesquisa realizada.

A tese como um todo apresenta-se pois, em quatro artigos: no primeiro artigo teórico, intitulado “Representações sociais e círculos epistemológicos: as relações implícitas entre a teoria e a epistemologia” procura-se, inicialmente, apresentar os pressupostos ontológicos e epistemológicos das representações sociais demonstrando como se dá a formação da representação nos humanos e como, a partir disso, ela se torna uma teoria do conhecimento. Nesse capítulo, também é apresentada a metodologia dos círculos epistemológicos, em sua dimensão epistemológica, partindo-se de uma breve explanação de sua origem e inspiração, os círculos de cultura. Em suas conclusões, estabelece conexões entre a Teoria das Representações Sociais e a metodologia dos círculos epistemológicos.

O segundo artigo, também teórico, intitulado “Formação do Estado brasileiro e a assistência social”, aborda a constituição do Estado brasileiro desde a época da colonização até os tempos atuais, apresentando-se de modo peculiar em relação à formação de outros Estados a nível mundial. O artigo demonstra como o processo de construção estatal influenciou nas práticas da assistência social no Brasil. A assistência social também é explorada através de suas transformações ao longo de diferentes épocas.

O terceiro é um artigo empírico no qual são apresentados os resultados da pesquisa sobre a representação social da assistência social na perspectiva dos usuários. Essa representação apresenta-se de modo contraditório e é constituída por duas dimensões, uma ideológica e uma crítica. Na dimensão ideológica, percebe-se um posicionamento dos usuários de aceitação de tudo que vem da assistência social, considerando os serviços e recursos socioassistenciais como positivos e favoráveis. Na dimensão crítica, os usuários

demonstram uma análise e reflexão de que algumas práticas da assistência social poderiam ser modificadas a seu favor, assim como as ações estatais e governamentais.

No quarto e último artigo, também empírico, chamado “A representação social do usuário da assistência social sobre si mesmo: alteridade e cidadania” é destacada uma dimensão específica da representação social que se revelou nas informações obtidas através da pesquisa e que julgamos oportuno aprofundar: a representação social que os usuários revelaram sobre si mesmos. Tal representação revelou duas dimensões contraditórias, mas inter-relacionadas: por um lado, os usuários se diferenciam entre “bons” e “maus”, reproduzindo entre si discriminações de cunho moral, presentes na sociedade. Por outro lado, se reconhecem como iguais, pertencentes a um mesmo grupo social e deixam entrever sinais de solidariedade a qual oferece condições para a emergência de uma cidadania para além dos direitos, remetendo ao pensar coletivo no uso dos direitos. A tese é concluída com algumas considerações gerais sobre a pesquisa e a experiência com os usuários.

Entendemos que a realização da presente pesquisa possibilitou a distância e ao mesmo tempo a proximidade necessárias para, de fato, *ouvir* os usuários na *perspectiva deles*. A distância foi possibilitada pelo fato de a pesquisadora ter se afastado, por dois anos, do trabalho da assistência social para a realização do doutorado. Isso fez com que se pudesse ter um olhar menos “contaminado” pelas vicissitudes cotidianas do trabalho. A proximidade foi garantida pela metodologia dos círculos epistemológicos que possibilitou a tentativa de um diálogo espontâneo e sincero entre pesquisador e pesquisandos. Cremos que esses aspectos tenham ampliado as possibilidades de compreensão das vivências, experiências e significados de vida dos usuários, dentro da assistência social. Essa talvez tenha sido, em nossa modesta percepção, uma pequena conquista da pesquisadora na realização de sua pesquisa.

2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E CÍRCULOS EPISTEMOLÓGICOS: AS RELAÇÕES IMPLÍCITAS ENTRE A TEORIA E A EPISTEMOLOGIA

Resumo: Este artigo se propõe a estabelecer relações entre a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003) e a metodologia dos círculos epistemológicos (ROMÃO, et al. 2006). Para tanto, são apresentados os pressupostos ontológicos e epistemológicos das representações sociais que tem como uma de suas premissas a valorização dos saberes do senso comum. Já a metodologia dos círculos epistemológicos estabelece que o processo da pesquisa é realizado em conjunto entre pesquisador e pesquisandos, sendo que qualquer tipo de hierarquia deve ser evitada. Esta metodologia preserva os principais fundamentos do método educativo dos círculos de cultura formulados por Paulo Freire (1963). Neste sentido, tanto as representações sociais como a metodologia dos círculos epistemológicos propõem-se a reconhecer a importância dos saberes das pessoas comuns e a possibilidade de contar com elas nos processos de conhecimento e pesquisa, sendo esta a principal conexão entre as duas teorias.

Palavras-chaves: representações sociais, ontologia, epistemologia, círculos epistemológicos, metodologia.

SOCIAL REPRESENTATIONS AND EPISTEMOLOGICAL CIRCLES: THE IMPLICIT RELATIONSHIPS BETWEEN THEORY AND EPISTEMOLOGY

Abstract: This article sets out to establish relationships between the theory of social representations (MOSCOVICI, 2003) and the methodology of the epistemological circles (ROMÃO, et al., 2006). In order to do so, ontological and epistemological assumptions on social representations which has as one of its premises the valorization of knowledge of common sense are presented. Whereas the methodology of the epistemological circles establishes that the process of research is conducted jointly between researcher and research subject in which any kind of hierarchy should be avoided. This approach preserves the main fundamentals of the educational method of cultural circles formulated by Paulo Freire (1963). In this sense, both the social representations as well as the methodology of epistemological circles propose to recognize the importance of knowledge of the common people and the possibility to count on them in the processes of knowledge and research, which is the main connection between the two theories.

Key words: social representations, ontology, epistemology, epistemological circles, methodology

Introdução

Este artigo propõe-se a explicitar os pressupostos ontológicos e epistemológicos das representações sociais de Moscovici (2003) e a realizar conexões com a metodologia dos círculos epistemológicos. Acredita-se que, integrando teoria e metodologia e examinando suas relações, pode-se instrumentalizar pesquisadores na utilização desse método e na realização de pesquisa qualitativa em representações sociais. Moscovici (1995) previne que não há uma metodologia específica para trabalhar com representações sociais. Mesmo que não haja a intenção de contradizê-lo, convém, contudo, arriscar que há sintonias, coerências entre os pressupostos da Teoria das Representações Sociais e a metodologia dos círculos epistemológicos.

A teoria das representações sociais, como elaborada por Serge Moscovici (1961/2012), em sua pesquisa seminal intitulada “A psicanálise, sua imagem e seu público”, propôs-se a fazer uma investigação sobre a recepção da psicanálise em diferentes setores do público francês (população em geral, docentes e profissionais, operários e estudantes) e como essa recepção diferenciava-se qualitativamente em se tratando de pessoas que pertencessem a segmentos distintos, no caso, grupos que professassem ideias e valores liberais, grupos de católicos e grupos de comunistas. Essa pesquisa foi relatada primeiramente em um livro publicado em 1961. Em 1976, em uma edição substancialmente revisada, investigaram-se os impactos e a transformação de uma realidade intelectual, moral e prática – no caso em questão a psicanálise – quando esta realidade circula na estrutura social e se distancia dos centros restritos de estudo. Moscovici (1961/2012) acrescentou ainda importantes análises, principalmente sobre o papel dos meios de comunicação social na construção, legitimação e transformação destes.

Ao realizar essa pesquisa, Moscovici (1961/2012) tentava responder às seguintes questões: Como diferentes grupos sociais apropriam-se e atribuem sentido a uma teoria científica? Como a interação social e a comunicação entre as pessoas transforma esse conhecimento? Como uma comunidade representa um determinado objeto social, atribui significado a ele e o torna parte do seu ambiente? Essas interrogações conduziram Moscovici a elaborar a teoria das representações sociais, que podem ser sintetizadas como um conjunto de valores, ideias e práticas compartilhadas que permitem o estabelecimento de uma ordem que capacita os indivíduos a se orientarem em seu mundo material e dominá-lo. As representações sociais também se propõem a valorizar o conhecimento produzido no cotidiano, elaborado pelas pessoas comuns. Esses saberes são considerados pela Teoria das

Representações Sociais tão importantes quanto o saber científico, caracterizado, em geral, o verdadeiro conhecimento (MOSCOVICI, 1961/2012).

Os círculos epistemológicos, por sua vez, são uma metodologia de pesquisa baseada nos círculos de cultura, como propostos por Paulo Freire. Trata-se de uma intervenção realizada no espaço grupal no qual o pesquisador torna-se também um participante da pesquisa e as pessoas, ao serem pesquisadas, tornam-se também pesquisadores. Esse modelo de investigação é uma tentativa, entre outras, de minimizar uma suposta hierarquia de saberes, questão presente nos pressupostos epistemológicos de Freire (1977/2006) e, ultimamente, desenvolvida e fundamentada por Jovchelovitch (2008) em seus escritos sobre as representações sociais. O que há de comum nos círculos epistemológicos e na Teoria das Representações Sociais é que o conhecimento a ser utilizado na realização de uma pesquisa, embora não seja um conhecimento assim denominado “científico”, é também um “conhecimento” legítimo.

A partir do entendimento de que a metodologia dos círculos epistemológicos contribui significativamente para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa em representações sociais é que se pretende fornecer os elementos teóricos e metodológicos necessários para a realização de investigação empírica. Desse modo, a estruturação do artigo compõe-se dos seguintes passos: em primeiro lugar, são explicitados os pressupostos ontológicos e epistemológicos da Teoria das Representações Sociais. Em segundo lugar, é explicitada a metodologia dos círculos epistemológicos, a partir de sua inspiração, os círculos de cultura. Conclui-se, com uma discussão crítica sobre as possibilidades e vantagens do emprego da metodologia dos círculos epistemológicos no estudo das representações sociais, com pistas para a realização de pesquisa qualitativa a partir desses pressupostos. Por fim, são feitas algumas considerações finais a respeito dos temas estudados.

Representações Sociais: Pressupostos Ontológicos e Epistemológicos

Pressupostos Ontológicos

Para compreender o que é designado por representações sociais, é necessário esclarecer o termo “representação” dentro da Teoria das Representações Sociais. Partindo de Piaget, Freud, Winnicot e outros psicólogos, Jovchelovitch (2008) mostra como se pode entender a construção genética do saber no desenvolvimento do ser humano. Ao tomar contato com o mundo, as pessoas precisam lidar com “outros”. O primeiro outro é a própria mãe, ou o cuidador. Há que se enfrentar, em seguida, algo concreto, externo, que são os objetos. Através do processo de interação, vai-se construindo um campo representacional,

imaterial, que se pode chamar de psíquico. Esse novo entendimento, que pode ser denominado de “construção de conhecimento”, diferentemente de outros conhecimentos, como o cartesiano que estabelece uma dicotomia entre corpo e mente, mostra que há uma relação intrínseca entre o sujeito (o eu), o outro e o objeto. Nesse processo de interação, vai-se construindo o espaço mental, uma dimensão imaterial, simbólica, psíquica e é esse espaço que vai sendo continuamente construído que se chama de “representação”. Representação, nesse sentido, não tem nada a ver com uma “cópia do mundo”, “imagem externa que chega à consciência”. Representação é uma realidade própria, constituída de saberes, experiências. É nesse processo que está o conhecimento. Devido à presença constante dos afetos e paixões, a representação, isto é, esses saberes-conhecimentos⁴ estão sempre permeados de dimensões como valores e crenças. Como se vê a seguir, as representações sociais são, pois, saberes, conhecimentos, que implicam também dimensões afetivas, valorativas, simbólicas, culturais, etc. (JOVCHELOVITCH, 2008).

Do que acaba de ser ver, pode-se facilmente deduzir o que se vai entender por representações sociais. Sabe-se que ninguém se desenvolve sozinho, mas sempre em relação com os outros e os objetos, por essa razão que os conhecimentos, isto é, representações, são sempre sociais. George Herbert Mead (MORRIS, 2010), já no início do século XX, mostrava o que ele denominou como “mente”, uma construção social que é feita através da linguagem e da relação com os outros. O *self* não é nem o sujeito (*I* ou *Me*), nem a sociedade, mas esse espaço representacional fruto da relação entre o eu (sujeito), os outros e os objetos.

A Teoria das Representações Sociais sofreu fortes influências de teóricos anteriores que, de alguma forma, contribuíram para sua construção⁵. Alguns desses autores e suas contribuições são brevemente comentados aqui. Inicia-se com o conceito de representações coletivas de Durkheim. As representações coletivas referem-se a crenças, sentimentos e ideias habituais e pré-estabelecidos, homoganeamente compartilhados e aceitos sem discussão em uma comunidade. Moscovici buscou esta visão nas questões sobre o contexto em que as representações são produzidas e como elas são exteriorizadas. Contudo, discordou de Durkheim quanto à estabilidade e concreticidade das representações e sobre a questão do pensamento primitivo (senso comum), o qual Durkheim considerava um estágio anterior a

⁴ No livro de Jovchelovitch (2008) “The context of Knowledge”, há somente uma palavra em inglês para designar conhecimento e saber – Knowledge. Isso resultou em certa dificuldade para traduzir a palavra Knowledge para a língua portuguesa: usar-se-ia saber ou conhecimento? Na verdade a separação que alguns pretendem fazer entre “conhecimento” como algo racional, intelectual e “saber” como algo experiencial que inclui afetos e paixões, não se sustenta quando posta sob escrutínio de uma reflexão crítica. Essa é fundamentalmente a tese proposta pela autora que argumenta convincentemente nesse sentido.

⁵ Para maior aprofundamento das teorias e autores que antecederam à formulação da teoria das representações sociais e inspiraram Moscovici, consultar as obras: Jovchelovitch, 2008; Marková, 2006; Moscovici 2003.

uma forma mais desenvolvida de pensamento, como a ciência. No que se refere à estabilidade e concreticidade da representação coletiva, Moscovici mostra que, devido às rápidas transformações das sociedades, essas representações são mais facilmente transformáveis e mutáveis, chamando isso de representações “sociais”. Quanto ao senso comum, Moscovici acredita que o mesmo se trata de algo que deveria ser entendido com seus próprios méritos. E é em Lévy-Bruhl que ele encontra inspiração para desenvolver esta ideia.

Lévy-Bruhl partia da premissa de que diferentes tipos de saber estão presentes na mesma sociedade. Isso possibilitou a Moscovici refletir sobre os elementos de produção das representações sociais, seu rigor como forma de saber e as funções que elas desempenhavam na vida social e em relação a outras formas de saber. A ideia da diversidade de saberes inspirou Moscovici a construir o conceito da polifasia cognitiva⁶.

Outro teórico influente na teoria das representações sociais foi Piaget, com sua pesquisa sobre o caráter construtivo da representação nas crianças. Na teoria de Piaget, Moscovici encontrou elementos para mostrar como as representações sociais desenvolvem-se sob a forma representacional nos seres humanos desde o nascimento.

Em Freud, Moscovici encontrou os recursos para entender os processos inconscientes que configuram a produção dos saberes sociais e uma visão de conhecimento engajada com os processos simbólicos e psicológicos. Neste sentido, Freud contribui para teoria das representações sociais descrevendo a maneira como a cultura insere-se na ontologia do saber e, em consequência, como ela penetra a ontologia do sujeito do saber, que, descrita de outra forma, refere-se ao modo como a cultura é internalizada e externalizada nas pessoas e em suas interações (JOVCHELOVITCH, 2008; MOSCOVICI, 2003).

Para a Teoria das Representações Sociais, torna-se fundamental deixar claro o que se entende por senso comum e como ele é compreendido dentro da teoria. Esse tipo de saber está na essência dos seres humanos, que nascem em contextos simbólicos e culturais já estabelecidos. O conhecimento do senso comum não precisa ser desenvolvido a partir de um propósito específico, pois a cultura, as tradições, a linguagem e o próprio pensamento social são transmitidos de geração em geração através de experiências diárias de comunicação, da memória coletiva e das instituições. Como afirma Marková (2006): “Esses fenômenos (experiências, memória coletiva, etc.) formam as realidades sociais e ficam impressos no conhecimento do senso comum” (p. 191). Através desse conhecimento, as pessoas assimilam,

⁶ A polifasia cognitiva é entendida, de forma simplificada, como a situação em que diferentes modalidades de conhecimento com diferentes racionalidades coexistem em um mesmo contexto ou no mesmo grupo social (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 328).

intuitivamente, determinadas categorias morais, como o bom e o ruim, o aceitável e o não aceitável. As percepções e cognições estão tão acomodadas na mente que não há necessidade de questionar se o que é observado está correto ou não, o que faz com que não haja necessidade de explicações sobre as ações das pessoas nos contextos em que elas acontecem. O conhecimento de senso comum é um tipo de conhecimento que é aceito como certeza e não deixa nenhum espaço para dúvidas. Ele é socialmente estabelecido e, como afirma Moscovici (2003), é um senso social. Por essas razões, o conhecimento do senso comum constitui um marco fundamental para a teoria das representações sociais como uma teoria do conhecimento social.

Sabe-se, historicamente, que o conhecimento do senso comum é reconhecido implícita ou explicitamente, pelos defensores da racionalidade e da cientificidade como um saber inferior. Revela-se aqui a dimensão ética de tal concepção de conhecimento. Na verdade, a dimensão ética está implícita em toda teoria. O conhecimento popular, as crenças e os mitos originados no senso comum têm sido associados à falta de racionalidade ou até mesmo à irracionalidade. Marková (2006) questiona essa suposta inferioridade do senso comum argumentando que é este conhecimento que orienta o ser humano através da vida e que dirige sua atenção à identificação dos perigos como também das satisfações. Acrescenta ainda que o conhecimento do senso comum integra os conhecimentos científicos, fornecendo-lhe o embasamento necessário à sua formulação. Conclui, assim, que não há como valorizar um conhecimento em detrimento do outro, mas que eles devem ser igualmente reconhecidos em suas singularidades. Por considerar todos esses argumentos relevantes, Moscovici (2003), ao desenvolver a teoria das representações sociais, tratou de reabilitar e mostrar a importância do conhecimento do senso comum e concretizou essa tarefa ao pesquisar a transformação do conhecimento técnico psicanalítico ao ser disseminado no senso comum. Nesse sentido, a teoria das representações sociais empenha-se pela valorização dos saberes do senso comum, pressuposto que revela sua dimensão ética. Essa dimensão é identificada quando há o reconhecimento de que não é apenas o conhecimento científico que tem valor como *episteme*, mas também o conhecimento do senso comum⁷.

Mas a que se está referindo, especificamente, quando se fala da dimensão ontológica das representações sociais? A citação de Moscovici (2003) a seguir talvez seja a que melhor expresse o caráter ontológico das representações sociais:

⁷ Para uma discussão mais aprofundada desse ponto, remetemos ao trabalho de Guareschi (2005) no qual o autor se propõe a discutir a dimensão ética das representações sociais.

À luz da história e da antropologia, podemos afirmar que essas representações são entidades sociais, com uma vida própria, comunicando-se entre elas, opondo-se mutuamente e mudando em harmonia com o curso da vida; esvaindo-se apenas para emergir novamente sob novas aparências. Geralmente, em civilizações tão divididas e mutáveis como a nossa, elas co-existem e circulam através de várias esferas de atividade, onde uma delas terá precedência, como resposta à nossa necessidade de certa coerência, quando nos referimos a pessoas ou coisas. Se ocorrer uma mudança em sua hierarquia, porém, ou se uma determinada imagem-ideia for ameaçada de extinção, todo nosso universo de prejudicará (p. 38).

Fica mais claro o que seja a ontologia das representações sociais no momento em que as mesmas são comparadas às atitudes. No livro “Representações Sociais”, no diálogo com Marková, Moscovici (2003) expressa de maneira bastante didática, por um lado, o que constitui a representação social, e por outro, sua diferença com as atitudes:

Nossas representações são também instituições que nós partilhamos e que existem antes de nós termos nascido dentro delas; nós formamos novas representações a partir das anteriores. As atitudes não expressam conhecimento como tal, mas uma relação com certeza e incerteza, crença ou descrença, em relação a esse conhecimento. Pode-se falar também sobre uma atitude em relação a um objeto, uma pessoa, um grupo e assim por diante. Contudo, no que diz respeito a entidades sociais, essas são as entidades representadas (p. 319).

O que Moscovici quer dizer com essa citação é que a as pessoas têm uma *atitude* diante de uma representação social. Mas a representação social é a *coisa*, a entidade *real*, *ontológica*.

Pressupostos Epistemológicos

Não é tarefa simples separar os pressupostos ontológicos dos epistemológicos ao se discutir uma teoria. Contudo, são assinalados, neste artigo, alguns aspectos que podem ajudar a entender o que há por detrás de uma representação social como um campo representacional, ou seja, conjuntos de saberes, socialmente construídos e partilhados, que possibilitam pensar, falar e relacionar-se com os outros.

Compreendendo as representações sociais desse modo, percebe-se que somente é possível se aproximar delas dentro de uma perspectiva qualitativa, por se tratarem de realidades a serem compreendidas e não mensuradas. São fenômenos qualitativos: valores, ideologias, crenças, conjuntos de saberes. Dessa maneira, as pessoas, no seu cotidiano, ao pensarem e falarem sobre os outros, as coisas e o mundo, o fazem a partir de suas compreensões dessas realidades que estão sempre permeadas por valores, hábitos culturais, emoções e práticas de vários tipos. O aspecto que torna as representações sociais um fenômeno que transpõe uma simples reprodução de fatos e objetos do mundo é a sua função simbólica. Nesse sentido, seu poder reside em sua capacidade de construir a realidade. A

dimensão criativa e produtiva das representações simbólicas remete ao fato de que os sistemas de conhecimento não estão presos ao mundo empírico, porque as representações são maneiras de construir o mundo. Portanto, compreender a função simbólica das representações é fundamental ao reconhecimento de que os saberes possuem um potencial criativo e transcendente da realidade do mundo empírico. “Representar é tornar presente o que está ausente através do uso de símbolos” (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 93).

Essencial à função simbólica das representações sociais é o reconhecimento de que a realidade construída é compartilhada, ou seja, ela contempla a realidade do sujeito e a realidade de outros. Além disso, o ato de abranger a realidade de outros conduz ao envolvimento com outros e com o mundo–objeto. É só através dessa percepção que se pode falar na natureza criativa da atividade simbólica, em que as experiências de alguém em particular podem acrescentar sobre a experiência de outros, em um processo contínuo que resulta na vivência de uma realidade compartilhada. Segundo a formulação precisa e sintética de Jovchelovitch, (2008) “a expressão ontológica de uma representação social” compõe-se de três elementos interligados o eu-outro-objeto (p. 319).

Neste sentido, as representações sociais assumem uma forma triangular, eu-outro-objeto que, em seus vértices, relacionam-se e dialogam mutuamente. Esta tríade configura uma construção simbólica de pessoas e relações e, através desses elementos, é que se processa o conhecimento. Desse modo, torna-se impossível conceber as representações sociais como uma produção mental individual ou uma cópia da realidade externa. Elas são um fenômeno emergente das relações humanas em seu engajamento criativo com o mundo. Isso pode ser visualizado no quadro a seguir que foi adaptado de Jovchelovitch (2008, p. 72).

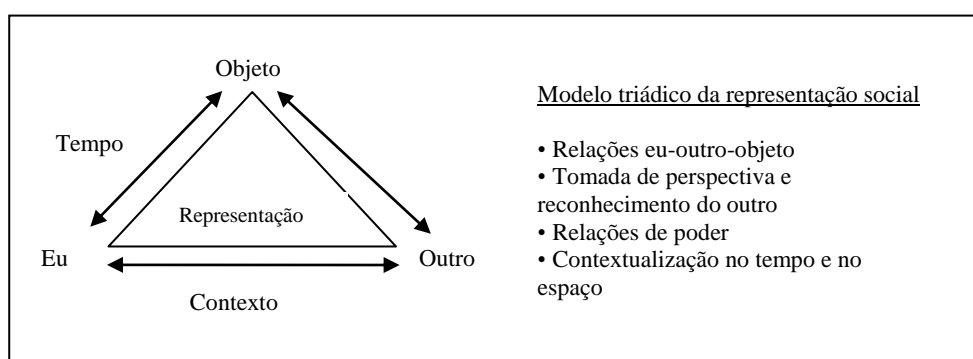


Figura 1: Arquitetura da representação – adaptado de Jovchelovitch (2008, p.72)

Como se percebe na figura anterior, na parte direita do modelo triádico estão as relações estabelecidas no triângulo em que estão presentes o eu-outro-objeto. Essa interação,

da qual emergem as representações sociais, permite que ocorram situações em que é sempre necessário levar-se em conta a perspectiva e reconhecimento dos saberes dos outros. Também podem derivar daí relações de poder-dominância, em que as representações sociais são utilizadas para estabelecer relações assimétricas de dominação. Finalmente, há que se levar em consideração que as representações sociais emergem em um determinado tempo e contexto, transformando-se quando esses se modificam.

Para compreender como são elaboradas as representações sociais em um determinado contexto, torna-se necessário observar como a atividade da representação é materializada na vida social, levando-se em conta como se dão as relações eu–outro–objeto, ao se constituírem os saberes em um contexto específico. Pode-se então considerar que sentido e contexto são inseparáveis das representações, pois elas emergem das relações eu–outro e inclui aspectos afetivos, sociais, culturais e históricos de uma determinada conjuntura. Dessas relações e através da função simbólica, brotam produções criativas que atribuem sentido aos acontecimentos e vivências do mundo. Esse processo possibilita a existência de diversas representações sociais, nas quais o sentido e o contexto variam à medida que comunidades produzem diferentes representações. Por essa razão, podemos afirmar que as relações entre eu-outro-objeto não são sempre idênticas, assim como não são semelhantes os tipos de comunicação que definem como as pessoas em interação engajam-se com o mundo-objeto. É justificado, deste modo, o fato de distintas formas de conhecimento circularem, ao mesmo tempo, na vida social (JOVCHELOVITCH, 2008).

Enquanto as relações eu–outro–objeto formam a arquitetura da representação social, pode-se também afirmar que é ela que constitui o conhecimento. Contudo, não há uma passagem direta para o conhecimento se não por meio da linguagem, na qual ele é representado e comunicado. Os recursos representacionais da linguagem e da comunicação estão intrinsecamente conectados e formam a base para a construção do conhecimento, o qual não pode ser desconectado das pessoas em interação e formam a base do campo representacional.

No exame das inter-relações eu-outro-objeto, podem ser identificados dois processos que, em conjunto, colaboram na elaboração das representações sociais: a objetivação e a ancoragem. A ancoragem faz com que um novo conhecimento seja associado a outras representações sociais já concebidas, de forma a tornar uma informação recente em algo palpável, familiar. A ideia central na ancoragem é integrar um novo fenômeno – objetos, relações, experiências, práticas – em percepções existentes, de forma a adaptar o não familiar, ameaçador e estranho. Na objetivação, algo abstrato é materializado, ou seja, o não familiar é

domesticado e transformado em uma realidade concreta. Assim, ela permite tornar real um esquema conceitual e substituir aspectos do universo simbólico por sua contrapartida material. Na objetivação, existe a tendência em adaptar as ideias abstratas e os conceitos em uma linguagem acessível a todos, o que significa materializar em linguagem os aspectos simbólicos. O mesmo efeito ocorre no processo da ancoragem que transforma a ciência em conhecimento útil a todos. Em suma, a objetivação e a ancoragem são processos que fazem com que elementos novos e estranhos tornem-se parte do cotidiano e dos conhecimentos anteriores de uma comunidade, fazendo emergir, desse modo, as representações sociais. Nesse processo, a atividade simbólica das representações sociais fica evidente, pois a conjunção dos dois movimentos, ancoragem e objetivação, permite que a representação torne-se um aparato cognitivo estável para orientar as percepções ou opiniões sobre o comportamento ou as relações interindividuais (JOVCHELOVITCH, 1995; MOSCOVICI, 1961/2012).

Jovchelovitch (2008) discute a constituição das representações sociais a partir de cinco perguntas que ajudam a esclarecer sua epistemologia e, em parte, sua ontologia: Quem? Como? Por quê? O quê? e Para quê? das representações sociais. Tais indagações mostram que as representações sociais são formadas por um processo psicossocial complexo que envolve pessoas, suas identidades e vidas emocionais e suas interações com outros. A representação, por sua vez, as orienta em suas ações e práticas cotidianas, implicando relação e comunicação. Compreender o “quem”, “como”, “por quê” e “para quê” do processo representacional abrange conhecer também seus componentes dinâmicos (ontológicos) e a diversidade de conhecimento (epistemológicos).

O “quem” remete ao problema da identidade e ao processo pelo qual as pessoas representam a si mesmas e a outros na atividade de conhecer. Dessa forma, o “quem” abrange não só a identidade, tanto individual como social, mas a posição e status dos sujeitos em seu contexto. Por essa razão, pode-se afirmar que as representações trazem consigo a identidade, cultura e a história de uma comunidade de pessoas, pois se inscrevem em suas memórias sociais e possibilitam sentimentos de pertença aos membros individuais em um espaço coletivo, comunitário. Em muitas situações, as representações estão mais ligadas às pessoas que representam do que com o objeto representado, o que demonstra certa preponderância do “quem” sobre o “o quê” das representações. O lugar e o engajamento das pessoas no processo representacional permitem a existência e compreensão de diferentes formas de representação social e do valor das dimensões subjetivas e afetivas nos processos de construção do conhecimento. Esse fato confere diferentes atribuições e objetivos na vida social e

desempenha importantes funções como a manutenção da identidade, da integração social e da cooperação (JOVCHELOVITCH, 2008).

O “como” das representações sociais questiona a maneira pela qual o conhecimento circula na vida social entre as pessoas que interagem e se relacionam entre si. A disseminação e reprodução das representações sociais se dão por meio da comunicação e interação das pessoas em seu contexto. A comunicação é o grande impulsor e propagador das representações, de tal forma que sua análise nas formas representacionais, mediando a tríade eu-outro-objeto/mundo, mostra a variabilidade dos saberes e sua dependência dos processos de interação.

Em alguns casos, a comunicação pode se estabelecer de forma simétrica, na qual as pessoas em interação dialogam, entram em consenso ou não e todos têm sua voz. Contudo, há situações em que é estabelecida uma assimetria na comunicação. A análise das simetrias e assimetrias no diálogo eu-outro define como elas conduzem a diferentes padrões comunicativos e como esses parâmetros são elaborados na interação. A comunicação baseada na assimetria remete a duas circunstâncias. A primeira refere-se a sistemas de crenças, tradições, práticas culturais com pouca flexibilidade e resistência. Trata-se de um vínculo social baseado nas tradições que dá anuência à posição desigual eu-outro, como por exemplo, nas lideranças ligadas ao gênero, idade, reconhecida sabedoria, etc. Aqui a assimetria não está necessariamente ligada ao abuso de poder ou à dominação, pois ela é legitimada pelos laços sociais que as comunidades concedem autoridade a determinadas pessoas. A segunda situação de assimetria ocorre quando, de fato, há a intenção de empregar uma relação de poder na comunicação, geralmente utilizada para dominar. É no sentido que discute Thompson (2009) que se assume o entendimento de ideologia: o emprego sistemático de formas simbólicas (no caso, representações sociais) para estabelecer relações de dominação, para distorcer a realidade a favor de quem pretende exercer poder sobre outros (JOVCHELOVITCH, 2008).

O “por quê” das representações sociais discute a razão, o motivo de representar. Isso indica certa racionalidade sobre o sentido, imbuída de aspectos subjetivos, pois os processos representacionais são mais do que a correspondência mundo-objeto. Há uma vontade das pessoas em conhecer, impelida por lógicas pessoais e emocionais, dimensões subjetivas e intersubjetivas, que podem ou não serem identificadas no processo do conhecer. Desse modo, pode-se compreender que o “por quê” da representação vai além de uma função puramente cognitiva e inclui a função simbólica com os motivos e intenções, afetos, e a interação entre as pessoas que a compõe. Como já visto, a função simbólica abrange racionalidades subjacentes ao processo de conhecimento e emprega símbolos para dar sentido, além de

mediar as relações entre as pessoas e o mundo-objeto. Ela integra processos subjetivos e a emotividade à racionalidade e tira a precisão da cognição, justamente pelos aspectos afetivos que emprega (JOVCHELOVITCH, 2008).

O “o quê” da representação refere-se à construção do objeto e a solidez dos ambientes simbólicos. Mesmo quando o mundo-objeto é construído pela ação humana e por aspectos subjetivos, componentes da função simbólica, ele possui uma concretude, a qual as pessoas atribuem sentido. Através das representações sociais é que o mundo-objeto é construído e tem sentido para a realidade humana. Contudo, o fato de ele ser construído pelas pessoas não tira seu caráter concreto, objetivo. A solidez do mundo-objeto introduz nos processos representacionais a materialidade do mundo como uma realidade objetiva, estável e que, de uma forma ou de outra, organiza e coordena a maneira como as pessoas agem. Sem essa objetividade, as representações sociais não teriam a materialidade necessária para que outros componentes simbólicos pudessem agir a favor do sentido, pois sua própria produção estaria comprometida (JOVCHELOVITCH, 2008).

O “o quê” das representações remete a história de objetos, apreendidos anteriormente, que possibilitaram a interpretação dos fatos sociais e pelos quais as pessoas, atualmente, tentam compreender sua ligação com esses objetos. Dessa maneira, o objeto ganha a força de um fato – que ocorre no processo de objetivação – devido à sua historicidade e está intrinsecamente ligado aos sistemas de conhecimento, mesmo que de diferentes maneiras. Os objetos, portanto, estão presentes em representações sociais preexistentes, ou seja, os saberes cotidianos já pressupõem conteúdos previamente estabelecidos através dos processos de ancoragem. Em suma, o objeto é um componente essencial das representações, pois ele caracteriza o processo da construção de sentido. Seu conteúdo revela os elos simbólicos estabelecidos pelos atores sociais e os recursos produzidos nas representações que eles constroem sobre o mundo-objeto. A construção ativa do mundo-objeto é, de certa forma, limitada devido à historicidade e solidez do objeto, expressas na fixidez de certas representações que se perpetuam ao longo do tempo (JOVCHELOVITCH, 2008).

Ao fazer a pergunta: “para que servem as representações?”, se poderia ter uma resposta simplificada: “para tornar o não familiar, familiar”. Isso significa que as representações sociais possibilitam a criação de sentido, o que minimiza a distância do mundo-objeto, pois elas o tornam conhecido. Há uma necessidade humana em conhecer e adaptar esse conhecimento a algo familiar já interiorizado, como no processo de ancoragem, já descrito neste artigo. Da mesma maneira, existe também a vontade de aprender e compreender a não familiaridade do mundo. Como sistemas de compreensão partilhados, as

representações oferecem padrões de pensamento e reconhecimento, além de orientar as pessoas em suas condutas e tornar o ambiente social familiar para as pessoas individualmente. Conhecer as regulamentações e papéis presentes é resultado da função simbólica, o que permite nomear, identificar e categorizar. Assim, ao construir o que é real para as pessoas, as representações expressam identidade, referenciais de pensamento e de ação e possibilitam a comunicação e a integração social, criam memórias dos grupos sociais e promovem a criação de projetos futuros.

Círculos de Cultura, Círculos Epistemológicos e suas conexões

Passa-se a elaborar a partir daqui a metodologia dos círculos epistemológicos. Desenvolve-se, primeiramente, os pressupostos dos círculos de cultura, como elaborados por Freire, que inspiraram essa metodologia. Apresenta-se, a seguir, como se estruturam os círculos epistemológicos mostrando-se, ao final, as conexões existentes entre ambos.

Círculos de Cultura

A metodologia dos círculos epistemológicos originou-se da intuição inicial de Paulo Freire de desenvolver seu método educativo a partir dos círculos de cultura (FREIRE, 1963). O pressuposto básico desse educador era de que cada pessoa é uma fonte original e única de saber e qualquer que seja a qualidade deste saber, ele possui um valor em si por representar uma experiência individual e de partilha da vida social. Dessa forma, afirmava: “ninguém educa ninguém, mas também ninguém se educa sozinho. As pessoas como seres humanos, educam-se umas às outras e mutuamente se ensinam – e – aprendem” (FREIRE, 1987/2003, p. 68). Essa premissa só poderia, de fato, fazer sentido se esse aprendizado ocorresse através de um diálogo mediado por mundos de vivência e de cultura entre seres humanos, grupos e comunidades diferentes, mas nunca desiguais (BRANDÃO, 2010a).

A partir dessas proposições, Freire desenvolveu o método dos círculos de cultura, que aparece pela primeira vez no artigo: “Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo” (FREIRE, 1963). Essa proposta oferecia diferentes alternativas diante o autoritarismo e o mecanicismo da escola tradicional, que eram preocupações de Freire. Assim, ele começou a elaborar a ideia da criação de uma instituição aberta, em que o educador ou educadora, ao ensinar, estivesse “expondo-se a aprender e em que o educando aprendesse na prática de aprender”. Freire entendia que a memorização mecânica do conteúdo não demonstrava a apreensão do conhecimento. Os círculos de cultura eram espaços em que “dialogicamente se ensinava e se aprendia” e onde era exercitada a aprendizagem e a produção do conhecimento, ao invés de, simplesmente, receber um conteúdo de forma que o

educador ocupasse um lugar de sobreposição em relação ao educando. Nos círculos de cultura, também eram construídas novas hipóteses de leitura do mundo (FREIRE, 1994/2013, p. 191).

Nessa lógica, o grupo de alfabetizandos não se constituía em uma “turma de alunos” ou uma “turma de alfabetizandos”, mas formava uma unidade nos círculos de cultura, em que todos eram estimulados a construir, com os educadores, a aprendizagem. Os círculos eram realizados em um processo crítico de alfabetização, que são aqui brevemente descritos (BRANDÃO, 2010a).

Os trabalhos eram iniciados a partir de discussões em torno do conceito de cultura. Essa discussão permitia àquele que estava aprendendo a ler a se apropriar de sua linguagem, ao mesmo tempo que expressava uma situação real. Com o debate que precedia a alfabetização, abriam-se os trabalhos do círculo de cultura e se iniciava o processo de conscientização (BRANDÃO, 2010b; SCOCUGLIA, 1999).

Em um segundo momento, a equipe do círculo de cultura envolvia-se no trabalho de processar o material trazido da pesquisa do universo vocabular e temático, que formaria as palavras geradoras. Em seguida, reunidos em um círculo, os integrantes eram motivados a participar de um livre debate, incentivados pela apresentação de uma sequência de fichas de cultura. O exame e a discussão dos conteúdos dessas fichas possibilitavam aos integrantes do grupo a mudança das atitudes anteriores de apatia e conformismo, para que, no processo, pudessem entender-se como “fazedores deste mundo da cultura”. Por meio desse debate, era possível o reconhecimento de que tanto o analfabeto como a pessoa alfabetizada têm o ímpeto de criação e recriação e que, portanto, a cultura é construída por todos, tanto por pessoas simples como pelos intelectuais (BEISIEGEL, 2010; BRANDÃO, 2010b).

Essa fase dos trabalhos seria concluída mediante o encaminhamento da atenção dos analfabetos para o exame da importância da leitura e da escrita na apropriação dos produtos da cultura. A conclusão dos debates, assim o entendia Paulo Freire, devia girar em torno da dimensão da cultura como aquisição sistemática da experiência humana. E o domínio das técnicas da comunicação escrita constituía o melhor instrumento de aquisição da experiência acumulada. Após a introdução ao estudo da cultura, eram iniciados os trabalhos da alfabetização (BEISIEGEL, 2010; BRANDÃO, 2010b).

O círculo de cultura traz, para o campo da educação popular de vocação transformadora de pessoas e de sociedades, algo das iniciativas e práticas grupais de uso comunitário, escolar ou pedagógico. A partir da crítica formulada por Paulo Freire a respeito

do que ele denominou de “concepção bancária da educação⁸”, o círculo de cultura dispõe as pessoas ao redor de uma “roda de pessoas”, em que visivelmente ninguém ocupa um lugar proeminente. O professor que sabe e ensina e também aprende, aparece como monitor, o coordenador de um diálogo entre pessoas, as quais se propõem a construir juntas o saber solidário, a partir do qual cada um ensina e aprende. A ideia é de que apenas através de uma pedagogia centrada na igualdade de participações livres e autônomas é que seria possível formar sujeitos igualmente autônomos, críticos, criativos, conscientes e solidariamente dispostos a três eixos de transformações: a de si mesmo como uma pessoa entre outras, a das relações interativas entre grupos de pessoas empenhadas em uma ação social de cunho emancipatório e político e a mudança das estruturas da vida social (BRANDÃO, 2010a).

Círculos Epistemológicos

A proposta dos círculos epistemológicos é a da utilização da estrutura do círculo de cultura, adequada a um instrumento de pesquisa ou investigação científica, incluindo a coleta e análise de dados de pesquisa de campo ou de pesquisa de representação. A denominação “círculo epistemológico” diferencia-se de sua fonte inspiradora, o círculo de cultura, por tratar-se de uma metodologia de pesquisa. Por outro lado, mantém o princípio de que todos pesquisam e são pesquisados, assim como todos ensinam e aprendem no círculo de cultura. Neste sentido, o círculo epistemológico considera que todos, pesquisadores e “pesquisandos”, são sujeitos de pesquisa que “enquanto pesquisam, são pesquisados, e, enquanto são investigados, investigam”. É por esta mesma razão que a expressão “o pesquisado” é substituída por “o pesquisando”. Dessa forma, os pesquisandos não são apenas objeto da pesquisa, alvos da enunciação alheia, mas pessoas implicadas na interpretação e análise da mesma (ROMÃO et al, 2006, p. 10).

No campo da pesquisa qualitativa, em que são investigados fatores das vivências e relações sociais das pessoas, a participação efetiva dos pesquisandos em toda a sua elaboração oferece maior sentido ao método qualitativo. Há na metodologia dos círculos epistemológicos, assim como no círculo de cultura, a intenção de romper com uma possível relação de subordinação que uma pesquisa pode impor em seu processo. Para tanto, o pesquisador é provocado a assumir a postura de colaborador, considerando o pesquisando como um parceiro do processo, além de reconhecer a importância de seu saber. Subjacente a tal procedimento pode-se novamente perceber a sempre presente dimensão da ética.

⁸ Freire (1987/2003) chamou de concepção bancária da educação o ato de ensinar como uma simples transferência de conhecimentos, por parte de um educador, considerado sábio e que doa seu saber aos que nada sabem. Freire criticava essa maneira de ensinar, pois acreditava que as pessoas, indiferentemente de seu status intelectual, podiam ensinar umas às outras.

Na pesquisa de representação, esse reconhecimento ganha ênfase, pois o pesquisador precisa assumir que busca um saber específico que o pesquisando detém. Por essa razão, deve olhar sob a perspectiva do pesquisando, abandonando suas pré-concepções sobre o tema a ser pesquisado. Essa inversão na compreensão do tema precisa ser negociada e combinada com os pesquisandos. É importante dar-se conta da presença de uma relação naturalizada, ideológica na prática da pesquisa. No senso comum, o lugar social do pesquisador, do cientista, é de um detentor do conhecimento. O que fica oculto nessa representação social é que o pesquisador apropriou-se de um conhecimento que provém da experiência do outro, o pesquisado. Por essa razão, sair desse lugar de sobreposição em relação ao pesquisando é uma tarefa bastante difícil, pois no centro da produção do conhecimento de um pesquisador está o saber como uma relação de poder, que o pesquisando aceita passiva e acriticamente no momento em que é entrevistado. Romper com essa relação implícita de dominação na pesquisa implica uma desconstrução por parte do pesquisador. Ele precisa promover as condições para que a pesquisa desenvolva-se de forma a sistematizar e agregar o conhecimento do pesquisador e dos pesquisandos para construir um conhecimento novo, produzido pelas pessoas no processo coletivo de desenvolvimento da pesquisa.

São explicitados, a seguir, dois aspectos em que os círculos epistemológicos se inspiram em intuições dos círculos de cultura e as aplicam à pesquisa: o Universo Temático, que dá lugar às Hipóteses Geradoras, e o processo de Codificação e Descodificação que provoca novas maneiras de aprofundar os temas investigados.

Universo Temático e Hipóteses Geradoras

Nos círculos de cultura, era realizada a pesquisa do universo temático vocabular (palavras, temas ou contextos) das comunidades, sendo que esta diversidade de tópicos deveria surgir na discussão com os participantes. Freire caracterizava o universo temático como um conjunto de ideias, concepções, esperanças e dúvidas que representavam categorias de visões de mundo das pessoas que compunham os círculos de cultura. Esses grandes temas poderiam conter unidades menores que eram os chamados temas geradores. Em se tratando de um círculo epistemológico, os temas geradores, transformar-se-iam em hipóteses geradoras. Portanto, a tarefa do pesquisador seria a de relacionar os processos de estruturação, desestruturação e reestruturação das hipóteses geradoras, além de encontrar as relações mais profundas entre os seres humanos e fenômenos estudados. E, ainda mais: como descobrir os significados que se encontram por trás das enunciações literais dos discursos (FREIRE, 1979/2006; ROMÃO et al, 2006).

Assim, o pesquisador, no círculo epistemológico, tem algumas funções importantes. Dentre elas: 1) a de pesquisador cultural prévio da realidade, para localizar os temas e suas respectivas hipóteses geradoras; 2) a de animador epistemológico, que provoca, estimula e anima todos os participantes do círculo a exporem o que pensam sobre determinada(s) hipótese(s) geradora(s); e 3) a de provocador de reflexões, que leva o grupo a sair da superfície dos fatos e dos discursos, para se adentrar nas profundidades da realidade e encontrar os nexos significativos das estruturas e dos processos (ROMÃO et al, 2006).

O círculo epistemológico apresenta-se, assim como o de cultura, como um método crítico e, ao mesmo tempo, sensibilizador, pois se realiza sob determinadas características que se diferenciam de outros métodos de pesquisa em diversos aspectos: em primeiro lugar, ele conjuga técnicas consolidadas de coleta de dados (entrevista coletiva semiestruturada, discussão de grupo e observação participante), para construir as informações no espaço grupal, de forma dinâmica, dialógica e interacional; em segundo lugar, apropria-se dos mais variados instrumentos e procedimentos adotados na pesquisa qualitativa; em terceiro lugar, levanta maior quantidade de dados da realidade, graças ao trabalho conjunto; em quarto lugar, facilita a organização dos dados para análise e permite sua validação no próprio grupo pesquisado; em quinto lugar, auxilia na identificação e conjugação de informações variadas, considerando que diferentes visões de mundo podem explicar variados aspectos dos dados obtidos; e em sexto lugar, é um método baseado na escuta sensível, mediada pelo diálogo respeitoso, em que a produção de conhecimento constrói uma consciência crítica (como no círculo de cultura) que não deriva apenas da racionalidade científica, mas de outras formas de representação humana da realidade.

O método do círculo epistemológico estimula a reflexão do pesquisador e pesquisando sobre o objeto investigado a partir de questões que promovam o debate. Partindo dessas hipóteses geradoras, o diálogo que daí surge é acrescido de vivências e afetos que se manifestam no universo cultural vocabular que emerge na ocasião do círculo. Os temas e subtemas que surgem das discussões são codificados e decodificados pelo pesquisador e pelos pesquisandos, sempre partindo de problematizações das situações trazidas. Esse procedimento questionador oportuniza que os participantes do círculo denunciem suas condições existenciais e reflitam sobre diferentes possibilidades para situações de conflito e impasse e, conseqüentemente, sobre novas possibilidades de intervenção na realidade.

Decodificação e Novas Codificações

No círculo de cultura, metodologia de diálogo prático e crítico-reflexivo, era permitido

ao grupo debater sobre o comum e o incomum e confrontar sua experiência, seu sentir, seu pensar. No modelo do círculo epistemológico, ele se transforma de uma metodologia de intervenção em uma metodologia de pesquisa/intervenção. Concordando com a afirmação de Freire de que toda prática educativa contém uma ação, a ação da pesquisa deve ser precedida de uma reflexão sobre o ser humano e de uma análise sobre seu contexto de vida, que é com quem se vai pesquisar. Quanto mais se reflete sobre a realidade investigada, sobre a participação nessa realidade, mais o ser humano se conscientiza de forma comprometida para intervir nela e mudá-la (FREIRE, 1979/2006).

Nesse sentido, na formação intencional do grupo no círculo epistemológico, respeitam-se as reflexões comuns aos participantes e também as diferenças em suas particularidades. Esse aspecto possibilita a abertura ao diálogo entre a pluralidade do grupo e a singularidade de cada participante. Isso requer que o pesquisador assegure o anonimato de suas identidades e sigilo das informações que são confidenciais.

Os pesquisandos são considerados autônomos e livres dentro do círculo epistemológico e são convidados a participar de um pensar coletivo com o outro. Dessa forma, realizar pesquisa conforme esse método exige um preparo do pesquisador para lidar com questões grupais relacionadas à homogeneidade, à heterogeneidade, à pluralidade grupal e à singularidade de cada um. Também há a necessidade de reconhecer a importância das ideias, valores e crenças que são enunciados pelos pesquisandos e que representam suas concepções de mundo mais relevantes que adquiriram ao longo das suas vidas. Este se torna um desafio da pesquisa qualitativa e da confiabilidade dos dados que serão produzidos com os pesquisandos. Portanto, para interagir nesses grupos com multiplicidades de concepções, significados e sentidos, é preciso desenvolver uma escuta sensível, saber mediar, conhecer práticas de comunicação para a resolução de conflitos e conduzir um diálogo que aproxima os participantes, buscando romper com toda e qualquer relação de subordinação que o lugar social do pesquisador o colocou. O reconhecimento do lugar social do pesquisador no círculo epistemológico requer uma releitura de o quanto é ser/estar afetado pela pesquisa e de que ela é construída em conjunto com os pesquisandos.

Quanto aos procedimentos de descodificação e codificação, Freire (1981) assinalava que a investigação temática do universo vocabular das comunidades no círculo de cultura provocaria um estímulo aos participantes, diante de sua sensação de impotência frente à sua realidade. Esse estímulo auxiliava na decodificação da ideia de fatalismo perante a vida para gerar a codificação de novos ímpetus de consciência e transformação da realidade. O esforço comum dos participantes do círculo de cultura, de buscar a consciência de sua realidade e a

vontade de modificá-la, seria o “ponto de partida do processo educativo ou da ação cultural de caráter libertador” (p. 117).

Nos círculos epistemológicos, ocorrem processos semelhantes em que a superação da situação limite está no estímulo ao debate das hipóteses ou temas geradores da pesquisa. Romão et al. (2006) defendem a ideia de que também deveria ser realizada a pesquisa do contexto gerador e dele serem extraídos os temas, as palavras, as hipóteses geradoras. Nessa ocasião, o pesquisador precisa ser um agente de decodificação dessa mentalidade estática que impede a visão das novas possibilidades de mudança e, a partir das discussões surgidas, estruturar as informações e alternativas trazidas pelos pesquisandos, em seu processo de conscientização. As discussões grupais entre pesquisador e pesquisandos possibilitam a codificação e decodificação de temas. O diálogo em movimento facilita a organização do pensamento para a enunciação do discurso, direcionando o processo de análise dos dados, com as intervenções do pesquisador.

Conexões entre a Teoria das Representações Sociais e os círculos epistemológicos

A esta altura, torna-se importante oferecer algumas justificativas sobre a possibilidade e conveniência de empregar a metodologia dos círculos epistemológicos em uma investigação embasada na Teoria das Representações Sociais. Na tentativa de aprofundar essa questão, pode-se argumentar que existem pressupostos semelhantes às duas bases teóricas que possibilitam um diálogo entre elas, viabilizando a conjugação da teoria e do método apresentados. Essas afinidades são mostradas neste item, no qual algumas pistas para realização de pesquisa-intervenção são apontadas. São enfatizados três pontos principais.

A recuperação do conhecimento do senso comum

Em primeiro lugar, os dois embasamentos teóricos fazem o esforço de reabilitar o senso comum e recuperar o saber dos conhecimentos cotidianos. Já sabido que os saberes das pessoas comuns foram considerados como ignorância e erro e sem importância diante da verdade do conhecimento técnico ou científico. Nesse sentido, tanto na teoria das representações sociais de Moscovici (2003) quanto na concepção problematizadora e libertadora da educação de Freire (1987/2003), há uma luta pelo reconhecimento e valorização desses saberes, em que todos podem aprender uns com os outros. Quando as pessoas observam seu cotidiano, refletem sobre ele e conversam com outras pessoas, suas compreensões são permeadas por valores, hábitos culturais, emoções e práticas de vários tipos. Esses elementos referem-se a sistemas de saberes que permitem ao conhecimento

representar simultaneamente mundos objetivos, subjetivos e inter-relacionais (JOVCHELOVITCH, 2008).

Por essas razões, o cotidiano mostra-se como uma fonte poderosa de saberes. É um tipo de conhecimento diferente do conhecimento científico e tecnológico, mas não é menos sábio nas práticas e questionamentos que ele contém. O que pode parecer fonte de ignorância faz sentido às pessoas que constroem o conhecimento no cotidiano, e é somente nesses aspectos que um sistema de conhecimento pode ser avaliado: em relação ao significado e às vivências afetivas e interpessoais de quem gera esse conhecimento (JOVCHELOVITCH, 2008).

Sobre esse aspecto, Freire (1987/2003) afirmava a necessidade de se eliminar o autoritarismo na educação, que se configurava pelo fato de intelectuais serem considerados sábios e detentores da verdade e que precisavam passar o seu saber aos que nada sabem. Esta equação da relação pedagógica era inaceitável para Freire que acreditava que, mesmo os mais humildes tinham um saber próprio, além de uma abertura para o conhecimento e para os outros. Também defendia que essas pessoas poderiam crescer no processo de formação de novas atitudes e de ampliação de sua consciência sobre sua realidade social. Para ele, esta era a tarefa do educador: a de conscientizar, dialogicamente, sempre considerando os saberes dos outros. Esse trabalho, de propor novas reflexões, não poderia, de modo algum, confundir-se com a dominação pelo saber ou a manipulação das pessoas (BEISIEGEL, 2010).

A proposta pedagógica dos círculos de cultura de Freire oportunizava o encontro de diferentes conhecimentos quando educador e educando reuniam-se para aprender mutuamente. Ele entendia que o ensinar e o aprender davam-se pela troca e pelo diálogo, em que todos os envolvidos tinham um conhecimento válido e podiam partilhar seu saber reciprocamente. A compreensão de que o conhecimento contém e expressa diferentes culturas, identidades, afetos e práticas é o que dá sentido aos encontros dialógicos e às reflexões conjuntas, pois são esses aspectos que trazem à tona a questão ética que envolve o reconhecimento do outro e de sua realidade existencial. Nesse encontro, as diferentes perspectivas podem ser compreendidas, negociadas e até mesmo modificadas e é nele que ambos, educadores e educandos, aprendem e se transformam através da ação comunicativa. A conscientização se dá nesse processo em que todos se colocam à disposição de ensinar e aprender na prática da comunicação. Para tanto, é necessário deixar de lado as diferenças e adotar procedimentos que exijam diálogo e reciprocidade (JOVCHELOVITCH, 2008).

Mesmo respeitando os saberes do senso comum, Freire (1977/2006) acreditava que a transformação das realidades sociais das comunidades rurais e urbanas empobrecidas era

necessária, mas que só poderia ocorrer com a participação dos envolvidos no processo. Ele afirmava que a prática educativa não poderia simplesmente girar em torno do senso comum, assim como não era possível simplesmente desconsiderar o saber da experiência cotidiana e depender do conhecimento do educador. Neste sentido, a teoria problematizadora e libertadora da educação mostra a necessidade e a importância de se construírem diálogos participativos, nos quais todos são reconhecidos como participantes legítimos do processo. É somente a partir dos encontros dialógicos críticos entre o conhecimento técnico e cotidiano que um novo conhecimento pode se desenvolver. Embora Freire não idealizasse o senso comum, ele indicou os recursos que ele continha e mostrou que somente com o reconhecimento dos saberes cotidianos é que se poderia superar a dominação e construir um encontro crítico no qual todos os participantes pudessem partilhar seus conhecimentos.

A construção através do diálogo

Em segundo lugar, o estudo da teoria das representações sociais e da perspectiva freiriana da educação assemelham-se quando, na análise da realidade das comunidades empobrecidas, pesquisadores percebem que as pessoas que ali vivem expressam entendimentos ingênuos da sua realidade social. Como avançar em tais situações? A estratégia era a de formular perguntas que obrigassem os interlocutores a descobrir as contradições e irem superando seus entendimentos precários. Essa estratégia pode ser utilizada na pesquisa em áreas como assistência social, saúde, educação e comunidades no momento de se investigarem situações-problema.

Os modelos propostos do círculos de cultura, no âmbito educacional e dos círculos epistemológicos, no contexto da pesquisa viabilizam essa estratégia de conscientização das pessoas à medida que o processo dialógico vai sendo posto em prática. Nos círculos de cultura, o educador é um colaborador e animador cultural que instiga e aprende enquanto cria as condições de aprendizagem de seus educandos. Ele coordena e provoca a pesquisa temática e desafia os educandos para a descoberta dos contextos, dos temas e estimula a reflexão de suas realidades sociais. Nos círculos epistemológicos, do mesmo modo, o pesquisador também é um animador e provocador que, enquanto pesquisa, cria as condições de pesquisa aos pesquisandos. Nesse processo, ele faz a mesma coisa que o educador freiriano: provoca a pesquisa temática e desafia os pesquisandos para a descoberta dos contextos geradores para construir as hipóteses geradoras. Essas hipóteses não são dadas previamente, mas levantadas, identificadas e construídas no coletivo. A discussão desses temas de pesquisa também provoca a ampliação da consciência nos pesquisandos.

A intervenção no contexto da pesquisa social, seja em comunidades ou instituições, implica em problematizar um determinado estado de coisas e tentar modificar algumas situações naturalizadas a fim de produzir reflexões que levem a transformações. Os pesquisadores precisam estar implicados tanto no processo da pesquisa quanto na intervenção e contemplarem os interesses da investigação e dos pesquisandos. O comprometimento do pesquisador envolve a sua conscientização de que ele também pertence a uma cultura, a uma identidade social e a uma tradição científica que modelam de antemão a posição de onde ele fala e age. O reconhecimento de que o pesquisador tem um lugar de pertença e que, dificilmente, poderá escapar dos limites que tal pertença impõe é central ao esforço investigativo e traz outro nível de implicação do pesquisador com o campo de pesquisa, que envolve a consideração sobre qual é a natureza de sua relação com o campo. De qualquer forma, é essencial ao pesquisador abrir mão temporariamente de suas tradições, ideias e perspectivas para, em um movimento de empatia, apreender o que tem a dizer os pesquisandos (JOVCHELOVITCH, 2008; ROMÃO et al, 2006).

Para tanto, é necessária uma atitude dialógica baseada no ato de ouvir o outro e estimular que todos participem o quanto for possível. Também é importante estar disponível à reconfiguração das hipóteses da pesquisa, da teoria e dos pressupostos prévios do pesquisador, que o contato com a realidade social pode requisitar. Através desse ato dialógico, o conhecimento, os pressupostos prévios dos pesquisadores confrontam-se e modificam-se, e é onde se espera a ampliação de todos os conhecimentos implicados.

Os conhecimentos dos pesquisandos revelam suas identidades, valores e modos de vida e eles devem ser levados em consideração sem que haja um julgamento de suas representações como certas ou erradas, pois é a partir do reconhecimento de que todos os saberes são legítimos que surge a exigência de mapear e diagnosticar representações sociais locais. Mapear representações locais implica estudar os mundos subjetivos, intersubjetivos e objetivos que os pesquisandos, em sua comunidade, compreendem. Como já mencionado, o pesquisador precisa suspender suas convicções, interesses e preconceitos para favorecer que pessoas e comunidades digam sua palavra no processo de pesquisa. Oportunizar que os pesquisandos expressem suas ideias e experiências é fundamental ao processo dialógico de desvelar representações sociais geralmente menosprezadas, substituídas ou tornadas invisíveis pelas estruturas e instituições sociais. A escuta dialógica de reconhecimento da validade dos conhecimentos de comunidades e pessoas oferece um potencial emancipatório e de engajamento crítico dessas pessoas em sua realidade social (FREIRE, 1987/2003; JOVCHELOVITCH, 2008; ROMÃO et al, 2006).

Respeito aos saberes populares

Em terceiro lugar, a teoria das representações sociais e a proposta metodológica dos círculos epistemológicos interessam-se pelo trabalho com as populações locais, geralmente em situação de vulnerabilidade social. Essas pessoas têm saberes sobre as noções de comunidade, participação e cidadania, como Freire observava na realização dos círculos de cultura, o que auxiliava no trabalho da reflexão crítica sobre a ação em sua realidade social. Contudo, sabe-se que em comunidades onde os níveis de privação são severos e onde há imposição de atividades forçadas, há um estreitamento dos recursos cognitivos e das estratégias comunicativas, o que dificulta o pensamento criativo e conforma a produção de conhecimento. Em situações como esta, é importante que o pesquisador estimule em seus pesquisandos a criação de uma consciência crítico-reflexiva da sua realidade para que estejam aptos para provocar mudanças nessas estruturas que os mantêm nessa situação.

Para que os pesquisandos possam provocar reflexões e transformações, os mesmos precisam estar conscientes da legitimidade de seu saber e de seu agir e se sentirem livres para expressarem suas necessidades e tê-las reconhecidas. Os pesquisadores geralmente têm pouco conhecimento das condições reais de vida da população empobrecida e, por essa razão, precisam reconhecer os recursos das comunidades para lidar com o cotidiano difícil da pobreza. Além disso, torna-se fundamental sensibilizar outros pesquisadores e a comunidade científica para o fato de que as populações locais não são ignorantes e que possuem um conhecimento diferente do científico, mas muito rico e capaz de produzir alianças com pesquisadores, profissionais, planejadores e responsáveis pelas políticas públicas (JOVCHELOVITCH, 2008).

Neste sentido, abre-se outra possibilidade de pesquisa-intervenção com as representações sociais que tem como objetivo específico estimular e produzir transformações nas realidades sociais. Nesses casos, a identificação das representações torna-se um procedimento qualitativo de avaliar criticamente os saberes dos pesquisandos e promover seu engajamento em um processo de mudança, que pode redefinir a perspectiva da comunidade. Essa modalidade de pesquisa é um caso de uma pesquisa-intervenção que estimula o desenvolvimento da participação comunitária assim como o desenvolvimento de habilidades dos pesquisandos para uma ação efetiva (JOVCHELOVITCH, 1995).

A construção de ação participativa para reduzir desigualdades sociais é um fenômeno que precisa ser compreendido através de algumas categorias psicossociais, tais como: identidades, conhecimentos locais (representações sociais) e poder. Com respeito à

identidade, é necessária a compreensão sobre quem são as pessoas da comunidade, o que as conforma e limita a vida, de que forma vivenciam a pobreza, se estão dispostas a provocar mudança ou se preferem deixar as coisas como estão. Já a categoria das representações sociais leva sempre em conta o espaço do conhecimento local e de como este é construído pelas comunidades, através de suas identidades, tradições culturais, maneiras de vida e estratégias de sobrevivência e sobre as relações que estabelecem com outras comunidades. E, finalmente, o poder que, quando distribuído de forma desigual, interfere na possibilidade de as comunidades poderem garantir suas identidades, conhecimento, projetos e necessidades, reconhecidos e alcançados. Essas dimensões estão relacionadas entre si e são centrais para a compreensão da participação social dentro da perspectiva das representações sociais. Elas demonstram que a disposição para a ação e transformação das realidades sociais implica que estes constructos psicossociais estejam relacionados com contextos sociais mais amplos, como os políticos e econômicos. A análise dessas dimensões é um processo reflexivo e conjunto, que implica comunicação entre pesquisadores e pesquisandos dentro da comunidade, além de outros interlocutores que representam categorias sociais mais amplas na sociedade. É dentro de um processo comunicativo, desenvolvido no contexto da pesquisa dos círculos epistemológicos e da participação na vida comunitária, que os pesquisadores encorajam a reflexão crítica nas três categorias de luta identificadas anteriormente e trabalham para o desenvolvimento de consciência crítica (FREIRE, 1980/2005; JOVCHELOVITCH, 2008).

Concluindo, pesquisar representações sociais através do método dos círculos epistemológicos significa estudar o conjunto de práticas, relações e contextos concretos em que o conhecer, como ação social, ocorre. Significa ser sensível àquilo que o conhecimento expressa e às inter-relações entre uma forma de conhecer e outras, pois elas não estão apenas ligadas às identidades, valores e modos de vida de uma comunidade, mas também à maneira como o conhecimento das comunidades acontece em situações em que a realidade social é desigual. Significa, também, examinar como o encontro com o saber de outros pode contribuir ao processo de avaliar criticamente nosso próprio saber, ao desenvolvimento da conscientização de pesquisandos e pesquisadores e ao empoderamento de comunidades para transformações efetivas.

A consciência crítica não apenas contribui para o processo de auto-entendimento e o empoderamento de pessoas e comunidades, mas ela estimula novos níveis de compreensão a populações que geralmente estão excluídas delas. Essa conscientização possibilita que suas vozes sejam colocadas no centro de instituições estatais e governamentais, onde estas pessoas

podem expressar o que sabem e o que querem. Participar de fóruns políticos e comunitários é uma maneira de as pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade serem vistas e ouvidas em seus projetos. Essas ações podem incentivar o desenvolvimento de novas configurações das instituições estatais e governamentais, pois elas impõem um diálogo com comunidades, que, historicamente, foram prejudicadas pela pobreza e pela exclusão social. As demandas para a construção de políticas redistributivas estão diretamente envolvidas com políticas de reconhecimento dos saberes das pessoas simples como legítimos na sociedade.

Considerações Finais

Neste artigo, foram analisados os pressupostos ontológicos e epistemológicos das representações sociais e suas conexões com a metodologia dos círculos epistemológicos, derivada do método de aprendizagem dos círculos de cultura de Paulo Freire. Observou-se que as representações sociais, enquanto fenômeno epistemológico, referem-se aos conhecimentos gerados no cotidiano entre as populações e comunidades. Essas representações possuem uma ontologia própria, são realidades em si mesmas e estão repletas das vivências, afetividades e das maneiras como as pessoas lidam com situações da vida em sua realidade social.

Essa teoria conecta-se com a concepção problematizadora e libertadora de Freire, ao valorizar o conhecimento do senso comum das pessoas e comunidades e dos saberes gerados em seu cotidiano. Parte também do pressuposto freiriano de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si” (FREIRE, 1987/2003, p. 68). Da mesma maneira, a teoria das representações sociais contempla a diversidade de saberes, em que todos os saberes são válidos, apesar de diferentes. Os círculos de cultura, idealizados por Freire, oferecem as bases para o desenvolvimento da metodologia dos círculos epistemológicos.

Os pressupostos, tanto da Teoria das Representações Sociais, como da metodologia dos círculos epistemológicos, questionam certas posturas científicas tidas como certas e únicas possíveis, provocando a reflexão crítica sobre como os saberes são produzidos e como podem ser transformados. A possibilidade de transformação do conhecimento dos pesquisandos visando à modificação de uma compreensão ingênua da realidade para uma ação que altere situações de desigualdade só pode ocorrer mediante o diálogo aberto e contínuo e do engajamento mútuo de pesquisador e pesquisando em direção à ampliação da consciência de ambos.

O reconhecimento de que pesquisador aprende com os pesquisandos e vice-versa é um pressuposto do círculo epistemológico em que a representação social de uma visão hierárquica de conhecimento é questionada e superada. Esse fato exige do pesquisador um profundo compromisso com a crença de que as pessoas simples trazem contribuições fundamentais para pesquisa, através de seu conhecimento e suas vivências. Seu grande objetivo é construir um encontro crítico, baseado no princípio dialógico, em que todos os participantes da pesquisa podem ganhar e desenvolver conhecimento.

Quando um pesquisador vai a campo com a proposta da inclusão das questões e projetos de seus pesquisandos, ele não pode evitar de se engajar nos desafios que a metodologia dos círculos epistemológicos apresenta. Nesses desafios, está incluída a luta para que outras esferas institucionais e acadêmicas compreendam a importância dos saberes do senso comum. Tal postura não é apenas teórica, mas política e ética e leva ao reconhecimento dos potenciais emancipatórios que ela pode desenvolver a longo prazo.

Referências

- BRANDÃO, C. R. Círculo de Cultura. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (orgs.) **Dicionário Paulo Freire**. 2 ed. p.69-70. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010a.
- BRANDÃO, C. R. Método Paulo Freire. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (orgs.) **Dicionário Paulo Freire**. 2 ed. p.263-264, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010b.
- BEISIEGEL, C. R. **Paulo Freire**. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- FREIRE, P. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. **Estudos Universitários, Revista de Cultura da Universidade do Recife**. Recife, n. 4, abr./jun. 1963.
- FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P. **Ideologia e educação: reflexões sobre a não neutralidade da educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 37 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987/2003.
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 1980/2005.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977/2006.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 29 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979/2006.
- FREIRE, P. **Cartas à Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. 3 ed. Organização e notas Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994/2013.
- GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 8 ed. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUARESCHI, P. **Psicologia Social Crítica: como prática de libertação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

GUARESCHI, P. Representações sociais, ética e política. In: OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. **Representações sociais: uma teoria sem fronteiras**. Rio de Janeiro: Museu da república, 2005.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 8 ed. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 1995.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações Sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Tradução Pedrinho Guareschi. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARKOVA, I. **Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente**. Tradução de Hélio Magri Filho. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2006.

MORRIS, C. W. **Mente, Self e Sociedade**. São Paulo: Idéias & Letras, 2010.

MOSCOVICI, S. Introduction to Herzlich. C. **Health and Illness: A social psychological analysis**, 1976.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 8 ed. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigação em psicologia social**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Tradução de Sonia Fuhrmann. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 1961/2012.

ROMÃO, J. E.; CABRAL, I. E.; CARRÃO, I. V. M.; COELHO, E. P. Círculo Epistemológico Círculo de Cultura como Metodologia de Pesquisa. **Revista Educação & Sociedade**. Nº 13., p. 173-195. Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

SCOCUGLIA, A. C. **A História das Ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 2 ed. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1999.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

3. A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar a maneira foi formado o Estado brasileiro a partir dos diferentes momentos históricos assim como apontar como seu desenvolvimento influenciou nas práticas da assistência social no Brasil. Para tanto, inicialmente, é elaborada uma concepção de Estado para embasar a compreensão posterior da formação do Estado brasileiro. Em seguida, são situados os períodos que construíram o Estado brasileiro: período colonial (1500-1822), Independência e República (1822-1889-1930), Era Vargas (1930-1964) e Estado contemporâneo e o neoliberalismo no Brasil (1970-2003). Após esta exposição, é elaborado o desdobramento da assistência social no Brasil e como a constituição do Estado contribuiu para a realização de suas práticas. Por fim, as considerações finais articulam e concluem as considerações deste artigo.

Palavras-chave: Estado brasileiro, Assistência Social.

THE FORMATION OF BRAZILIAN STATE AND SOCIAL ASSISTANCE

Abstract: This article aims to present how the Brazilian State was formed from the different historical moments as well as point out how its development influenced social assistance practices in Brazil. For such, initially, a conception of State is elaborated to support the understanding of the formation of the Brazilian State. Then, the periods which formed the Brazilian State are presented: The Colonial Period (1500-1822), Independence and Republic (1822-1889-1930), The Vargas Era (1930-1964) and the Contemporary State and Neoliberalism in Brazil (1970-2003). After this exhibition, the unfoldment is done on the social assistance in Brazil and how the State Constitution contributed to the realization of its practices. Lastly, the final considerations are articulated and conclude the consideration of this article.

Key-words: Brazilian state, social assistance.

Introdução

Diferentemente de outras formações estatais, a constituição do Estado Brasileiro teve algumas peculiaridades que advém de sua história de país colonizado e que, de certa forma, permanecem em sua estrutura até os dias atuais. Esse fato tem influência significativa no desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, em especial sobre a assistência social. Nesse

sentido, este artigo tem o intuito de apresentar como ocorreu a formação do Estado Brasileiro, mostrando os diferentes momentos de história e as características específicas da maneira como o mesmo se estruturou. Pretende-se ainda demonstrar como esses aspectos influenciaram na forma como se configurou a assistência social no Brasil.

A história do Brasil mostra traços bem particulares na formação do Estado e na constituição de seu caráter público. Desde o início da colonização, há uma persistente confusão entre as dimensões pública e privada na gestão da coisa pública, em que o poder do Estado, que deveria servir aos interesses da população, é utilizado para privilegiar interesses privados. Dessa maneira, a representação do poder público na compreensão da população cristalizou-se como algo materializado apenas através da mediação exercida pelos senhores de terras e, posteriormente, pela classe dominante. Esse fato tornou-se um aspecto cultural marcante da organização social brasileira, em que o público torna-se uma questão pessoal como resultado de uma rede de relações particulares que terminam por construir a ordem pública.

Essas tendências passivas⁹ foram causa e efeito de uma presença muito forte do Estado na vida brasileira. No Brasil, primeiramente é formado um Estado unificado antes de surgir uma nação. Dessa maneira, a nação brasileira foi construída a partir do Estado e não a partir da ação das massas populares, pois, desde o início de sua formação histórica, havia uma classe dominante que não possuía uma efetiva identificação com as questões populares e nacionais e que foi imposta de cima para baixo ou mesmo de fora para dentro. Isso acarretou que as elites, além de dominantes, fossem também dirigentes. O Estado moderno brasileiro foi quase sempre uma “ditadura sem hegemonia¹⁰” ou, para usarmos a terminologia de Fernandes, uma “autocracia burguesa¹¹” (COUTINHO, 2006; FERNANDES, 1987, p. 289).

⁹ A expressão descreve o que Coutinho (2006) referiu, a partir de Gramsci, como Revolução Passiva. A Revolução Passiva alude a processos de transformação do Estado nos quais ocorre uma conciliação entre as frações das classes dominantes e cuja finalidade é a de excluir as camadas populares de uma participação mais ampla em tais processos. Gramsci diz que as revoluções passivas provocam mudanças na organização social que conservam elementos da velha ordem. Trata-se, essencialmente, de transformações que se dão “pelo alto”. Um exemplo de Estado que resulta de processos de revolução passiva seriam as ditaduras sem hegemonia (COUTINHO, 2006, p. 174).

¹⁰ Uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum e orienta, muitas vezes, sem consciência, o pensamento e a ação de grandes massas de mulheres e homens. Cabe lembrar que a hegemonia é consenso e não coerção – existe hegemonia quando indivíduos e grupos sociais aderem consensualmente a certos valores. Como no Brasil não houve consenso e nem espaço para participação política e cidadã da população, Coutinho (2010) usa o termo “ditadura sem hegemonia” para enfatizar que a formação do Estado brasileiro não considerou as expressões da população.

¹¹ Da mesma maneira, Fernandes (1987) afirma que o Estado burguês brasileiro constituiu-se como uma autocracia, restringindo a sociedade civil e a Nação aos estratos burgueses, excluindo politicamente a enorme massa popular e interditando a ascensão dos trabalhadores e das classes oprimidas à condição de sujeito político.

Neste sentido, as fórmulas de enfrentamento das questões ligadas ao mau funcionamento das estruturas públicas no Brasil baseavam-se em experiências tentadas em outros contextos, nos quais a gênese dos problemas obedecia à outra lógica e os níveis de extensão da ação do Estado eram também distintos. A isto se acrescenta o fato de que nem sempre a implementação de tais experiências no Brasil, como argumento para sua imitação, correspondeu efetivamente ao ocorrido (BEHRING e BOSCHETTI, 2008; BURSZTYN, 1994).

A maneira pela qual se desenvolveu o Estado brasileiro influenciou drasticamente na constituição da assistência social. Inicialmente, a relação entre Estado e sociedade, neste âmbito, era permeada pelo assistencialismo e pelas relações clientelistas e filantrópicas. Essas características, ainda não superadas de forma efetiva, impediram por longo tempo a concepção da assistência social como política pública e direito social garantido pela Constituição (BURSZTYN, 1994; COUTO, 2008).

Para o aprofundamento dessas questões, o presente artigo estrutura-se da seguinte forma: em primeiro lugar, é apresentada, de forma breve, a concepção de Estado utilizada para fundamentar permear a discussão sobre o Estado brasileiro; em segundo lugar, são mostrados a formação do Estado Brasileiro e seu desenvolvimento nos diferentes períodos da história: Período Colonial (1500-1822), Independência e República (1822-1889-1930), Era Vargas (1930-1964) e o Estado contemporâneo e o Neoliberalismo no Brasil (1970-2003). Em terceiro lugar, são apresentados a história e o processo da assistência social no Brasil e, como consequência, a influência das peculiaridades da formação estatal brasileira na maneira como esta se configurou. Por fim, são feitas as considerações finais, que sintetizam e articulam as ideias presentes neste artigo.

Concepção de Estado

Neste item, é realizado um breve esclarecimento do que se entende por Estado, o qual auxilia na posterior discussão sobre a formação do Estado brasileiro. Conforme Bresser-Pereira (1995), o conceito de Estado é impreciso na ciência política e, por essa razão, existem diversas concepções de Estado. Não se pretende abordar aqui essas diferentes definições. Desse modo, a descrição de Estado adotada neste artigo é inspirada na tradição marxista, a qual entende o Estado em relação à divisão de classes dentro de uma sociedade. Esta concepção foi escolhida pelo fato de ser a que melhor explica a forma como se constituiu o Estado brasileiro, que pode ser identificado a partir das diferenças e relações entre as classes.

Considerando esses aspectos, a origem do Estado está no nascimento da propriedade individual em que ocorre a divisão do trabalho. Com a divisão do trabalho, a sociedade divide-se em classes, como, por exemplo, a classe dos proprietários e a classe dos que nada têm. Assim, com a fragmentação da sociedade em classes, nasce o poder político, que pode ser desigualmente distribuído, no sentido em que pode haver dominação¹² dentro de várias esferas da vida social. À medida que essas dimensões específicas de dominação, dentro de um território concreto, vão sendo centralizadas em uma sede do poder supremo, pode-se dizer que a dominação está concentrada no Estado. A condição necessária e suficiente para que um Estado exista é a formação de um poder central que possua condições de tomar decisões e ordenar a todos que vivem em um determinado território, que devem acatar e cumprir as imposições do Estado. Dessa forma, o Estado é a mais alta instituição territorialmente centralizada em uma sociedade e sua função é, essencialmente, a de manter o domínio de uma classe sobre outra, recorrendo inclusive à força, e assim impedir que a sociedade dividida em classes se transforme em um estado de permanente anarquia. A institucionalização de um Estado-nação soberano e, como parte deste, de um Estado, é o resultado da necessidade da apropriação do excedente por parte da classe dominante que necessita condições políticas para isso. Dessa forma, a partir da divisão de classes e da apropriação do excedente pela classe dominante, aquela sociedade assume o caráter de país soberano constituído por uma sociedade civil e pelo Estado (BOBBIO, 1987; BRESSER-PEREIRA, 1995; GUARESCHI, 2003).

O Estado é uma estrutura política, um poder organizado que permite à classe economicamente dominante tornar-se também politicamente dirigente e assim garantir para si a apropriação do excedente. Seus elementos constitutivos são: a) um governo formado por membros da elite política, que tendem a ser recrutados junto à classe dominante; b) uma burocracia ou tecnoburocracia pública, ou seja, um corpo de funcionários hierarquicamente organizados, que se ocupa da administração; e c) uma força policial e militar, que se destina não apenas a defender o país contra o inimigo externo, mas também a assegurar a obediência das leis e assim manter a ordem interna. Essa organização política tem ainda o poder de estabelecer um sistema tributário e de instituir uma moeda nacional. Dessa forma, além do governo, da burocracia e da força pública, que constituem o aparelho do Estado, ele é

¹² Muitos autores equiparam poder com dominação. Entretanto, Guareschi (2003, p.127) faz uma distinção: poder é a capacidade de transformar práticas (poder político, capacidade de transformar relações sociais); dominação, porém, é definida aqui como a distribuição desigual do poder. Mesmo em uma sociedade igualitária, utópica, haverá política e poder; mas não haverá dominação. Dominação é, pois, uma maneira de se entender a distribuição de poder. Há dominação quando uma pessoa (ou grupo) assimetricamente apodera-se do poder.

adicionalmente constituído por um ordenamento jurídico impositivo, que extravasa o aparelho do Estado e se exerce sobre toda a sociedade (BRESSER-PEREIRA, 1995).

A partir do entendimento da origem e constituição de Estado, pode-se afirmar que é comum confundir-se Estado com governo, com estado-nação ou país e mesmo com regime político, ou sistema econômico. O conceito de Estado, diferenciado dos conceitos de governo, de estado-nação ou de regime político, mostra que o Estado é uma parte da sociedade. É uma estrutura política e organizacional que se sobrepõe à sociedade, ao mesmo tempo que dela faz parte. O termo “Estado” designa o aparelho administrativo e o sistema constitucional-legal que organiza ou regula a sociedade. Já a expressão “aparelho de Estado” pode ser utilizada para se fazer referência aos órgãos administrativos do governo e “sociedade” quando se trata do sistema social abrangente. A utilização da expressão “governo” como substituta para Estado impede de se fazer a distinção crucial entre o Estado e seu corpo dirigente: o governo (BRESSER-PEREIRA, 1995; 1999).

A expressão “Estado-Nação” consagrada na teoria política, assim como a expressão “País” indica uma sociedade politicamente soberana. Os termos “Estado-Nação” ou “sociedade” também servem para designar respectivamente o sistema político e o sistema social que englobam o Estado e sociedade civil em um determinado território. Nessa perspectiva, o Estado-Nação e a sociedade são, respectivamente, realidades políticas ou sociais concretas, ao passo que Estado e mercado são as duas instituições fundamentais das sociedades contemporâneas (BRESSER-PEREIRA, 1999).

Neste contexto, o Estado-Nação ou país é a entidade política soberana constituída por uma população que habita certo território. Esta população, na medida em que é formada por cidadãos com direitos teoricamente iguais, constitui-se em um povo, que serve de base para a existência do estado-nação. Por outro lado, nesse país é possível se distinguirem uma sociedade civil e um Estado. A sociedade civil é constituída pelas classes sociais e grupos, que têm acesso diferenciado ao poder político efetivo, ao passo que o Estado é a estrutura organizacional e política, fruto de um contrato social ou de um pacto político, que garante legitimidade ao governo. Em outras palavras, a sociedade civil é o povo, ou seja, o conjunto dos cidadãos organizado e ponderado de acordo com o poder de cada indivíduo e de cada grupo social; já o Estado é o aparato organizacional e legal que garante a propriedade e os contratos (BRESSER-PEREIRA, 1995).

Adicionalmente, podemos pensar o Estado como a *res pública*, ou seja, a coisa pública que se refere ao Estado como propriedade coletiva de todos os cidadãos. O Estado é, teoricamente, o espaço da propriedade pública – orientada para o interesse público e

propriedade de todos os cidadãos – e só é legitimado dessa forma se a democracia assegurar esse fato. Assim, quando a propriedade pública está subordinada ao aparelho do Estado, ela é estatal. Além disso, existem outras formas de propriedade pública que podem ser definidas como públicas não-estatais porque não fazem parte do aparelho do Estado. Estas estão incluídas no conceito de coisa pública que é mais amplo que o de Estado. Já o Estado como detentor de um patrimônio e de um fluxo de recursos financeiros originados dos impostos constitui a *res publica* a partir da soma destes dois ativos. Nas sociedades pré-democráticas, o Estado era por definição privado, pois estava a serviço da classe ou do grupo poderoso que controlava o Estado e, através dele, apropriava-se do excedente social. Por essa razão, pode-se afirmar que o avanço da democracia é a história da desprivatização do Estado (BRESSER-PEREIRA, 1995).

Assim, o Estado é uma organização burocrática ou aparelho que se diferencia essencialmente das demais organizações porque é a única que dispõe de poder extroverso, ou seja, um poder político que ultrapassa os seus próprios limites organizacionais. Enquanto as organizações burocráticas possuem normas que apenas a regulam internamente, o Estado é, ainda, constituído por um grande conjunto de leis que regulam toda a sociedade. Ao deter esse poder, o Estado torna-se maior do que o simples aparelho do Estado. Este aparelho, regulado pelo direito administrativo e dividido em três poderes (legislativo, executivo e judiciário) é uma organização burocrática. O poder do Estado se exerce sobre um território e uma população, os quais não são propriamente elementos constitutivos do Estado, mas do Estado-Nação. Na verdade, são os objetos sobre o qual se exerce a soberania estatal, ao mesmo tempo em que a população, transformada em povo e no conjunto dos cidadãos, assume o papel de sujeito do próprio Estado (BRESSER-PEREIRA, 1995).

Em síntese, o Estado é o aparelho com capacidade de legislar e tributar sobre a população de um determinado território. A elite governamental, a burocracia e a força militar e policial constituem o aparelho do Estado. O Estado, porém, é mais do que seu aparelho, porque inclui todo o sistema constitucional legal que regula a população existente no território sob sua jurisdição. Esta população, por sua vez, assume o caráter de povo ao se tornar detentora do direito da cidadania e se organiza como sociedade civil. Sociedade civil e Estado constituem o estado-nação. Mas, da mesma forma que podemos pensar na sociedade civil e no Estado constituindo o Estado-Nação ou a sociedade, podemos pensar que Estado e sociedade são dois conceitos abrangentes, um enfatizando o regime político, o outro, a organização social. A sociedade civil é a parte da sociedade que está fora do aparelho do Estado. Ou, situada entre a sociedade e o Estado, é o aspecto político da sociedade: a forma através da

qual a sociedade se estrutura politicamente para influenciar a ação do Estado. Em uma perspectiva política, sociedade civil e Estado somados constituem o Estado-Nação ou o País; em uma perspectiva sociológica, formam a sociedade ou o sistema social. Gramsci faz a distinção entre Estado e sociedade civil e coloca como critério central da mesma o fato de o Estado dominar pela força, coerção, ao passo que a sociedade civil domina pelo consenso, pela persuasão. A ação do Estado seria a dominação; a ação da sociedade civil seria a hegemonia (BRESSER-PEREIRA, 1999; GUARESCHI, 2003).

O poder próprio do Estado apresenta um caráter de evidente supremacia sobre os indivíduos e as sociedades de indivíduos que formam sua população. Esse poder peculiar ao Estado, essa *potestade*, eram denominados pelos escritores clássicos como *summa potestas* ou soberania. A soberania designa não o poder, mas uma qualidade do poder do Estado, ou seja, ela é o grau supremo a que pode atingir esse poder, no sentido de não reconhecer outro poder juridicamente superior a ele, nem igual a ele dentro do mesmo Estado. Quando se diz que o Estado é soberano, deve-se entender que, na esfera de sua autoridade e na competência em que exerce sua finalidade, que é o bem público, ele representa um poder que não depende de nenhum outro poder, nem é igualado por qualquer outro dentro do seu território. Assim, quando o Estado traça normas para regular as relações dos indivíduos que a ele estão sujeitos (organização da família, punição de crimes), ele exerce o poder de modo soberano. Sendo assim, as regras que edita são impostas, sem que qualquer outro poder ou autoridade interfira ou se oponha. Dessa forma, o Estado é definido como o portador da *summa potestas*, sendo que sua análise se assenta no estudo dos poderes que competem ao soberano (o legislativo, o executivo, o judiciário) e das relações entre eles (BOBBIO, 1987). A partir do esclarecimento sobre o Estado, sua gênese e constituição, pode-se passar ao próximo tópico que é a formação do Estado Brasileiro.

Formação do Estado Brasileiro

A construção do Estado brasileiro inicia-se com a colonização do Brasil que, de certo modo, deixa suas marcas paternalistas e assistencialistas até os dias atuais. Percebe-se que, nos diferentes períodos, essas características vão tomando diferentes formas, mas permanecem privilegiando as classes dominantes que utilizam o aparelho do Estado para interesses próprios.

Período Colonial (1500 – 1822)

O povo-nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às

suas necessidades de sobrevivência e progresso. Surge, isto sim, da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável. (RIBEIRO, 1995, p. 23)

O trabalho escravo, somado ao processo político de dependência da colônia brasileira a Portugal, é fundamentalmente uma das características marcantes da sociedade brasileira presente ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Ao tornar-se dependente da administração portuguesa, a organização social estava subordinada ao império lusitano, que estabeleceu no Brasil uma oligarquia autoritária e paternalista que se expandiu com o sistema produtivo baseado na agricultura e na exploração da mão de obra escrava. Os escravos, destituídos de sua condição humana pelos proprietários de terra, não possuíam nenhum tipo de direito, o que submetia a provisão de suas necessidades à vontade de seus “donos”. A organização estatal no período colonial estava mais comprometida com o poder privado, assegurando direitos e privilégios somente aos grandes proprietários de terras.

O tráfico de escravos foi interrompido somente em 1850 devido a fortes pressões internacionais, mas a escravidão no Brasil continuou até 1888, quando então foi abolida. Entretanto, conforme Couto (2008) a abolição da escravatura não modificou as condições de vida da maioria da população brasileira o que manteve, nas suas relações sociais, as características de uma sociedade escravocrata e paternalista. De fato, a abolição serviu apenas como formalidade diante das imposições estrangeiras, não existindo intenção de efetivá-la na prática. Assim, o peso da escravidão marcou de forma profunda a cultura e os valores e as ideias da sociedade brasileira. O maior exemplo desse peso são as condições de trabalho e as relações sociais carregadas de desqualificações no ambiente cultural brasileiro (CARVALHO, 2008; COUTO, 2008).

Outra marca histórica ligada à questão da escravidão e que caracteriza a formação do Estado Brasileiro são as relações de poder existentes nas grandes propriedades. Como o poder era dos senhores, estes criavam um sistema de justiça interno, no qual suas decisões tornavam-se leis no que dizia respeito à suas propriedades, sendo que todos aqueles vivessem nas grandes fazendas deveriam submeter-se a elas. Os coronéis, possuidores da mão de obra atuante em suas terras, incluindo-se escravos e trabalhadores, concediam-lhes benefícios ou favores, conforme sua vontade, como recursos de trabalho e sobrevivência. Como os trabalhadores dependiam desses senhores para sua subsistência, aceitavam essas “ajudas” sem escusas. Essa situação acabou por gerar, já no período colonial, as condições objetivas da

ideologia do favor e da relação de dependência social, que mais tarde influenciará significativamente nas ações da assistência social no Brasil (COUTO, 2008).

Aos senhores do período colonial faltava o sentido de cidadania e de direitos, pois sua apropriação de certas funções, atribuídas ao Estado, tornava-se simples instrumento do poder pessoal. A posse do Estado para interesses privados e a confusão entre o público e o privado vão persistir em outras etapas da constituição do Estado Brasileiro, correndo-se o risco de afirmar que este, entre outros aspectos, esta situação permanece até os dias atuais.

Entre os vícios herdados do período colonial, um dos mais graves é a concepção de que os interesses privados são sempre absolutamente predominantes, justificando-se inclusive, o uso do governo, do aparato administrativo e de todos os recursos públicos para a satisfação do interesse exclusivo de uma pessoa, ou de um grupo de elite (DALLARI, 2000, p. 449).

Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um país dotado de grande unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Contudo, deixaram como herança uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária e um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira. Dessa forma, o Estado nasceu sob o signo forte de ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática, no sentido da garantia dos privilégios da classe dominantes (BEHRING e BOSCHETTI, 2008; CARVALHO, 2008).

Independência e República (1822-1889-1930)

O Brasil do tempo da proclamação de sua Independência herdou a existência de uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária e um Estado absolutista. Essas características dificultaram a criação de uma consciência de cidadania na população brasileira e a implantação de mecanismos de direitos por parte do Estado. Esses fatos são observados pelos acontecimentos sócio-históricos que construíram a formação estatal brasileira (COUTO, 2008).

O processo específico em que é constituído o Estado Nacional Brasileiro e aquele no qual é consolidado o capitalismo ocorre na ocasião da Independência em 1822. Neste momento, há a ruptura com a homogeneidade da aristocracia agrária e o surgimento de novos elementos econômicos implementados sob a pressão da divisão do trabalho na perspectiva de se construir uma nova sociedade brasileira (BEHRING e BOSCHETTI, 2008).

Com a Independência, o poder começou a se organizar a partir de dentro, já que, anteriormente, era administrado essencialmente pela coroa portuguesa. Contudo, ainda

existiam elementos conservadores que continham a ideia de preservação da ordem social de forma a não se efetivar uma verdadeira autonomia, fundamental para a construção da Nação. Dessa forma, o objetivo das classes dominantes era o de romper com o sistema colonial no que dizia respeito à restrição da liberdade de comércio e à autonomia administrativa. A cisão que deveria vir com a Independência trouxe, na verdade, uma situação formalmente colonial para a condição de país independente. Assim, não houve um rompimento com a ordem estatal nem com a econômica anterior, mas foi, de certo modo, um rearranjo entre as diferentes frações das classes dominantes. A fachada liberal construída pela elite europeizada ocultava a miséria e a escravidão da maioria dos habitantes do país, sendo o elemento revolucionário inspirado no liberalismo sabotado pelas características históricas e sociais que mantinha aprisionada a definitiva ruptura com o passado (COUTINHO, 2006; FERNANDES, 1987).

Por essas razões, havia certa tensão na relação entre as ideias liberais, que tem como um de seus pressupostos o trabalho livre e a manutenção de uma sociedade escravista. Sendo o Brasil um país com características históricas da escravidão, das práticas de clientelismo e do favor, as ideias liberais eram camufladas por um padrão particular na relação entre classes e instituições do Estado, que disfarçavam a violência das relações de produção no Brasil. Contudo, era inevitável o discurso liberal em um país que acabara de se independizar em nome dos ideais da revolução francesa e com articulações econômicas com o mundo do capital. Dessa forma, houve um desenho formal moderno e liberal de instituições, como a burocracia e a justiça, que eram regidas internamente por relações de clientela, em uma coexistência estabilizada entre princípios distintos. Embora a burguesia incorporasse no discurso as elaborações europeias contra o autoritarismo e a escravidão, na prática, ela afirmava o favor e o clientelismo em instituições que proclamavam formas e teorias do Estado burguês moderno (BEHRING, 2008; BEHRING e BOSCHETTI, 2008; IAMAMOTO, 2011).

Assim, nasce a burguesia brasileira com suas raízes imbricadas às bases do poder oligárquico com interesses na expansão do comércio e na indústria, conforme o modelo liberal francês. Este modelo torna-se símbolo da modernidade e da civilização, restrito à condução de suas atividades econômicas, nas quais são incorporados os princípios da livre concorrência. Estamos diante de uma burguesia dotada de algum espírito modernizador, mas que limitava seu ritmo progressista ao âmbito empresarial e às condições imediatas de sua atividade e crescimento econômico. O componente cultural liberal para a formação da sociedade e do Estado nacionais possibilitou uma metamorfose do senhor colonial para o senhor cidadão, que passou a ser elemento exclusivo da sociedade civil. Se houve uma metamorfose das elites, no sentido de seu aburguesamento, esta foi acompanhada de uma

aceitação dos controles estrangeiros na vida econômica do país, a qual se processava sob uma forte afinidade de interesses e laços de lealdade. Por esta razão, a heteronomia¹³ tornou-se uma marca estrutural do Estado capitalista brasileiro (IAMAMOTO, 2011).

As modificações trazidas pelo liberalismo econômico no Brasil, acopladas às fortes características do período colonial foram chamadas, por diversos autores, de modernização conservadora (BEHRING, 2008; BEHRING e BOSCHETTI, 2008; IAMAMOTO, 2011). Esta refere-se à articulação do progresso e ao limite da ordem, ao mesmo tempo em que torna o processo lento no que tange às transformações operadas, de modo que o novo surja como um desdobramento do velho. Ela permite explicar a incorporação e ou criação de relações sociais arcaicas ou atrasadas nos setores de ponta da economia. Com a modernização conservadora, verifica-se uma aliança do grande capital financeiro, nacional e internacional, com o Estado nacional, que passa a conviver com os interesses oligárquicos e patrimoniais, que também se expressam nas políticas e diretrizes governamentais, imprimindo um ritmo lento à modernização capitalista da sociedade. O atraso e a lentidão na adoção das medidas impostas pelo liberalismo – fim da escravidão, trabalho livre – na sociedade brasileira era conveniente para a manutenção da propriedade privada e o monopólio da burguesia, que são os responsáveis pela persistência dessas características históricas. Essa desigualdade de temporalidades históricas tem como principal efeito a sabotagem da democracia por parte da burguesia brasileira. Por outro lado, Fernandes (1987) refere-se a uma “democracia restrita” – restrita aos membros das classes dominantes que universalizam seus interesses de classe a toda nação, pela mediação do Estado e de seus organismos privados de hegemonia. A democracia não era uma condição geral da sociedade: estava aprisionada no âmbito da sociedade civil, da qual faziam parte apenas as classes dominantes, as quais utilizavam o Estado nacional nascente para o patrocínio de seus interesses gerais. Esse fato fica evidente quando as soluções políticas para as grandes decisões, que presidiram a condução da vida nacional, têm sido orientadas por deliberações “de cima para baixo” e pela reiterada exclusão das classes subalternas¹⁴, historicamente destituídas de cidadania social e política (IAMAMOTO, 2011; MARTINS, 1994).

Pode-se afirmar, a esta altura, que as limitadas alterações trazidas pela Independência e pelo liberalismo econômico não contemplaram a defesa dos direitos do cidadão por parte das

¹³ Heteronomia é um conceito básico do Estado de Direito, em que todos devem se submeter à vontade da lei. Significa que a sujeição às normas jurídicas não depende do livre arbítrio de quem a ela está sujeito, tratando-se de uma imposição exterior que decorre da sua natureza obrigatória. Ver mais sobre o significado em Nicola, 2007.

¹⁴ As classes subalternas referem-se ao grupo de pessoas que não possuem “o poder de mando, o poder de decisão, o poder de criação e de direção. A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política” (YAZBECK, 1993/2009, p. 26).

elites. Esta não demonstrava nenhum interesse em promover alteração substantiva na cultura política da sociedade brasileira, resultando daí uma sociedade conservadora, em que as pessoas consideradas parte das famílias dominantes tinham relações baseadas na cumplicidade e no compadrio. Os que não pertenciam a essas classes abastadas deveriam se contentar com práticas da realização de favores, do clientelismo e da tutela ou cooptação (CHAUÍ, 2000; COUTO, 2008).

Essa forma de estruturar as relações entre sociedade e Estado, entre os grandes proprietários, trabalhadores e classes subalternas vai ser a tônica presente ao longo da história do país. Essas tendências passivas foram causa e efeito de uma presença muito forte do Estado na vida brasileira que se manifesta desde o processo da Independência e revela uma importante consequência: a nação brasileira foi construída a partir do Estado e não a partir da ação das massas populares. Esse efeito perverso tem como origem o fato de que, desde o início de nossa formação histórica, houve uma classe dominante que nada tinha a ver com o povo e que não era expressão dos movimentos populares, mas que foi imposta ao povo de cima para baixo ou mesmo de fora para dentro e, portanto, não possuía identificação com as questões populares e nacionais. A debilidade histórica da democracia no Brasil, que se expressa no fortalecimento do Estado e na subalternidade da sociedade civil, é indissociável do perfil da revolução burguesa no País. O amplo uso de instrumentos coercitivos por parte do Estado restringiu a participação política e o exercício da cidadania para os setores majoritários da população, derivando em uma rede de associações autoritárias que atravessa a própria sociedade civil “incorporada” pelo Estado (COUTINHO 2006; FERNANDES, 1987; IAMAMOTO, 2011).

Em suma, o processo de colonização entre os séc. XVI e XIX serviu à acumulação originária¹⁵ de capital nos países desenvolvidos. Os períodos Imperial e República não alteraram significativamente a tendência à subordinação e dependência ao mercado mundial, mesmo que, com o decorrer da história, tenham se modificado as condições dessa relação. A acumulação originária, o colonialismo e o imperialismo são situações semelhantes que compõem a formação brasileira, no sentido em que esta se torna uma sociedade e economia que se organizam conforme os interesses de mercados estrangeiros e que conservam

¹⁵ Acumulação originária do capital, também conhecida como acumulação primitiva, foi o processo de acumulação de riquezas ocorrido na Europa entre os séculos XVI e XVIII que possibilitou as grandes transformações econômicas da Revolução Industrial. A acumulação primitiva de capital, para Marx, desenvolveu-se a partir de dois pressupostos: 1) a concentração de grande massa de recursos (dinheiro, ouro, prata, terras) nas mãos de um pequeno número de proprietários; 2) a formação de um grande contingente de indivíduos despossuídos de bens e obrigados a vender sua força de trabalho aos senhores de terra e donos de manufaturas (MARX, 1985).

características históricas de uma oligarquia dominante que se mantém inerte aos interesses dos trabalhadores e classes subalternas (IANNI, 1984; PRADO JR, 1966).

Com a República, são estabelecidos os requisitos formais para a universalização dos direitos dos cidadãos. Eliminam-se, em tese, as fronteiras jurídico-políticas entre as classes e estratos sociais, com a abolição da escravatura, a generalização do trabalho livre e a instauração da propriedade privada da terra. Essas medidas permitem o estabelecimento dos pressupostos para a organização capitalista da produção e do mercado de trabalho, cujas virtualidades não foram homoganeamente incorporadas na formação econômica e política brasileira (IAMAMOTO, 2011).

No período republicano, a Constituição anterior (1824) foi reformulada pelos governos que sucederam à Proclamação da República, instituindo a Constituição de 1891. Como a antiga, as leis colocadas nessa nova Constituição também não saíram do papel. Levando-se em consideração que a Carta Magna deveria conter os direitos reconhecidos por lei para serem executados na sociedade através do Estado, o que vimos na sociedade brasileira foi que os direitos não eram colocados em prática. Isso mantinha a elite em situação privilegiada e os trabalhadores a serviço da vontade desta elite. O endurecimento da elite brasileira na busca pelos seus interesses e satisfação das demandas dos trabalhadores pela lógica do favor gerou uma série de obstáculos para a estruturação dos direitos civis, políticos e sociais no país. A intervenção social no Brasil ficou, inicialmente, marcada pelo caráter assistencial, não-estatal e tinha como pressupostos a caridade e a solidariedade (COUTO, 2008).

Contraopondo-se a esta realidade, muitos movimentos surgiram por parte da população demonstrando uma enorme insatisfação com a realidade brasileira. Dentre eles, poderíamos citar a Revolta de Canudos, em 1893, e a do Contestado, em 1912, assim como revoltas de cunho religioso que ficaram marcadas pela construção de comunidades que lutavam contra medidas adotadas pela República no que diz respeito à Igreja e ao Estado. Em 1902, houve a Revolta da Vacina que protestou contra a invasão do Estado nas casas para forçar as pessoas a tomarem vacina. Esses movimentos, entre outros, primavam pelo que constava na Constituição como livre escolha religiosa, direitos iguais a todos perante a lei e inviolabilidade do lar. Cabe ressaltar que os movimentos populares citados anteriormente foram aniquilados por forças militares do governo central, demonstrando que a lei que realmente vigorava na prática era a do Estado e da elite, não importando o que constava na Constituição (CARVALHO, 2008; COUTO, 2008).

Os direitos sociais, presentes na Constituição de 1891, primavam pelo direito do livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial. Contudo, eram privilégio de

somente uma parcela da população, a qual pertencia a uma classe social mais elevada e possuía sua propriedade privada. A população que não possuía essas condições não tinha acesso a esses direitos e continuava dependente das concessões da elite formada pelos grandes proprietários. A garantia dos direitos somente a uma parcela da população contribuía para a relação de poder de uma classe sobre a outra, para a manutenção do *status quo* através da concessão de favores. Essa característica atravessa os vários movimentos e regimes políticos da sociedade brasileira, constituindo uma relação de dependência entre quem detém o poder, a terra, os meios de produção e o capital versus aqueles que vivem e sobrevivem à margem da riqueza socialmente produzida e que têm incorporado a “concessão social” como categoria intangível pela ótica da cidadania (COUTO 2008).

Era Vargas (1930-1964)

A tradição de um Estado superposto à nação reproduziu-se na Revolução de 1930, a qual assinala um momento de importante descontinuidade com a velha ordem. Depois da abolição e da Proclamação da República, o Brasil já era uma sociedade capitalista com um estado burguês, mas é depois de 1930 que se dá efetivamente a consolidação e a generalização das relações capitalistas no país, inclusive com a expansão da indústria. Na revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, setores das oligarquias agrárias, não ligados diretamente ao mercado externo, empreenderam processos de transformação que irão se consolidar efetivamente a partir de 1937, com a implantação da ditadura do Estado Novo. Nesse momento, promove-se um intenso e rápido processo de industrialização pelo alto, que não foi resultado consciente da ação do empresariado. O principal responsável pela industrialização foi o próprio Estado, não só por meio de políticas cambiais e de crédito que beneficiavam a indústria, mas também devido à criação direta de empresas estatais, sobretudo nos setores energético e siderúrgico. Pode-se dizer que, a partir dos anos 1930, a fração preponderante no bloco de poder que governou o Brasil foi o capital industrial. Neste sentido, pode-se considerar que o período entre 1930 e 1964 é a forma mais emblemática de manifestação da revolução passiva e da modernização conservadora em nossa história (COUTINHO, 2006).

Em 1930, o Brasil viveu um momento de instabilidade no qual se alternavam ditaduras e regimes democráticos. A Revolução, ocorrida nessa época, indicou uma série de mudanças sociais e políticas, dentre as quais se pode citar a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, além da vasta legislação trabalhista e previdenciária. Este governo durou até 1934 quando a assembleia constituinte votou uma nova Constituição (1934) e elegeu Vargas como presidente. A nova Carta Magna permitia a intervenção direta do Estado no exercício

dos direitos, os quais poderiam ser plenamente controlados pelo governo. Assim, o golpe de Estado de 1937 e a implantação do Estado Novo por Vargas caracterizou, no Brasil, um período ditatorial e autoritário que colocou os direitos sociais em primeiro plano, visando ao processo da industrialização no país já mencionada. A classe operária foi considerada uma categoria social marginalizada que precisava ser controlada para não se tornar perigosa na reivindicação por seus direitos (COUTINHO, 2006; COUTO, 2008).

Torna-se importante destacar o que ocorreu durante os quase 15 anos do chamado período populista no que se refere às leis trabalhistas. Entre os anos de 1931 a 1943, foram criadas muitas leis do trabalho (jornada de oito horas no comércio e na indústria, regulamentação do trabalho feminino, carteira de trabalho, salário mínimo) que compunham a Constituição de 1934, mas que só foram consolidadas em 1943. Por essa razão, em grande parte da época populista (1951-1964), a proposta nacional-desenvolvimentista – que era uma proposta voltada para a expansão do capitalismo no Brasil e, portanto, uma proposta burguesa, que interessava à fração industrial dessa classe – obteve o consenso de segmentos importantes das camadas populares, muito particularmente da classe operária urbana com carteira assinada. Sem que houvesse desaparecido o caráter autoritário e corporativista do Estado, tem lugar aqui o que pode se chamar de hegemonia seletiva. A hegemonia seletiva configurava-se de forma limitada e excludente: embora houvesse segmentos das classes subalternas dos quais se tentava obter consenso, inclusive por meio de concessões (direitos trabalhistas, aumentos salariais etc.), tinha-se ao mesmo tempo a exclusão de outros setores importantes dessas classes, como era o caso dos trabalhadores rurais e dos urbanos autônomos, excluídos não só dos direitos sociais, mas também – graças à proibição do voto dos analfabetos – dos direitos políticos. Dessa forma, pode-se observar que, por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, eram a pauta de reivindicação dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora e, por outro, representavam a busca de legitimidade das classes dominantes, que restringiu os direitos políticos e civis. Esses dados mostram que a assistência aos trabalhadores continuava sendo um privilégio, pois de fato, como direito, deveria beneficiar a todos e não somente a parcela dos trabalhadores da qual o governo se interessava em favorecer. Dessa forma, ficou evidente que a legislação trabalhista não contou com a participação política e muito menos com a vigência dos direitos civis. Foram criadas leis para os trabalhadores, sendo que os maiores interessados não puderam intervir. Esse fato coloca em cheque a legislação trabalhista como conquista democrática e “compromete, em parte, sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa” (CARVALHO, 2008, p.110). A intenção que havia por trás das políticas trabalhistas era a de

controlar os trabalhadores através das imposições feitas em seu processo de trabalho (COUTINHO, 2006; COUTO, 2008).

No período do governo de Vargas, o pouco que foi conquistado no âmbito social por meio dos direitos sociais e das leis trabalhistas não anula o fato de que a característica dominante do Estado brasileiro foi sempre a de ter sido submetido a interesses estritamente privados. Além disso, foi criado um aparente Estado de bem-estar, ao longo de um processo que se inicia nos anos 1930. Contudo, o pretense *Welfare* brasileiro não funcionava: embora juridicamente a Constituição consagrasse importantes direitos sociais, estes não eram implementados na prática, não tanto porque o país fosse pobre ou o Estado não dispunha de recursos, mas porque não havia vontade política de fazê-lo e não havia um verdadeiro interesse público que embasasse a ação dos governantes. Estes preferiam pagar a dívida pública e assegurar o chamado equilíbrio fiscal a atender às reais demandas da população brasileira (COUTINHO, 2006).

Os cinquenta anos que vão de 1930 a 1980 conhecem um tipo de Estado burguês que se caracteriza, em sua maior parte, pela presença de uma dominação sem hegemonia. É este o caso dos momentos de ditadura explícita, como os que vão de 1937 a 1945 e de 1964 a 1985, que cobrem cerca de trinta anos. Esse modelo de Estado burguês, intervencionista e corporativista, perdura, pelo menos, até o governo Geisel, ainda que conhecendo as manifestações bastante variadas nos diferentes períodos históricos de sua evolução. Perdura, em primeiro lugar, a noção de que a modernização, ou melhor, o desenvolvimento econômico, tem no Estado um protagonismo central. Em segundo lugar, conserva-se a ideia de que alguns interesses podem certamente se fazer representar, mas somente quando essa representação tem lugar no interior do próprio Estado. Como se sabe, durante todo o período populista, o sindicalismo continuou legalmente submetido à estrutura corporativista criada durante o Estado Novo (COUTINHO, 2006).

O golpe de 1964 evidenciou a crise terminal do Estado na Era Vargas: o regime que então se instalou destruiu o pacto populista, mas conservou, desenvolveu e reforçou os traços mais perversos da formação estatal anterior. Por isso, percebe-se, novamente, a manifestação da revolução passiva, na qual as reformas de base (agrária, bancária, universitária), reivindicadas pelo movimento social golpeado em 1964, foram realizadas pelo alto, com um sentido nitidamente conservador (COUTINHO, 2006).

Com efeito, o golpe não rompeu com o tipo de articulação corporativista e autoritária entre o Estado e a sociedade civil e não retirou o Estado de suas funções no terreno da regulação da economia. Toda retórica da revolução de 1964 baseava-se na ideia de que era

preciso manter o pleno funcionamento do mercado – argumento muito parecido com o dos neoliberais de hoje. O Estado ditatorial continuou a exercer uma decisiva influência na economia, por meio da manutenção, do desenvolvimento e da criação de numerosas empresas estatais de intervenção direta na economia. Além disso, continuou a ter em face da sociedade civil uma atitude autoritária e repressiva, pois, quando não fosse possível assimilar corporativamente um organismo da sociedade civil, este deveria ser reprimido. A política governamental, como era de se prever em uma ditadura, nunca respeitou a autonomia da representação dos interesses sociais (COUTINHO, 2006).

Na chamada Nova República, graças a algumas características da formação dada pelo alto de que se revestiu a transição, predominaram na nova ordem elementos do velho modelo de Estado com características clientelistas, populistas e tuteladoras. O problema que efetivamente define a conjuntura que se inicia com o fim da ditadura, e que persiste até hoje, é a incerteza sobre o modo como irá se organizar a relação entre Estado e sociedade civil no Brasil (COUTINHO, 2006). No próximo item, são mais bem vistos os elementos dessa relação.

Estado contemporâneo e o neoliberalismo no Brasil (1970-2003)

Na década de 70, verificaram-se profundas alterações nas formas de produção e de gestão do trabalho perante as exigências do mercado mundial sob o comando do capital financeiro que alteraram profundamente as relações entre o Estado e sociedade. A economia brasileira passou a se mover entre a reestruturação de sua indústria e a destruição de parte do aparato industrial que não resistiu à competitividade dos grandes oligopólios e à expansão das exportações e importações. Aumentou a necessidade de financiamento externo e, com ele, a dívida interna e externa, o que ampliou o déficit comercial. As exigências do pagamento dos serviços da dívida, aliadas às elevadas taxas de juros, geraram escassez de recursos para investimento e custeio. “Os investimentos especulativos¹⁶ eram favorecidos em detrimento do investimento na produção, o que se encontrava na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da questão social¹⁷ e da regressão das políticas sociais públicas” (IAMAMOTO, 2011, p. 143).

¹⁶ Capital especulativo é um montante de recursos alocado sem a intenção de gerar lucro via trabalho ou produção. Diverge do capital de produção, no qual o investimento é feito diretamente em pessoas, equipamentos e outros bens, de modo que o trabalho gere valor e o valor gere lucro. Diz-se do capital que só procura obter vantagens de uma determinada situação, não trazendo benefícios para a economia ou setor no qual se acha investido.

¹⁷ A expressão “questão social” surge na Europa Ocidental na terceira década do século XIX (1830) para dar conta do fenômeno do pauperismo que caracteriza a emergente classe trabalhadora. Do ponto de vista histórico, a questão social vincula-se estreitamente à exploração do trabalho. Sua gênese pode ser situada na segunda metade do século XIX quando os trabalhadores reagem a essa exploração.

Nesse quadro, as mudanças na relação Estado e sociedade civil começaram a ser orientadas pela terapêutica neoliberal, traduzidas nas políticas de ajuste recomendadas pelo Consenso de Washington¹⁸. Por meio da intervenção estatal a serviço dos interesses privados e articulados no bloco do poder, sob inspiração liberal, colocou-se a necessidade de se reduzir a ação do Estado para o atendimento das necessidades das grandes majorias mediante a restrição de gastos sociais, em nome da chamada crise fiscal do Estado. O resultado decorrente desta medida foi um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, que renunciava dimensões importantes da soberania da nação a favor do grande capital financeiro de forma de honrar os compromissos morais do Estado com as dívidas interna e externa (IAMAMOTO, 2011).

Essas medidas também visavam a atingir o poder dos sindicatos, possibilitar a ampliação da taxa “natural” de desemprego, implantar uma política de estabilidade monetária e uma reforma fiscal que reduzisse os impostos sobre as altas rendas e favorecer a elevação das taxas de juros, preservando os rendimentos do capital financeiro. Se o projeto neoliberal surgiu para animar o crescimento da economia capitalista, para deter a inflação e obter deflação, como condição de recuperação nos lucros, fez crescer o desemprego e a desigualdade social. Dessa forma, não conseguiu atingir os fins econômicos para os quais surgiu, ou seja, alavancar a produção e ampliar as taxas de crescimento econômico, ainda que seja vitorioso no plano político-ideológico. Ora, o capital, ao invés de se voltar para o setor produtivo, é canalizado para o setor financeiro, favorecendo um crescimento especulativo da economia (IAMAMOTO, 2011).

Assim, o Estado brasileiro encontrava-se econômica e politicamente fragilizado diante da crise dos anos 70 e 80 sem contar com os recursos (econômicos e políticos) para enfrentar as medidas de ajuste neoliberal que se impunham naquele período. O país enfrentou um processo circular e crônico de instabilidade macroeconômica e política: instabilidade da moeda, do crescimento e na condução de políticas públicas. A política econômica terminou por se submeter à própria volatilidade do processo econômico e político, ambos movendo-se em direções opostas (SOARES, 2002).

¹⁸ Sinteticamente, o Consenso de Washington foi uma reunião em novembro de 1989, entre os presidentes eleitos da América Latina e os representantes do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano de Desenvolvimento, a qual, dentre as reformas de cunho neoliberal, prevê a realização de reformas estruturais para a estabilização da economia de países emergentes, como as privatizações, a desregulamentação dos mercados, a descentralização e a retomada do desenvolvimento (BATISTA, 1994; COUTO et al, 2010).

É importante sublinhar que as classes dominantes, conscientes da impossibilidade de propor a restauração do velho Estado ‘varguista’ que lhes serviu durante as seis últimas décadas e que agora se revelava inútil em uma era de financeirização e mundialização do capital, têm uma clara proposta de redefinição do Estado. Adotando o modelo neoliberal, a burguesia determinava não só o fim do intervencionismo estatal, com a transferência da regulação da economia para o mercado, mas também a desconstrução do velho corporativismo de Estado, no qual, em troca da renúncia à autonomia de suas organizações sindicais e políticas, eram concedidos legalmente alguns direitos sociais aos trabalhadores. Trata-se não só de capitular plenamente ao fetichismo do mercado, mas de atribuir livre negociação à definição dos direitos sociais dos trabalhadores, o que implica na desconstrução de muitos deles (COUTINHO, 2006).

A proposta neoliberal no Brasil começou a ser implantada no governo Collor. As razões para o surgimento desse tipo de proposta encontravam-se no agravamento da crise econômica de 1989-90. A eleição de Collor em de 1989 representou a ruptura dos 30 anos de autoritarismo, consagrando-o como o candidato que, ao mesmo tempo em que representava a direita política, conseguiu aglutinar em torno de si amplos setores da população ao propor uma “reformulação profunda” da situação vigente. É nesse quadro que o governo Collor lançou seu plano de estabilização e reforma econômica. No entanto, é a partir de meados dos anos 90, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente e o lançamento do Plano Real, que os contornos do processo de ajuste brasileiro ao neoliberalismo tornaram-se mais nítidos, bem como suas consequências econômicas e sociais. As “reformas” propostas por Cardoso eram orientadas ao mercado, o que deslocava a causa da crise dos anos 1980 para os problemas desencadeados pelo Estado. O Estado, por sua vez, também seria reformado, através das privatizações e reforma da previdência, desprezando as conquistas de 1988 voltadas à intervenção do Estado na área social (SOARES, 2002).

No conjunto de proposições do modelo neoliberal, encontra-se a ideia de que, com a privatização e a redução do tamanho do Estado, estar-se-ia reduzindo o gasto público, o que eliminaria o déficit público. O gasto e o déficit público eram os dois aspectos, considerados pelos neoliberais como os grandes causadores de quase todos os problemas da crise, sobretudo o da inflação. Nesse sentido, presenciou-se no Brasil uma série de medidas, como a demissão de funcionários, venda de automóveis e mansões, entre outras do mesmo teor, que foram denominadas de Reforma Administrativa. Contudo, as mesmas não resultaram nem na eliminação do déficit público e muito menos na redução da inflação. O componente ideológico por trás da proposta das privatizações e da redução do gasto social era a ideia de

que o setor público caracterizava-se como ineficiente e ineficaz, ao contrário do setor privado, considerado o único a possuir um discernimento capaz de levar ao crescimento econômico. As possibilidades de sucesso da proposta privatizante estariam assim garantidas desde que o Estado não interferisse. Essa ideologia espalhou-se para além do setor produtivo e estendeu-se para a área social, como a saúde e a educação, em que a “superioridade do setor privado foi também apregoada” (SOARES, 2002). Como o gasto social era tido como uma das principais causas da crise fiscal do Estado, a proposta era reduzir despesas, diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para a implementação dos projetos. O argumento neoliberal sustentava que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionavam o gasto estatal, assim como a folha salarial dos servidores públicos. A implementação dos direitos sociais ficou desfalcada, pois os recursos, condições e meios de trabalho para sua viabilização eram cada vez mais escassos para se operarem as políticas sociais. A lógica privatista dominou esses setores durante muitos anos, do ponto de vista das políticas e das práticas governistas (IAMAMOTO, 2011; SOARES, 2002).

Outra medida importante do governo neoliberal (explicitada no receituário do FMI e do Consenso de Washington), também em um sentido reducionista, era a do estabelecimento de um Estado Mínimo que cumprisse apenas com algumas funções básicas, como a educação primária, a saúde pública e a criação e a manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico. A ideia era que o Estado se afastasse das funções não prioritárias (no sentido neoliberal) para a alavancagem de um desenvolvimento autônomo e autossustentado. Essas mudanças promoveram alterações significativas nas condições de vida e de trabalho da população, pois o desenvolvimento do Estado Social ficou contido e limitado, sob o controle das classes dominantes, para que a população e os operários não representassem perigo para as reformas da elite.

Com o afastamento do Estado na condução das políticas sociais e o desprezo pelas diretrizes da seguridade social, as políticas sofreram uma adaptação com a criação do trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais: privatização, focalização/seletividade (políticas restritas apenas à parcela da população comprovadamente pobre) e descentralização (transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas). Esses aspectos direcionaram as políticas sociais a se tornarem “ações pontuais e compensatórias para os efeitos mais perversos da crise” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p.156), contradizendo significativamente os princípios da Constituição de 1988 que ampliavam a implementação dos direitos sociais na sociedade. Dessa forma, o Estado

direcionado a favorecer as finanças e garantir níveis elevados de *superávit primário*¹⁹ tem restrito espaço para realizar investimentos públicos e oferecer políticas sociais públicas essenciais ao desenvolvimento, em favor de sua privatização. São instituídos critérios de seletividade para o atendimento aos direitos sociais universais, constitucionalmente garantidos, o que ocasionou um efetivo desmonte do legado de direitos conquistados. Esse processo expressou-se em uma dupla via: de um lado, na transferência de responsabilidades governamentais para organizações sociais e da sociedade civil de interesse público; e de outro, em uma crescente mercantilização do atendimento às necessidades sociais, abrindo espaços ao capital privado na esfera da prestação de serviços sociais. Nos anos 1990, os neoliberais junto à classe dominante bloquearam a esfera pública das ações sociais e da opinião, que expressavam os interesses da população, apesar das inovações de 1988 (COUTINHO, 2006).

Assim, a política social pública no Brasil teve um marco determinante no governo Cardoso que, ao realizar a escolha histórica pelo neoliberalismo, fez com que a política econômica de seu governo conseguisse reduzir as taxas da inflação, o que não resultou em políticas redistributivas. “Assim transitou: ‘da pobreza da inflação’ à ‘inflação da pobreza’, do ‘fim da inflação da moeda’ à retomada da ‘inflação da dívida’ e dilapidou o patrimônio público nacional” (IAMAMOTO, 2009, p. 36). O “choque liberalizante” realizado por Fernando Henrique Cardoso (abertura comercial, privatizações, desregulamentações financeiras, precarização do trabalho, rigidez monetária), além de não superar as fragilidades da economia brasileira resultou em uma “perversa combinação” dos resultados da política neoliberal: desemprego, recessão, desnacionalização da economia e aumento da vulnerabilidade externa (IAMAMOTO, 2009, p.36).

O aprofundamento das desigualdades sociais e ampliação do desemprego demonstraram que a proposta neoliberal foi, de certo modo, vitoriosa, tendo sua aposta no mercado como a grande esfera reguladora das relações econômicas, como sua meta. Esse ideário, que envolveu uma canalização do fundo público para interesses privados, caiu como uma luva na sociedade brasileira, que é marcada pelos coronelismos, populismos e por formas de políticas de apropriação da esfera pública em função de interesses particularistas dos grupos no poder. Esta sociedade, presidida por uma tradição autoritária e excludente, condensou-se no autoritarismo social, que denota uma sociedade hierarquizada em que as

¹⁹ Superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo.

relações sociais ora são regidas pela “cumplicidade” – quando as pessoas se identificam como iguais – ora pelo “mando e pela obediência” – quando as pessoas se reconhecem como desiguais – não se referindo ao sentido do reconhecimento da igualdade jurídica dos cidadãos (CHAUI, 2000; IAMAMOTO, 2011).

A chegada de Luís Inácio Lula da Silva ao Governo Federal em 2003, com a proposta de erradicação da pobreza, além de não conseguir enfraquecer a hegemonia neoliberal, reforçou-a de modo significativo. A adoção de uma política macroeconômica abertamente neoliberal e a cooptação de importantes movimentos sociais para esta política desarmou as resistências ao modelo neoliberal. O Governo Lula da Silva, ao manter a continuidade da política econômica, consagrou a ortodoxia monetarista recomendada pelos organismos internacionais como a única possível: “só há ‘gestão responsável’ com a política neoliberal, que mantenha o ajuste fiscal duro, o juro real elevado, a política monetária concentracionista, o câmbio flutuante e a livre movimentação de capitais” (IAMAMOTO, 2009, p. 36). O incentivo aos programas sociais tornou-se a tentativa de compensar o que foi agravado pela política econômica e pela ausência de efetivas reformas. Dessa forma, as manifestações da questão social – desemprego, pobreza – sob a órbita do capital, tornaram-se objeto de ações filantrópicas, de benemerência e de “programas focalizados de combate à pobreza” que acompanham a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil, o chamado “terceiro setor”. Ao mesmo tempo, expande-se a compra e venda de bens e serviços, alvo de investimentos empresariais que avançam no campo das políticas públicas (COUTINHO, 2006; IAMAMOTO 2009).

Está demonstrada nesses pressupostos a reforma do Estado iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso e aprofundada pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva. É notável a tendência a legitimar “novas” formas privadas de provisão social, por meio de “velhas” formas de solidariedade familiar, comunitária e beneficente. A assistência social, que já era parte frágil, acaba por ficar desfalcada ao ter que se afirmar como política pública em um Estado em que o público passa a significar parceria com o privado. O Estado fará avançar, com nova ênfase, os paradigmas da solidariedade, da filantropia e da benemerência, como vemos a partir da história e desenvolvimento da assistência social no Brasil, no próximo item.

Assistência Social

A assistência social sempre foi uma área muito conflituosa e ambivalente na relação entre Estado e sociedade civil no Brasil. É possível observar, ao longo do tempo, que as

práticas da assistência social são subordinadas aos interesses das classes dominantes que irão compor o Estado e se diversificam com as transformações políticas e sociais. Também, percebe-se que o assistencialismo e o clientelismo foram marcas constitutivas de um Estado autocrático e de uma sociedade conservadora e determinaram a maneira como eram prestados os serviços da assistência social. O caráter assistencialista traduziu-se pela ajuda aos necessitados, pela ação compensatória e por uma política de conveniências eleitorais e pelo clientelismo. Longe de assumir o formato de política social, a assistência social desenrolou-se ao longo das décadas como doações de auxílios, revestida pela forma de tutela e do favor, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediatista que, antes de trazer qualquer tipo de auxílio, mais reproduz a pobreza e a desigualdade social. Tornou-se também um elemento de favor pessoal, deslocando sua ação para o âmbito privado, acentuando a lógica de que seu caráter é o da concessão e da benesse. Esses aspectos tiveram início no Período Colonial e baseavam as relações dos senhores, seus escravos e trabalhadores, persistindo até os dias atuais em certas práticas da assistência social (COUTO, 2008).

Tradicionalmente, no Brasil, o Estado tem sido o último a responder diretamente pelas atenções sociais. Neste campo, tem prevalecido o princípio da subsidiariedade entre o estatal e o privado, em que o Estado transfere para a sociedade as responsabilidades maiores, restringindo-se à execução de ações emergenciais. Desta forma, o Estado fez com que a assistência social transitasse sempre no campo da solidariedade, filantropia e benemerência, princípios que nem sempre representam direitos sociais, mas apenas a benevolência paliativa. Sempre direcionada a segmentos da população que vivem sob o signo perverso da exclusão, não cumpre a perspectiva cidadã de ruptura da subalternidade. Ao contrário, reitera a dependência, caracterizando-se como política de alívio, por neutralizar demandas e reivindicações. Desconhecendo que sua população-alvo não é a minoria, mas a grande massa populacional de excluídos – nos quais se incluem segmentos do próprio mercado formal hoje tão empobrecido – ela se volta a pequenas parcelas de indivíduos, de forma temporária ou emergencial. Faz da focalização nos setores mais empobrecidos da população o seu comportamento usual. E, questiona-se Mestriner (2001), “Será que a assistência social hoje, ainda não passa de benemerência?” (p.21).

Na história brasileira, a assistência social, assim como outras políticas sociais, ficou marcada por suas características de dependência econômica ao mercado mundial. O peso da escravidão e a colonização entre os séculos XVI e XIX influenciaram diretamente nos processos de trabalho e nas relações sociais presentes na sociedade brasileira. No período da colonização, Império e República, as políticas sociais configuraram-se pela lógica da troca de

favores, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando por parte dos grandes proprietários de terras e/ou das elites. Esse padrão deixava em evidência interesses econômicos dominantes que não contemplavam as situações de desigualdade e pobreza. As práticas “assistenciais” colocavam a atuação do Estado em segundo plano, o que negligenciou por muito tempo a sua compreensão como direito social (BEHRING e BOSCHETTI, 2008; COUTO, 2008).

A expansão dos direitos e políticas sociais deu-se no período das ditaduras de Getúlio Vargas e do Governo Militar (1937-1945 e 1964-1984) a partir das reivindicações dos movimentos e manifestações dos trabalhadores. Porém, a materialização de muitos dos direitos escritos em lei não se realizou. As políticas sociais existentes nessa época limitavam-se às leis trabalhistas, que nem sempre eram cumpridas à risca. Nessa época, a assistência social teve dificuldades em especificar o campo de sua atuação, pois tinha um caráter fragmentado, desorganizado, indefinido e instável de suas configurações (COUTO, 2008).

Em 1942, houve a primeira iniciativa de centralização das políticas sociais com a criação da LBA – Legião Brasileira de Assistência, órgão responsável por coordenar as ações da assistência em âmbito nacional. A coordenação da instituição ficou ao encargo da primeira dama, Darcy Vargas, que institucionalizou o primeiro damismo que deu continuidade à política do favor e da bondade aos mais necessitados. A institucionalização do primeiro damismo a partir da LBA deslocou o papel do Estado para as organizações filantrópicas e para a bondade da mulher do governante. Essa política não passava de uma estratégia para legitimar o governo Vargas. A LBA foi extinta após o Governo Collor, com indiciamento por corrupção da primeira-dama Rosane Collor de Mello. A pesquisa de Yazbeck; Mestriner, Chiachio et al. (2010) evidenciou, atualmente, a presença das primeiras damas na condução da política de assistência social, fenômeno que chamaram de *primeiro damismo reciclado* (p. 144).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988; cap. II, art. 194 a 204) trouxe uma nova concepção para a assistência social brasileira que foi reconhecida como política pública no Brasil e incluída no âmbito da Seguridade Social²⁰ e da Proteção Social Pública²¹, campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A Constituição garantiu a assistência social a quem dela necessitar, tirando essa responsabilidade da esfera individual e colocando-a na esfera social pública, configurando-a como direito social.

²⁰ A Seguridade Social está definida no art. 194 da Constituição Brasileira de 1988 como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. A noção de seguridade supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de direitos e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades sociais.

²¹ A proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais.

Contudo, mesmo tendo sido garantida constitucionalmente, a assistência social só foi ter implementada a sua Lei Orgânica de Assistência Social em 1993. Novamente, os direitos garantidos em Constituição não saíram do papel (COUTO, 2008; COUTO et al, 2010).

Por essas características, a assistência social foi a política que mais demorou a se materializar como política pública e para superar os traços históricos como a demora na regulamentação como direito, a redução e focalização na abrangência, manutenção e reforço do caráter de benevolência e ênfase nos programas de transferência de renda de caráter compensatório. Essa lentidão deu-se pelo fato de que seu processo de implantação vai ocorrer em uma conjuntura adversa e paradoxal, na qual se evidencia o profundo antagonismo entre ajustes estruturais da economia e investimentos sociais do Estado. Esta incompatibilidade era legitimada pelo discurso e sociabilidade produzidos no âmbito do ideário neoliberal que, reconhecendo o valor moral do socorro aos pobres, não reconhecia seus direitos. As reformas neoliberais, impostas pelo Consenso de Washington aos países periféricos, visavam a limitar a intervenção do Estado, com o objetivo de estabelecer as estratégias para o enfrentamento da crise e reduzir a autonomia nacional. É na contramão das transformações que ocorrem na ordem econômica internacional, tensionado pela consolidação do modelo neoliberal, com sua direção privatizadora e focalizadora das políticas sociais e com obstrução da realização dos direitos constitucionais, que deve ser situado o difícil processo de construção da Seguridade Social Brasileira. Nos anos 1990, ao mesmo tempo em que ocorre a erosão de sistemas de garantias e proteções sociais, também ocorre a emergência de modernas e focalizadas práticas que descaracterizam direitos, despolitizam os conflitos sociais e desmontam a universalidade das políticas sociais públicas (BEHRING e BOSCHETTI, 2008; COUTO et al, 2010).

É neste período de crise que a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) é aprovada (1993/2009a). A LOAS pretendia colocar a proteção social como um mecanismo contra as formas de exclusão social e como uma maneira de se pensarem a distribuição e redistribuição de bens materiais e culturais que permitissem a sobrevivência e a integração na vida social. Também investia na possibilidade de que a camada mais sofrida com a desigualdade social pudesse ter um reconhecimento público de suas necessidades e ter um espaço de ampliação de seu protagonismo. A LOAS (BRASIL, 1993/2009a) inovou ao apresentar em seu desenho institucional o caráter de direito não contributivo (não vinculado a qualquer tipo de contribuição prévia) e ao apontar a necessária integração entre as esferas econômica e social. A centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos, além do acesso a serviços sociais, tornou-se peça fundamental na implementação dessa nova concepção de assistência social. A proposta da participação da sociedade civil na formulação, gestão e execução das

políticas assistenciais mostrou-se também original, na medida em que indicou caminhos alternativos para incorporar, em sua elaboração, os interesses e direitos de seus usuários (COUTO et al, 2010; CRUZ e GUARESCHI, 2009).

Em 2004, foi elaborada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nas deliberações da IV Conferência Nacional da Assistência Social. Essa política tinha a intenção de romper definitivamente com a concepção de assistência social como benevolência aos pobres e como uma troca de favores entre a elite e a população. Em especial, a PNAS ratifica o caráter de política pública de garantia de direitos. Em consonância com o disposto na LOAS, a PNAS (BRASIL, 2004) coloca que a assistência social deve se realizar de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais. Ainda, tem como finalidades: o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

No processo de trabalho para a consolidação da assistência social como política pública, as Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais realizadas na vigência da LOAS já indicavam nas suas discussões a necessidade de se construir um Sistema Único para a política. Esse processo culminou na aprovação e regulação do SUAS em 2005, que estabelece em suas diretrizes a descentralização político administrativa, o atendimento a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social e a participação da comunidade. O SUAS propõe-se a unificar as ações da assistência social, em nível nacional, materializando as diretrizes da LOAS. Ainda, destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da desigualdade social e da pobreza e que, portanto, tem pouco acesso aos serviços públicos. Como se pode observar, é nos anos 2000 que se inicia uma tentativa de se implementarem os direitos sociais previstos na Constituição de 1988 (CRUZ e GUARESCHI, 2009).

Considerações Finais

Neste artigo, procurou-se apresentar a constituição do Estado brasileiro e como sua formação influenciou no processo histórico da assistência social no Brasil. Neste sentido, foi possível notar, durante os diferentes períodos, que as práticas de assistência social dependiam dos interesses das classes dominantes que compunham o Estado.

Talvez a característica mais determinante do Estado brasileiro foi a de sempre ter sido colocado a serviço de interesses privados, mais precisamente, dos interesses das diversas frações da burguesia. A ideologia predominante dessa forma política autoritária e

centralizadora de Estado reside no fato de que ele sempre apresentou fortes características patrimonialistas, sendo tratado pelos seus componentes como propriedade pessoal, o que levou aos muitos fenômenos de nepotismo, clientelismo, corrupção, que todos conhecem e que prosseguem, de certo modo, até hoje. Essa privatização do público deve ser compreendida pelo fato de que a intervenção do Estado na economia visou fundamentalmente à criação de condições mais favoráveis à expansão do capital privado (COUTINHO, 2006).

O fato de o Estado ter sido sempre dominado por interesses privados assumiu traços bem mais acentuados no Brasil do que em outros países capitalistas. Quando há uma dominação burguesa com hegemonia, o que ocorre nos regimes liberal democráticos, há a necessidade de concessões da classe dominante às classes subalternas, dos governantes aos governados. Nesses casos, o Estado, ainda que em última instância defenda interesses privados, precisa ter também uma dimensão pública, já que é preciso satisfazer demandas das classes trabalhadoras para que possa haver o consenso necessário à sua legitimação. Não é outra a explicação da existência do *Welfare State* nos países mais desenvolvidos; neste caso, graças às lutas das classes trabalhadoras, foi possível construir, a partir de políticas estatais, uma rede educacional e de seguridade social que tem um indiscutível interesse público (COUTINHO, 2006).

Quanto à assistência social, observa-se que esta tem sido negligenciada como componente da proteção social pública que, desde os fins do século XIX, expressa institucionalmente a articulação (nem sempre pacífica) entre Estado e sociedade, com vistas à definição de direitos e políticas de conteúdo social. Em decorrência desse fato, a assistência social quase nunca é vista pelo que ela é, uma política pública de acesso aos direitos sociais, mas pelo que aparenta ser, sua imagem distorcida de assistencialismo, por falta referências conceituais, teóricas e normativas consistentes. Assim, a assistência social é comumente identificada como um ato subjetivo, de motivação moral, movido pela boa vontade e pelo sentimento de pena, de comiseração ou, então, quando praticada pelos governos, como providência administrativa emergencial, de pronto atendimento, voltada para reparar carências gritantes de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e pobreza extrema.

Diante dessa percepção dominante, não é surpreendente a forte resistência oferecida, no Brasil, contra esforços recentes, amparados pela Constituição Federal de 1988, de transformar a assistência social em área valorizada de política pública. Essa mudança constitui uma verdadeira revolução no campo da proteção social brasileira, exigindo não só a alteração de paradigmas, concepções, legislação e diretrizes operacionais, mas o rompimento com a antiga cultura conservadora que se baseava em arraigados mecanismos de atenção à pobreza,

tais como: paternalismo, clientelismo, fisiologismo, dentre outros. Por isso, falar de assistência social como política, e não como ação guiada pela improvisação, pela intuição e pelo sentimentalismo é falar de um processo complexo que, é ao mesmo tempo racional ético e cívico (PEREIRA, 2012).

Racional, porque toda política de intervenção na realidade, assumida pelos poderes públicos, com o aval e controle da sociedade civil, deve resultar de um conjunto articulado e de decisões coletivas. Trata-se de um processo que implica não só na gestão e na aplicação de programas, serviços e recursos, mas que tenha como principal compromisso a melhor satisfação possível das necessidades sociais.

Por outro lado, o processo é também ético porque o combate às iniquidades sociais, mais do que um centro de eficácia administrativa, constitui uma responsabilidade moral da qual nenhum governo sério deve abdicar. Além disso, toda e qualquer situação de vulnerabilidade social como a fome, a miséria, a pobreza política (DEMO, 2001) deve ser enfrentada com todos os recursos possíveis de âmbito estatal. Esse é o entendimento que deve eleger a justiça social como a principal referência da política brasileira de assistência social.

Assim, a política de assistência social é também processo cívico, porque deve ter vinculação com os direitos de cidadania social, visando a concretizá-los. Concretizar direitos sociais significa prestar à população, como dever do Estado, um conjunto de benefícios e serviços que lhe é devido, em resposta às suas necessidades sociais. Sendo assim, o direito a ser concretizado pela política de assistência social configura-se, ao mesmo tempo, como um dever de prestação por parte do Estado e um direito de crédito por parte da população àquilo que lhe é essencial para garantir a sua qualidade de vida e a sua participação cidadã.

Referências

- BATISTA, P. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: SOBRINHO, B. (org.). **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOSCHETTI, I.; TEIXEIRA, S. O. **Mobilização e Participação Social: Desafios para a Intervenção do Assistente Social**. Seminários e Congressos. Universidad de Costa Rica. Escuela de Trabajo Social Facultad de Ciências Sociales. Disponível em: <www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-080.pdf> Acesso em 31/08/2011.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS Anotada**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 1993/2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: Texto da Resolução Nº 109 de 11 de Novembro de 2009**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

BRESSER-PEREIRA, L. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. **Revista Lua Nova**, n. 36, p. 85-104, 1995.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, L.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (orgs.). **Sociedade e Estado em Transformação**. UNESP/ENAP, p. 67-116, 1999.

BURSZTYN, M. Ser ou não ser: eis a questão do Estado brasileiro. **Revista do Serviço Público**. Ano 45 Vol. 118, nº 3, p. 27-35, Set/Dez 1994.

CARVALHO, J. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHAUÍ, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M. (orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária: história do povo brasileiro**. São Paulo: fundação Perseu Abramo, 2000.

COUTINHO, C. N. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: Lima, J. C. F.; NEVES, L. M. W. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. p. 173-200. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. p. 29-43. São Paulo: Boitempo, 2010.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTO, B. R.; SILVA, M. B. A Política de Assistência Social e o SUAS. In: MENDES, J. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. p. 31-44. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

COUTO, B.; YAZBECK, M.; SILVA, M. e RAICHELIS, R. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. **Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

- DALLARI, D. Sociedade e Estado de direito: caminhada rumo ao século XXI. In: MOTA, C. (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500 -2000): a grande transação**. São Paulo: Senac/SP, 2000.
- DEMO, P. **Pobreza Política: polêmicas de nosso tempo**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- GUARESCHI, P. **Sociologia Crítica: Alternativas de mudança**. 52. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- GUARESCHI, P. **Sociologia da prática social**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- IAMAMOTO, M. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S.; MIOTO, R. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. p. 13-43. São Paulo: Cortez, 2009.
- IAMAMOTO, M. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, J. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. 5v. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MESTRINER, M. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- NICOLA, A. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- PEREIRA, P. Sobre a política de assistência social no Brasil. In: BRAVO, M.; PEREIRA, P. (orgs.). **Política social e democracia**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- PRADO JR., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SOARES, L. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.
- YAZBEK, M. Estado e políticas sociais. **Praia Vermelha**, v. 18, n. 1, 2008.
- YAZBEK, M. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1993/2009.
- YAZBEK, M.; MESTRINER, M.; CHIACHIO, N.; RAICHELIS, R.; PAZ, R.; NERY, V. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: COUTO, B.; YAZBEK, M.; SILVA, M. e RAICHELIS, R. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. p. 138-204. São Paulo: Cortez, 2010.

4. A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDEOLOGIA

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar a representação social dos usuários sobre a assistência social no âmbito dos serviços dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Para articular essa compreensão, utilizou-se o referencial teórico das representações sociais que auxilia a capturar o universo simbólico das ideias, pensamentos e sentimentos dos usuários. Com intuito de detectar essa representação social, foram realizados nove encontros em grupo com usuários em três CRASs de Porto Alegre RS. Esses encontros foram desenvolvidos dentro da proposta dos círculos epistemológicos, nos quais os integrantes participam ativamente de todo o processo de pesquisa, inclusive da análise e interpretação. Como achados, foram identificadas duas grandes dimensões dessa representação social: uma ideológica, que revela um entendimento da assistência social ancorada na lógica da bondade e da filantropia; e uma crítica, em que os usuários demonstram em suas análises tanto a maneira como os serviços são oferecidos na assistência social quanto a conduta dos governantes para com eles.

Palavras-chave: assistência social, representações sociais, ideologia.

SOCIAL ASSISTANCE FROM THE PERSPECTIVE OF USERS: SOCIAL REPRESENTATIONS AND IDEOLOGY

Abstract: This article aims at presenting the way some users understand and relate to aspects of social assistance under the scope of the services of Social Assistance Reference Centers (henceforth CRAS, the acronym in Portuguese). The goals of this research are focused on: investigating how these users access and make use of social assistance in the context of CRAS as well as ascertaining their suggestions for the improvement of daily practices in CRAS. In order to articulate this understanding, the theoretical framework of social representations which helps capture the symbolic universe of ideas, thoughts and feelings of users that pervade the understanding of social assistance was used. To grasp the social representations, nine group meetings with users were held in three CRASs of Porto Alegre, Rio Grande do Sul. These meetings were developed within the proposal of epistemological circles, in which the members actively participated in the entire process of research, including analysis and interpretation. As findings, we identified some common social representations that stand out in the conducted groups. The first set of information

reveals an understanding of social assistance based on the logic of kindness and philanthropy in which the users accept and consider favorable anything that comes to them. Likewise, due to the imposition of conditionalities of income transfer programs, they feel as though debtors of a debt which they did not acquire, since they are worthy of that right. In the second set of information in which they take an active role of researchers and subjects of the research, they demonstrate a lot of criticism as to how social assistance services are offered as well as towards government leaders, showing a contradictory position to that of the first group of results in which they see themselves as citizens.

Keywords: social assistance, social representations, ideology.

Introdução

O presente artigo objetiva descrever e analisar a representação social dos usuários sobre a assistência social no contexto em que a utilizam, ou seja, no acesso aos serviços oferecidos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A assistência social no Brasil foi, historicamente, marcada por uma trajetória fragmentada e sem força política. Reconhecida como campo da benemerência, de ações clientelistas, essa política mantinha-se em um lugar secundário diante das prioridades governamentais. Assim, a assistência social possuía um caráter de “troca de favores” para a compra de votos, entre outras formas de manipulação e de dominação (AGUINSKY et al, 2009; THOMPSON, 2009).

Porém, desde a Constituição de 1988, e até mesmo antes dela, a sociedade brasileira tem lutado pela modificação deste cenário. Em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (BRASIL, 1993/2009a), iniciou-se o processo de reorganização da Assistência no Brasil e a necessidade de modificação das práticas assistencialistas. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), atualmente em vigência, propõe a consolidação da Assistência Social como política pública e direito social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS possui caráter não contributivo, descentralizado e participativo, contemplando as diversas esferas da sociedade na reflexão e discussão de sua implantação. Inseridos nas regulamentações do SUAS, estão os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), locais onde são disponibilizados alguns recursos aos usuários e onde são oferecidos os programas de proteção à família e o cadastramento dos programas de transferência de renda (BRASIL, 2006; COUTO e SILVA, 2009).

Ao reconhecer os usuários como parte fundamental da construção da política de assistência social, pois é a eles a quem ela está destinada, este artigo, originário de uma

pesquisa, tem como objetivo central descrever e analisar a representação social dos usuários sobre a assistência social por meio dos serviços oferecidos nos CRASs. Para tanto, foram utilizados os pressupostos da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003), o que possibilita uma melhor apreensão das ideias e sentidos dos usuários a respeito de suas vivências na assistência social.

Inúmeras pesquisas na área da assistência social têm se preocupado em problematizar a condição e a perspectiva dos usuários. A começar pelo estudo de Yazbeck (1993/2009), que buscou compreender o lugar dos excluídos e subalternos²² no contexto da assistência social, o que, através de suas narrativas, possibilitou a compreensão do processo de reprodução social da subalternidade na sociedade. A autora também investigou se a assistência social poderia se constituir como um espaço de protagonismo dos subalternos ou se ela reiterava sua condição. Suas conclusões mostraram que a assistência social tenta atuar em favor do protagonismo, mas que, em muitas situações, mantém a tutela e dependência dos usuários. Assim como Yazbeck (1993; 2009), outros estudos vêm sendo desenvolvidos por meio das reflexões *sobre e com* os usuários (COUTO et al, 2010; MENDES, PRATES e AGUINSKY, 2009; PEREIRA, 2012; SILVA, 2012; SPOSATI, CARVALHO e FLEURY, 2012).

Esses estudos demonstram a importância e a necessidade de buscar nos usuários suas percepções sobre os impactos e efetividade da assistência social. Entende-se que não há quem melhor possa expressar seu significado em suas vidas do que eles próprios, além de oferecerem uma importante avaliação dos serviços e recursos disponibilizados, já que são eles, ou deveriam ser, os maiores envolvidos no processo.

Dessa forma, este artigo apresenta as seguintes seções: em primeiro lugar, é traçado um pano de fundo sobre a história e o surgimento da assistência social no Brasil e como ocorre sua efetivação na prática; em segundo lugar, é realizada uma explanação sobre as representações sociais, teoria de base desse estudo; em terceiro lugar, é apresentada a metodologia, dando-se ênfase ao instrumento empregado, os círculos epistemológicos; em quarto lugar, é apresentado um mapa síntese da representação social obtida através das informações resultantes da pesquisa de campo, assim como as duas grandes dimensões dessa representação social e sua discussão. No final do artigo, são feitas algumas considerações sobre os resultados e como estes podem colaborar na ampliação das reflexões da política de assistência social na perspectiva dos usuários.

²² A subalternidade, conforme definido por Yazbeck (1993/2009, p. 26), diz respeito à “ausência de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção. A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política”.

A assistência social no Brasil

A assistência social, assim como outras políticas sociais, ficou marcada na história brasileira por suas características de dependência econômica para com o mercado mundial. Além disso, o peso da escravidão e a colonização entre os séculos XVI e XIX influenciaram diretamente nos processos de trabalho e nas relações sociais presentes na sociedade brasileira. Assim, no período da colonização, Império e República, as políticas sociais configuraram-se pela lógica da troca de favores, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando por parte dos grandes proprietários de terras e/ou das elites (BEHRING e BOSCHETTI, 2008). Esse padrão deixava em evidência interesses econômicos dominantes que não contemplavam as situações de desigualdade e pobreza. As práticas “assistenciais” colocavam a atuação do Estado em segundo plano, o que negligenciou por muito tempo a compreensão da assistência social como política pública e direito social. Por essas características, a assistência social demorou a se materializar como política pública e a superar os traços históricos como a lentidão na regulamentação como direito social, a focalização e seletividade na abrangência da população usuária, manutenção e reforço do caráter de benevolência e ênfase nos programas de transferência de renda de caráter compensatório (BEHRING e BOSCHETTI, 2008; COUTO, 2008).

A tentativa de modificação desse contexto iniciou em 1988, a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988; Capítulo II, artigos 194 a 204), na qual a assistência social foi reconhecida como política pública no Brasil e, juntamente com a política da saúde e a previdência social, compôs a seguridade social brasileira. Nesse sentido, a assistência social ganhou uma nova concepção que visava a garantir a proteção social “a quem dela necessitar”, tirando essa responsabilidade da esfera individual e colocando-a na esfera social pública. A política de assistência social foi regulamentada como direito em 1993, por meio da aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993/2009a). Em 2004, foi elaborada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nas deliberações da IV Conferência Nacional da Assistência Social. Essas regulamentações tinham a intenção de romper com a concepção de benevolência aos pobres e da troca de favores entre a elite e a população. Como política social pública, a assistência social iniciou seu trânsito para um campo novo: da garantia dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal (COUTO, 2008).

A LOAS (BRASIL, 1993/2009a) inovou ao apresentar em seu desenho institucional o caráter de direito não contributivo (não vinculado a qualquer tipo de contribuição prévia) e ao apontar a necessária integração entre as esferas econômica e social. A centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos, além do acesso a serviços sociais, tornou-se peça fundamental na implementação dessa nova concepção de assistência social. A proposta da participação da sociedade civil na formulação, gestão e execução das políticas assistenciais mostrou-se também original na medida em que indicou caminhos alternativos para incorporar, em sua elaboração, os interesses e direitos de seus usuários (COUTO et al, 2010).

No processo de consolidação da assistência social como política pública, as Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais realizadas na vigência da LOAS (BRASIL, 1993/2009a) indicavam a necessidade de se construir um Sistema Único para a política. A partir das deliberações dessas conferências, foram aprovadas a PNAS e a Norma Operacional Básica (NOB) (BRASIL, 2010), a qual instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS, regulado em 2005, além de materializar a PNAS, estabeleceu em suas diretrizes concepções semelhantes às presentes na LOAS (BRASIL, 1993/2009a): a descentralização político-administrativa, o atendimento a quem dela necessitar independentemente da contribuição à seguridade social e a participação da comunidade. Além disso, propõe-se a unificar as ações da assistência social, em nível nacional, afirmando o caráter de política pública de garantia de direitos (CRUZ e GUARESCHI, 2009).

A partir do SUAS, a assistência social passou a ser organizada, principalmente, em dois níveis: proteção básica e proteção especial. Existem ainda outros níveis de complexidade da proteção, por decorrência do impacto de riscos mais sérios no indivíduo e em sua família. Neste estudo, a proteção básica, considerada por gestores(as) e usuários como “a porta de entrada” do SUAS, ganha mais ênfase, pois é nela que se encontra o campo para esta pesquisa, de forma que não são abordadas as questões sobre a proteção especial ou de alta complexidade.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2004), a Proteção Social Básica (PSB) tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecer vínculos familiares e comunitários. Essa proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos organizados em rede, o oferecimento de locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos conforme a identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Existem diferentes unidades de atuação da Proteção Social Básica. Dentre elas, destacam-se os Centros de Referência de Assistência Social (CRASs), considerados como a principal porta de entrada

do SUAS devido à sua multiplicidade nos territórios. No CRAS é disponibilizada a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, os chamados Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (BRASIL, 2009b) destinados a crianças, jovens e idosos. Nesse espaço, também é realizado o cadastramento e a inserção nos programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC)²³, dada a natureza de sua realização (BRASIL, 2004).

Sobre o Bolsa Família, programa de transferência de renda de maior impacto na população brasileira e de maior destaque nos CRASs, cabe assinalar alguns aspectos de seu funcionamento: trata-se de um programa de repasse direto de renda com condicionalidades para as famílias pobres e extremamente pobres. Os tipos de benefícios e os valores que cada família recebe são baseados no perfil registrado no Cadastro Único. A regulamentação do Programa estabelece os seguintes tipos de benefícios: o básico – R\$ 70,00 concedido apenas a famílias extremamente pobres, ou seja, com renda mensal por pessoa menor ou igual a R\$ 70,00; e os benefícios variáveis concedidos a adolescentes, gestantes e nutrizes que variam de R\$ 32,00 a R\$ 38,00. Há ainda o benefício transferido às famílias que continuam em situação de extrema pobreza, calculado caso a caso, que é somado ao recebimento dos outros benefícios do Programa Bolsa Família. As condicionalidades para a obtenção do mesmo são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias, quanto pelo poder público para ampliar o acesso aos direitos sociais básicos. Na área de saúde, as famílias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação, o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 75% da carga horária. Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), oferecidos nos CRASs e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. O poder público, por meio dos profissionais que atuam nos CRASs, deve fazer o acompanhamento

²³ O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social é um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Em ambos os casos, deve-se comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente. Para acessá-lo, não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. (MDS – BRASIL 2013 <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>>, Acesso em set 2013).

para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. Esgotadas as chances de reverter o descumprimento das condicionalidades, a família pode ter o benefício do Bolsa Família bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado. Além dessas ofertas, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos (BRASIL, 2004).

O público usuário, que acessa os recursos disponibilizados no CRAS, é designado na PNAS (2004, p.27) como composto por famílias e indivíduos que apresentam as seguintes características: 1) perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; 2) identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; 3) desvantagem pessoal resultante de deficiências, exclusão pela pobreza e, ou no acesso às demais políticas públicas; 4) uso de substâncias psicoativas; 5) exposição à diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; 6) inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal e 7) utilização de estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. A PNAS (BRASIL, 2004) e o SUAS, na perspectiva de superar a fragmentação contida na abordagem por segmentos (como o idoso, o adolescente, a população em situação de rua, entre outros), amplia o universo de usuários de forma a incluir mais setores da população. Isto se percebe na definição trazida pela LOAS (1993/2009a), a qual refere os usuários como “aqueles que dela necessitam”, ou seja, todos os cidadãos que se encontram fora dos canais decorrentes de proteção pública: o trabalho, os serviços sociais públicos e as redes sociorrelacionais. Sendo esse o público-alvo da presente pesquisa e para melhor compreender suas ideias, pensamentos e significados sobre a assistência social, são desenvolvidos alguns pressupostos da Teoria das Representações Sociais no tópico que segue.

Representações Sociais

Como um de seus pressupostos mais gerais, a Teoria das Representações Sociais tem entre seus objetivos “reabilitar o conhecimento do senso comum²⁴”. Senso comum é entendido como o conhecimento popular, que circula no cotidiano das pessoas. Este tipo de conhecimento é frequentemente tomado no sentido pejorativo, como se não tivesse valor comparado ao conhecimento científico. Contudo, para Teoria das Representações Sociais, o

²⁴ Usamos, como sinônimo da palavra conhecimento, a palavra saber, que também remete ao conhecimento do senso comum. A mesma é aqui usada indiferenciadamente. (ver FREIRE, 1967; 1977/2006; 1980/2005; JOVCHELOVITCH, 2008; MARKOVÁ, 2006).

conhecimento do senso comum é considerado tão importante quanto o científico e é entendido apenas como diferente deste. Isso significa que ela valoriza os saberes construídos pelas pessoas em seu cotidiano. Por reconhecer os saberes populares, não se propõe idealizá-los nem negar a importância do conhecimento científico, acadêmico, mas apenas mostrar a relevância dos saberes comuns.

Parte-se do entendimento de que as representações sociais são saberes ou conhecimentos, socialmente elaborados e partilhados, com objetivos práticos e que contribuem para a construção de realidades comuns a um grupo social (JODELET, 2007). Assim, trata-se do processo de assimilação, elaboração e transformação pelas pessoas comuns em seu dia-a-dia, de temas divulgados pela ciência, academia e pela mídia (jornais, televisão) que encontram espaço fecundo na apropriação pela população em geral. Dessa forma, as informações são introjetadas e modificadas e a sua elaboração nas conversas e interações cotidianas vai construindo “tijolos de saberes” que compõem o tecido social. Dessa forma, o interesse da Teoria das Representações Sociais volta-se aos saberes produzidos na vida cotidiana e na compreensão de como pessoas comuns, comunidades e instituições produzem conhecimento sobre si mesmas, sobre outros e sobre os fatos sociais que são importantes a elas. Esses saberes são partilhados, pois se originam por meio de processos de comunicação, das trocas e interações entre atores sociais. As representações sociais são consideradas fenômenos, pois elas são construídas nas relações entre as pessoas (GUARESCHI, 2004; JOVCHELOVITCH, 2008).

As pessoas, ao observarem seu cotidiano, pensam sobre ele e conversam com outras pessoas. Nesse processo, suas compreensões são permeadas por valores, hábitos culturais, emoções, contradições e práticas de vários tipos. O aspecto que torna as representações sociais fenômenos que transpõem uma simples reprodução de fatos e objetos do mundo é a sua função simbólica. A função simbólica permite que a representação social contenha uma dimensão criativa e produtiva, além do fato de estar aberta à sua própria contradição. Esse fato pressupõe que as representações sociais não são fechadas em si e que dão chance às contradições que elas contêm em si mesmas, provando que há nelas múltiplas dimensões devido ao seu poder criativo e inovador de construir o mundo e a realidade. Portanto, compreender a função simbólica das representações é fundamental para o reconhecimento de que os saberes possuem um potencial criativo e transcendente da realidade do mundo empírico. “Representar é tornar presente o que está ausente através do uso de símbolos” (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 93).

Como formas de conhecimento prático, as representações sociais também possibilitam uma organização e orientação às pessoas e se consolidam através de um jogo de forças: de um lado, pelos conteúdos que circulam na sociedade e são assimilados pela população e, de outro, pelo próprio processo de interação social e das pressões para definir uma situação de forma a confirmar e manter identidades coletivas. Nesse sentido, torna-se importante ter em mente dois processos centrais à Teoria das Representações Sociais: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem faz com que um novo conhecimento seja associado a outras representações sociais já existentes, de forma a tornar uma informação recente em algo palpável, familiar. A ideia central na ancoragem é integrar um novo fenômeno – objetos, relações, experiências, práticas – em conceitos já existentes, de forma a apagar o não familiar, ameaçador e estranho. Quando surgiu a questão da AIDS, por exemplo, as pessoas ficaram atemorizadas, pois ninguém sabia do que se tratava. Ancorou-se então a AIDS à peste, a qual todos sabem o que é. Dizia-se então: “a AIDS é uma peste”.

Na objetivação, algo abstrato é materializado, ou seja, o não familiar é domesticado e transformado em uma realidade concreta. Assim, ela permite tornar real um esquema conceitual e substituir aspectos do universo simbólico por sua contrapartida material. Na objetivação, existe a tendência em adaptar as ideias abstratas e os conceitos em uma linguagem acessível a todos, o que significa materializar em linguagem os aspectos simbólicos. Um exemplo de objetivação que Moscovici (2003) comenta: Deus é um mistério, ninguém sabe quem Ele é. Então Deus é materializado, objetivado, quando se diz que Deus é pai, sendo que todos sabem o que é pai. Em suma, a objetivação e a ancoragem são processos que fazem com que elementos novos e estranhos tornem-se parte do cotidiano e dos conhecimentos anteriores de uma comunidade, fazendo emergir, desse modo, novas representações sociais (JOVCHELOVITCH, 1995; 2000; MOSCOVICI, 1961/2012).

Uma vez que um conteúdo é aceito e difundido, ancorado e objetivado, ele constitui-se como parte integrante do universo simbólico e, portanto, dos saberes das pessoas e de suas inter-relações com os outros. Pode-se ainda estabelecer uma ordem de três fases de evolução de uma representação social (MOSCOVICI, 2003, p. 96): a) *fase científica*, na qual a representação social é elaborada a partir de uma teoria, por uma disciplina científica (economia, biologia, etc.); b) *a fase representativa*, em que ela difunde-se dentro de uma sociedade, e suas imagens, conceitos e vocabulário são difundidos e adaptados; c) a *fase ideológica*, em que a representação é apropriada por um partido, uma escola de pensamento ou um órgão de estado e é logicamente reconstruída, de tal modo que um produto, criado pela sociedade como um todo, pode legitimar-se em nome da ciência. Toda ideologia possui, neste

sentido, esses dois elementos: um conteúdo, derivado da base, e uma forma, que provém de cima, que dá ao senso comum uma aura científica.

A fase ideológica das representações sociais pode ser utilizada por instituições e pessoas para estabelecer e sustentar relações de assimetria, que visam a se aproveitar das ideias representacionais com intuito de estabelecer relações de dominação. Como alerta Thompson (2009), o uso das representações sociais e do sentido que delas é originado pode contribuir para que seja disseminado um conhecimento distorcido, que o submete à perspectiva do opressor. As representações assumem características e funções ideológicas quando há disputa de poder no campo dos saberes. Nem todas as representações sociais possuem o mesmo poder, da mesma forma que os atores sociais não possuem os mesmos recursos para influenciar e conseguir vantagens. Isso se dá quando há o emprego sistemático de relações assimétricas do poder-dominação, que torna a representação ideológica. Sempre há a possibilidade dos sistemas representacionais serem permeados pela ideologia, mas isso não significa que todas as representações sociais sejam ideológicas. “Quando as representações ajudam a distorcer e a obscurecer o que está em jogo a fim de dominar, elas se tornam ideologia, mas há mais que dominação e distorção nos campos representacionais” (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 193).

Jovchelovitch (2008), ao analisar a função das representações sociais em uma sociedade, refere que a mesma se trata de uma teoria geral que demonstra que uma sociedade não poderia ser definida pela simples presença de um coletivo que reuniu indivíduos através de uma hierarquia de poder, como, por exemplo, através de intercâmbios baseados em interesses mútuos. Certamente, existem poder e interesse, mas para serem reconhecidos como tais na sociedade devem existir representações ou valores que lhes deem sentido e, sobretudo, que se esforcem para que os indivíduos convirjam e se unam por meio de crenças que garantam sua existência comum. Isso tudo guiado por opiniões, símbolos, rituais e crenças e não simplesmente pelo conhecimento ou técnica. Todos esses aspectos que integram as representações sociais produzem um impacto nos modos de se comportar, de sentir ou de transmitir e permutar saberes.

Argumenta-se que a Teoria das Representações Sociais como embasamento para a averiguação das ideias, pensamentos e significados da assistência social para os usuários é oportuna, no sentido em que auxilia também na identificação de prováveis traços ideológicos presentes em suas explicações, ou mesmo na verificação de possíveis críticas à forma como a assistência social se concretiza. A esse respeito, percebe-se que, historicamente, a mesma esteve vinculada a um discurso e sociabilidade que incentiva o dever moral aos pobres,

segundo o qual as necessidades geradas na população devem ser supridas pela benevolência da sociedade. Esse paradigma, originário no ideário neoliberal, presente a nível mundial e ajustado ao contexto brasileiro, permanece atuante na regulação da economia até os dias atuais, mesmo com a regulamentação das leis. A partir da compreensão da assistência social marcada por sua condição histórica e a formação das representações sociais que dessa condição decorrem, entende-se que é possível que seja pertinente evocar as representações dos usuários e tensioná-las, de forma a identificar se ainda existem em suas falas aspectos que demonstrem características ideológicas ou um entendimento da assistência social como direito (COUTO, 2008). Esse é também um dos objetivos da pesquisa realizada.

Procedimentos Metodológicos

A proposta metodológica utilizada foi a dos círculos epistemológicos, que tem sua origem nos círculos de cultura de Freire (1967). A ideia dos círculos epistemológicos é a de incorporar o círculo de cultura, método de ensino na educação, como metodologia de pesquisa, em que sua utilização integra um instrumento de coleta e análise de dados. A denominação “círculo epistemológico”, além de se diferenciar de sua origem (os círculos de cultura), tem como princípio considerar os “pesquisandos” como atores essenciais na pesquisa. Neste sentido, preserva o princípio freiriano de que todos “são sujeitos da pesquisa que, enquanto pesquisam, são pesquisados e enquanto são investigados, investigam” (ROMÃO et al, 2006). Os pesquisandos não são meros objetos da pesquisa, na qual se tornam alvo da interpretação alheia, mas são participantes do processo de elaboração e análise. É por esta razão que a expressão “o pesquisado” é substituída por “o pesquisando”. O círculo epistemológico revela-se, portanto, como um método qualitativo crítico, pois conjuga técnicas consolidadas de coleta de dados (entrevista coletiva semiestruturada, discussão de grupo e observação participante), para produzir informações no espaço grupal, de forma dinâmica, dialógica e interacional. A pesquisa é feita em conjunto, dinamicamente na relação pesquisador e pesquisandos (ROMÃO et al., 2006, p. 10).

Esta maneira de conduzir o grupo vem ao encontro da pesquisa de cunho representacional, pois, como se viu anteriormente, a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003) propõe-se a recuperar a importância do conhecimento do senso comum, cujo aspecto também é contemplado nos círculos epistemológicos. Ainda, ela propõe-se a interpretar os significados simbólicos e as compreensões trazidas pelos pesquisandos, no espaço da interação, que, neste caso, refere-se à assistência social e aos serviços oferecidos nos CRASSs.

Como refere Yazbeck (1993/2009) em sua pesquisa, a análise da assistência social se dá no processo de constituição da condição de subalternidade e exclusão vividas pelos usuários. Ela parte da apreensão dos significados socialmente construídos que os pesquisandos atribuem à condição de “assistidos”. Compreender a perspectiva do “assistido” envolve tanto o contexto histórico em que a assistência social emerge quanto o entendimento das representações sociais que elaboram sobre sua condição e ante os serviços de que se constituem alvo. O recurso da assistência social não é entendido somente como expressão dos processos de exclusão a que estão submetidos, mas também como formas de se pensar essa condição e os mecanismos que a reproduzem pelos que a vivem. Também não se trata de se conhecer sujeitos isolados em sua forma de pensar a sua inserção em programas assistenciais, mas de abordar o caráter relacional e histórico dessa condição (YAZBECK, 1993/2009).

A partir dessas reflexões, se estabelece o ponto de partida para o esclarecimento do campo de pesquisa. O estudo concentrou-se em três CRASs de Porto Alegre RS, sendo esses os espaços em que foram realizados os grupos com os usuários. Esses grupos já ocorriam há muitos anos, dentro da rotina de funcionamento dos CRASs e, em sua origem, tinham como objetivo o monitoramento das condicionalidades de programas de transferência de renda²⁵, tornando a participação dos usuários também uma imposição²⁶ para recebimento dos programas. Atualmente, os grupos são conduzidos conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b) e estão designados como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Deste modo, a presente pesquisa com os usuários foi realizada nesses grupos já existentes, nos quais a inserção dos pesquisadores deu-se em três encontros semanais do grupo de usuários, nos seguintes CRASs de Porto Alegre-RS: Centro-Sul, Sul e Hípica. Foram, ao total, nove círculos epistemológicos com os usuários, três em cada um dos CRASs, com duração entre uma hora e meia a duas horas, realizados no período de junho a agosto de 2012.

²⁵ Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Núcleo de Apoio Sociofamiliar (NASF) e Programa Bolsa Família. O PET visava à retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. O valor oferecido era de R\$ 25 a R\$ 40 reais por criança para a família que retirasse a criança do trabalho. Da mesma forma, o Núcleo de Apoio Sociofamiliar (NASF), programa da prefeitura municipal de Porto Alegre, gerenciado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania, oferecia uma bolsa-auxílio de R\$ 200,00 às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo que tivessem filhos (crianças e adolescentes) em risco pessoal ou social. Em 2010, o PETI e o NASF foram incorporados ao Programa Bolsa Família. Fonte: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti> http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=74> Acesso em set. 2012.

²⁶ A participação nos grupos não está descrita de forma explícita como condição para recebimento de benefícios sociais. Esta medida foi adotada por alguns CRASs como forma de monitorar, junto às famílias beneficiadas, o cumprimento das condicionalidades. Atualmente, como já colocado, os grupos mantêm-se como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (BRASIL, 2009b).

Os pesquisadores possuíam um pequeno roteiro com temas a serem abordados em cada encontro. No primeiro, o tema proposto foi o da assistência social no âmbito do CRAS: significados, motivos e formas de acesso. No segundo, foram levantadas questões sobre o funcionamento e gestão do CRAS: sugestões e críticas. Após os dois primeiros encontros, os pesquisadores agruparam as informações obtidas em unidades temáticas e, de posse desse material, realizaram, no último e terceiro encontro, a validação comunicativa. A validação comunicativa consiste em levar os resultados de volta aos pesquisandos, para que eles concordem ou discordem das informações. Essa ação é realizada para assegurar que a situação apresentada nos dados não está sendo mal interpretada e para que os pesquisandos possam interpretar e analisar as informações conforme suas possibilidades. A validação comunicativa é considerada, dentro da metodologia qualitativa, um critério de qualidade da pesquisa (GASKELL, G. & BAUER, M., 2002).

A concretização dos círculos epistemológicos deu-se da seguinte maneira: os pesquisadores, ao entrarem nos grupos, faziam uma pequena explanação sobre a temática da pesquisa – assistência social – que incluía a explicação de que todos os participantes possuíam um conhecimento importante, que interessava aos pesquisadores e que, portanto, não havia respostas certas ou erradas, mas que era fundamental que todos pudessem expressar seus pensamentos e ideias sobre o assunto. Após essa introdução, a temática do encontro era exposta e, na tentativa de que os usuários se sentissem livres para se expressar, respeitavam-se suas associações de ideias relativas ao assunto proposto, procurando-se conduzir o círculo epistemológico da forma menos diretiva e mais dialógica possível. Os pesquisadores introduziam as demais temáticas quando, nas falas dos pesquisandos, fosse permitida alguma intervenção. Após o segundo encontro, as informações obtidas eram transcritas e aproximadas por temáticas semelhantes, para que, no terceiro encontro, as informações dos dois primeiros, fossem compartilhadas com os usuários pesquisandos. Essa ação foi realizada para que os usuários pudessem, dentro de suas possibilidades, complementar e analisar as informações obtidas nos dois primeiros encontros. A avaliação dos usuários sobre as informações dos círculos epistemológicos e sobre a assistência social foi levada em consideração na produção escrita da pesquisa.

Com a concretização dos três encontros, as transcrições formaram o *corpus* de informações que resultou em aproximadamente 160 páginas datilografadas, que foram lidas e categorizadas a partir de sua dimensão semântica. A seguir, foram analisadas à luz da Teoria das Representações Sociais, quando se tentou construir um “mapa” representacional que revelasse quais elementos – cognitivos, afetivos, culturais, simbólicos – mostraram-se centrais

para a constituição dessa ontologia da representação, presente nas falas dos usuários. Essa representação foi interpretada a partir de outros aportes teóricos de autores que discutiram temáticas ligadas à assistência social. As contribuições da teoria crítica ajudaram a interpretar a representação em seus aspectos ideológicos (THOMPSON, 2009).

Cada CRAS apresentava características específicas em relação ao tema da pesquisa. O grupo de usuários do CRAS Centro-Sul apresentou-se de forma mais resignada e favorável aos serviços e profissionais do CRAS. No CRAS Sul, os usuários apresentaram uma série de críticas ao funcionamento do CRAS e à forma como eram abordados por trabalhadores e profissionais. No CRAS Hípica, o círculo epistemológico formou-se na ocasião da pesquisa, sendo que esses usuários traziam uma reflexão mais ampla sobre a estrutura da assistência social e de gestores das políticas públicas. Os grupos eram constituídos em sua maioria por mulheres, com exceção ao CRAS Sul, o qual, nos três encontros, mesmo com maior número de mulheres, contou com a presença de participantes homens.

Importante ressaltar que os círculos epistemológicos foram realizados com grupos de usuários de três CRASs de uma determinada região de Porto Alegre. Dessa forma, sua participação, interpretação e análise restringem-se apenas a esses grupos, com suas particularidades, não podendo ser generalizada para uma parcela mais ampla de usuários.

As dimensões centrais elaboradas a partir das falas surgidas nos círculos epistemológicos são apresentadas a seguir, juntamente com seu mapeamento, descrição e discussão. Destaca-se que os conjuntos temáticos não são entidades separadas, mas formam um universo de elaborações dentro de um determinado contexto. O que se procura é construir e materializar a representação social da assistência social dos usuários, no âmbito do CRAS.

Dimensões da representação social sobre a assistência social no âmbito do CRAS

Apresenta-se a seguir o mapa representacional construído a partir das informações obtidas das discussões com os usuários nos círculos epistemológicos. Como mostra o mapa, apresentam-se, a partir das verbalizações, duas grandes dimensões da representação social que se decidiu nomear como: a dimensão ideológica e a dimensão crítica.

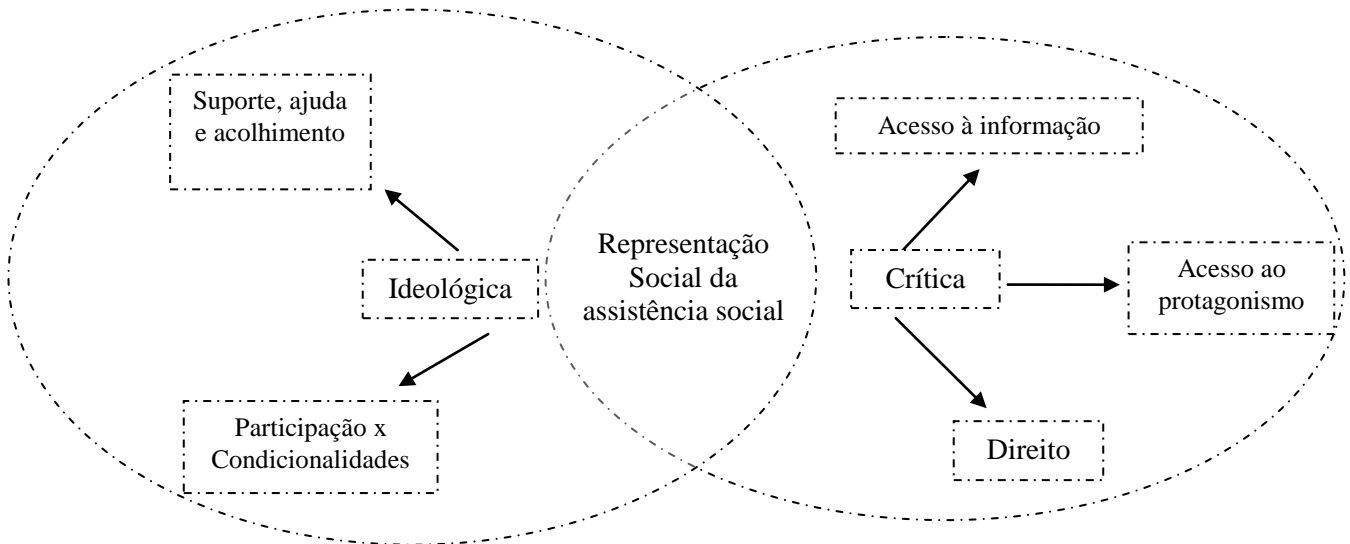


FIGURA 2: Dimensões da representação social da assistência social

Representação social da assistência social em sua dimensão ideológica

Essa dimensão da representação social dos usuários foi chamada “ideológica”, no sentido em que Thompson (2009) a define como já discutido no referencial teórico. Recordar-se que, para Thompson (2009, p. 16), ideologia refere-se “às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – relações de dominação”. Em grande parte das falas dos usuários, essa dimensão ideológica se mostrou em diversas facetas, que foram colocadas como subitens dessa dimensão: a assistência social como suporte, ajuda e acolhimento e as condicionalidades como recurso ideológico. Essa dimensão da representação revela que os usuários, em geral, colocam-se em uma posição de dominação quando aceitam, sem restrições, tudo o que vem da assistência social. Dois pontos foram discutidos pelos usuários: a assistência social, seu significado, acesso e utilização dos recursos e, em um segundo momento, os programas de transferência de renda, sua relevância e a questão das condicionalidades – imposições feitas pelos programas para o recebimento dos benefícios.

Assistência Social como suporte, ajuda e acolhimento

Inicialmente, as representações sociais demonstraram que a assistência social e os recursos oferecidos por meio dos CRASs propiciavam um suporte às necessidades dos usuários, considerados por eles uma ajuda. Ao se colocar a questão sobre como os participantes compreendiam a assistência social, surgiram algumas verbalizações como as que seguem:

PN1²⁷: É um amparo social que ajuda a comunidade.

PN2: Uma ajuda.

PN3: Me ajuda, dá a carteirinha e pras minhas filhas também.

P0: E vocês sabem por que foi criada a assistência social?

PN3: Eu acho que é pra dá zelo pras pessoa mais carente, porque tem pessoas que não sabem que tem curso gratuito, a assistente social vem aqui e passa pra gente, tem coisa que a gente nem sabe.

PN4: Penso que é isso mesmo pra ajudá as pessoas mais carente (H1).

Fica evidente nesse diálogo que a associação da assistência social como um local em que se encontra ajuda para driblar as dificuldades. Esse discurso é recorrente e também se expressa em relação ao acesso aos recursos, como se observa a seguir:

PN1: O Cecopam²⁸ eu já te digo aqui ó, tá, por exemplo, se tu precisa do papel pra tirar foto e tu não tem condições de pagá, tá aí é só chegá ali e falá pra eles, se é carteira de trabalho eles arrumam papel pra ti fazer, se é sobre o Bolsa Família tu chega ali e já fala, se é cadastro eles bota ali, pro Bolsa Família. [...] elas ajudam a gente pra tentá ajudá com o filho pra ele voltá pra escola, ah vamo encaminhá ele pro curso então assim que elas ajudam a gente (CS1).

Essa “ajuda” presente nas verbalizações mostra-se, inclusive, diante da possibilidade de poupar recursos próprios, como na seguinte fala:

PN4: Por exemplo, eu vim aqui tirar atestado pra fazer duas identidade, dá 80 reais. Se eu não tivesse aqui, eu ia ter que deixar de comprar algo pra dentro de casa, uma carne, uma fruta, ou até deixar de pagar uma conta e uma luz pra pagar isso aqui. Mais as passagem que tu ia tirar do meu bolso pra ir fazer essas identidade, não precisei, isso aqui é uma ajuda, uma ombridade. Se eu não tivesse, eu não ia fazê isso aqui agora, ia deixá pra mais o final do mês. Agora, segunda-feira, eu posso ir lá e fazer as identidade, é diferente. É uma grande ajuda. Qualquer 40 reais que tu economiza é uma ajuda.

PN5: Até pra comida, um calçado, pra tu ter um poquinho mais de lazer também.

PN4: A maioria dos lugar que tu vai, tu encontra uma assistente social que vai te ajudá (H1).

Nos diálogos, observou-se que os serviços socioassistenciais eram acessados à medida que os usuários precisavam suprir necessidades materiais e enfrentar outras dimensões significativas de seu dia-a-dia. Esses serviços acabam por representar locais de ajuda imediata e, por vezes, individualizada, com características de “pronto socorro social” (YAZBECK, 1993/2009, p. 146) que oferecem recursos como: auxílios financeiros, por meio dos programas de transferência de renda, vales-transporte, provimento de documentos e uma série

²⁷ Identificação das siglas: P0: Pesquisadora; PN: Pesquisando; CS1: CRAS Centro Sul – 1º Encontro; S1: CRAS Sul – 1º Encontro; H1: CRAS Hípica – 1º encontro. Quando aparecem os números 2 ou 3 ao lado das siglas, os mesmos significam 2º ou 3º Encontro. AS: Assistente Social; Psi: Psicólogo.

²⁸ Cecopam é a sigla para Centro de Comunidade do Parque Madepinho. O local, antes de ser nomeado CRAS Centro Sul, era conhecido pela comunidade pelo nome de Cecopam. Como a nomenclatura CRAS é muito recente, os usuários e a própria comunidade continuam o chamando de Cecopam.

de encaminhamentos à rede de serviços (saúde, educação, conselhos tutelares, judiciário, etc.) que, junto às demais ações, são realizadas pela assistência social de forma compensatória. Essa construção compartilhada, acrescida da forma como eram oferecidos os serviços, corrobora a ideia de que a assistência social ainda se mantém no imaginário dos usuários como um espaço de altruísmo, solidariedade e de ajuda ao outro.

A identificação como filantropia e benemerência remete à representação social construída historicamente sobre o trato com a população pobre, que se configurou em uma lógica na qual “experenciam a dominação e aceitam, uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criaram formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda sociedade” (YAZBECK, 1993/2009, p. 27). A partir das falas, percebeu-se que essas representações mantêm-se ativas no universo simbólico dos usuários.

Quanto aos aspectos de acolhimento e recepção no CRAS, observou-se um discurso semelhante ao tema anterior. Nesse caso, a representação social estava diretamente associada ao grupo do CRAS, contexto em que foi realizada a pesquisa. No espaço grupal, os usuários encontram-se, trocam sentimentos e vivências compartilhados entre eles, como verificou-se nas falas que seguem:

P0: E como é que vocês se sentem de vir aqui no Cecopam?

PN1: Eu sou uma que posso me senti sufocada até aqui e me alivia tudo, se a gente tivé que chorá a gente chora, a gente conversa.

PN4: Desabafa.

PN1: A gente sai daqui que nem uma pluma sabe? Mas tudo que a gente fala aqui, não pode sair na rua. Fica aqui dentro com elas. (CS1)

Como se vê, a assistência social também fornece recursos afetivos aos usuários que frequentam o CRAS cotidianamente. Isso se expressa, novamente, no seguinte diálogo:

PN1: Não deixa a vida tão dura, se tu fica só presa em casa, tu chega aqui e vê que os outros, também tem problemas.

PN2: Tu chega aqui triste, falando, daí todo mundo começa a falar da sua vida. Todo mundo, porque o que a gente fala aqui, fica aqui. O que a gente não consegue falar pros outros na rua, em casa, pros parentes, a gente fala aqui. A gente fez amigos, todo mundo escuta, dá conselhos, fala o que a gente deve fazer, é bom. (S1)

O atendimento no CRAS e a integração no grupo traz aos pesquisandos a sensação de amparo e escuta, de forma análoga às representações sobre os recursos e serviços oferecidos pela assistência social. Contudo, surgiu uma dimensão que se destaca: as falas demonstraram, momentaneamente, uma negação da obrigatoriedade de presença nos grupos, condição para o

recebimento dos benefícios sociais. É provável que essa negação pudesse estar a serviço de uma representação social de subserviência em que tudo que vem como ajuda deve ser aceito sem restrições e não como resposta a um padrão de cidadania (SPOSATI, 1993/2009). Este aspecto é aprofundado no item que segue.

As condicionalidades como recurso ideológico

Quando questionados sobre as razões de participarem do grupo no CRAS, os usuários demonstraram certa divergência de opiniões no processo do círculo epistemológico. Esse conflito aparece de forma semelhante nos diferentes CRASs, nos quais houve desacordo entre os usuários sobre o fato de integrarem o grupo por vontade própria ou pela obrigatoriedade. De qualquer maneira, somente quando as razões dos encontros foram levantadas é que houve o reconhecimento do fator condicionalidade imposto pelo Programa Bolsa Família, como se observou no seguinte diálogo:

P0: Se não fosse pelo Bolsa, vocês acham que viriam mesmo assim no grupo? Iam ter menos vontade de vir? Como é que é?

PN2: Eu fiquei quase dois anos com o O. (AS) sem a bolsa e indo no grupo, não recebia PETI nem Bolsa nem nada, o que eu gostava era das reuniões. “Tu não tá ganhando auxílio?” “Não, não tô ganhando auxílio nenhum.” “Por que tu vem?” “Porque eu gosto.”

PN3: Acho que o Bolsa não impõe ninguém as reuniões, o bolsa a gente vai ganhar vindo na reunião ou não... Isso ai é lá no governo é lá em cima, não tem nada a ver com a Cecopam. As reuniões, é por outro motivo, é bom a gente se reunir, interessa a nós essas conversa, não é porque eu tô ganhando o Bolsa Família que eu sou obrigada a vim.

PN4: Se tu faltar as reuniões eles vão te tirar do Bolsa Família.

PN3: Não.

PN4: Se tu não tá vindo eles vão manda prá lá: "não tá vindo mais", "não compareceu na reunião".

PN5: Eu acho que as condições do Bolsa Família é o quê: leva as criança no médico, no posto prá pesá...

PN3: Mas nós estamos aqui porque nossos filhos faltaram à escola e nos perdemos o benefício.

PN4: Eu comecei por causa que eu recebia o PETI.

PN2: Ah tá?! Nós estamos porque nós perdemos o Bolsa Família, porque nossos filhos faltaram a escola. Quê que foi feito? Foi feito uma relação pra cá, das mães do Bolsa Família que tavam irregular. Quê que aconteceu? A L. (AS) foi atrás das famílias, procurou todo mundo lá... Que vocês vão ter mais uma oportunidade de ter, de não perdê o Bolsa família de vocês. Ai vocês vem, pega de novo, só tem que vim participá das reunião. Participá, achá uma solução porquê que teu filho tá faltando, alguma coisa, dele voltar a estudar...

P0: Por isso tem que vir?

PN2: É por isso que tem que vir. Essa reunião tinha pras pessoas que perderam o Bolsa Família.

PN1: Não, se não tivesse, eu viria.

PN3: Só que a gente precisa vim.

PN4: Eu gostaria de saber se não tivesse...

PN6: Se não tivesse o Bolsa família e fosse convidada eu acho que viria.

PN1: Eu viria (CS3).

Esse longo excerto das falas dos usuários mostra um processo de reflexão sobre o Programa Bolsa Família e as condicionalidades, no contexto da participação do grupo no CRAS. Percebe-se que não são claros, para os usuários, os objetivos da realização dos grupos. Mesmo que, em um primeiro momento, houvesse a negação da obrigatoriedade e o reconhecimento da participação do grupo como espontânea, quando surgiu a questão das condicionalidades, os usuários demonstraram aceitação e as consideraram incentivadoras. Esses elementos simbólicos, representacionais, sobre os benefícios obtidos pelos programas de transferência de renda emergiram pelo receio de se perdê-los caso as condicionalidades não fossem cumpridas. Por outro lado, uma série de satisfações precisam ser dadas aos técnicos que regulam e monitoram o cumprimento dessas condicionalidades. Dessa maneira, os usuários reconhecem-se como devedores, por receberem uma renda que, na verdade, deveria representar o acesso a um direito garantido pela Constituição. Esse fato fica evidente quando se observou que sua representação social gira em torno da lógica da bondade e do favor e não na perspectiva dos direitos, como mostra a seguinte fala:

PN1: Eu acho que se não tivesse a assistência social, muita família não estaria bem como está agora.

P0: Bem como?

PN5: Porque a família melhora, por que tu tem assim, um benefício, porque tem tanto adolescente com onze, doze anos, até quatorze, que vive hoje em dia dizendo que não vô mais pro colégio. Mas se tu vem numa assistência social e diz eu vô inscrevê, a mãe vai lá e te inscreve no bolsa família, ele vai sê obrigado a ir pra escola e tu vai tê obrigação também de levá teu filho num posto de saúde, porque se tu pega esse negócio, que não tem assistência social, tu não vai levá o teu filho num posto de saúde. Por que tu vai levá teu filho pra pesá, se perante os teus olho teu filho tá bem? Tu não vai levá. Porque tu não vai fazê vacina, ah hoje eu não tenho tempo, mas tu sabe que se tu tá em algum cadastro da assistência social tu é obrigado a levá o teu filho. Pelo menos tu tem aquela obrigação.

P0: Mas o que vocês acham de ser obrigada?

PN5: Por um lado te ajuda. Porque tu tá ganhando pra fazer aquela obrigação, tu não tá ganhando de graça, porque se tu tá levando a criança até lá, é sinal que tu tá recebendo auxílio, o auxílio deles (H1).

No diálogo apresentado, a questão ideológica da representação social fica clara, pois a obrigatoriedade das condicionalidades, contraditória à legislação da LOAS²⁹, é justificada como positiva pelos usuários. O fato de eles acreditarem tão fortemente que tudo que vem da assistência social é bom, proveitoso e favorável, demonstra que sua representação social, mesmo que constituída por suas ideias, são contudo “realidades inquestionáveis”, fruto de uma representação social mais ampla. Essa representação tem origem na história de

²⁹ A LOAS (BRASIL, 1993/2009a) dispõe em seu artigo primeiro que “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva”. Isso quer dizer que não depende de contribuições prévias ou retribuições, como as condicionalidades, para se concretizar. Por essa razão, a exigência de condicionalidades para os serviços sócio-assistenciais é uma contradição ao que diz a lei.

dominação que permeou as práticas da assistência social, sua cultura clientelista e tuteladora, que incide na representação social dos usuários com a força de um objeto material. O impacto é tão grande que, por se tratar de décadas de assistencialismo, esse entendimento da assistência social torna-se naturalizado e “invisível”. Assim, quando um significado, como o da assistência social como benesse ou favor, coloca-se como algo convencional e mantém-se com o passar dos anos, o mesmo torna essa representação social, por vezes, inquestionável e a materializa na realidade, pelo processo de objetivação. E acrescenta Moscovici (2003): “o que é invisível é inevitavelmente mais difícil de superar o que é visível [...] quanto mais sua origem é esquecida, mais fossilizada ela se torna” (p. 41). Desta forma, o significado da assistência social como ajuda torna-se concretizado e estabilizado na sociedade e, ao invés de seu sentido ser modificado com as novas concepções de 1988, acaba por permanecer imutável no universo simbólico dos usuários.

Por outro lado, quando se apresentaram situações consensuais em que os usuários concordaram que as condicionalidades os incentivam a acessar serviços aos quais, sem as mesmas, não acessariam, estes demonstraram que preferem não entrar em atrito ou conflito com a forma como a política está colocada. Os diálogos que dão anuência às condicionalidades apenas confirmam as crenças e interpretações adquiridas pelo senso comum. É como se houvesse uma familiarização das diretrizes impostas que os possibilita sentirem-se em casa a salvo de qualquer risco de mudança. Assim, a representação social analisada é composta de uma dinâmica de processos, percebidos e compreendidos em relação a paradigmas há tempos estabelecidos na sociedade, como a ideia de que, se receberem algo, precisam imediatamente dar algo em troca, confirmando, de certa forma, o não entendimento da assistência social como direito (MOSCOVICI, 2003).

No sentido de tensionar essas representações, Pereira (2003) afirma que mecanismos como as condicionalidades ou contrapartidas atribuem aos usuários uma condição de falta pessoal a expiar e um estigma rebaixador do status de cidadania. Os usuários, pela imposição das condicionalidades, são tratados como faltosos, pois acabam por sujeitar os seus direitos básicos (acesso à escola, aos serviços de saúde, aos benefícios da assistência social) a regras contratuais que preveem contrapartidas ditadas e cobradas por governantes e a todo um aparato estatal responsáveis pela manutenção da pobreza. Os pobres, que são credores de uma enorme dívida social acumulada, têm de oferecer contrapartidas aos seus devedores quando estes se dispõem a saldar parcelas ínfimas dessa dívida. Essas imposições, conforme Silva (2007), deveriam ser atribuídas ao Estado, uma vez que os serviços sociais básicos oferecidos pela maioria dos municípios brasileiros no campo da Educação, da Saúde e do Trabalho são

insuficientes, tanto de forma quantitativa quanto qualitativa, para atender às necessidades das famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda. Os serviços sociais básicos deveriam ser mais bem desenvolvidos, expandidos e democratizados, no sentido de os direitos sociais serem ampliados e utilizados por todos, sem necessidade de imposições e obrigatoriedades. As condicionalidades, na forma em que se apresentam, ferem o direito de todo cidadão a ter acesso ao trabalho e a programas sociais que lhe garantam uma vida com dignidade.

Tem-se aí uma inversão perversa e arrogante de valores no campo da política social, que contradiz até mesmo a lógica contratual. Mas é essa inversão que justifica o fato historicamente conhecido de aos pobres serem oferecidos benefícios e serviços de pior qualidade ou insuficientes, pois suas necessidades humanas são politicamente rebaixadas ao nível da sobrevivência física. E por trás desses procedimentos está a concepção equivocada da política social como resíduo e dispêndio improdutivo e não investimento social. (PEREIRA, 2003, p. 3)

Considerando-se as afirmações de Pereira (2003), podemos compreender as razões pelas quais a representação social surgida nos diálogos dos usuários apresentam elaborações geradas a partir de sucessivas gerações que compreendiam a assistência social como uma prática clientelista e filantrópica, em que a prestação de serviços à população vinha ao encontro dos interesses de governantes e entidades que visavam a estabelecer com a população pobre uma relação de dominação ideológica. Observou-se, então, que os significados da assistência social, sua classificação e compreensão estão ligadas a sentidos e situações anteriores, que se fixaram na memória coletiva dos usuários e que se reproduzem na linguagem e nas conversações que, invariavelmente, refletem um conhecimento anterior. Esse saber, fortemente arraigado, impossibilita, em parte, a elaboração da informação presente, que é o entendimento da assistência social como política pública e direito social, como se observou nas informações trazidas pelos usuários. Por essas razões, representações sociais tão enraizadas precisam ser confrontadas para que outras possam se estabelecer no senso comum e no imaginário social dos usuários (MOSCOVICI, 2003).

Ao encerrar momentaneamente a discussão desta dimensão da representação social dos usuários, faz-se importante ressaltar o que dizem as autoras Couto et al (2010) sobre o movimento de luta que instituiu a assistência social como política pública de acesso aos direitos sociais. Ele objetiva tensionar este modo de compreender a pobreza e se contrapõe às ações assistenciais que historicamente disseminaram a representação social construída sobre o público para o qual se destinam. A luta pelo reconhecimento da assistência social como direito busca, nesse sentido, que os usuários se reconheçam e sejam reconhecidos como

cidadãos de direitos e que o acesso aos recursos dos quais necessitam sejam disponibilizados com a dignidade que merecem.

No próximo item, é apresentada a discussão da segunda dimensão da representação social que versa sobre as impressões e sugestões dos usuários sobre a melhoria das práticas nos CRASs. Percebe-se que, em relação ao tema discutido anteriormente, sua representação social apresentou-se de forma contraditória. Seus apontamentos voltaram-se para questões sobre o acesso à informação e sobre a promoção de oficinas de geração de renda. Também apresentaram críticas sobre a forma como estão disponibilizados os serviços na assistência social e como são tratados pelo Estado e governantes.

Representação social da assistência social em sua dimensão crítica

Essa dimensão da representação social foi chamada “crítica” devido ao fato de que os usuários, ao longo do processo dos círculos epistemológicos, conseguiram entrever, ao menos preliminarmente, alguns aspectos ideológicos presentes nas práticas da assistência social. Nesse processo, puderam transformar seus posicionamentos de aceitação dos serviços da assistência social em uma reflexão mais crítica, que abrangeu também alguns aspectos negativos sobre as práticas realizadas. A análise que os usuários assumiram nessa discussão estendeu-se às ações do Estado e governantes. Além disso, chegam a mencionar que se entendem como sujeitos de direitos, mesmo se não têm clareza do quê se tratam esses direitos.

Neste sentido, ao serem levantadas questões sobre o funcionamento dos serviços no CRAS, percebeu-se como os usuários assumiram mais efetivamente o papel de pesquisandos no sentido de que puderam falar de forma mais crítica sobre suas impressões sobre a assistência social e órgãos gestores. Talvez isso tenha ocorrido porque no momento em que os encontros repetiam-se e as discussões aprofundavam-se, eles sentiam-se mais à vontade ao perceber que a pesquisadora estava disposta a ouvi-los. Portanto, a mesma estava desvinculada de uma posição de controle.

As análises e críticas dos usuários pesquisandos sobre os serviços socioassistenciais recaíram sobre a utilização dos espaços do grupo no cotidiano CRAS. Importante ressaltar que suas expressões estão destinadas ao grupo que participam semanalmente no CRAS, aproveitando-se o espaço dos círculos epistemológicos para se falar sobre esse aspecto que integrava o tema da pesquisa.

Assistência social como acesso à informação

Os usuários apresentaram, em suas elaborações, o entendimento de que o espaço do grupo da assistência social, além de conter outras atividades, deveria ter um caráter

informativo sobre a própria assistência social e os programas de transferência de renda. Contudo, os usuários demonstraram que o aspecto informativo ficou a desejar, como se vê no excerto em que foram estimulados a falar sobre como gostariam que fosse o momento do grupo:

PN2: De vez em quando, uma vez por mês pegá e falá só sobre o Bolsa Família, que às veiz, a gente quer saber só sobre o Bolsa. Mais não, a gente não tem possibilidade, que pra mim mesmo tinha que vir só pra falar sobre o Bolsa. Que pra mim é pra isso que é a reunião que a gente faz, eu achava que era pro Bolsa, mas com o tempo eu vi que não tinha nada a ver com o Bolsa (S2).

Nesta fala, a pesquisanda refere um entendimento prévio de que o espaço do grupo seria de acesso a informações sobre o Programa Bolsa Família. Mas, contraditoriamente à sua percepção, isso não tem feito parte das atividades do grupo. Esse fato gera certa indignação, expressa na seguinte verbalização:

PN2: É! A gente quer saber o quê que vai acontecer, o que vai acontecer com nós, a gente não sabe de nada!

PN3: É pra saber sobre o Bolsa né, mas a gente não sabe! (S1).

No excerto que segue, observa-se que, por vezes, a informação chega de modo inócuo:

PN2: Uma coisa, a pessoa que não sabe lê, como eu que não sei lê, como é que eu vou saber as coisa né? Mas eu nem sei, nem a metade das coisa do bolsa, eu não sei. Quem sabe é quem lê as coisa, quem entende. Eu, só me dão uns papel, me dão uns papel, e o que eu vou fazer com uns papel? (S2)

Conforme as críticas presentes nos relatos supracitados, as atividades oferecidas nos grupos da assistência social pareciam não estar de acordo com os interesses e necessidades dos usuários que, como beneficiários, desejavam receber informações sobre o Programa Bolsa Família. No referido CRAS, os usuários queixavam-se de que as atividades centravam-se em brincadeiras e momentos de partilha de vida. Os dados obtidos dos outros CRASs pesquisados também evidenciavam que o espaço do grupo servia para uma “terapia grupal” dos usuários e que, portanto, não tinham objetivos definidos. De fato, ocorria que, além disso, gostariam de obter informações necessárias quanto ao entendimento da assistência social e dos programas dos quais participam.

Porém, ao apresentarem-se atividades sem uma finalidade específica e sem sentido para os usuários, o espaço dos grupos acabava por estabelecer a obrigatoriedade de presença por uma simples imposição. Esse fato desvaloriza e reitera a condição subalterna dos usuários que são, de certa forma, impedidos de expor suas ideias e sugestões para a realização do

grupo. Desse modo, o espaço semanal dos grupos deveria servir para qualificar ações, estimular a reflexão dos usuários sobre suas condições de vida e serem direcionadas para algo mais amplo, o que significaria questionar e até mesmo promover ações com o objetivo de alterar as condições de reprodução social. Pode-se constatar, dessa forma, que os serviços são oferecidos de forma desorganizada e desconexa e que, sem objetivos claros, acabam por ter um fim em si mesmos e não consideram o que têm a dizer os seus maiores interessados.

Ainda, no que se refere à questão da informação, a pesquisadora, ao se colocar no círculo epistemológico, partilha seu saber sobre a política de assistência social como direito. Contudo, esse assunto não encontra repercussão entre os usuários, como se observa no diálogo:

P0: Lembram que eu falei que a assistência social era uma lei, que era um direito e eu perguntei pra vocês se vocês sabiam o que era e o que vocês me disseram?

PN1: Não.

P0: Pois é, me disseram que não.

PN1: Acho que ninguém sabe, ninguém sabia, não era explicado

P0: Então o que é a assistência, se não é um direito, era o quê?

(Silêncio)

P0: Vocês achavam que era uma ajuda?

(Silêncio)

P0: Ou tá muito difícil essa pergunta?

PN1: Tá difícil,

PN3: Essa tá difícil.

PN2: A gente sempre entende como uma ajuda, né? (H2)

A PNAS (BRASIL, 2004) traz em suas diretrizes que aos usuários são garantidos uma série de direitos, dentre eles o direito à escuta, o de receber explicações sobre os serviços e seu atendimento de forma clara, simples e compreensível e o de ter acesso à informação sobre o funcionamento dos serviços como um direito primário do cidadão, sobretudo em relação àqueles com vivência de barreiras culturais e de leitura. Pergunta-se, a partir da perspectiva dos pesquisandos: o que ocorre com os serviços do CRAS que não têm garantido, aos usuários esses direitos?

Demo (2002) coloca que a falta de informação pode representar o uso ideológico do poder. Considerar os usuários como expectadores distantes do que ocorre nas decisões e práticas da assistência social, como revela sua representação social, é estimular a pobreza política. “A pobreza política é o resultado do cultivo da ignorância, a condição de massa de manobra, na qual a pessoa é manipulada de fora para dentro, geralmente sem perceber” (p. 35). Essa pobreza não nega a exclusão material, e sim a consciência política que levaria à emancipação. Ao invés disso, a pobreza política destitui os usuários da condição de sujeitos e os torna objeto de dominação.

Assistência social como acesso ao protagonismo

Ao concluir suas análises, os usuários apresentaram sugestões de como seriam mais bem atendidos pela assistência social. A fala que se segue comprova que as atividades no grupo do CRAS eram realizadas em forma de brincadeiras. De alguma maneira, parecem exigir mais respeito e dignidade no momento em que dizem que não estão lá para brincar, mas para serem informados, como visto anteriormente, e para aprender algo que contribua à sua emancipação. Esse aspecto é observado nas falas a seguir:

PN1: De repente a gente fazer uma figura num pano de louça. Eu sinceramente, não gosto muito de brinquedo.

PN0: Alguém mais não gosta de brinquedo?

PN4: É que nem vocês dizem que esse dinheiro aqui não é pra toda a vida que a gente tá recebendo aqui, não é. Mas daí a gente não recebe nada pra pode gerá dinheiro.

PN2: É a gente precisa fazer alguma coisa pra poder movimentá isso daí (S2).

O diálogo acima demonstra uma preocupação dos usuários com seu sustento próprio, que vai além do recebimento dos benefícios monetários da assistência social. Essa inquietação também está presente nas verbalizações abaixo:

PN1: Nunca ninguém fez essa pergunta “que que tá faltando aqui dentro?” pra nós mães, pros filhos de vocês tem e nós? Porque que invés de o Bolsa Família ser 140 pila, ser 200 pila, tu não faz um curso? Tu não faz um curso? Porque um curso tá de 200 pra cima, né?! Então nós mães também temo direito.

PN3: Porque tem muita mãe que não trabalha né. Eu sou uma que não trabalho. Entre aspas né?! Posso ir estudá, posso ir mas... quero aprendê, quero aprendê. Tu não vem só por causa do Bolsa Família, vem por ti, tu tá aprendendo, quer aprender. (CS3)

Como se percebe nas avaliações dos usuários pesquisados, os serviços oferecidos pela assistência social encontram inúmeras limitações que, dadas as circunstâncias em que foram criadas e as necessidades históricas que se propõem a atender, acabam por apresentar programas sociais isolados e difusos que não dão conta de suas carências (SPOSATI et al, 2012; YAZBECK, 1993/2009). Yazbeck (1993/2009) lembra que os serviços da assistência social não deveriam se restringir à distribuição de auxílios materiais ou orientações, mas ter como prioridade programas de formação profissional, de geração de renda e programas socioeducacionais. É por essa razão que a autora afirma que “as ações assistenciais podem significar tanto a tutela e a reiteração da subalternidade, quanto um lugar de reconhecimento e acesso ao protagonismo” (p. 146).

Mesmo observando que a representação social dos usuários ancora-se em práticas assistenciais de tempos remotos, percebe-se que ainda ocorrem situações nos serviços oferecidos pelos CRASs que reforçam essa representação, mantendo-os em um lugar

subalterno. A subalternidade, assim como a pobreza política, não se limita somente à dimensão material da existência humana, como anteriormente colocado. Nela estão também contidas a alienação, o estado de manipulação, o cerceamento da conscientização de sua opressão e a privação do conhecimento necessário para que os usuários possam compreender a sociedade em que vivem e as circunstâncias em que se encontram (YAZBECK, 1993/2009; DEMO, 2001).

O que se percebe por meio da representação social dos pesquisandos, que analisam a assistência social, é que as práticas realizadas nos CRASs, atualmente, mesmo após as regulamentações da LOAS (1993/2009a) e da PNAS (2004), em que estão imbricadas lutas para a mudança dessas realidades, permanecem com características que os mantém na antiga posição de dominados. A diferença que se apresenta aqui é que quando lhes é possibilitada a expressão de seus saberes, eles começam a demonstrar uma posição crítica necessária para que se provoque reflexões em níveis mais amplos da sociedade.

Assistência social como direito

Em meio às discussões nos círculos epistemológicos, surge um aspecto não dimensionado pela pesquisadora: a reflexão e o posicionamento dos usuários pesquisandos sobre o Estado e os governantes. Essas análises são observadas nos diálogos que seguem:

PN1: Quem traz os recursos pra nós?
 PN2: Não sei. Esses dias veio alguém falar do Bolsa aqui, mas sinceramente, eu não sei.
 PN3: É o governo que traz.
 PN2: Eu acho que é a M. (AS)
 PN3: Eu estou esperando madeiras que me prometeram.
 PN1: Eles prometem um monte de coisas, mas não cumprem.
 PN4: Depois da eleição eles nem olham mais na tua cara. Dão cestas básicas para pedir votos e depois nem querem saber de ti.
 PN5: Compra de votos não pode, né?
 PN4: Dão cestas básicas para a gente votar e depois que estão lá não querem saber da gente.
 PN2: Eu não acredito em político. Eles prometem casa pros pobre, promete médico, casa, prometem tudo e depois que tão lá não fazem nada.
 PN5: Os recursos nunca chega aqui.
 PN4: O governo federal manda os recursos e no meio do caminho eles são desviados. Nunca dão pras pessoas que estão precisando.
 PN2: A igreja não dá recursos suficientes, eles fornecem pra quem trabalha lá e nós não ganhamos. E esse recurso é nosso e não chega até nós (S2; CS2).

Esse diálogo demonstra que, ao refletir sobre a procedência dos recursos da assistência social, os usuários fazem uma associação a outras instituições que não cumprem com os compromissos firmados com a população. Tal fato remete, preliminarmente, a uma consciência de que deveriam ter acesso a alguns direitos, dos quais não estão sendo contemplados, como se verifica nas falas a seguir:

PN1: Nos somos cidadãos, cidadãos né?! E quase todo mundo aqui paga imposto, né?! Então quando a presidente promete alguma coisa pra repassar pro povo e quando chega aqui não recebe. É direito do povo, do cidadão brasileiro, que a gente trabalha, quem não trabalha é ciente, né?! Tem conhecimento, né?! Que simplesmente não chega até a fonte, não chega até nós, têm crianças usando chinelo de dedo, faltando leite, faltando água, faltando tudo, chorando, no desespero, é bem ruim... É uma condição muito ruim, sabe? É terrível... É muito ruim. Uma coisa de prioridade, ajudar o povo, o cidadão brasileiro. Quando a gente desconta uma coisa de imposto de renda, a gente paga imposto, então não é um favor pra nós, é uma obrigação.

PN2: Eu acho assim ó, é um ser humano, tem que ter consideração pelo povo. Tem prioridades, chega no hospital, o pessoal passando mal. Ter um auxílio é difícil. Aquela história de pegar rancho. Quem recebe rancho é difícil, pegar rancho é difícil, perde por não conseguir buscar o rancho. Então, tudo é complicado. Quê que a gente pode ajudar? Eu posso te dizer que não posso ajudar em nada. Quem trabalha ajuda trabalhando, é cidadão. Pedem cidadania, mas a gente não tem mais direitos dentro da sociedade (S1).

Jovchelovitch (2000), ao realizar um estudo sobre as representações sociais da esfera pública, identificou que a representação social de crianças de rua, operários e profissionais liberais estava relacionada à corrupção expressa como individualismo e egoísmo, em que a política é um processo que não pode ser controlado pelo cidadão comum e a impunidade é uma das dimensões mais importantes da prática política. Nesse sentido, nota-se que, à medida que as discussões sobre a assistência social foram se aprofundando, os usuários pesquisandos faziam associações relacionadas ao fato de que os recursos que lhes eram prometidos e que sabiam que estavam destinados à população, por conta da corrupção facilitada pela impunidade, não chegavam até seu destino. Parecem demonstrar certa consciência política quando falam de suas necessidades e dificuldades cotidianas, quando, ao reconhecer sua condição de pobreza, também se reconhecem como sujeitos de direitos, diferentemente do que se apresentou na primeira dimensão da representação social da assistência social.

Da mesma forma, a referência ao papel do Estado é permeada pela crítica por sua ineficácia no campo da assistência social. Essa percepção revela que a exclusão e a subalternidade são situações que, em seu cotidiano, exigem respostas do poder público. Os usuários expressam a reivindicação do direito à assistência, a serviços sociais e a melhores condições de vida. Além disso, demonstram a consciência de que o Estado está mais vinculado aos interesses dos governantes, dos grandes empresários e que não dá à pobreza e à desigualdade social a merecida atenção (DEMO, 2001; YAZBECK, 1993/2009).

Outra conclusão à qual se chega é que, ao se possibilitar a fala e disponibilizar a escuta aos usuários pesquisandos, eles expressam uma reflexão que permite rever o quadro de pobreza política que a eles tem sido atribuído historicamente, dentro e fora da assistência social. Como assinalou Freire (1987/2003, p.31) em sua pedagogia do oprimido: “E aí está a

grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. [...] Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”. Contudo, sabe-se que para que isso ocorra, faz-se necessário fornecer recursos, além dos materiais, para que os usuários oprimidos possam lutar por sua libertação. Além disso, demais setores da sociedade, como o Estado e a sociedade civil precisam estar engajados nessa luta para que algo, de fato, se modifique.

A luta pela libertação também passa pela luta pelo reconhecimento social, que exige a realização de um diálogo entre usuários e outros, pertencentes a diferentes esferas sociais (profissionais, instituições governamentais, sociedade civil), em que os primeiros sejam reconhecidos e tratados com dignidade pelos segundos. O reconhecimento em termos dialógicos demonstra que o indivíduo tem a capacidade de compreender o outro como um humano e precisa desejar ser entendido da mesma maneira, de forma que o reconhecimento seja mútuo para ser verdadeiro. A partir das críticas e reivindicações dos usuários, percebe-se que eles desejam esse reconhecimento social. É somente através da reciprocidade no reconhecimento que existe a possibilidade para o desenvolvimento da autoconsciência, a qual reclamam os usuários (MARKOVÁ, 2006).

A partir da ideia de que o reconhecimento social é um esforço mútuo direcionado a outros seres humanos, pode-se dizer que o mesmo está intimamente ligado à questão da dignidade, que exige a compreensão de que todas as pessoas, independentemente de suas situações sociais, raças, crenças, cores ou gêneros, compartilham a mesma humanidade e que a identidade humana não depende de papéis institucionais. A importância no conceito de dignidade referida por Marková (2006) é de que os humanos têm, ou deveriam ter, seus direitos respeitados, independentemente de suas posições na sociedade, de suas raças, cores e crenças. Espera-se, dessa forma, que a assistência social, ao repensar suas práticas, possa ser o caminho que reconheça a dignidade de seus usuários e lhes aponte as saídas que os leve ao protagonismo e à emancipação.

Considerações Finais

A presente pesquisa objetivou compreender a representação social dos usuários sobre a assistência social. Como parâmetro conceitual, entende-se a assistência social como uma política que deveria viabilizar o acesso aos direitos sociais garantidos em Constituição. Contudo, os usuários demonstram em suas verbalizações que os serviços da assistência social têm sido realizados, atualmente, de forma semelhante às práticas de beneficência, tutela e clientelismo, que antecederam à implantação do SUAS. Esse aspecto fica evidente nas duas

dimensões da representação social analisada, a ideológica e a crítica, quando, nos primeiros círculos epistemológicos, os usuários apresentam-se favoráveis às práticas socioassistenciais e, com o aprofundamento das discussões, apresentam saberes que contêm em si a crítica a essas práticas.

Da mesma forma, os programas socioassistenciais revelam-se, por meio da análise dos usuários pesquisados, como não possuidores de uma ação efetiva para favorecer o seu protagonismo. Nesse sentido, percebe-se que a pobreza política é mantida entre a população, com o objetivo de conservar, na sociedade brasileira, a experiência política da dominação. É dessa forma que os governos e classes dominantes utilizam-se da ideologia para criar formas de difundir e reproduzir seus próprios interesses como aspirações de toda a sociedade. (DEMO, 2001; YAZBECK, 1993/2009).

Estimular o olhar político dos usuários é fundamental para que eles possam tomar consciência da dominação a que vêm sendo submetidos por todas essas décadas. Assim como de nada adianta combater a pobreza e a subalternidade somente com a assistência social, também de nada serve descartá-la, já que lhes é devida por direito de cidadania. Cada vez fica mais claro que é impensável resolver a subalternidade, que ainda permanece ativa na forma como são oferecidos os serviços da assistência social, sem a participação e a perspectiva dos usuários. Uma política que pretende reduzir os níveis da pobreza, mas que conserva os usuários apenas como objeto dela, pode até distribuir os recursos e benefícios e diminuir compensatoriamente a fome, mas agrava a pobreza política (DEMO, 2001).

Na pesquisa realizada, a metodologia dos círculos epistemológicos proporcionou diferentes tipos de reflexões aos usuários, que puderam dar vazão à suas expressões. Nesse sentido, torna-se imprescindível que sejam oportunizados espaços em que os usuários sejam vistos, ouvidos e entendidos em seus interesses e projetos. Isso significa dar a eles a chance de participar de uma forma mais efetiva das atividades propostas nos serviços da assistência social. Criar condições para que os usuários caminhem na direção de sua constituição como cidadãos de direito é parte das tarefas socioeducativas e políticas de uma assistência social que não sirva para a reiteração da subalternidade dos usuários. Isso pode até mesmo redefinir a natureza da assistência social, pois ela introduz um novo diálogo com pessoas que foram historicamente prejudicadas pela exclusão social. Além disso, sabe-se que somente a participação dos usuários não torna possível a modificação da situação de pobreza. Desse modo, espera-se que as expressões dos usuários possam estimular reflexões mais amplas, pelos diversos setores da sociedade (YAZBECK, 1993/2009).

Há, portanto, a necessidade de se recuperarem o pensamento, a palavra e incentivar a valorização dos saberes sociais dos usuários, porque ela sustenta a possibilidade de democracia e cidadania. A consciência crítica que emerge desses saberes favorece o empoderamento e propicia novos níveis de compreensão a estas pessoas, historicamente excluídas delas. Esses aspectos também apontam para a construção de políticas redistributivas que precisam, necessariamente, estar envolvidas com políticas de reconhecimento.

Referências

- AGUINSKY, B. G.; FERNANDES, I.; TEJADAS, S. S. Entre a garantia de direitos e o reforço à subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público-alvo da Política de Assistência Social. In: MENDES, J. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. p.63-82. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.
- ANDRADE, I. Modelo de gestão e protagonismo dos usuários na implementação do SUAS. In: MENDES, J. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. p. 85-127. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.
- ARAÚJO, C. C.; PEREIRA, M. E.; GUILHON, M. V.; SOUSA, S. M. Implantação e Implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) nos estados do Pará, Maranhão e Pernambuco: uma análise dos resultados de pesquisa empírica. In: COUTO, B. R.; YAZBECK, M. C.; Silva, M. O. S.; RAICHELIS, R. (orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. p.99-137. São Paulo: Cortez, 2010.
- BAUER, M. & GASKELL, G. Pesquisa **Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2002
- BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. **Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (Cras)**. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS Anotada**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 1993/2009a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: Texto da Resolução Nº 109 de 11 de Novembro de 2009**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica SUAS – NOB SUAS: aprimoramento da Gestão e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais**. Minuta Consulta Pública. Brasília, 2010. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/arquivos/nob-suas-2010-minuta-consulta-publica-final.pdf>> acesso em: julho 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família – Benefícios – Condicionalidades**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> acesso em: setembro, 2013.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTO, B. R.; SILVA, M. B. A. Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social: a trajetória da constituição da política pública. In: MENDES, J. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. p.31-44. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

COUTO, B. R.; YAZBECK, M. C.; SILVA, M. O. S.; RAICHELIS, R. (orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (orgs.). **Políticas Públicas e Assistência Social**. Petrópolis, p. 13-40. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

DEMO, P. **Pobreza Política: polêmicas de nosso tempo**. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

DEMO, P. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, Coleção Prospectiva; v.6. 2002.

DEMO, P. **Transferência de renda: política social como efeito de poder**. Universidade de Brasília. Mimeo. Disponível em: <<http://pedrodemo.blogspot.com/2005/07/transferencia-de-renda-politica-social.html>>, 2005. Acesso em: setembro 2013.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 37 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987/2003.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980/2005.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977/2006.

GASKELL, G. & BAUER, M. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, M. & GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4 ed. p. 474 e 515. Petrópolis: Vozes, 2002

GUARESCHI, P. **Psicologia Social Crítica: como prática de libertação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

JODELET, D. Représentations Sociales: un domaine em expansion. In: JODELET, D. **Les représentations sociales** (dir.). Paris: PUF, 2007.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 8 ed. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 1995.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações Sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura.** Tradução Pedrinho Guareschi. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARKOVA, I. **Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente.** Tradução de Hélio Magri Filho. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2006.

MENDES, J. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação.** Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigação em psicologia social.** Tradução de Pedrinho Guareschi. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI. **A psicanálise, sua imagem e seu público.** Tradução de Sonia Fuhrmann. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 1961/2012.

PEREIRA, P. A. **Porque também sou contra a focalização das políticas sociais.** Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social – NEPPoS. Brasília: UnB, 2003. (Mimeo). Disponível em: <www.neppos.unb.br/publicacoes/contra_focal.pdf, 2003>. Acesso em Setembro de 2013.

PEREIRA, V. T. **A psicologia no mundo da vida: representações sociais sobre os usuários do CRAS.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

ROMÃO, J. E.; CABRAL, I. E.; CARRÃO, I. V. M.; COELHO, E. P. Círculo Epistemológico Círculo de Cultura como Metodologia de Pesquisa. **Revista Educação & Sociedade.** N° 13. p. 173-195. Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

SILVA, M. B. **Entre a rebeldia e o conformismo: o debate com os sujeitos demandatários da política de assistência social.** Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2012.

SILVA, M. O. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Revista Ciênc. Saúde Coletiva.** v. 12, n. 6. p.1429-1439. Rio de Janeiro. Nov./Dez. 2007.

SPOSATI, A. Prefácio. In: YAZBECK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** 7ed. São Paulo: Cortez, 1993/2009.

SPOSATI, A.; CARVALHO, M. C. B. C, FLEURY, S. M. T. **Os direitos (dos desassistidos) sociais.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna.** 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

YAZBECK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 1993/2009.

YAZBECK, M. C.; MESTRINER, M. L.; CHIACHIO, N. B.; RAICHELIS, R.; PAZ, R.; NERY, V. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: COUTO, B. R.; YAZBECK, M. C.; SILVA, M. O. S.; RAICHELIS, R. (orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** p. 138-204. São Paulo: Cortez, 2010.

5. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO USUÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL SOBRE SI MESMO: ALTERIDADE E CIDADANIA

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar a representação social dos usuários sobre si mesmos, derivada de uma pesquisa mais ampla sobre as representações sociais dos usuários sobre a assistência social, na qual foi utilizada a metodologia dos círculos epistemológicos (ROMÃO et al, 2006). A metodologia possibilitou a emergência de outra dimensão da representação social que mostra como os usuários representam a si mesmos na relação com outros usuários. As informações obtidas revelam dois aspectos: o primeiro diz respeito a uma diferenciação entre “bons” e “maus” usuários. O segundo demonstra que, na condição de usuários pertencentes à mesma situação de dificuldades e carências cotidianas, eles solidarizam-se mutuamente e constroem assim uma relação composta por traços de uma emergente cidadania que leva a buscar seus direitos.

Palavras-chave: representação social, usuário da assistência social, alteridade, solidariedade e cidadania

THE SOCIAL REPRESENTATION OF SOCIAL ASSISTANCE USERS HAVE ABOUT THEMSELVES: OTHERNESS AND CITIZENSHIP

Abstract: This article aims to present the social representation which users have about themselves, derived from a broader research on users' social representations of social assistance in which the methodology of epistemological circles was used (ROMÃO et al., 2006). The methodology has enabled the emergence of another dimension of social representation that shows how users represent themselves in relation to other users. The information obtained reveals two aspects: the first one relates to a differentiation between "good" and "bad" users. The second one demonstrates that users, when belonging to the same situation of difficulties and everyday shortcomings, sympathize with each other and thus build a chain of traces of an emerging citizenship that leads to pursue their rights.

Keywords: social representation, social assistance user, alterity, solidarity and citizenship

Introdução

Este artigo pretende descrever e analisar a representação social dos usuários da assistência social sobre si mesmos. Essa representação mostra como o lugar de “usuário”, que acessa aos serviços da assistência social e, por consequência, encontra-se em situação de pobreza, é significado e simbolizada pelos usuários.

A emergência desta representação social foi possibilitada pela metodologia dos círculos epistemológicos, utilizada na pesquisa a respeito da representação social dos usuários sobre a assistência social. Esta é uma derivação que foi identificada a partir de uma questão central que estava sendo investigada: a representação social dos usuários sobre a assistência social. Assim, a metodologia dos círculos epistemológicos possibilitou o surgimento de diversos temas relacionados ao tema central que, ao ser tratado, criou condições para que outros temas emergiram, como a representação social dos usuários sobre si mesmos. Neste artigo, é este último que se pretende discutir aqui. Na perspectiva dos círculos epistemológicos, as pessoas entrevistadas são nomeadas como “pesquisandos”, pois são consideradas peças fundamentais no processo de construção, enunciação e análise da pesquisa, ou seja, a pesquisa é feita em conjunto, dinamicamente.

O artigo percorre os seguintes itens que possibilitam analisar e interpretar as informações colhidas nos círculos epistemológicos: primeiramente, apresenta-se a parte teórica na qual são abordadas as temáticas da cidadania, dos direitos e da democracia dentro de um espectro mais amplo que reflete o posicionamento do cidadão dentro da abrangência dos direitos; após, são assinaladas algumas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS como uma política pública de acesso aos direitos de cidadania e a contextualização do usuário dentro da política. O último item teórico versa sobre as representações sociais e a alteridade, o que possibilita descrever como emergem as representações na relação com “outros”. Posteriormente aos elementos teóricos, são elaboradas a análise e interpretação dos dados obtidos da representação social dos usuários da assistência social sobre si mesmos, que são a parte central do presente artigo.

Direitos, cidadania e democracia

O fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido, sendo comumente desdobrado em direitos. Contudo, o exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e voto, não gera automaticamente o gozo de outros. Como exemplo, pode-se mostrar como o exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira, a liberdade e a participação não levam

automaticamente à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena que combine liberdade, participação e igualdade para todos é um ideal talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico (CARVALHO, 2008).

Nesse sentido, o sociólogo britânico T. H. Marshall (1967) deu uma importante contribuição para a compreensão da dimensão histórica da cidadania quando, no seu ensaio “Cidadania e classe social”, definiu três níveis de direitos de cidadania e traçou uma ordem cronológica para o seu surgimento. Ele a descreveu como um processo que se inicia com a obtenção dos direitos civis, passa pelos direitos políticos e chega finalmente aos direitos sociais. Essa ordem cronológica que Marshall desenvolveu não se reproduziu do mesmo modo em um grande número de países, dentre os quais o Brasil. Apesar de alguns limites, essa teoria tem o mérito não só de delimitar essas três determinações da cidadania (civil, política e social), mas também de insistir na dimensão histórica e processual do conceito e da prática da cidadania (COUTINHO, 1999).

De maneira prática, pode-se então definir os direitos civis como direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles estendem-se na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso, de não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular.

O ponto fundamental dos direitos civis é a garantia das liberdades individuais. Os direitos políticos, por sua vez, poderiam ser associados à participação do cidadão no governo e administração da sociedade, seja de maneira direta – votando e sendo votado –, seja de maneira indireta através de manifestações públicas, organizações partidárias, livre associação. A essência dos direitos políticos é, historicamente, a ideia da democracia representativa e, contemporaneamente, alarga-se para incorporar também o direito a experimentações de participação e de deliberação da democracia política. Os primeiros dois direitos (civis e políticos) conquistados pelos cidadãos e assegurados pelo Estado foram direitos *contra* o Estado, ou, mais precisamente, contra um Estado capturado ou privatizado por oligarquias ou aristocracias que o tornavam despótico. Através dos direitos civis, os cidadãos conquistaram o direito à liberdade e à propriedade em relação a um Estado antes opressor ou despótico; já através dos direitos políticos, os cidadãos conquistaram o direito de votar e ser votado, de participar do poder político do Estado, *contra* um Estado antes oligárquico (BRESSER-PEREIRA, 1997; CARVALHO, 2008).

O fato de os direitos civis terem sido estabelecidos *contra* o Estado não deixa de ser algo contraditório: como o Estado pode assegurar direitos *contra* ele próprio? O paradoxo, porém, resolve-se ao se observar que quando novos direitos são definidos, mudam as relações de poder dentro do Estado e da sociedade, já que esses direitos são novas pautas de comportamento entre os indivíduos que definem o próprio Estado. Depois que os direitos são afirmados, os governantes perdem poder relativo em relação aos cidadãos, o Estado deixa de ser despótico e oligárquico e a cidadania começa a se constituir (BRESSER-PEREIRA, 1997).

Assegurados, pelo menos em tese, os direitos dos cidadãos contra o Estado, surge o problema adicional de garanti-los também *contra* outros cidadãos: os ricos e/ou os poderosos. Os direitos sociais têm essa natureza e podem ser entendidos, de forma estrita, como direitos contra outros cidadãos, como por exemplo, os direitos dos trabalhadores em relação a seus empregadores. Quando os direitos sociais passam a representar o direito à sobrevivência digna, à educação, à cultura, à saúde, estes podem ser considerados direitos dos cidadãos contra a sociedade civil, na medida em que esta é a sociedade organizada, em que os pesos dos diversos poderes econômicos e sociais se fazem sentir. Também são contra o Estado, que é a entidade que a representa. Se a sociedade dispõe de recursos materiais para garantir estas necessidades, as mesmas transformam-se em direitos que não podem ser assegurados na medida em que os recursos sociais estão excessivamente concentrados nas mãos de um grupo reduzido de capitalistas e de altos burocratas públicos e privados (BRESSER-PEREIRA, 1997).

Dessa forma, os direitos sociais podem ser classificados como direitos que garantiriam a participação de toda a população na repartição da riqueza social, seja através do acesso à renda compatível com suas necessidades básicas (alimentação, moradia, educação, saúde, previdência), seja através do acesso a bens e serviços públicos (comunicação, transportes, saneamento, segurança). São os direitos sociais que permitem às sociedades, politicamente organizadas, reduzir excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir bem-estar mínimo para todos. Assim, a ideia-força contida nos direitos sociais é a de igualdade e justiça social.

A presença de tais direitos nas Constituições, ou seja, seu reconhecimento legal, não garante automaticamente a sua efetiva materialização. Esse é, particularmente, o caso do Brasil. Dessa forma, o que se coloca como tarefa fundamental no caso dos direitos civis e políticos e, de modo ainda mais intenso, dos direitos sociais, não é o seu simples reconhecimento legal, mas a luta para torná-los efetivos. Neste sentido, é possível afirmar que os direitos que constituem a cidadania são sempre conquistas, são o resultado de um processo

histórico através do qual indivíduos, grupos e nações lutam para adquiri-los e fazê-los valer (BRESSER-PEREIRA, 1997; CARVALHO, 2008).

Podemos dizer então que uma sociedade é democrática quando institui direitos, condição do próprio regime político. Essa instituição também é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática realiza-se como luta social e, politicamente, como um contra-poder social que determina, dirige, controla, limita e modifica a ação estatal e o poder dos governantes. Fundada na noção de direitos, a democracia está apta a diferenciá-los dos privilégios e das carências. O privilégio, assim como a carência, são questões particulares ou específicas que não podem generalizar-se nem universalizar-se sem deixar de ser privilégio ou carência. Um direito, ao contrário de carências e privilégios, não é particular e específico, mas geral e universal, seja porque é o mesmo e válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais, seja porque, embora diferenciado, é reconhecido por todos (CHAUÍ, 2005).

Uma das práticas mais importantes da política democrática consiste justamente em propiciar ações capazes de unificar a dispersão e a particularidade das carências em interesses comuns e, graças a essa generalidade, fazê-las alcançar a esfera universal dos direitos. Em outras palavras, privilégios e carências determinam a desigualdade econômica, social e política, contrariando o princípio democrático da igualdade, de sorte que a passagem das carências dispersas em interesses comuns e destes aos direitos é a luta pela igualdade. Avaliamos o alcance da cidadania popular quando ela tem força para desfazer privilégios e transformar as carências à condição de interesses comuns, tornando-as direitos universais. Diante dessas considerações, podemos assinalar alguns obstáculos para a cidadania e a democracia no Brasil, considerando-se os traços principais da sociedade brasileira (CHAUÍ, 2005):

– As relações sociais são hierárquicas ou verticais, norteadas pelas ideias de mando e obediência (subordinação de um inferior a um superior) e sustentadas pelas instituições sociais (família, escola, religião, trabalho) que alimentam, reforçam e reproduzem nas classes populares o sentimento de serem subalternas.

– Disso resulta a naturalização das desigualdades econômicas e sociais, postas como desigualdades entre superiores e inferiores, bem como naturalização de todas formas visíveis e invisíveis de violência. Essas condições sociais determinam relações políticas também hierárquicas ou verticais, que se realizam sob a forma do favor, da clientela ou da tutela, bloqueando tanto a prática da representação como a da participação.

– Tem na indistinção entre o público e o privado a forma de realização da vida social e da política: não há percepção dos fundos públicos como bem comum, porque a política é

oligárquica, sendo a corrupção praticada pelos governantes e parlamentares considerada natural. Também não há percepção social de uma esfera pública das opiniões, da sociabilidade coletiva, da rua como espaço comum (CHAUI, 2005).

Esses obstáculos à cidadania e à democracia fincam suas raízes nas condições materiais de existência e, portanto, naquilo que é a marca da sociedade brasileira: a desigualdade econômica e social, a exclusão política e cultural e a violência como forma natural das relações econômicas e sociais. A prática democrática participativa é, portanto, um desafio e uma conquista (CHAUI, 2005).

É por meio desse entendimento de cidadania restrito à responsabilidade moral privada que a sociedade é chamada a se engajar no trabalho voluntário e filantrópico, que se torna, cada vez mais, o lazer favorito da classe média brasileira. A cidadania é identificada e reduzida à solidariedade para com os pobres que, por sua vez, é entendida na maioria das vezes como caridade. Esse discurso da cidadania é marcado pela total ausência de qualquer referência a direitos universais ou ao debate político sobre as causas da pobreza e da desigualdade (DAGNINO, 2004).

Neste sentido, Demo (1995) elaborou duas denominações para a cidadania: a cidadania tutelada e a assistida. A cidadania tutelada expressa o tipo de cidadania que a elite econômica e política propõe como dádiva ou concessão de cima. Por conta da reprodução da pobreza política³⁰ das maiorias, não há suficiente consciência crítica e competência política para questionar essa tutela. A elite apela para o clientelismo e o paternalismo, com o objetivo de manter a população atrelada a seus projetos políticos e econômicos. O resultado mais típico da cidadania tutelada, na prática, é a negação/repressão da própria cidadania e a reprodução indefinida da sempre mesma elite histórica. Já a cidadania assistida expressa uma forma mais amena de pobreza política, porque permite a elaboração de uma pequena noção de direito, que é o direito à assistência, integrante de toda democracia. Entretanto, ao preferir assistência à emancipação, contribui para a reprodução da pobreza política, à medida que, mantendo intocado o sistema produtivo e passando ao largo das relações de mercado, não se compromete com a necessária equalização de oportunidades. O atrelamento da população a um sistema sempre inferior de benefícios estatais é sua forma principal de enganar a população. Portanto, ela mascara a marginalização social, não se confrontando com ela.

Assim, a verdadeira cidadania não se faz somente pela garantia de direitos, que no caso do Brasil encontra uma série de obstáculos. A cidadania também deve ser entendida

³⁰ “A pobreza política é o resultado do cultivo da ignorância, a condição de massa de manobra, na qual a pessoa é manipulada de fora para dentro, geralmente sem perceber” (DEMO, 2002, p. 35).

como competência humana de fazer-se sujeito para se fazer história própria e coletivamente organizada. O desafio maior da cidadania é a eliminação da pobreza política, que está na raiz da ignorância acerca da condição de massa de manobra. Não cidadão é aquele que, por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de se organizar politicamente para tanto. Entende injustiça como destino, produzindo a riqueza do outro sem dela participar (DEMO, 1995).

Desse modo, a cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos de se apropriarem dos bens socialmente criados e de criar potencialidades de realização humana na vida social em cada contexto. Neste sentido, a soberania popular, democracia e cidadania devem sempre ser pensadas como processos eminentemente históricos, como conceitos e realidades aos quais a história, continuamente, atribui novas e ricas determinações. A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo contínuo de longa duração. Uma sociedade cidadã reconhece a necessidade de constituir uma instância pública comum, à qual delega uma série de serviços e funções, que somente têm razão de ser frente aos desafios do bem-estar comum. Assim, o desafio descomunal da sociedade civil é exigir e contribuir para que o Estado seja público, sirva aos interesses comuns e promova o bem comum para que seja então legítimo de direito (DAGNINO, 2004; DEMO, 1995).

Para tanto, ainda é necessário descrever do que trata a democracia, pois ela é que melhor expressa a cidadania. A democracia é o sistema político em que o acesso ao poder pretende ser regulado ou administrado, em prol das maiorias, não imposto por minorias ou oligarquias. Democracia é sinônimo de soberania popular, que pode ser definida como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social. Dessa forma, somente em uma sociedade em que a democracia impera é que se pode desenvolver a cidadania plena. Fica claro nessa perspectiva que democracia e cidadania não podem ser desenvolvidas por sujeitos individualmente, mas somente pela luta dos cidadãos em conjunto (DEMO, 1995).

A seguir, são desenvolvidos alguns princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Esta política pública representa um direito de cidadania e, por que não, uma conquista da democracia.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o usuário

Neste item, são apresentadas as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004) e a definição de quem são seus destinatários. Verifica-se que, em seus pressupostos, é evidenciado o caráter de direito social universal da assistência social, sem necessidade de contribuição prévia.

Conforme a PNAS (BRASIL, 2004), a assistência social como política de proteção social visa a garantir a todos que dela necessitam e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. A proteção social de assistência social ocupa-se das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana. Em suas ações, produz aquisições materiais, sociais, socioeducativas para suprir as necessidades de reprodução social de vida individual e familiar dos cidadãos e desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia.

A política pública de assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando a seu enfrentamento. Ela também visa a garantir os mínimos sociais, no sentido de proporcionar condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob esta perspectiva, objetiva: 1) prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitar; 2) contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural (BRASIL, 2004).

Constitui o público usuário da política de assistência social, descrito na PNAS (BRASIL, 2004), cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; fragilidade ou perda de vínculos devido ao ciclo de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, de grupos ou indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS (BRASIL, 2010), define os usuários como indivíduos ou famílias em situação de

vulnerabilidade social decorrente da pobreza, com precário ou nulo acesso aos serviços públicos, com fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. A assistência social dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridade àqueles com registros de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimizações entre seus membros.

A NOB SUAS (BRASIL, 2010) enfatiza a realização da garantia de proteção social ativa, isto é, o fato de não submeter o usuário ao princípio de tutela, mas à conquista de condições de autonomia, resiliência, sustentabilidade e protagonismo. Além disso, ela possibilita acesso a oportunidades como capacitações, serviços, condições de convívio e socialização, de acordo com a capacidade do usuário, preservando sua dignidade e projetos pessoal e social. Neste sentido, a dinâmica da rede socioassistencial em defesa dos direitos de cidadania considera o cidadão e a família não como objeto de intervenção, mas como sujeito protagonista da rede de ações e serviços, abrindo espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa no campo social.

Por ser um direito de cidadania, a assistência social no Brasil tem fundamento constitucional como parte do Sistema de Seguridade Social, junto à saúde e à previdência. Trata-se de uma política pública de direção universal, capaz de alargar o acesso aos direitos sociais a serem assegurados a todos os brasileiros, de acordo com suas necessidades e independentemente de sua renda. A assistência social oferece essas garantias pelo fato dos cidadãos terem a condição inerente de usufruir dos direitos. O paradigma da universalização do direito à proteção social supõe a ruptura com ideias tutelares e de subalternidade, que identificam os cidadãos como carentes, necessitados, pobres, mendigos, discriminando-os e apartando-os do reconhecimento como sujeitos de direito (BRASIL, 2004).

Desse modo, o direito à cidadania não é só declaratório, isto é, não depende só de palavras ou texto de lei. Ele precisa ter processualidade e dar procedimento ao acesso aos direitos na gestão da assistência social. Esses direitos precisam estar presentes na dinâmica dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais. Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo (BRASIL, 2010).

Após a explanação sobre a política de assistência social e os usuários, são vistos alguns pressupostos da alteridade no âmbito das representações sociais. A alteridade diz respeito a como se dão as relações entre o “eu” e o “outro” em uma dimensão psicossocial. A

forma como ocorrem essas relações e a maneira como elas são simbolizadas no universo representacional poderão, ou não, oferecer condições para a conquista da cidadania.

Representação Social e Alteridade

Neste item, são trabalhados dois conceitos, no âmbito da Teoria das Representações Sociais, que estão interligados e podem auxiliar na discussão de grande parte das informações colhidas na investigação: relação e alteridade. O conceito de relação é utilizado conforme Guareschi (2004), que tenta demonstrar como a relação explica a intrínseca ligação entre eu e outro. O conceito de alteridade deriva de Jodelet (2005) e Jovchelovitch (2008) quando os mesmos discutem as relações eu e outro em um mesmo grupo.

Desse modo, alteridade significa estar em relação com outros. Quando se fala em alteridade, faz-se referência ao fato de que, para que ela exista, há a necessidade de que o eu e o outro estejam em relação. Relação seria o ordenamento de um ser para outro, uma realidade que para poder existir, precisa de outra, senão não é. A consequência que deriva do fato de alguém ser visto como relação ou não é a de um ser que, para estar em relação, precisa de outro, ou seja, se o outro não está em relação com o eu, o eu torna-se incompleto, por se fazer. Falar de relações, portanto, é falar de incompletudes e pensar em algo aberto que pode ser ampliado ou transformado (GUARESCHI, 2002; 2004).

Neste sentido, quando se fala em representações sociais, a análise já não está centrada no sujeito ontológico, mas nos fenômenos produzidos pelas construções que ocorrem na interação social, na relação. Não se trata de descartar o sujeito individual, mas de reconhecer que a análise das representações dirige-se ao social como totalidade. E, da mesma forma que o social é mais que um agregado de indivíduos, as representações sociais são mais que uma junção de representações individuais. Assim, o social também é visto como uma relação, algo que não pode ser concebido como isolado, como uma realidade absoluta e fechada em si mesma; ela implica, por sua própria definição, outros. O social, entendido como relação, também é um direcionamento intrínseco, do próprio ser em direção a outros. É o social que constitui o processo de mediação na complexidade entre o mundo interno e externo, entre o individual e o coletivo, entre o psíquico individual e a realidade psíquica social externa. Ele é o entre de todos esses processos (GUARESCHI, 2010; JOVCHELOVITCH, 2002).

As condições de possibilidade para a atividade representacional encontram-se, portanto, em um espaço de trocas entre o sujeito e o outro. A realidade social, representada por outros, institui o sujeito individual. Neste sentido, as representações sociais não podem ser restringidas à atividade representacional individual, porque elas vão além dos trabalhos do

psiquismo individual e emergem como um fenômeno que expressa a subjetividade do campo social e sua capacidade de construir saberes. Elas servem como mecanismos que contribuem para a definição da identidade e a especificidade de sujeitos sociais, indivíduos ou grupos, assim como a profundidade que está na origem das relações que esses grupos mantêm entre si (JODELET, 2005; JOVCHELOVITCH, 2002).

Assim, o estudo da alteridade situa-se na pesquisa em representações sociais que, enquanto teorias socialmente criadas e operantes, relacionam-se com a construção da realidade cotidiana, com as condutas e comunicações que ali se desenvolvem e também com a vida e a expressão dos grupos em que elas são elaboradas. Aludindo ao que desenvolveu Moscovici (2003), esse procedimento considera o lado de uma psicossociologia do conhecimento. Mesmo que se concorde com o fato de que a representação seja uma forma de conhecimento, tem-se alguma dificuldade em explicá-la em sua plenitude conceitual, devido ao fato de que a representação está ligada, como fenômeno psicológico e cognitivo, à dinâmica e à intensidade das interações sociais. Dessa forma, as elaborações do eu sobre o outro não se fazem no vazio social nem de maneira arbitrária, pois elas referem-se a um objeto cuja pertinência é vital no campo das interações sociais. As representações sociais têm uma base social, um alcance prático e apresentam as propriedades de um conhecimento que diz algo sobre a realidade e guia nossa ação sobre ela. Neste sentido, torna-se necessário estudá-las como conhecimentos sociais e entender sua ligação com os comportamentos de indivíduos e grupos (JODELET, 2005).

A abordagem das representações sociais também fornece os meios para se levar em consideração as dimensões simbólicas subjacentes à alteridade (relação do eu com o outro), elaborando um modelo que permita entendê-la como produto psicossocial, quaisquer que sejam os contextos de seu desenrolar, os atores, os tipos de interação ou de interdependência em jogo. A alteridade situa-se no plano do vínculo social, das relações entre um eu e um outro e abrange quaisquer contextos em que estejam incluídos. A alteridade é, portanto, um substantivo que se elabora no seio de uma relação social e em torno de uma diferença, sendo o produto de um duplo processo de construção e exclusão que, ligados como dois lados de uma mesma folha, mantém sua unidade por meio de um sistema de representações. A abordagem psicossocial da alteridade pede uma análise da relação social que atinja de forma unitária os níveis interpessoal e intergrupar (JODELET, 2005).

Neste sentido, podemos diferenciar dois tipos de alteridade: a alteridade do exterior, que se refere à interação entre diferentes grupos, e a alteridade do interior, que se refere às pessoas inseridas em um mesmo grupo, quando estabelecem diferenças entre elas e com isso

uma divisão social. Muitas vezes, a diferença estabelece-se de forma simplificada: reduzem-se as relações com o outro grupo ou membros no interior de um grupo, por uma tendência natural ou social em diferenciá-lo. A partir de então, o outro não representa a marca identitária dos membros ou do grupo. Pode-se, neste sentido, diferenciar o “outro” apelando para traços psicológicos, como a personalidade autoritária, por exemplo, ou para as atitudes sociais, como a tolerância e a intolerância para explicar as várias formas de relações. Assim, pode-se afirmar que existem processos sociais de alteridade, pelos quais aquilo que “não sou eu” ou os “meus” são vistos com uma negatividade concreta. Neste sentido, torna-se necessário examinar a maneira pela qual essa negatividade do “outro” diferente se constrói. Essa construção, cujos conteúdos estão estreitamente ligados a práticas sociais, é o que permitirá na interação social o trabalho de diferenciação e da alienação, que pertence ao campo de estudo das representações sociais, que constituem a relação com o mundo social (JODELET, 2005).

Por sua vez, a teoria da categorização social de Tajfel (apud JODELET, 2005) visa a explicar a percepção das pessoas na formação de estereótipos e preconceitos, a comparação e a discriminação social e relações entre grupos. Essa teoria mostra que há nessas situações uma necessidade cognitiva de organização, de interpretação e de controle do ambiente físico e social que acarreta uma classificação dos seus elementos. A atribuição das categorias de classificação para um sujeito estaria em relação ao seu pertencimento social e haveria uma tendência a diferenciar, sistematicamente, pessoas que têm o mesmo pertencimento e as que não o têm. Essa diferenciação estaria baseada na acentuação das semelhanças entre membros de um mesmo grupo e diferenças entre membros do mesmo grupo ou de grupos diferentes. O diferente teria como correspondente, na avaliação e na conduta, uma discriminação que se expressa no fato de favorecer o seu próprio grupo ou seus iguais. A discriminação manifesta-se de modo automático a partir do momento em que indivíduos são classificados, mesmo arbitrariamente, em grupos. O que está em jogo é a identidade do grupo, por meio de condutas individuais, socialmente regulamentadas. Assim, encontramos demandas de discriminação em nome de uma proximidade vivida e de um risco de identificação com o diferente. Os trabalhos de Tajfel e sua escola dedicaram-se a demonstrar a indissolúvel ligação entre identidade e diferença e o quanto a necessidade de diferenciação supera a de afirmação da semelhança. A atividade de diferenciação faz do outro a forma vazia da assunção identitária. Mesmo quando esses trabalhos insistem sobre o nível intergrupais das relações, a operação diferenciadora não induz à alteridade, na medida em que o diferente permanece “semelhante” situado no mesmo campo social ou no mesmo espaço identitário (JODELET, 2005).

Assim podemos sintetizar que a alteridade é o produto de um duplo processo de construção e de exclusão social. Dessa forma, sua abordagem deve compreender, de maneira conjunta, os níveis interpessoal e intergrupar, dado que a passagem do “eu” ao “outro” supõe o social, através da pertença a um grupo que sustenta os processos simbólicos e materiais de produção da alteridade (JODELET 2002).

Representação Social dos usuários sobre si mesmos

A representação social do usuário sobre si mesmo, a qual se discute agora, é um desdobramento de uma questão maior que é a representação social dos usuários sobre a assistência social. Tornou-se interessante ressaltar esse aspecto da representação social do usuário sobre si mesmo em um artigo especial, pois se acredita ter encontrado pistas provocativas que ajudam a questionar as políticas de assistência social.

A metodologia empregada foi a mesma utilizada na pesquisa mais ampla sobre a representação social dos usuários da assistência social. O instrumento dos círculos epistemológicos (ROMÃO et al, 2006) é inspirado nos círculos de cultura de Paulo Freire e consiste, fundamentalmente, que o participante seja um pesquisando e participe ativamente do processo de pesquisa. Nesse instrumental, é apresentado um tema central aos pesquisandos, a assistência social, e é facilitada a emergência de outros temas relacionados. Um desses temas foi exatamente o que se privilegiou neste artigo, que é a representação social dos usuários sobre si mesmos.

A pesquisa empírica se realizou em três Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, sendo que em cada CRAS foram realizados três encontros. Ao total foram nove grupos com usuários da assistência social sob a forma de círculos epistemológicos.

Após a concretização dos círculos epistemológicos com os usuários da assistência social, as informações foram transcritas, lidas e categorizadas a partir de sua dimensão semântica. A seguir, foram analisadas à luz da Teoria das Representações Sociais. A representação evidenciada foi interpretada a partir de aportes teóricos de autores que discutiram temáticas ligadas à assistência social. As contribuições da teoria crítica ajudaram a interpretar a representação em seus aspectos ideológicos (THOMPSON, 2009).

Das informações surgidas da categorização realizada, uma dimensão começou a mostrar-se relativamente homogênea e articulada e que foi denominada como: a representação social dos usuários sobre si mesmos. Essa representação apresenta-se com duas facetas preponderantes: uma refere-se aos discursos dos usuários que se centram sobre usuários designados por eles de “outros”, ligados a um segmento diferenciado por uma avaliação

moral. Os primeiros usuários seriam os “bons”, os outros seriam os “maus”. A segunda faceta dessa representação trouxe, contraditoriamente, falas que, apesar da segmentação realizada a partir da avaliação moral, revelam uma solidariedade latente entre todos os usuários, frutos da subalternidade e opressão. Percebem-se aí sinais de sentimento de classe e traços iniciais de uma cidadania emergente.

Tentamos materializar essa representação no seguinte mapa:

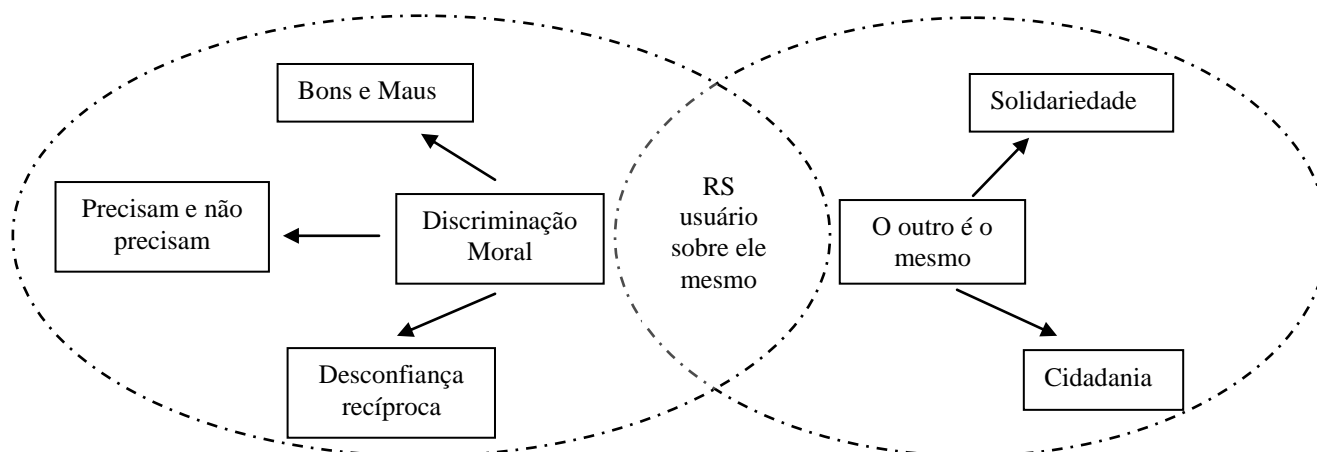


Figura 3: Dimensões da representação social dos usuários sobre si mesmos

Discriminação moral: os “bons” e os “maus” usuários

Neste item, observa-se que os usuários fazem uma diferenciação negativa em relação à outros usuários que não compartilham as mesmas características que eles. Jodelet (2005) afirma que há uma tendência em construir o outro diferente de nós em termos negativos, o que aparece em determinadas práticas sociais e na vida cotidiana. Por detrás dessa diferenciação, existem representações sociais que não conseguem levar em consideração a perspectiva do outro, por uma persistente disposição em menosprezar, depreciar e, até mesmo, desumanizar pessoas que não se sujeitam a ser iguais a nós. Essas características fazem-se presentes nos dois desdobramentos dessa dimensão vista a seguir.

“Bom” é quem precisa e “mau” é quem não precisa

É importante contextualizar certas falas dos usuários: para eles, há uma maneira “correta” de utilizar os recursos provenientes da assistência social. Essa maneira de usar os benefícios os divide entre os “bons” e “maus” usuários, sendo que os “bons” usam da maneira “certa” e os “maus” usam da maneira “errada”. Mesmo reconhecendo-se necessitados e

dependentes de ajuda, eles parecem sentir a necessidade de criar um inimigo, considerado “mau”, mesmo que esteja em situação de pobreza como eles. E, apesar de eles serem “maus” ainda são privilegiados em relação aos “bons”, como se observa nas falas que seguem:

PN2: [...] Um dia eu tinha que ir no serviço, no outro lá e eu precisava de duas passagem porque eu precisava ir no médico pegar os papel aí “ah, hoje não tem”. Chegou uns drogado, ela pegou deu quatro passagem pros drogado, quando eu precisava não deu! Por que esse aí é mais maior do que eu? Eu disse pra ela.

P0: E ela? E o que ela te respondeu?

PN2: “Ele precisa, tu não precisa” e eu com os papel da minha guria, pra levar a guria no médico, eu disse: “eu trabalho, eu trabalho, eu faxino, eu trabalho, eu não tenho dinheiro pra passagem, eu vim aqui por uma obrigação” chorando e pedindo “a senhora não precisa”. O que é isso? [...] Chegou outro drogadinho, outra drogadinha, chegou, pediu, pegaram e deram rancho pro cara. Com tudo, tudo, açúcar, leite em pó, com tudo, até essa casa ... (S3).

O diálogo revela a concepção moralista através da qual os usuários discriminam seus próprios parceiros e os técnicos da assistência social e os acusam de praticar injustiça. Esse aspecto persiste na fala que segue:

PN1: Eu disse esses dias: Eu não vou vir mais. Porque nunca tem passagem. Pra gente eles não dão. Eles dão pra aqueles drogados. A gente precisa, pra gente que precisa eles não dão, mas pros drogado ai...

PN2: Sempre foi assim, eles só dão pros drogados, os bêbados, os que fumam. Eles vêm, pegam rancho e dão comida pra bêbado vende e a gente que precisa, a gente não tem.

PN3: Se é pros outros, sim, mas se é pros que precisam não dão nada.

PN1: Só pros outros aí ó (S1).

Nas verbalizações, fica claro que os outros usuários, tratados com menosprezo pelos usuários participantes da pesquisa, são, geralmente, pessoas em situação de dependência de drogas ou álcool. Para os que se consideram “bons”, os usuários que têm a vida dificultada pela dependência, seja de drogas ou álcool – considerados implicitamente como os “maus” usuários – em tese, não deveriam usar o benefício da forma correta e, por essa razão, não deveriam recebê-los. Está implícito também o que significa o “bom” e o “mau” uso dos recursos da assistência social: “bom” uso seria ir ao médico, alimentar a própria família. O “mau” uso representaria aproveitar-se dos recursos para vendê-los em proveito próprio (que não o familiar), ou mesmo conseguir dinheiro e desvirtuar o uso “correto” desses benefícios. O que se coloca em jogo é a identidade do grupo que, por meio de condutas socialmente regulamentadas, cria uma diferenciação entre os usuários. Surgem, assim, condutas de discriminação devido a uma proximidade vivida e a um risco de identificação (JODELET, 2005).

Em um plano mais geral, referente ao espaço da assistência social, nas falas dos participantes parece não haver clareza sobre os critérios para a distribuição dos recursos, ficando essa responsabilidade conforme a ótica do profissional. Esse fato reforça a ideia de assistência social como ajuda emergencial ou favor, desvinculando-a da ideia de direito social, em que todos deveriam que receber recursos. Além disso, fica evidente nas falas que a assistência social ainda sobrevive com recursos residuais do investimento público (serviços pobres para pobres). O fato de a assistência social manter as práticas denunciadas pelos usuários reforça essa “divisão social” entre eles e a representação de que uns são privilegiados em detrimento de outros, além de reforçar a forma clientelista de atender a população (YAZBECK, 1993/2009).

No item que segue, os usuários continuam evidenciando essa divisão entre “nós” e “outros” e incluem um novo elemento – a comprovação das necessidades por meio da averiguação do profissional.

Desconfiança mútua: a fiscalização e a comprovação da necessidade

Nos diálogos apresentados a seguir, além de se denunciarem formas “equivocadas” de uso dos recursos, como vendê-los e a avaliação de quem precisa e quem não precisa, os usuários referem a importância da fiscalização do profissional da assistência social e da comprovação das necessidades dos usuários. Essa comprovação se dá por meio de provas – documento que comprove a marcação de consultas médicas – ou por meio da visita domiciliar, como se observa no excerto que segue:

PN4: Não, sabe por quê? Porque eu pegá aqui e vendê ali ou botá fora, tem que dá pra quem precisa, não pra quem não precisa, se não tivé comprovante não pode dar mesmo.

PN5: A gente chegava aqui, alguns meses atrás, ah eu quero passagem e eles pegavam a passagem e vendiam e tiravam lugar de outras pessoas.

PN2: De pessoas que precisam.

PN3: Sem comprovante não tem que dá, eles não são obrigados a dar.

PN1: Eu acho que pra dar uma coisa pras pessoa eu acho que eles tem que ir na casa pra ver se precisa.

PN4: Cesta básica eles também vendiam as coisas (H1).

As falas mostram a atitude de desconfiança existente entre os próprios usuários. Esse fato justifica a necessidade de fiscalização do profissional da assistência social, como se verifica no diálogo a seguir:

PN1: Eles precisam primeiro fazer a visita, porque não adianta eles tirarem da boca de quem precisa pra dá prá quem não precisa, prá depois mais tarde tu vê as pessoa usufruindo e vendendo as tuas coisas.

P0: Mas se vocês dizem eu preciso...

PN4: Mas ai tu comprova que tu precisa
 PN1: Quem precisa leva na casa, mostra pra vocês verem que eu preciso!
 P0: Mas e não dá pra acreditar no que vocês dizem?
 (Em coro) não, não.
 PN2: Não dá pra acreditar mesmo (S1).

Essa diferenciação do “outro” que vende o recurso da assistência social e, portanto, é considerado “mau – “errado” remete ao estudo de Castel (2013) sobre as ações assistenciais na França. Relatado aqui de forma simplificada, Castel identificou, ao longo da história, que a assistência se inscreveu em uma concepção cristã da caridade e, dessa forma, fundamentou-se em uma classificação discriminante das formas de pobreza. Ironicamente, coloca que, ao não ser possível dar conta de todas as formas de carências, um sistema coerente de assistência só poderia se estruturar a partir de uma clivagem entre “bons” e “maus” pobres. O pobre mais digno da caridade é o que exhibe em seu corpo o sofrimento humano, bem como, aquele que se envergonha da sua condição. O pobre deveria demonstrar muita humildade e exhibir provas convincentes de seu infortúnio para não correr o risco de ser considerado um “mau pobre”.

Embora o autor discorra sobre a realidade de outro país, percebe-se, através das falas dos usuários, que este entendimento esteve e está muito presente no Brasil. Isso se dá de tal forma que essa dimensão da representação social penetra inclusive o imaginário dos usuários que reproduzem esse mesmo ideário verificado por Castel (2013) no qual, para não ser confundido com um “mau pobre”, ele deve comprovar a sua necessidade ao profissional da assistência social para merecer o benefício. Trata-se de uma representação tão profunda, que os usuários atribuem cortes de investimento público na assistência social – característica do neoliberalismo instalado no governo brasileiro – à má utilização dos recursos, como se percebe na seguinte fala:

E4: Muitos benefícios foram cortados por causa dessas pessoas, muitas pessoas que precisavam de leite pra tomá, é que foi denunciado, muitos quem precisa foi cortado, porque, às vezes, tu não tem leite pra dá pro teu filho. Que eu me lembro, que eu era pequena e a minha mãe pegava esses ticket.
 E6: Mas aí aquelas pessoas boas perderam por causa daquelas pessoas más que a assistência tá tentando, novamente, fazer tudo de novo. Porque, às vezes, tem muita gente na miséria, tem muita gente que não tem nada, tem gente que necessita.
 E4: E agora o que acontece, várias famílias que ficaram fora do cadastro, que ficaram esperando três meses sem recebê, porque eles, por causa de algumas pessoas que tem o cadastro já feito e tavam recebendo dois valores acima. E, no caso, tu tem que fazer o recadastro e eles estão investigando e agora sim tá indo pra frente, porque algumas famílias que recebiam e que precisam não tavam recebendo ainda, porque tem famílias que recebem o dobro que era pra receber e tiraram daquela família que precisa (H1).

Uma questão se coloca aqui: qual a origem dessa representação social tão arraigada nos discursos dos usuários? É importante lembrar que as representações sociais são ideias

disseminadas no social e que são apropriadas e transformadas pelas pessoas em seu cotidiano. Essas ideias podem estar a serviço de relações de poder, em que informações são propositalmente divulgadas para que nelas se acredite e para que determinadas ações sejam guiadas por esses conteúdos. Este parece ser o caso em questão. A ideia de receber recursos por mérito, por ser um “bom pobre”, é muitas vezes disseminada para que se obtenha uma determinada conduta dessas pessoas. Evidentemente, uma conduta de obediência e submissão. Encontra-se assim, um traço fundamental de um “bom” comportamento social: a capacidade de submissão. Submissão às condicionalidades dos programas de transferência de renda e aos mandamentos dos profissionais da assistência social. Esse fato revela-se de várias maneiras: a passividade, a aceitação das prescrições elementares, a obediência ao modelo oferecido. Os sinais contrários a esse comportamento, ou seja, a rebeldia, a contestação ou a reivindicação, constituem o que se chama “ser mau pobre”/ “mau usuário” (JODELET, 2005).

Dessa forma, as regras que instituem uma distância com o “usuário mau”, “diferente” devem ser rigidamente respeitadas para se manter vigilante a desconfiança e se lutar contra uma tendência à aproximação que o sentimento de semelhança induz. Não há como negar que há uma proximidade entre os usuários pelo fato de todos viverem a situação de pobreza, da falta, da dificuldade. Contudo, aqueles usuários que se afastam das regras morais, tornam-se desviantes e são afastados de um sentimento de pertença à comunidade de usuários e são taxados de “outros”, os quais, nas falas apresentadas, são descritos como: drogados, bêbados, desobedientes, maus. Assim, a obediência dos “bons usuários” deve ser compreendida não tanto como uma medida de precaução, mas como um sinal de fidelidade ao grupo, cuja integridade cada membro preserva ao instituir uma distância intransponível entre ele e o outro. Essa diferenciação é feita em nome de uma “alteridade” perigosa em que o eu pode ser tranquilamente confundido com o outro, quando, de fato, ele é igual, ou seja, o outro pertence à mesma comunidade de usuários, mas não se submete e nem obedece às regras morais (JODELET, 2005).

Entretanto, cabe retornar ao questionamento anterior: como se originou essa representação social de “bons” e “maus” pobres/usuários? Ao arriscar uma resposta, verifica-se, inicialmente, que esse ideário, manifestado através das falas dos usuários, pode ter como origem na maneira como eles sempre foram identificados e caracterizados, no decorrer da história, pela assistência social. A herança conservadora da identidade dos usuários das políticas assistenciais demonstra que as esferas sociais privilegiadas esperavam que os usuários – pobres – aceitassem incondicionalmente a sua situação no mundo e que sobrevivessem da ajuda recebida e da bondade posta a seu benefício. Essa premissa contém

em si que o “bom pobre”/“bom usuário” deve ser submisso e obediente. Quando há um desvio, neste sentido, considera-se o mesmo como um sinal de ingratidão e/ou motivo para a culpabilização daquela pessoa que não soube se preparar, que não soube se vender ao mercado de trabalho e que, portanto, não se submete aos ditames da assistência social (COUTO et al, 2010; YAZBECK,1993/2009).

Neste sentido, as instituições do social, a partir da missão da proteção, não raro, exercem o controle social da pobreza e dos pobres, enxergando-os a partir de um olhar moralizador, prescrevendo-lhes comportamentos. O fato de o público da assistência social não ser universal, faz com que sua definição esteja relacionada a conceitos que podem ter interpretações variadas, o que abre espaço para que os preconceitos permeiem a apreciação de quem é e de quem não é merecedor de direitos. Este aspecto tem servido, por vezes, para as formas renovadas de “meritocracia” relacionadas à existência de determinados critérios, inseridos em um processo de seleção. Assim, no plano prático, é necessário que o cidadão se “encaixe” nos critérios para que ingresse em programas e serviços. Tais critérios de seleção de programas acabam por adquirirem diferentes conotações para gestores, profissionais e usuários, o que reforça a representação social do “bom” e do “mau” pobre nos usuários (AGUINSKY et al, 2009).

Outro aspecto que reforça esse ideário diz respeito à conduta dos profissionais da assistência, também referido nas falas analisadas. O profissional que habita essa mesma sociedade também está impregnado do sistema valorativo que coloca o pobre em um lugar social, político e econômico caracterizado pela subalternidade. Por isso, é comum que o mesmo profissional que defende os direitos tenha dificuldades em trabalhar com um pobre que, ao invés de se comportar como um ser anulado, ousa reivindicar ou, até mesmo, burlar critérios e condicionalidades de programas. A partir da missão de “proteção” da qual são encarregados, os profissionais acabam sendo os principais executores do controle social da pobreza e dos pobres enxergando-os a partir de um olhar moralizador, prescrevendo-lhes comportamentos. Essa situação pode criar algumas armadilhas aos operadores da política que, ao invés de garantirem direitos, podem, por meio de critérios seletivos, reforçar a subalternização. Neste sentido, o profissional pode valer-se das velhas concepções como a do “bom pobre”, do “pobre bem comportado”, ou seja, do uso de estereótipos do que seria o usuário digno do acesso à política (AGUINSKY et al, 2009).

Em um sentido mais amplo, Souza (2009) aponta que a forma como se constituiu o Estado brasileiro e o mercado capitalista, influenciou o comportamento da população brasileira acarretando, principalmente na dimensão moral, a criação de diversos estigmas, em

que há a separação do “bem” e do “mal”, do “nobre” e do “vulgar”, do “superior” e do “inferior”. Contudo, essas denominações são tornadas invisíveis, por serem naturalizadas na sociedade. Para os indivíduos que já nascem sob o domínio dessas nomenclaturas, a noção de “virtude” que elas definem estão baseadas na disciplina, no autocontrole e na obediência. Isso se torna tão “natural” quanto o fato de respirar para se manter vivo. Assim, como não se pensa sobre o ato de respirar, apenas se respira, também não há a reflexão sobre toda a concepção de mundo moral e emocional que essas instituições obrigam todos a seguir. É desse modo que se naturaliza e torna invisível a própria fonte moral e social de todo o comportamento cotidiano.

O que provavelmente tornou-se naturalizado na sociedade brasileira e sobre o que não se pensa mais é a conservação das marcas da sociedade colonial escravocrata. Por essa razão, a sociedade brasileira é fortemente hierarquizada: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas em uma situação em que há um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro não é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, também não são reconhecidas sua subjetividade e sua alteridade. As relações, entre os que se julgam iguais, são de cumplicidade e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, do clientelismo, da tutela ou da cooptação, mas quando a desigualdade é muito marcada, o mesmo assume a forma da opressão (CHAUÍ, 2005).

Em síntese, o que foi abordado até aqui demonstra como o olhar do outro sobre o usuário pobre é reproduzido por este e como, a partir desse olhar, ele representa a si mesmo. Freire (1987/2003) chamou isso de “introjeção da imagem do opressor”, a partir de leituras que fez de Albert Memmi, sobre o retrato do colonizado precedido pelo retrato dos colonizadores. Na análise de Memmi (apud FREIRE, 1987/2003) percebe-se como o oprimido introjeta a visão que os opressores têm dele. De tanto ouvirem, de si mesmos, que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber e que não produzem, terminam por se convencer de sua incapacidade. Esses aspectos também contribuem para que os usuários criem divisões entre si, usando as mesmas prerrogativas que os discriminam enquanto grupo social.

Leite (2008) afirma que, no caso daqueles que vivenciam situações de pobreza (e dos segmentos sociais subalternos, em geral), a representação desse olhar tem uma importância bastante acentuada, diferentemente do que ocorre em outros segmentos sociais. A razão para isso está nas circunstâncias nas quais os pobres podem estar envolvidos, como situações de dominação, opressão, exploração, discriminação, ameaça. A pobreza é um problema para

quem a vive não apenas pelas difíceis condições materiais de sua existência, mas pela experiência subjetiva da opressão, permanente e estrutural, que marca sua existência, a cada ato, a cada palavra ouvida.

Com isso, verifica-se que o que pertence a uma representação social mais ampla, da qual comunga toda a sociedade brasileira, também é simbolizado no universo representacional dos usuários de tal maneira que reproduzem esse ideário “bom”, “mau”, “merecedor”, entre si mesmos. Desse modo, os usuários discriminam “outros” usuários pela mesma razão por que são discriminados, em uma esfera mais ampla da sociedade. Esses elementos estão claramente presentes em suas falas quando referem, implicitamente, que “os outros” talvez sejam “menos merecedores”, “menos submissos”, “menos obedientes” que eles.

Contudo, como uma representação social nunca é estática, mas sim dinâmica e, em sua estruturação, existem contradições, conflitos, transformações; é apresentada outra faceta dessa representação, também encontrada nas verbalizações dos usuários. O diálogo que segue demonstra uma transição da ideia de diferenciação do outro, para a evidência de que o outro se assemelha por estar na mesma condição:

PN5: Tem muita gente é só interesse, acho que a maioria tem só interesse. A maioria é só interesse no dinheiro, independente se vai na escola ou não.

PN4: Uma vizinha disse esses dias a fulana ganhou tanto do bolsa família e eu tenho tantos filho, como que eu ganho menos?

PN3: Mas isso é complicado, o dinheiro, como eles vão decidi o que a pessoa vai ganhar? Outras pessoas não sabem da vida das pessoas, que nem essa colega que tava aqui tem o filho doente, aí o menino falta escola porque tá doente, aí vão cortá porque faltou?

PN1: Não, mas daí ele tem justificativa e depende da mãe, se vai pegar um atestado ou qualquer coisa.

PN5: Pois é, mas fica uma coisa muito cobrada talvez...

PN3: É como tô te dizendo todo mundo leva por três quatro... (H3).

Ao lembrar que não é possível conhecer as razões e motivos das pessoas de estarem em uma condição semelhante à dos usuários, uma das participantes do grupo ressalta a dificuldade em julgar os “outros”. O “outro” que representa o “mau usuário”, o “mau” pobre, torna complicado seu julgamento, no que se refere a merecer mais ou menos dinheiro do programa bolsa família. Isso ocorre porque ele não deixa de ser um semelhante e, sendo igual, qualquer usuário poderia ser julgado da mesma forma. Apesar dos usuários terem enraizado as imposições morais da sociedade, essas normas não conseguem dominá-los por completo.

O outro é o mesmo: solidariedade e cidadania

Essa segunda dimensão da representação social de si mesmos mostra que, ainda que alguns usuários se discriminem uns aos outros, eles revelam pertencer a uma mesma parcela populacional que se encontra em situação de pobreza, em falta de recursos e em falta de

reconhecimento pela sociedade. Esse fato faz com que se percebam como iguais, pela situação em que vivem, o que ocasiona que necessitam se solidarizar para driblar as dificuldades cotidianas por que passam. Isso resulta em uma prática que poderia ser chamada de solidária e cidadã, que é justificada a seguir.

Uma identidade básica: o estigma da pobreza

O acesso dos usuários às políticas assistenciais pautava-se e ainda hoje se pauta pela qualidade de destituído, pela situação de pobreza e pela negação da condição de sujeito de direitos. Várias denominações foram incorporadas à população que acessa esses serviços, tendo como principais adjetivos aqueles que desvalorizam e subalternizam os usuários e os retiram da condição de cidadão. A incorporação do conceito de subalternidade – que remete à ausência de poder de decisão, de criação e de direção e que faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política – constituiu-se em parâmetro quase universal, revelando quão difícil é quebrar tal paradigma (COUTO et al, 2010; YAZBECK, 1993/2009).

Da mesma forma, o fantasma do inválido, do desprovido, do vagabundo, do preguiçoso permanece na sociedade e alimenta discursos disciplinadores e forças repressivas sobre aqueles com menor poder de decisão e em condição de subalternidade. Como observado anteriormente, um aspecto fundamental que interfere na constituição da identidade dos usuários é o olhar do outro. No caso dos usuários pobres, a representação desse olhar tem uma importância fundamental na constituição de suas identidades, como se verifica na fala que segue:

PN1: Não tem porque, não tô vendo assim ninguém tão sujo, tão desarrumado. Não tem porque ter essa desconfiança, essa falta de educação, essa falta de respeito. Não é só aqui, é em todo lugar, todo lugar, até dentro da Igreja. Dentro da Igreja, eles cuidam a gente. Se eu tô assim, ficam cuidando, ficam cuidando do seu dinheiro, assim.

PN3: Roupas rasgadas com chinelo de dedo é “que que tá olhando?!”, é bem assim: “Não fica olhando que não vai levar nada”. E aqui (na assistência social) também acontece isso (S1).

A fala mostra que existe um grupo, uma classe, que é “marcada” e específica. Mas os usuários não aceitam essa segregação, como se observa na verbalização que segue:

PN3: É um direito, que a gente semo a mesma coisa que eles, a mesma coisa que rico, nós semo também a mesma coisa só que nós semo pobre, eles tem um pouco mais. Mas a mesma coisa eles tem que dá pra saúde pra nós também, toda saúde, se a gente tá mal e só porque a gente ficou doente vai todo sujo assim. Eu já vi no hospital, chegou lá um homem que tava com o pé todo machucado eles não quiseram pegar o homem porque o homem tava todo sujo. O homem tava numa obra se machucou numa obra, ele tava com o pé todo cortado, todo machucado, eles não quiseram pegar no pé do homem, ninguém queria pegar o homem porque o homem tava sujo, todo sujo de cimento eles não queriam pegar. Não quiseram pegar o homem porque o homem tava sujo (S3).

Nota-se que aparece pela primeira vez a palavra “direito” (questão abordada mais adiante). Nas falas apresentadas, verifica-se um sentimento de rejeição social por estarem em situação de pobreza e por necessitarem dos serviços públicos, como a saúde e a assistência social. Também se percebe que não há mais diferenciação entre outros usuários e nós, todos são iguais perante a situação que vivenciam.

A pobreza, conceito relativo, entendida aqui de forma simplificada como a impossibilidade de prover a sobrevivência, permite identificar que ela irá, inevitavelmente, demarcar um lugar social habitado pelo usuário que se encontra nessa condição. As condições econômicas acabam sendo determinantes nas suas escolhas, na condição e no modo de vida da população situada nesse lugar social. Deste modo, as condições objetivas e a subjetivas relacionam-se de forma dialética, visto que as condições econômicas condicionam as experiências e as relações sociais que as pessoas mantêm. Sobre este aspecto, Paugam (2003) comenta que a condição de pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde a um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência. Sendo o pobre portador de uma condição humilhante, a pobreza tem uma conotação unicamente negativa, na mentalidade coletiva moderna. Parece existir uma espécie de correspondência entre o seu papel degradante no plano material e o desprezo, assim como um lugar muito baixo na hierarquia de valores que lhe reserva a sociedade. Nas sociedades que transformam o sucesso em valor supremo e em que predomina o discurso justificador da riqueza, a pobreza é o símbolo do fracasso social e frequentemente se traduz na existência humana por uma degradação moral (PAUGAM, 2003).

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois, como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência, etc.) expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade em que são desqualificados nas suas crenças, no seu modo de expressar-se e no seu comportamento social, sinal de qualidades negativas e indesejáveis que lhe são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social (YAZBECK, 1993/2009).

Assim, as definições de “pobre” e “excluído” constituem designações, das quais se pode deduzir a maneira como ocorrem formas mais amplas de interações sociais específicas. Pode-se dizer que, em relação a exclusões socialmente produzidas, a representação social

procura mostrar como as dimensões simbólicas das ideias, dos processos cognitivos e psicologicamente implicados nas relações sociais, características de um Estado e sociedade, conjuntural ou estrutural, afetam o vínculo social e fazem passar de um estatuto de exclusão a um estatuto de diferença e alteridade. Aqui, o diferente não é mais o membro do mesmo grupo, mas os pobres em relação aos demais estratos sociais. Assim, as representações sociais da pobreza e dos pobres, por parte dos usuários pobres e por parte de outros (não pobres), têm fortes impactos sobre o processo de constituição da identidade do usuário pobre. Esses impactos demonstram que sua identidade (re)constrói-se não apenas a partir do próprio sujeito, que se coloca de determinado modo em relação a um “outro” (um não-pobre), mas, também, pela maneira como se colocam as pessoas de outros segmentos sociais em relação ao pobre. O modo como esse “outro” representa o sujeito em consideração e como se coloca perante ele também vai influenciar na forma como o pobre se vê. E, ainda, como o olhar do outro sobre ele é representado por ele mesmo (JODELET, 2005; LEITE, 2008).

Contudo, percebe-se que há um desejo de não estar submetido a esse olhar que os coloca na condição de subalternos. Os usuários também querem ter a possibilidade de serem atendidos pelos órgãos públicos e reconhecidos na sociedade como cidadãos de direito, como podemos observar no item que segue.

Solidariedade e Cidadania

Como observado anteriormente, há uma reivindicação dos usuários de que, como pessoas que são, deveriam ser assistidos dignamente como as outras pessoas das camadas mais abastadas. Eles não concordam com o fato de terem de ser mal vistos ou mal atendidos pela situação de precariedade em que vivem. Esse fato gera nos usuários uma compreensão solidária em relação a outros usuários, como se percebe na fala a seguir:

PN1: É pouco, mas se tu não precisa daquele dinheiro porque quando tu foi no cadastro, tu foi ali e mentiu e tu tá tirando o direito de outra pessoa de quem precisa. Aí hoje em dia gostam de dizer ah é nosso direito, é nosso direito, mas então quer dizer que se eu chegá aqui e dizê que eu tenho filho vou dizer que elas são obrigada a fazê o bolsa familia pra mim? Se eu posso muito bem deixá uma mãe que tem um filho doente e a mãe vai sê negada, que tem um filho doente, e eu que posso muito bem, saudável tá ali trabalhando tirando o lugar, tá. Nem todo mundo pensa assim.

PN6: Porque, às vezes, tem muita gente na miséria, tem muita gente que não tem nada, tem gente que necessita (H3).

Apesar de estarem presentes resquícios da maneira “correta” de se usarem os recursos sócio-assistenciais, há uma brecha nas verbalizações dos usuários, o que demonstra uma questão mais profunda, ligada à solidariedade para com os outros. Reconhecendo-se

mutuamente como usuários da assistência social e pessoas em situação de pobreza e carência de recursos, os usuários pesquisados colocam-se em relação a outros usuários de forma solidária ao compreenderem as dificuldades por que passam enquanto membros de um mesmo grupo social. A cidadania, que deveria partir do reconhecimento de direitos a essas pessoas, acaba por se concretizar através das práticas solidárias entre eles mesmos ao considerar a necessidade do “outro”, que na verdade é igual. Esse fato demonstra que há indícios de uma consciência nos usuários sobre seu lugar de sujeito de direitos e de cidadania, o que fica evidente no seguinte diálogo:

PN1: Eu não vô tirá passagem de quem precisa pra mim tá curtindo um baile na noite.

PN1: A passagem é um direito meu, mas, se tu tem força prá ir numa festa, tu tem força prá ir fazer uma faxina!

PN2: Pra tirá passagem, tem que ser pra quem precisa ir nos médicos, quando eu não tenho passagem eu faço uma baita caminhada pra não perder. Mas se daí a senhora dá passagem pra quem não tem o comprovante, a senhora não sabe pra que ele tá pedindo passagem.

PN3: E tira de quem precisa.

PN1: Ela podia muito bem pegá as últimas passagem, sem comprovante e tu pode muito bem usar numa noite pra lá e pra cá e as duas ficarem sem médico? Tá certo que é meu direito, mas eu tô tirando o direito das duas que precisam ir no médico, ai tá errado tu tem que comprová (H1).

As ações de solidariedade entre os usuários, observadas nas falas supracitadas, demonstram um saber implícito que, quando se trata de um direito social, este não deve ser utilizado de uma forma individualizada, como propõe a ideologia neoliberal. O aproveitamento dos recursos da assistência social deve se dar em um âmbito em que os outros usuários também tenham acesso aos direitos e sejam respeitados em suas necessidades, assim como aqueles usuários que já usufruem dos recursos. É por essa razão que eles afirmam que não devem utilizar o recurso para proveito próprio sem contemplar os outros usuários, que podem ter necessidades maiores que as suas. Essa, provavelmente, é uma clara lição de cidadania: usufruir de direitos exige uma reflexão sobre a coletividade que também deve usufruir dos mesmos direitos. Essa situação revela uma escolha estratégica de ação da cidadania, que poderia ser complementada à ação estatal ou oposta à sua inação, e que constitui uma resposta ao que poderia ser uma crise de cidadania: o não reconhecimento das pessoas em situação de pobreza como cidadãos e o uso egoísta e indiscriminado dos direitos.

Essa rede de solidariedade entre os usuários traz à cena seu fazer como cidadãos, em um contexto em que eles não são reconhecidos como cidadãos. Esse fato os torna legítimos sujeitos de direitos porque, dessa maneira, demonstram o que é ser um cidadão. Leite (2008) reforça essa questão colocando que, ao se tornarem gradativamente sujeitos de direitos, incluindo-se o direito de lutar por esses direitos, os usuários possam envolver-se em ações

coletivas com vistas à construção de uma nova sociabilidade, mais igualitária, mais solidária e mais democrática. Seu envolvimento faz-se necessário porque tais ações coletivas devem contar com o maior número possível de pessoas para as quais o combate à pobreza, à subalternidade, à pobreza política não se reduz à simples “gestão” dessa condição social, nem resulte em um mero “sentimento de moralidade e (in)justiça” que leve cada uma daquelas pessoas à efetiva “mobilidade individual”. O envolvimento por parte dos usuários pobres pressupõe, por sua vez, sua gradativa constituição como cidadãos, mesmo se aqui se entender o termo cidadania no sentido (um tanto quanto limitado) que lhe é atribuído por Marshall (1976, p. 62, 76), qual seja: um status de “igualdade humana básica da participação” concedido “àqueles que são membros integrais de uma comunidade”, ainda que tal status não seja incompatível com as “desigualdades das classes sociais” (COUTINHO, 1999; LEITE, 2008).

Além disso, sabe-se que somente a participação dos usuários não torna possível a modificação da situação de pobreza. Desse modo, espera-se que as expressões dos usuários sobre a cidadania possam estimular reflexões mais amplas, pelos diversos setores da sociedade. Neste sentido, para a consecução da “igualdade humana básica da participação”, a assistência social pode e deve contribuir decisivamente, partindo do conhecimento da realidade em que os usuários se encontram e, reconhecendo seus saberes como legítimos, que contém em si inúmeras estratégias de lidar com a carência e a privação, favoreçam seu protagonismo. Para tanto, é indispensável que os formuladores e os executores da política de assistência social lancem novos olhares para a condição do usuário e para a pobreza e contemplem aspectos usualmente negligenciados dessa condição social, contribuindo assim para que os pobres, por sua vez, assumam novos lugares nessa luta. Além disso, a igualdade humana básica da participação, não seria um dos meios fundamentais para que, por meio da atuação sobre a realidade social, pudessem ser minimizadas ou, mesmo, superadas as intensas e crescentes desigualdades? Não seria ela também um instrumento valioso para que se possa construir uma nova concepção de cidadania, mais abrangente do que aquela referida há pouco e que a supere dialeticamente, como uma cidadania pensada como algo incompatível com a desigualdade das classes sociais? (LEITE, 2008).

Todos esses aspectos demonstram que direitos, leis e cidadania dizem respeito a algo mais do que aos problemas da engenharia institucional da qual depende uma forma de governo. Inscrevem-se por inteiro nos modos de existência, nas formas de vida e nas regras da sociabilidade, no modo como identidades são construídas e como são percebidos os lugares simbólicos de pertença na vida social. É por esse ângulo que se faz notar os efeitos dessa

peculiar experiência de cidadania que não generaliza direitos, que não chega a plasmar as regras da civilidade e os termos de identidades cidadãs. É por esse ângulo que se pode identificar o ineditismo das pequenas práticas de solidariedade e cidadania em comunidades, como a observada através da representação social dos usuários. Diante do destino comum do “ser usuário” do “ser pobre”, há a percepção de um espaço de autonomia no qual, através das práticas de solidariedade e cidadania, podem se afirmar e se reconhecer como sujeitos que, pelas suas qualidades e virtudes, são capazes de contornar as adversidades da vida. E, a partir dessas experiências, espera-se que se construam referências de cidadania com as quais homens e mulheres possam identificar-se e reconhecer-se no seu direito a ter direitos (TELLES, 1993).

Quanto à assistência social, ela não é o contrário de cidadania, porque é parte integrante dela. Em seu devido espaço é insubstituível, digna e justa. Contudo, somente a assistência social não consegue dar conta da pobreza, já que superá-la necessita o reconhecimento dos usuários como executores da superação de sua condição e da cidadania. Sobre a cidadania complementa Demo (1995, p. 133-134):

A cidadania tem como primeira tarefa um desafio negativo: destruir a pobreza política. Sem isto, o excluído continua trabalhando e vivendo para os outros, a serviço dos outros, em função dos outros, submisso às elites. [...] O segundo passo será construtivo. Após desfazer a pobreza política, emerge a competência para se propor uma alternativa. Com base na consciência crítica que busca compreender as razões da exclusão e sua condição de injustiça, o sujeito histórico cai em si uma segunda vez, descobrindo que, para fazer oportunidade, ele é a peça-chave, porque ele é a alma da oportunidade. Precisa, fazendo-se sujeito, fazer-se oportunidade.

Para garantir a oportunidade, há a necessidade de organização política coletiva, pois a oportunidade somente se efetiva se realizada em consenso potencializado. Como o indivíduo só é inteligível e só sobrevive socialmente, a competência para lutar pelo protagonismo dos usuários precisa ser coletivamente organizada. A capacidade de associar-se representa, na verdade, o início da competência histórica prática, porque determina as condições concretas de inovação e intervenção que desembocarão na cidadania (DEMO, 1995).

Como se observou, a relação de solidariedade e cidadania que os usuários têm entre si demonstra que a relação com outros é a base da identidade, do conhecimento e da vida social. Sem os outros, mesmo sendo membros do mesmo grupo social, não há vida humana, não há cidadania. É na relação com os outros significantes que se encontra, tanto os recursos ontológicos, como os sociais, para que se chegue a ser o que é. A cooperação e a comunicação, sem as quais a vida humana não seria possível, pressupõe o reconhecimento do

outro e o aprendizado de como tomar em consideração a perspectiva de onde esse outro propõe suas verdades sociais e históricas. Reconhecer o outro e estabelecer uma relação com a alteridade que ele propõe, como uma pessoa de pleno direito, é aprender a assumir sua própria perspectiva. Assim, quando os usuários percebem situações de necessidades que são comuns a todos, mas que outro usuário apresenta de forma imediata, eles se solidarizam porque sabem que em outra circunstância eles serão contemplados. Isso é pensar coletivamente, isso é cidadania.

Considerações Finais

Este artigo se propôs a analisar e discutir a representação social dos usuários sobre si mesmos, surgida a partir da pesquisa sobre a representação social dos usuários sobre a assistência social. Como foi observado, a representação social dos usuários sobre si mesmos está impregnada de uma série de prescrições morais que deriva da sociedade em geral, a qual os usuários se apropriam e reproduzem entre si, diferenciando os “bons” e os “maus” usuários. Por outro lado, ao se reconhecerem como iguais, assumem uma prática de solidariedade, que demonstra uma visão de cidadania para além dos direitos sociais. Ser cidadão significa pensar na coletividade antes de usufruir o direito em benefício próprio.

Nesse sentido, pode-se questionar: a assistência social tem se colocado como promotora da cidadania? Não se pode negar que a assistência social é um direito indiscutível. Contudo, como se observou nas falas dos usuários, ela continua prestando serviços aos usuários no sentido humanitário de reparo dos danos, por ser realizada de forma focalizada aos segmentos empobrecidos da sociedade. Este processo traz consequências sérias para o cotidiano das comunidades: por um lado, a aceitação do fenômeno da pobreza sem maiores questionamentos; por outro, o esvaziamento do conceito de cidadania social, ou seja, a garantia dos direitos sociais para muito além de meras políticas compensatórias (UGÁ, 2004).

Nota-se que a compreensão da categoria direito ainda é vista de forma equivocada diante de inúmeros preconceitos que pautam a inclusão dos usuários nos serviços sócio-assistenciais. Um exemplo claro desse aspecto é a formulação de padrões e condicionalidades que devem ser cumpridos pelos usuários para serem merecedores de atendimento. A criação desses artifícios encontra-se na contramão daquilo que se espera de uma política não meritocrática de caráter universal. Contudo, a própria existência de condicionalidades para inserção dos usuários em alguns programas, acaba por ampliar a contradição que perpassa a própria normatização da política, além de ser reproduzida de modo distorcido na intervenção de alguns profissionais.

Assim sendo, pode-se afirmar que a maneira como a assistência social exerce suas práticas realiza-se sob a forma de cidadania assistida. A cidadania assistida contenta-se com proteção e recursos escassos e reforça a pobreza política, que se coloca como aspecto principal da manutenção do status quo, porque não oferece condições para que o usuário organize-se para a luta por sua cidadania. No fundo, a assistência social acaba por não promover a emancipação e o protagonismo do usuário, atrelando esta população a benefícios, tendo como consequência sua acomodação (DEMO, 1995).

Da mesma forma, as relações conservadoras, presentes na representação social dos usuários, dificilmente serão superadas sem rigor teórico-metodológico e direção ético-política nas ações e práticas da assistência social, já que prevalece no cotidiano de profissionais, gestores e usuários a internalização de valores baseados em padrões considerados adequados, mesmo tendo sido forjados nas tradições e no preconceito. Essa ideologia provoca sérias consequências que se colocam na contramão da democracia. Assim, a repetição acrítica de valores dominantes no cotidiano, programado para a reprodução dessas ações de cunho clientelista, assistencialista, bem como a superficialidade e o imediatismo, conduz a práticas que deveriam ser abandonadas e que são constantemente apontadas na produção teórica e no debate ético-político (SILVEIRA, 2011).

A assistência social como política pública de acesso aos direitos de cidadania deve proporcionar condições objetivas para que a população usuária rompa com o estigma de desorganizada, despolitizada e disponível para manobras eleitorais, como comumente é apresentada à população que tradicionalmente aciona os atendimentos da política. O trabalho com os usuários deve partir da compreensão de que esse sujeito é portador de direitos e que esses direitos, para serem garantidos, exigem um movimento coletivo de classe social e de suas frações e segmentos. Para trabalhar nessa perspectiva, é preciso construir novos parâmetros, devolvendo a esses sujeitos as condições políticas e sociais para pensarem a sociedade e o lugar que nela ocupam, disputando a reversão do modelo hegemônico construído (COUTO et al, 2010).

Referências

AGUINSKY, B. G.; FERNANDES, I.; TEJADAS, S. S. Entre a garantia de direitos e o reforço à subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público-alvo da Política de Assistência Social. In: MENDES, J. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. p.63-82. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

ANDRADE, I. Modelo de gestão e protagonismo dos usuários na implementação do SUAS. In: MENDES, J. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação.** p. 85-127. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

ARRUDA, A. (org.). **Representando a alteridade.** Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS Anotada.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 1993/2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica SUAS – NOB SUAS: aprimoramento da Gestão e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais.** Minuta Consulta Pública. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/arquivos/nob-suas-2010-minuta-consulta-publica-final.pdf>> acesso em: julho 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família – Benefícios – Condicionalidades.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> acesso em: set., 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Cidadania e Res Pública: a emergência dos direitos republicanos. **Revista de Filosofia Política.** Nova Série, vol.1, p. 99-144, Porto Alegre: UFRGS - Departamento de Filosofia, 1997.

CARVALHO, J. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** 11 ed. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. **Estudos avançados**, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.

CHAUÍ, M. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In: TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves, (Org.) **Os sentidos da democracia e da participação.** p. 23-30, São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

COUTINHO, C. N. Cidadania e modernidade. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 22, n. 1, p.41-59, São Paulo: 1999.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTO, B. R.; SILVA, M. B. A. Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social: a trajetória da constituição da política pública. In: MENDES, J. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação.** p.31-44. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

COUTO, B. R.; YAZBECK, M. C.; SILVA, M. O. S.; RAICHELIS, R. (orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** p. 205 259. São Paulo: Cortez, 2010.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org.). **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil**. p. 103-115. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

DEMO, P. **Pobreza Política: polêmicas de nosso tempo**. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

DEMO, P. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, Coleção Prospectiva; v.6. 2002.

DEMO, P. **Transferência de renda: política social como efeito de poder**. Universidade de Brasília. Mimeo. Disponível em: <<http://pedrodemo.blogspot.com/2005/07/transferencia-de-renda-politica-social.html>>, 2005. Acesso em: setembro 2013.

FREIRE, **Pedagogia do oprimido**. 37 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987/2003.

GUARESCHI, P. Alteridade e relação: uma perspectiva crítica. In: ARRUDA, A. (org.). **Representando a alteridade**. 2 ed. p.149-161, Petrópolis: Vozes, 2002.

GUARESCHI, P. **Psicologia Social Crítica: como prática de libertação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

GUARESCHI, P. Representações sociais, mídia e movimentos sociais. In: GUARESCHI, P.; HERNANDEZ, A.; CÁRDENAS, M. **Representações sociais em movimento: psicologia do ativismo político**. p. 77-91. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

JODELET, D. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, A. (org.). **Representando a alteridade**. 2 ed. p.47-67, Petrópolis: Vozes, 2002.

JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2005

JOVCHELOVITCH, S. **Representações Sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, S. Re(des)cobrando o outro – Para um entendimento da alteridade na Teoria das Representações Sociais. In: ARRUDA, A. (org.). **Representando a alteridade**. 2 ed. p. 69-82, Petrópolis: Vozes, 2002.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Tradução Pedrinho Guareschi. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEITE, I. C. Novos olhares, novos lugares: por uma política social de combate à pobreza condizente com a construção da cidadania. In: **Convergencia**, n. 47, May-Aug., p. 62-89, UAEM: Mexico, 2008.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. p. 57-114. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MENDES, J. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigação em psicologia social**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Tradução de Sonia Fuhrmann. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 1961/2012.

PAUGAM, S. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. Porto: Porto Editora, 2003.

PEREIRA, P. A. **Porque também sou contra a focalização das políticas sociais**. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social – NEPPoS. Brasília: UnB, 2003. (Mimeo). Disponível em: <www.neppos.unb.br/publicacoes/contra_focal.pdf, 2003>. Acesso em Setembro de 2013.

ROMÃO, J. E.; CABRAL, I. E.; CARRÃO, I. V. M.; COELHO, E. P. **Círculo Epistemológico** **Círculo de Cultura como Metodologia de Pesquisa**. **Revista Educação & Sociedade**. N° 13. p. 173-195. Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

SILVA, M. O. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Revista Ciênc. Saúde Coletiva**. v. 12, n. 6. p. 1429-1439. Rio de Janeiro. Nov./Dez. 2007.

SILVEIRA, J. I. **Gestão do trabalho: concepção e significado para o suas**. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do suas: uma contribuição necessária**. p. 9-39, Brasília: MDS - Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

SOUZA, J. e cols. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

TELLES, V. **Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo**. **Caderno CRH**, v. 6, n. 19, Salvador: 1993.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

UGÁ, V. D. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista Sociologia Política**. n. 23, p. 55-62, Curitiba: Nov. 2004.

YAZBECK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1993/2009.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações de um trabalho de pesquisa nunca são plenamente finais. Elas marcam um tempo em que é preciso dar um limite para as produções teóricas, intelectuais e afetivas que a pesquisa provoca no pesquisador. Mas esse limite não é fácil de ser dado porque as questões da pesquisa, da interpretação, dos afetos seguem reverberando dentro de nós. Então, nesse limite dado temporariamente, restam ainda algumas palavras a serem ditas.

Ouvir os usuários a partir de sua perspectiva não é uma tarefa fácil. Isso pressupõe que se abra mão da posição social que ocupamos, para *empatizar* (colocar-se no lugar) com outra dimensão social: a da subalternidade e da pobreza. Essa ação torna-se muito difícil a quem pertence à classe média, como mostra Souza (2009) ao afirmar que a visão economicista universaliza os pressupostos dessa classe para todas as “classes inferiores” como se as condições de vida fossem as mesmas. Isso provoca um “esquecimento” do social que permite dizer que o que importa para a sociedade é o “mérito” individual. Isso fica mais claro na citação abaixo:

Como todas as precondições sociais, emocionais, morais e econômicas que permitem criar o indivíduo produtivo e competitivo, em todas as esferas da vida, simplesmente não são percebidas, o “fracasso” dos indivíduos das classes não privilegiadas pode ser percebido como “culpa” individual. As raízes familiares da reprodução do privilégio de classe e o abandono social e político secular de classes sociais inteiras, cotidianamente, exercido pela sociedade inteira, são tornados invisíveis para propiciar a “boa consciência do privilégio”, seja econômico (das classes altas), seja cultural (das classes médias) e torná-lo legítimo (SOUZA, 2009, p.20).

Essa realidade, colocada por Jessé Souza (2009) em seu livro “A ralé brasileira: quem é e como vive” se fez presente em muitas discussões cotidianas com colegas de academia e de trabalho, que tivemos de travar durante a escrita desta tese, quando nos referíamos aos usuários da assistência social. Inúmeras verbalizações ocorriam no sentido de culpabilizar os pobres por estarem nessa condição, tratando-os como preguiçosos e vagabundos, destituindo-os do “merecimento” dos recursos socioassistenciais, porque isso os acomoda. Além disso, ouvíamos nessas conversas afirmações do tipo: “os pobres fazem cada vez mais filhos para ganhar bolsa família”. E a continuação desse diálogo geralmente trazia uma situação individual de alguém que era muito pobre e trabalhou muito para dar as condições de vida aos filhos. Isso colocado como se trabalho *digno* estivesse ao alcance da mão de todos e como se todas as pessoas tivessem as mesmas condições (psicológicas, sociais) “da classe média” para conseguir trabalho.

Outra frase “padrão” nesses diálogos é o seguinte provérbio chinês, tão difundido e aceito no Brasil: “não se deve dar o peixe ao pobre, deve-se ensiná-lo a pescar”. Esse dito abstrai o fato de que, para que alguém possa fazer ou aprender alguma coisa é preciso, antes, ter as condições básicas (físicas e de autonomia) para assim proceder, condições estas que, na falta de recursos pessoais, devem ser garantidas e/ou providas pelo Estado. Desse modo, tal ditado cria uma alternativa impropriedade ao confrontar duas necessidades que são complementares: *dar o peixe e a condição de pescar*. Portanto, alinhando-nos com Pereira (2002), rejeitamos o popular provérbio chinês e acreditamos que, na ausência de condições básicas, deve-se dar, sim, o peixe, a vara de pesca e o ensinamento de como pescar, para que qualquer pessoa possa ter condições suficientes para viver e exercitar a sua capacidade de participação social.

As contradições da focalização e das condicionalidades, presentes nas práticas da assistência social atualmente, também contribuem para a manutenção desses imperativos morais da classe média. Vejamos: se uma política se diz *universal*, ela não deve estar direcionada à população em situação de *vulnerabilidade e risco social*. Em primeiro lugar, a vulnerabilidade remete a pessoas em ausência ou enfraquecimento de suporte nas relações sociais que conjuga a precariedade do trabalho. Em segundo lugar, a concepção de risco social vem sendo utilizada em processos moralizantes de culpabilização e associada à população de risco, propensa a transgressão das leis, no contexto de uma suposta ordem social harmônica (AGUINSKY et al, 2009,). Essas características tornam a política de assistência social focalizada nos segmentos pobres da população (em situação de vulnerabilidade e risco social). Esse fato acarreta, na prática, em constrangedores e vexatórios testes de meios (comprovação de pobreza) para evitar a fraudemania (mania de fraude em relação aos pobres). Esses aspectos dissociam o objetivo de extensão da cidadania aos mais pobres, transformando problemas estruturais em faltas morais que estigmatizam profundamente os seus portadores (PEREIRA, 2003).

Da mesma forma, as condicionalidades, colocadas como imposições às famílias usuárias dos serviços socioassistenciais para acesso aos direitos sociais de saúde e educação, também imprimem uma lógica da “classe média” às pessoas em situação de pobreza. Ao se fazerem obrigatoriedades como as condicionalidades, não há a reflexão se isso faz algum sentido e se atende às reais necessidades da população carente. Seja como for, o fato do público alvo da política de assistência social ser associado à vulnerabilidade e ao risco social faz referência à situação de carência e pobreza. Ao se focalizar a política e impor

condicionalidades, fica evidente a determinação de que os usuários em situação de pobreza precisam se “adequar” aos moldes impostos pela classe média.

Por outro lado, é fundamental lembrar que a vulnerabilidade e o risco social não são adjetivos da condição do usuário. Na verdade, eles são inerentes à produção da desigualdade que é intrínseca ao sistema capitalista. As vulnerabilidades e os riscos sociais devem ser enfrentados como produtos dessa desigualdade e, portanto, requerem uma intervenção para além do campo das políticas sociais. Trata-se de reconhecer essa desigualdade e identificar que há um campo de atuação importante que atende às necessidades sociais da população – política de assistência social – que deve ser trabalhada como direito de cidadania. Compreender a assistência social dessa forma rompe com a lógica de responsabilizar o sujeito pelas vicissitudes e mazelas que o capitalismo produz e exige que haja um movimento empático da sociedade em pensar com os usuários quais são suas reais necessidades.

Por reconhecermo-nos neste lugar da “classe média”, também nos é dificultada, cotidianamente, a compreensão dos modos de vida dos usuários da assistência social. Essa empatia só nos foi possibilitada porque algo dentro de nós sinalizava que as relações sociais não podem mais permanecer de forma autoritária e desigual, em que a percepção de uma esfera pública das opiniões e da sociabilidade coletiva é inexistente. Foi essa inquietação que quisemos expressar na realização desta pesquisa e na produção escrita da tese.

Desse modo, tentou-se, através da pesquisa empírica, ouvir e apreender os sentidos, significados, reflexões e afetos da assistência social para os usuários, ou seja, suas representações sociais. Para amenizar uma suposta hierarquia de saberes, presentes no senso comum de que a cientificidade tem status de conhecimento de maior valor, utilizamos a metodologia dos círculos epistemológicos que auxiliou na busca por uma pluralidade de saberes entre pesquisadores e pesquisandos. Ficamos devendo, na intenção de continuar a dar voz aos usuários, mais um artigo empírico de outra derivação da representação social dos usuários, que compara a política pública da saúde com a da assistência social.

O encontro, pesquisador – usuário, possibilitado pela pesquisa realizada, mostra que o diálogo entre diferentes saberes é possível, por meio do encontro dialógico em que há uma troca de aprendizagens e vivências. As tentativas de reconhecer e ouvir a experiência da subalternidade na busca pelos recursos socioassistenciais revela que é possível reconstruir os contextos em que as representações e práticas dominantes mais amplas para com o outro excluído se desenvolvem. Seria ingênuo, entretanto, supor que os esforços de ouvir e mostrar o que têm a dizer os usuários poderiam, por si só, ter sucesso na superação dos problemas históricos e das dificuldades contemporâneas que permeiam a desigualdade e a

subalternidade. Esses problemas implicam questões relacionadas à organização e às estruturas sociais que perpetuam pressupostos morais e individualistas no trato com a população usuária. Além disso, sabe-se que somente a participação dos usuários não torna possível a modificação da situação de pobreza. Desse modo, espera-se que as expressões dos usuários possam estimular reflexões mais amplas, pelos diversos setores da sociedade. O diálogo com essas instituições não é uma solução fácil e, enquanto representações dominantes sobre os usuários e a pobreza não mudarem, será difícil transformar substancialmente as estruturas sociais. O reconhecimento da voz e dos direitos de todos os que lutam para “sobreviver” aos ditames dominantes é, cada vez mais, visto como um requisito necessário na tarefa de reconstruir a teoria, a prática e as políticas. Além disso, apesar das dificuldades implícitas, assumir a perspectiva do usuário e estabelecer um diálogo com sua diferença é um dos caminhos para transformar essas representações dominantes ligadas à pobreza (JOVCHELOVITCH, 1995).

Observamos que, ao oportunizar o encontro de saberes e acolher as expressões dos usuários, tivemos como retorno algo que contradiz a ideia de que essas pessoas estão acomodadas, como vemos nas seguintes falas:

PN1: Eu não precisava mais tá aqui tá! Eu vim por causa da tua pesquisa. É verdade vim pra dar um apoio mesmo sabe, FALAR! eu acho que algumas pessoas que tão em casa podiam tá aqui, bah meia horinha, vamo lá ou pelo menos vim esses três dias que tu veio, bah a moça tá...

PN2: Que nem eu vim do hospital e vim cá, caminhei até uma lomba cheguei cansada, podia pegar e vim pra casa (H3).

Essas verbalizações demonstram que, ao possibilitar espaço para que os usuários se expressem, eles querem falar, querem participar, *anseiam* por isso. Mas uma condição nos é imposta por eles: ouvi-los a partir de sua perspectiva. Quando nos colocamos diante dos usuários com nossas “regras morais de classe média”, não os ouvimos; aliás, eles se tornam mudos e nós surdos. Porém, ao nos disponibilizarmos ao encontro dialógico com os usuários, também nos abrimos para tudo que eles têm a nos ensinar. Demo (2001) fala da importância da política de assistência social estimular os usuários na modificação da sua condição:

Cada vez fica mais claro que não é imaginável resolver a pobreza sem a participação do pobre. Com efeito, uma política que pretende reduzir os níveis quantitativos da pobreza, mas conserva o pobre apenas como objeto da política, pode até distribuir os benefícios e minorar compensatoriamente a fome, mas agrava a pobreza política, porque recria o esmoler, aquele que troca a comida pelo cabresto (p.10).

Então, nosso propósito e denúncia nesta tese é, em meio a tantas “faltas”, dizer o que *não* falta aos usuários da assistência social: saberes, sonhos, opiniões, sugestões, vontade de

participação, vontade de cidadania. E para dizer o que “falta” em nós: ir até eles e ouvi-los em um movimento *empático*, a partir de sua *perspectiva*. É somente desse modo que poderemos persistir na luta para a modificação das questões sociais e para modificação das políticas para que, de fato, cumpram seu objetivo de *emancipar*, possibilitar o *protagonismo*. Protagonista é aquele que se destaca em um processo, a pessoa que desempenha o papel principal. Enquanto ainda não lhes é possibilitado o protagonismo de suas vidas, esperamos que o trabalho de profissionais, pesquisadores, gestores seja fundamentalmente o de possibilitar que os usuários sejam os protagonistas da política de assistência social.

REFERÊNCIAS

- AGUINSKY, B. G.; FERNANDES, I.; TEJADAS, S. S. Entre a garantia de direitos e o reforço à subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público-alvo da Política de Assistência Social. In: MENDES, J. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. p.63-82. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.
- ANDRADE, I. Modelo de gestão e protagonismo dos usuários na implementação do SUAS. In: MENDES, J. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. p. 85-127. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.
- ARAÚJO, C. C.; PEREIRA, M. E.; GUILHON, M. V.; SOUSA, S. M. Implantação e Implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) nos estados do Pará, Maranhão e Pernambuco: uma análise dos resultados de pesquisa empírica. In: COUTO, B. R.; YAZBECK, M. C.; Silva, M. O. S.; RAICHELIS, R. (orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. p. 99-137. São Paulo: Cortez, 2010.
- ARRUDA, A. (org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BATISTA, P. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: SOBRINHO, B. (org.). **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BAUER, M. & GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2002
- BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOSCHETTI, I.; TEIXEIRA, S. O. **Mobilização e Participação Social: Desafios para a Intervenção do Assistente Social**. Seminários e Congressos. Universidad de Costa Rica. Escuela de Trabajo Social Facultad de Ciencias Sociales. Disponível em: <www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-080.pdf>. Acesso em agosto de 2011.
- BEISIEGEL, C. R. **Paulo Freire**. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- BRANDÃO, C. R. Círculo de Cultura. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (orgs.) **Dicionário Paulo Freire**. 2 ed. p.69-70. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010a.
- BRANDÃO, C. R. Método Paulo Freire. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (orgs.) **Dicionário Paulo Freire**. 2 ed. p.263-264, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010b.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. **Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (Cras)**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS Anotada**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 1993/2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: Texto da Resolução Nº 109 de 11 de Novembro de 2009**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica SUAS – NOB SUAS: aprimoramento da Gestão e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais**. Minuta Consulta Pública. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/arquivos/nob-suas-2010-minuta-consulta-publica-final.pdf>> Acesso em: julho 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família – Benefícios – Condicionalidades**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> acesso em: setembro, 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. **Revista Lua Nova**, n. 36, p. 85-104, 1995.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Cidadania e Res Pública: a emergência dos direitos republicanos. **Revista de Filosofia Política**. Nova Série, vol.1, p. 99-144, Porto Alegre: UFRGS - Departamento de Filosofia, 1997.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, L.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (orgs.). **Sociedade e Estado em Transformação**. UNESP/ENAP, p. 67-116, 1999.

BULLA, L. C. ; LEAL, M. L. M. A Participação da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Assistência Social: o desafio de uma representatividade democrática. **Revista Eletrônica Textos e Contextos**, v. 3, p. p. 04-17, Porto Alegre, 2004.

BURSZTYN, M. Ser ou não ser: eis a questão do Estado brasileiro. **Revista do Serviço Público**. Ano 45 Vol. 118, nº 3, p. 27-35, Set/Dez 1994.

CARVALHO, J. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 11 ed. Tradução de Iraci D. Poletí. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. **Estudos avançados**, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.

CHAUÍ, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M. (orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária: história do povo brasileiro**. São Paulo: fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, M. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves, (Org.) **Os sentidos da democracia e da participação**. p. 23-30, São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

COUTINHO, C. N. Cidadania e modernidade. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 22, n. 1, p.41-59, São Paulo: 1999.

COUTINHO, C. N. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: Lima, J. C. F.; NEVES, L. M. W. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. p.173-200. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. p. 29-43. São Paulo: Boitempo, 2010.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTO, B. R.; SILVA, M. B. A. Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social: a trajetória da constituição da política pública. In: MENDES, J. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. p.31-44. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

COUTO, B. R.; YAZBECK, M. C.; SILVA, M. O. S.; RAICHELIS, R. (orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. **Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (orgs.). **Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas**. Petrópolis, p. 13-40. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org.). **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil**. p. 103-115. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DALLARI, D. Sociedade e Estado de direito: caminhada rumo ao século XXI. In: MOTA, C. (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500 -2000): a grande transação**. São Paulo: Senac/SP, 2000.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

DEMO, P. **Pobreza Política: polêmicas de nosso tempo**. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

DEMO P. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, Coleção Prospectiva; v.6. 2002.

DEMO, P. **Transferência de renda: política social como efeito de poder**. Universidade de Brasília. Mimeo. Disponível em: <<http://pedrodemo.blogspot.com/2005/07/transferencia-de-renda-politica-social.html>>. Acesso em: setembro 2013.

- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FREIRE, P. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. **Estudos Universitários, Revista de Cultura da Universidade do Recife**. Recife, n. 4, abr./jun. 1963.
- FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977/2006.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 29 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979/2006.
- FREIRE, P. **Ideologia e educação: reflexões sobre a não neutralidade da educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 37 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987/2003.
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980/2005.
- FREIRE, P. **Cartas à Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. 3 ed. Organização e notas Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994/2013.
- GASKELL, G. & BAUER, M. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, M. & GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4 ed. p. 474 e 515. Petrópolis: Vozes, 2002
- GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 8 ed. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GUARESCHI, P. Alteridade e relação: uma perspectiva crítica. In: ARRUDA, A. (org.). **Representando a alteridade**. 2 ed. p.149-161, Petrópolis: Vozes, 2002.
- GUARESCHI, P. **Sociologia da prática social**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GUARESCHI, P. **Psicologia Social Crítica: como prática de libertação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- GUARESCHI, P. Representações sociais, ética e política. In: OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. **Representações sociais: uma teoria sem fronteiras**. Rio de Janeiro: Museu da república, 2005.
- GUARESCHI, P. Representações sociais, mídia e movimentos sociais. In: GUARESCHI, P.; HERNANDEZ, A.; CÁRDENAS, M. **Representações sociais em movimento: psicologia do ativismo político**. p. 77-91. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.
- IAMAMOTO, M. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S.; MIOTO, R. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. p. 13-43. São Paulo: Cortez, 2009.
- IAMAMOTO, M. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- JODELET, D. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, A. (org.). **Representando a alteridade**. 2 ed. p.47-67, Petrópolis: Vozes, 2002.

JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2005

JODELET, D. Représentations Sociales: un domaine em expansion. In: JODELET, D. **Les représentations sociales** (dir.). Paris: PUF, 2007.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 8 ed. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 1995.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações Sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, S. Re(des)cobrimdo o outro – Para um entendimento da alteridade na Teoria das Representações Sociais. In: ARRUDA, A. (org.). **Representando a alteridade**. 2 ed. p. 69-82, Petrópolis: Vozes, 2002.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Tradução Pedrinho Guareschi. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEITE, I. C. Novos olhares, novos lugares: por uma política social de combate à pobreza condizente com a construção da cidadania. In: **Convergência**, n. 47, May-Aug., p. 62-89, UAEM: Mexico, 2008.

MARKOVA, I. **Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente**. Tradução de Hélio Magri Filho. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. p. 57-114. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, J. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. 5v. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MENDES, J. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

MESTRINER, M. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MORRIS, C. W. **Mente, Self e Sociedade**. São Paulo: Idéias & Letras, 2010.

MOSCOVICI, S. Introduction to Herzlich. **C. Health and Illness: A social psychological analysis**, 1976.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 8 ed. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigação em psicologia social**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Tradução de Sonia Fuhrmann. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 1961/2012.

NICOLA, A. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PAUGAM, S. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. Porto: Porto Editora, 2003.

PEREIRA, P. A. Sobre a política de assistência social no Brasil. In: PEREIRA, P. & BRAVO, M. I. B. (orgs.). **Política social e democracia** 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

PEREIRA, P. A. **Porque também sou contra a focalização das políticas sociais**. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social – NEPPoS. Brasília: UnB, 2003. (Mimeo). Disponível em: <www.neppos.unb.br/publicacoes/contra_focal.pdf, 2003>. Acesso em Setembro de 2013.

PEREIRA, V. T. **A psicologia no mundo da vida: representações sociais sobre os usuários do CRAS**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

PRADO JR., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROMÃO, J. E.; CABRAL, I. E.; CARRÃO, I. V. M.; COELHO, E. P. Círculo Epistemológico Círculo de Cultura como Metodologia de Pesquisa. **Revista Educação & Sociedade**. N° 13. p. 173-195. Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

SCOCUGLIA, A. C. **A História das Ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 2 ed. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1999.

SILVA, M. B. **Entre a rebeldia e o conformismo: o debate com os sujeitos demandatários da política de assistência social**. Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2012.

SILVA, M. O. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Revista Ciênc. Saúde Coletiva**. v. 12, n. 6. p.1429-1439. Rio de Janeiro. Nov./Dez. 2007.

SILVEIRA, J. I. Gestão do trabalho: concepção e significado para o suas. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do suas: uma contribuição necessária**. p. 9-39, Brasília: MDS - Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

SOUZA, J. e cols. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOARES, L. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATI, A. Prefácio. In: YAZBECK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 7ed. São Paulo: Cortez, 1993/2009.

SPOSATI, A.; CARVALHO, M. C. B. C, FLEURY, S. M. T. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TELLES, V. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 6, n. 19, Salvador: 1993.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

UGÁ, V. D. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista Sociologia Política**. n. 23, p. 55-62, Curitiba: Nov. 2004.

YAZBEK, M. C. Estado e políticas sociais. **Praia Vermelha**, v. 18, n. 1, 2008.

YAZBECK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1993/2009.

YAZBECK, M. C.; MESTRINER, M. L.; CHIACHIO, N. B.; RAICHELIS, R.; PAZ, R.; NERY, V. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: COUTO, B. R.; YAZBECK, M. C.; SILVA, M. O. S.; RAICHELIS, R. (orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** p. 138-204. São Paulo: Cortez, 2010.

ANEXO 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) participante:

Sou doutoranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estou realizando uma pesquisa sob orientação do professor Dr. Pedrinho A. Guareschi, sobre a Política de Assistência Social. Sua participação consistirá em me ajudar a responder essas perguntas, na discussão em grupo: O que a Assistência Social significa na sua vida? Quais são suas percepções, sentimentos, ideias sobre a Assistência Social? Quais são os seus conhecimentos sobre a Política de Assistência Social? Você conhece o seu papel dentro da Política de Assistência Social? Você sabe como a participar das decisões da Assistência Social? Quais são as suas expectativas sobre a Política de Assistência Social? Que sugestões você teria para melhorar o serviço de Assistência Social de forma que atendesse melhor às suas necessidades?

Para me auxiliar nessa pesquisa, você precisará participar do grupo que você já pertence, o Grupo de Usuários do CRAS Centro Sul. Essas conversas serão gravadas em um gravador, se você permitir. Elas terão a duração do Grupo, que é em torno de 1 (uma) hora. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo, assim como, tem liberdade de fazer outra proposta de discussão para o grupo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora Cristiane Davina Redin Freitas, fone (51) 9362-1340.

Atenciosamente,

Cristiane Davina Redin Freitas

Pedrinho A. Guareschi

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

ANEXO 2: Autorização da Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Fundação de Assistência Social e Cidadania



Porto Alegre, 03 de abril de 2012.

AUTORIZAÇÃO

Tendo recebido o Projeto de Pesquisa intitulado “A Assistência Social na perspectiva dos usuários”, da aluna de Doutorado Cristiane Davina Redin Freitas, onde nos solicita que a Coleta de Dados de sua pesquisa seja realizada em três de nossos Centros de Referência de Assistência Social, sejam eles: Centro de Referência de Assistência Social Centro-Sul, Centro de Referência de Assistência Social Sul, Centro de Referência de Assistência Social Extremo Sul e, tendo a anuência das respectivas coordenações dos referidos Centros, declaramos como AUTORIZADA sua entrada nos locais para fins de pesquisa.

Atenciosamente,

Beatriz Kusliz
Coordenadora da Proteção Básica
Fundação de Assistência Social e Cidadania

Beatriz Kusliz
Matr. 27444.9
Coord. Proteção Social Básica
SB/FASC/PMMPA

ANEXO 3: Aprovação do Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da UFRGS**Sistema Pesquisa - Pesquisador: Pedrinho Arcides Guareschi****Projeto Nº: 21977****Título: A ASSISTENCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS USUARIOS****COMISSAO DE PESQUISA DE PSICOLOGIA: Parecer**

Trata-se de projeto de tese de doutorado que tem como objetivo geral conhecer os posicionamentos - ou representações sociais - dos usuários quanto à Assistência Social (AS); mais especificamente, o estudo visa analisar: os impactos e sentidos que a Política de AS tem na sua vida, sua posição e participação no que tange à Política e às Conferências de AS, e como poderiam ajudar a construir práticas cotidianas no serviço da AS para a melhoria de suas vidas. Dados históricos e a atual configuração da Assistência Social no Brasil, onde o lugar dos usuários é trazido à baila, são apresentados a título de contextualização do estudo, e são tecidas discussões teóricas quanto à questão da desigualdade e das políticas sociais para seu enfrentamento. A teoria das representações sociais, que fundamenta teórica e metodologicamente o estudo, é explicitada. Os procedimentos metodológicos, que abarcam entrevistas em grupo a partir da técnica dos círculos epistemológicos com usuários de três Centros de Referência de Assistência Social da cidade de Porto Alegre, são detalhados. Os cuidados éticos necessários são abordados e um cronograma de atividades apresentado. O projeto apresenta boa fundamentação teórica e metodológica, mostrando consistência e coerência. Aprovado.

ANEXO 4: Categorização dos Dados

CATEGORIAS: A Assistência Social na perspectiva dos usuários

LEGENDA

CS = CRAS Centro Sul

S = CRAS Sul

H = CRAS Hípica

1 = 1º Encontro

2 = 2º Encontro

3 = 3º Encontro

UTILIDADE (USO) DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões de Grupo dos Usuários

PN1: Se eu tenho alguma coisa que eu to triste, aqui eu...

PN2: Desabafo

PN1: Desabafo que eu sei que aqui tem amiga e gosto de vir.

PN3: Eu gosto de vir no grupo porque a gente desabafa tudo que a gente sente, aqui é bom e é bom conviver com as colega. (CS1)

PN2: A gente vem por causa da passagem. Porque a gente vem por causa das passagem. Porque, como eu, que dizer, eu venho porque eu gosto de tá com os meus, eu gosto de vim aqui, é bom, a gente, a cabeça da gente sai um pouco dos problema da gente tudo, mas não por causa da passagem que eu venho toda hora. Vem aqui, é só uma quarta-feira, não é todo mês, não é uma semana assim reunião, é só nas quartas-feiras, o pessoal tem tempo de vim pra ficar aqui na reunião, conversar assim como tu tá conversando com a gente, vim aqui conversa, não por causa das passagem, eu não venho por causa das passagem, eu não venho.

PN0: E os outros? O que que acham?

PN5: Passar o tempo né, mais, teve um dia que a gente fez uns negocinho aí, movimenta né, faz amigo... Claro né, se tem passagem eu venho pegar, é lógico né?! Eu preciso, né?! (S3)

PN4: É porque tem muita gente e como a gente conversa com as outras pessoas que vem na reunião: “A gente vai lá se tiver passagem a gente fica, se não tiver a gente vai embora. Por que que tu vai?” Eu digo “Porque eu gosto, eu gosto de ir na reunião.” Aquele tempo que não tinha passagem pra nós sair, como é que a gente ia ir no médico? Aquele tempo nós ganhava passagem? Não ganhava! Aquele tempo a gente tinha que trabalhar pra ganhar umas passagem pra sair, agora só porque tem uma passagem, sabem que tem umas passagem não vão mais na reunião?! (S3)

PN0: E como é que vocês se sentem de vir aqui no cecopam?

PN4: Alegre...

PN3: É bom, a gente vem aqui e se sente bem.

PN1: Eu sou uma que posso me senti sufocada até aqui e me alivia tudo, se a gente tiver que chora a gente chora, a gente conversa.

PN4: Desabafa.

PN1: A gente sai daqui que nem uma pluma sabe? Mas tudo que a gente fala aqui, não pode sair na rua. Fica aqui dentro com elas. (CS1)

PN1: Um monte de coisa. Eu sou uma que venho aqui converso com a J. (Psi), converso com a L. (AS), converso com a F. (Psi), conto meus problema pra elas que a maioria daqui sabe, eu me desabafo se eu tive que chorá eu choro, então quando eu to engasgada eu chego aqui e me sinto outra, outra pessoa, porque aqui a gente é amiga, é irmãs, é colegas e é companheiros.

PN4: acho que é uma terapia, tu tá em casa, tem teu marido, tem vários problemas, tu vem pra cá tu deixa tudo do lado de fora, os teus problemas, porque aqui tem gente com os problemas maior que os teus, e tu tenta resolvê...

PN3: É verdade...

PN4: E tu vê que o teu problema é muito pequeno perto de outras amigas aqui do grupo. Tu tem que ajudá daí, ou as outras colegas vão te ajudar também, ou até tu procura na outra...

PN3: Apoio

PN2: É apoio, é uma terapia, uma auto-ajuda.

PN4: É como se tu tivesse num grupo, num grupo com psicólogo e naquele grupo ali tu tem um grupo acolhimento, tem um monte de pessoas ali sentada que tu desabafa, que tu conversa, e quando chega em ti assim, daí tu vai falá o teu problema ele é bem pequenininho perto do problema de muitos outros que tem por aí, teu problema se torna pequenininho.

PN5: Em casa eu não tenho com quem conversá e eu quero conversá com pessoas adultas outros assuntos, alivia se to estressada eu choro bastante em casa sozinha daí eu venho pra cá me alivia bem mais, é melhor do que ficar trancada em casa. (CS1)

PN0: E o que que vocês vem conversar aqui no grupo? O que que vocês conversam? Que que vocês gostam de conversar?

PN4: Uns conversam sobre a vida deles, a gente fica conversando o que pode conversá em grupo.

PN1: É sempre colocada uma proposta de tratamento, uma proposta lúdica. A gente começou com vivências infantis, tudo bem lúdico, medos. Então é uma proposta que vai nos trabalhar o desenvolvimento.

PN3: Desenhos.

PN2: Não sou recalcada, entendeu? A gente foi na feira do livro, a gente foi numas coisinhas legais, no carnaval, tomar um suco no verão, fazer tipo um piquenique.

(Falam juntas)

PN1: Não deixa a vida tão dura, se tu fica só presa em casa, tu chega aqui e vê que os outros, também tem problemas.

PN2: Tu chega aqui triste, falando, daí todo mundo começa a falar da sua vida. Todo mundo, porque o que a gente fala aqui, fica aqui. O que a gente não consegue falar pros outros na rua, em casa, pros parentes, a gente fala aqui. A gente fez amigos, todo mundo escuta, dá conselhos, fala o que a gente deve fazer, é bom.

PN0: E tem coisas que vocês gostariam de conversar? Se vocês pudessem escolher, teria coisas?

PN1: Da gente falar do problema particular. Da gente ter oportunidade de falar do problema particularmente. A gente vai de manhã, terça ou quinta que ela atende e atende particular, daí tu fica tipo uma hora conversando com ela coisas que tu não pode falar no grupo, entendeu?

PN2: Eu fiz isso uma vez, vai conversando com a gente. Eu ficava trancada em casa com problemas que eu não conseguia falar pra ninguém eu conseguia falar pra ele. (S1)

PN2: A gente vem por causa da passagem. Porque a gente vem por causa das passagem. Porque, como eu, que dizer, eu venho porque eu gosto de tá com os meus, eu gosto de vim aqui, é bom, a gente, a cabeça da gente sai um pouco dos problema da gente tudo, mas não por causa da passagem que eu venho toda hora. Vem aqui, é só uma quarta-feira, não é todo mês, não é uma semana assim reunião, é só nas quartas-feiras, o pessoal tem tempo de vim pra ficar aqui na reunião, conversar assim como tu tá conversando com a gente, vim aqui conversa, não por causa das passagem, eu não venho por causa das passagem, eu não venho.

PN0: E os outros? O que que acham?

PN5: Passar o tempo né, mais, teve um dia que a gente fez uns negocinho aí, movimenta né, faz amigo... Claro né, se tem passagem eu venho pegar, é lógico né?! Eu preciso, né?!

PN2: Ó.. viu? Tem gente que gosta.

Cris: Mas assim... As pessoas, me expliquem assim, as pessoas não vem até aqui, inclusive porque elas não tem passagem pra vir até aqui? Ou porque o que motiva a vir é a passagem?

PN5: Varia. Tem gente que não vem porque não tinha.

PN4: É porque tem muita gente e como a gente conversa com as outras pessoas que vem na reunião: “A gente vai lá se tiver passagem a gente fica, se não tiver a gente vai embora. Por que que tu vai?” Eu digo “Porque eu gosto, eu gosto de ir na reunião.” Aquele tempo que não tinha passagem pra nós sair, como é que a gente ia ir no médico? Aquele tempo nós ganhava passagem? Não ganhava! Aquele tempo a gente tinha que trabalhar pra ganhar umas passagem pra sair, agora só porque tem uma passagem, sabem que tem umas passagem não vão mais na reunião?! (S3)

RECURSOS (DOCUMENTOS, PASSAGEM, ATIVIDADES, ETC.)

PN3: Aqui é a assistência social que a gente vem buscá os recurso que a gente precisa.

PN0: Que mais que vocês vem fazê aqui no cecopam?

PN4: Tem o sase (Serviço de Atendimento Sócio Educativo), das criança, eles brincam.

PN0: E aqui tem aula?

PN4: Aqui tem projeto.

PN0: Que projeto que tem aqui?

PN1: As criança aprende a faze jornal que eu sei, aprende fuxico, a pinta, aprende um monte de projeto.

PN4: Futebol, capoeira.

PN1: Elas não fica na rua, vem aqui. (CS1)

PN0: E o que vocês acham dessas coisas que tem aqui no cecopam?

PN2: Eu acho bom.

PN3: É bom, é muito bom porque daí não ocupa a cabeça com besteira.

PN1: É bom porque aqui eles aprende coisa boa, não fica na rua pra aprende bobagem. (CS1)

PN4: Eu mesmo, tenho um que tá fazendo arte, não tenho vergonha de dizê mas eu vô arrumá todos os documento dele voltá a trabalhá. Ontem peguei os papel dele fazê a certidão e agora essa semana vou faze todo o resto dos papel dele. (É lá no CRAS que consegue os encaminhamentos para fazer os documentos - uso).

PN0: E foi aqui que tu conseguiu os papéis dele?

PN4: Eu queria levá ele hoje... Eu vim aqui seis e pouca ontem, da manhã, vim aqui pra pegá os papel, ai ontem veio a certidão... e a gente passa trabalho pra fazê.

PN0: E aqui ajuda a fazer os documentos?

PN4: Eles dão pra ti ir fazer lá no centro, no tudo fácil. Mas a primeira dá pra fazer aqui.

PN1: Eu fiz certidão tudo nova, dos cinco, fiz a identidade e o CPF tudo com encaminhamento daqui. (CS1)

PN0: Tá entendi, tu tá me dizendo assim, a gente não pode mandar quem manda são eles porque eles tiveram estudo, tá mas assim ó pra que que serve o cecopam?

PN1: O cecopam eu já te digo aqui ó, tá por exemplo, se tu precisa do papel pra tirar foto e tu não tem condições de pagá, tá aí é só chegá ali e falá pra eles, se é carteira de trabalho eles arrumam papel pra ti fazer se é sobre o Bolsa Fmília tu chega ali e já fala, se é cadastro eles bota ali, pro Bolsa Família

PN0: Ali mesmo?

PN1: Vai ali com a L. (AS) e com a J. (Psi) e com a F. (Psi) e com a outra lá que tá de licença que eu não sei o nome, eles pegam e encaminham a gente, se o filho da gente, por exemplo, meu filho tem problema de saúde, agora passou, era pra ser com a F. (Psi), ela que começou, mas agora vai passá pra outra, mas elas que vão encaminhar ali, o postão pré eu tratá ele, e aí é no Cecopam.

PN0: Tá entendi, então o cecopam faz tudo isso pra ajudá nós...

PN1: Pra ajudá a gente porque a gente precisa...

PN2: Pra comunidade.

PN0: Tá, mas como é que vocês não mandam?

PN1: Porque a gente não tem condições de mandá ali, bem dizê eles não mandam na gente, eles só pede pra gente cumpri os deveres da gente. Porque por exemplo assim, se tu chega, vamo faze assim, vamo invertê os negócio, tá por exemplo, assim tu é uma de nós, tu precisa de alguma coisa dum documento, de bolsa, ou até de um ranchinho se tu precisá, tu chega ali e pega, explica tua situação, eles vão na tua casa, fazem uma visita e veem se tu precisa mesmo, eles pegam e te ajudam. (CS2)

PN4: Até pra leva um filho no médico a gente não tem passagem e a gente vem aqui e fala pra elas e elas dão passagem pra gente levá, eles conseguem a passagem pra levá um filho no médico ou pra gente mesmo, buscá um exame uma coisa vem ali, elas dá a passagem levá a criança no médico tudo. (CS2)

PN0: Se vocês tivessem que me explicar o que é a assistência social o que vocês me diriam?

PN1: É um amparo social que ajuda a comunidade.

PN2: Uma ajuda

PN1: Não tem uma assistência social...

PN3: Me ajuda, dá a carteirinha e pras minhas filhas também.

PN0: E vocês só vem pegá passagem ou tem mais coisas?

PN1: Tipo, elas me incluíram no bolsa família, e ás vezes elas encaminham os filhos das pessoas mais carentes a fazer os cursos do bolsa família e daí tu vem pra fazer identidade, os documentos, projetos, fazer cursos. Até pouco tempo elas estavam encaminhando pra fazer curso no SENAC só que eu não vô pode fazer porque eu comecei a trabalhar e tinha bastante curso manicure, cabeleireiro, técnico, ai tu fazendo eles te dão uma bolsa auxílio, tu fazendo o curso eles te dão passagem, lanche e uma bolsa auxílio que é 50 reais, então eles tão te pagando pra tu frequentar pra tu ter uma profissão.

A: Eles encaminham pra estágio.

PN0: E vocês sabem porque foi criada a assistência social?

PN3: Eu acho que é pra dá zelo pras pessoa mais carente, porque tem pessoas que não sabem que tem curso gratuito, a assistente social vem aqui e passa pra gente, tem coisa que a gente nem sabe.

A: Penso que é isso mesmo pra ajuda as pessoas mais carente.

PN0: O que vocês pensam, é bom é ruim é uma coisa obrigatória?

PN2: Pra mim é uma coisa muito boa, olha eu tô fazendo quimio e radio e quando eu me adoentei eu sempre vim aqui e eles me ajudaram. Sempre tão perguntando, como a senhora tá? Então é umas pessoa que dão apoio pras pessoa, porque tem certas pessoa que precisa de apoio e eu venho falá da minha vida então se tem uma pessoa de fora que te ajuda e fala as coisa, então é melhor. (H1)

PN0: Vocês notaram diferença na vida de vocês?

PN1: Na minha teve, na minha um emprego que eu tava com dificuldade de arrumar emprego, ai eu vim aqui e elas me indicaram num emprego, se não fosse o atestado deles eu não ia fazer a minha carteira de trabalho de novo, porque tinha que pagar e eu não tinha dinheiro. (H1)

PN1: Eu acho que se não tivesse a assistência social, muita família não estaria bem como está agora.

PN0: Bem como?

PN5: Porque a família melhora, por que tu tem assim, um beneficio, porque tem tanto adolescente com onze, doze anos, até quatorze, que vive hoje em dia dizendo que não vô mais pro colégio, mas se tu vem numa assistência social e disse eu vô inscrevê, a mãe vai lá e te inscreve no bolsa família, ele vai sê obrigado a ir pra escola e tu vai te obrigação também de levá teu filho num posto de saúde, porque se tu pega esse negócio, que não tem assistência social, tu não vai levá o teu filho num posto de saúde. Por que tu vai levá teu filho pra pesá, se perante os teus olho teu filho tá bem? Tu não vai levá. Porque tu não vai fazê vacina, ah hoje eu não tenho tempo, mas tu sabe que se tu tá em algum cadastro da assistência social tu é obrigado a levá o teu filho. Pelo menos tu tem aquela obrigação.

PN0: Mas o que vocês acham de ser obrigada?

PN5: Por um lado te ajuda. Porque tu tá ganhando pra fazer aquela obrigação, tu não tá ganhando de graça, porque se tu tá levando a criança até lá, é sinal que tu tá recebendo auxílio, o auxílio deles. (H1)

PN4: Por exemplo, eu vim aqui tirar atestado pra fazer duas identidade, dá 80 reais. Se eu não tivesse aqui, eu ia ter que deixar de comprar algo pra dentro de casa, uma carne, uma fruta, ou até deixar de pagar uma conta e uma luz pra pagar isso aqui. Mais as passagem que tu ia tirar do meu bolso pra ir fazer essas identidade, não precisei, isso aqui é uma ajuda, uma ombridade. Se eu não tivesse, eu não ia fazê isso aqui agora, ia deixá pra mais o final do mês. Agora, segunda-feira, eu posso ir lá e fazer as identidade, é diferente. É uma grande ajuda. Qualquer 40 reais que tu economiza é uma ajuda.

PN5: Até pra comida, um calçado, pra tu ter um poquinho mais de lazer também.

PN4: A maioria dos lugar que tu vai, tu encontra uma assistente social que vai te ajudá. (H1)

PN0: E o que vocês achavam que era a assistência social?

PN1: Pra vê porque a gente entrô nisso pra ver o que a pessoa tá passando, pra ajudá a família, pra ver se a pessoa não tá passando trabalho.

PN0: Lembram que eu falei que a assistência social era uma lei, que era um direito e eu perguntei pra vocês se vocês sabiam, o que era e o que vocês me disseram?

PN1: Não.

PN0: Pois é me disseram que não.

PN1: Acho que ninguem sabe, ninguem sabia, não era explicado

PN0: Mas então o que é se não é um direito é o que?

PN3: De uma parte e eu não vou dizer a pessoa, que eu descobri, ela vem aqui escuta a gente, faz tudo bonitinho tudo. Tem a reunião ali que a gente tava falando e algum ali falou pra os moradores, pra gente aprender um crochê essas coisas e ai foi no ouvido da pessoa e ai essa pessoa foi lá fazê queixa que não tinha nada a ver, deixá o nome dessa pessoa lá, ai eu disse fala que foi eu que falei, ela quase foi pra rua por causa disso ai.

PN0: Então o que é a assistencia se não é um direito era o quê?

(Silêncio)

PN0: Vocês achavam que era uma ajuda?

(Silêncio)

PN0: ou tá muito difícil essa pergunta?

PN1: Tá difícil,

PN3: Essa tá difícil
 PN2: A gente sempre entende como uma ajuda né (H2)

PN1: É que a maioria que vieram fazer o cadastro do bolsa família, aí foram aprovado, chegou o cartão, tá, não precisa mais Assistente Social. Vamos ser sincero, porque a verdade tem que ser dita, é assim que funciona. E, se tu precisa pegar um papel pra fazer um documento, ah peguei o papel pra fazer o documento, que eu quero agora na assistente social? Não precisa mais nada.
 PN5: Pior é que é verdade!
 PN1: Eu não precisava mais tá aqui, tá! (H3)

PN1: E faz falta essa pessoa. A J. (Psi) chegou aqui agora, uma pessoa que eu não conheço bem ainda, mas acho que não tá pra brincar. Então, isso ai é muito importante pra nós, Deus o livre tirar isso aqui de nós, a gente fica sem pai nem mãe. É assim que eu me expresso: A gente fica sem pai nem mãe. (S1)

PN4: Que nem a minha amiga, ela vem aqui porque ela não tem passagem. Só que como não tem passagem, ela ficou braba e foi embora.
 PN2: Eu não venho aqui por causa de passagem. Eu só pego passagem por causa do meu filho, quando ele não precisa mais ir no médico, daí eu não pego mais passagem.
 PN5: A eu não preciso, agora eu não to precisando
 PN3: Eu preciso de passagem também, eu preciso pegar 3 ônibus (S2)

BOLSA FAMÍLIA

PN0: Qual era o objetivo do grupo?
 PN1: Era falar sobre o bolsa família.
 PN2: Eu to aqui por causa do bolsa família.
 PN0: E por que vocês vieram pra cá, pro cecopam?
 Em coro: Por causa do Bolsa família (várias).
 PN7: Eu to por causa do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, já extinto).
 PN0: E porque tem que vir por causa do bolsa família?
 PN4: A gente não pode deixar o filho faltar a aula, faltá escola, a gente pode ser desligada, né. Então se eles tão dando pra gente retornar, pegar o bolsa.
 PN0: E tem que vir o grupo?
 Em coro: Tem que vir no grupo (várias).
 PN1: Pra explicá os motivo as regra, as coisas, prá psicologa tentar ajudar, ah é meu filho vamos conversá com ele, é pra ajuda a gente entendeu? Por isso a gente tá aqui, elas vão auxiliá a gente, vamo vê o que a gente pode fazer, pro teu filho, vamo tentá arrumá um curso pra ele.
 PN2: Esses dias o meu bolsa foi bloqueado
 PN1: Que a causa é o descumprimento do bolsa família, meu filho faltou aula eu perdi.
 PN2: Ele saia de casa e ia dar uma volta e eu não saia que ele não tava indo no colégio.
 PN5: O meu faz desde 2008 que ta bloqueado, porque eu ia pra rua trabalhá de carrinho que aqui todo mundo sabe né, não tenho nada a escondê, não tenho vergonha do que eu faço, aí eu ia trabalhá e a guria mentia que ia pro colégio e esperava e voltava pra casa.
 PN1: Elas ajudam a gente pra tenta ajudá com o filho pra ele voltá pra escola, ah vamo encaminhá ele pro curso então assim que elas ajudam a gente. (CS1)

PN5: Que nem eu ó, quando eu vim renová minha Bolsa Escola sabe que horas que eu saí dali do cecopam? Eu vim vinte minuto pras seis eu saí quatro horas da tarde, mas fiquei até o fim pra renová, porque as gurias disseram pra mim...
PN0: De manhã tu chegou ali?
 PN5: Cheguei seis da manhã e saí as quatro da tarde, mas fiquei.
PN0: Meu Deus...
 PN5: Com fome ali, o que eu ia fazê, tinha que esperá, quem me deu umas bolacha pra mim comê foram umas colega que tavam ali junto e eu fiquei ali, até renová e tô com papel lá guardado pra no ano que vem renová de novo.
PN0: Mas o que que tu achou disso, de ficar o dia inteiro esperando ali?
 PN5: Eu disse assim ó eu vou ficá porque se eu for embora vão cortá meu Bolsa Escola, como já fizeram, e eu fiquei esperando ali e saí quase quatro horas dali mas fiquei, até o fim.

PN0: Tá mas, o que que tu achou de ficar lá, esse tempo todo?

PN5: Porque eu vim de manhã...

PN1: Ela tá perguntando se tu achou ruim, se tu achou bom...

PN0: Isso!

PN5: Mas claro que achei bom, como é que eu vou perder meu Bolsa Escola se é o único dinheiro que eu ganho? Só ganho do pequeninho que tá no colégio. (CS2)

PN0: Porque lá no Cecopam (CRAS) tinham pessoas que perderam o bolsa família porque não foram recadastradas no tempo, pelo cadastrador.

PN4: Não, o cadastro tava lá, o meu prazo que era de um ano. Daí eu bloquiei, só que dava no computador que ninguém tirava o dinheiro, esse que foi o problema. O cadastro, deu que tava tudo bem, só o dinheiro. Mas como eu não tinha o cartão, eu não tinha como tirar o dinheiro.

PN0: Vocês conhecem situações de pessoas como essa?

PN4: O do F. foi bloqueado três meses, daí a Dona C. (AS) vai lá, daí depois que eles pegaram o dinheiro dos três mês, daí começou a vir o dinheiro de novo, daí foi desbloqueado. Mas como o governo pegou o dinheiro... (risos).

PN5: É mas nos últimos dois meses eu fui e não tava, e eles não...

PN1: Mas isso não era culpa do banco, é culpa de quem fez o cadastro.

PN2: Daí a Dona C (AS) mandava a gente passar pelo posto, porque ela era no posto, no peso e na altura e daí a mulher...

PN5: Todo mundo tem que pesá e dois anos, duas vezes no ano.

PN1: E se alguém não pesa, perde o Bolsa Família. Se falta alguém da família eles não trancam, só que todo mundo que faz parte da tua família, que tá na carta tem que ir, tu é obrigada. Todo mundo que tu botou no cadastro.

PN4: Porque eu, na época, eu não botei um filho meu que queria morar com pai dele, nem morava comigo, então eu não botei ele porque não tinha rumo, né. Aí, depois me perguntaram dele e se começá a faltá aula também trancam né?

PN0: E o que vocês pensam disso, de trancar porque não... de trancá porque não vai na aula?

PN5: Daí é uma desculpa deles.

PN4: É eu acho.

PN1: Eu acho também, porque tinha ido todo mundo já e daí a moça disse, não, aqui tá correto eu já bati no sistema. Daí, no caso, tava dando erro era entre eu e a minha irmã mais nova, aí ela foi, aí faltava eu, aí eu fui. Aí disseram que eu tinha que falar com a F., daí eu fui de novo, fui três vez seguida, aí eu disse tá, me passa pra F., e a F. nunca tava lá, que é a chefe do postinho, nunca tava lá. Lembram aquela vez que eu subi braba? Essa mulher não vai me atender e eu já to me pesando três dias seguidos e ela nada. E daí a mãesinha aqui, falava com a assistente social e ela dizia que não podia liberar, porque o erro tava lá, mas era num simples detalhe deles. (H3)

PN0: É, mas também, assim ó gente, uma coisa que eu questiono: se a renda é um direito, aí tu tem uma obrigação, tu obriga a pessoa a fazer uma coisa. Não tem que obrigar a ir, é um direito, que está na constituição, tu tem direito de morar, ter uma moradia, tem direito de ter renda. Então, como tu vai obrigar uma pessoa?

PN1: E se um dia eles cortam isso tudo, então a criança não vai mais no colégio? Daí um dia o governo não dá mais, terminou bolsa família, terminou, daí as mãe tá, mas daí meu filho não vai mais no colégio? Ah, não, eu acho que não pode ser porque a pessoa ganha as coisa.

PN4: Antigamente não tinha isso aí...

PN5: Tem muita gente é só interesse, acho que a maioria tem só interesse.

PN0: No dinheiro?

PN5: É no dinheiro.

PN2: É isso é...

PN5: A maioria é só interesse no dinheiro independente se vai na escola ou não.

PN4: Uma vizinha disse esses dias a fulana ganhou tanto do bolsa família e eu tenho tantos filho, como que eu ganho menos?

PN0: Não isso não é comigo, isso é eles que fazem.

PN4: Mas isso é complicado, o dinheiro, como eles vão decidi o que a pessoa vai ganhar? Outras pessoas não sabem da vida das pessoas, que nem essa colega que tava aqui, tem o filho doente aí o menino falta escola porque tá doente, aí vão cortá porque faltou?

PN1: Não mas daí ele tem justificativa e depende da mãe, se vai pegar um atestado ou qualquer coisa.

PN5: Pois é mas fica uma coisa muito cobrada talvez...

PN3: É como to te dizendo todo mundo leva por três quatro...

PN4: Porque antigamente no Bolsa Família tu podia cadastrá, era bem simples, tu cadastrá uma criança. Eu tinha o Bolsa Família e simplesmente perdi porque eu comecei a trabalhar. Porque diz que tem a história que o assistente social me disse, se por acaso eu recebesse o Bolsa Família e, se no caso, eu tivesse um filho e recebesse o bolsa família, agora que eu vou começar a trabalhar de carteira assinada, eles iriam cortá do meu filho? Não, eles iriam fazer o cálculo.

PN1: É que depende do salário.

PN4: Eu ganhava 15,00 reais e nem era tanto dinheiro. Eu comecei a trabalhar e eles me tiraram! (H3)

PN1: Tem gente que vem só pela passagem, só pelo Bolsa. Só pra ti saber, a P. (Psi) sempre na reunião explicava o trabalho, o que que era o Bolsa... Por favor, né?! Explicar o que é o Bolsa... Então porque vir na reunião? Porque que a gente tá aqui?

PN2: Que eu saiba a gente tá pra saber do Bolsa, mas a gente não sabe de nada!

PN1: O que que é, o que que acontece, o que que não acontece, o que que vai mudar, a gente não sabe!

PN0: E aí, o pessoal? O que que tá achando? Concordam com o que o pessoal tá dizendo?

PN2: Não, aqui é a reunião do Bolsa, né?! (S1)

PN2: É! A gente quer saber o que que vai acontecer, o que vai acontecer com nós, a gente não sabe de nada!

PN3: É pra saber sobre o Bolsa né, mas a gente não sabe!

(Falamos juntas) (S1)

PN1: E não tem como alguém vir aqui uma vez no mês pra falar sobre o bolsa com nós, pra falar como não perder?

AS: pode, pode .

PN1: Por que eu queria saber por que cancelou?

Psi: Não só pode, como é uma ótima ideia.

PN2: Uma coisa, a pessoa que não sabe lê, como eu que não sei lê, como é que eu vou saber as coisa né? Mas eu nem sei, nem a metade das coisa do bolsa, eu não sei. Quem sabe é quem lê as coisa, quem entende. Eu, só me dão uns papel, me dão uns papel, e o que eu vou fazer com uns papel? (S2)

PN0: E vocês tem outra renda? Como que é? Alguma outra tem outro?

PN2: Eu não tenho renda. Eu a minha renda é só do meu carrinho que eu trabalho, ou das vaquinha que eu ajunto quando faço umas faxina. Quando chove não posso fazê faxina. Não dá, o meu dinheiro é só da Bolsa. A minha casa tá caindo, já tem até um buraco, tem um buraco na minha casa, não tem condição de nem comprar uma madeira. Uma madeira pra bota um pau ali naquele buraco. Tem só aquele carrinho, eu saio de manhã, arrumo um serviço de manhã, pra limpá, se eu não arrumo eu fico catando latinha pra vendê pra mim comê. Assim se foi a minha vida. Tudo assim. (S3)

PN4: Eu não sabia que era do Bolsa. Eu pra mim era quarta, quarta (?), não sabia que era do Bolsa...

PN2: Não, é que é como eu, eu não sei nada do Bolsa, como eu falei aquele dia, aqui eu meso falei. Eu não sei nada, se tivesse outra moça com uma moça falando como é que é o Bolsa, tudo ali pra, explicando como é que é, um diazinho ela explicava, outro dia a gente fazia outra coisa, mas ...

PN4: E o Bolsa Família todo mundo sabe que uma vez por ano tem que renovar, né?!

PN2: A cada dois anos.

PN5: A cada dois anos, é. Eu recebo em abril de 2013, então já tem um papel dizendo que se a gente não faz perde porque não renovou.

PN0: Mas vocês tão avisados aqui, período de...

PN2: Não, aqui não.

PN3: Não.

PN4: Não, aqui não. (S3)

PN2: Eu concordo, porque o dinheiro não vai ficar assim. O dinheiro do Bolsa tem muita gente que diz “ah, vai ter pro resto da vida” não é pro resto da vida! Se tu fica dentro, tu segue por dentro. A pessoa fica, tem que ter um filho pra ter uma rendinha. Ele falou certo, uma oficina é bom, a gente pinta, mostra pras pessoas, as pessoas vê, quer comprar, compra... assim vai indo... Todo mundo, ajudando assim, fazendo uma oficina, todo mundo ajudando, quando der um tanto de dinheiro, pode repartir o dinheiro com as pessoa que fez os negocio, ajudou.

PN0: Que vocês acham?

PN3: Acho que o dinheiro do Bolsa é pra nós comer né?! E é sempre... e a gente tá sempre precisando de um leite, um, uma fralda, um arroz, um quilo de feijão, a gente sempre precisa. (S3)

PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA

PN3: É mais ou menos como tu falá com uma psicóloga. Quem nem era lá no outro Cras, tinha a A. (Psi) que era psicóloga e ai tu dizia ai eu preciso fala contigo e ai ela marcava, tá quarta-feira tu vem, eu preciso falar contigo particular, porque ela tá presente na reunião e fica analisando o problema uma de cada, pra ver o problema nosso. (*Fala da profissional psicóloga, mas também é uma forma de uso da AS??)

PN4: Mas é igual a F. (Psi)...

PN2: Que é uma pessoa que tu pode falá que tá no grupo, então tu abriu aquilo. Eu to no grupo, mas eu nunca vi que ela dissesse tu me vem aqui quarta-feira que eu quero falar contigo particular. Que ela perceba e vai ajudá a resolve o problema que eu não tive coragem de abri pro grupo. Não me acho com coragem pra dize aqui no grupo, então tu vai fala particular com uma psicóloga, não sabia que tava tendo agora aqui. Ela poderia dize vem aqui que eu quero falar contigo em particular. Eu, cada um pensa de uma maneira, eu gostaria que fosse assim (*Fala da profissional psicóloga, mas também é uma forma de uso da AS??).

PN0: E tem diferença da psicóloga e da assistente social?

PN3: Eu acho que não.

PN4: Eu não sei se sei lhe explicar mas acho assim que assistente social é pra quando eu preciso de um documento de uma ajuda, do encaminhamento, ela tá aqui pra isso. A psicóloga não ela usa a linha dela pra ouvir nós, pra tenta ajuda, pra vê a gente dentro de casa, com o adolescente, porque eles fazem tudo. Porque ás vez as nossa colega aqui nem tudo podem ajudá a gente nessa parte aí, elas tentam né, porque cada uma tem um problema e com a psicóloga tu conversa, tu chora, ela te dá mais atenção, porque tu precisa de atenção. Ela te dá uma segurança. (CS1)

PN4: A assistente social estudou pra ser uma assistente social e a psicóloga pra ser uma psicóloga. Grupo passado eu perguntei pra elas, porque a gente sempre tem uma assistente social mais importante pra nós, né? eu perguntei se elas vão pra casa e não sonham com o grupo, levam aquele problema nosso junto, pensa uma solução pra gente, que eu posso fazer, amanhã eu tenho que ir lá naquela casa fazer uma visita. Que a tal tá pior que a V., fica com aquilo na cabeça e dormi e sonhá. Porque ela fica sobrecarregada eu acho. Porque ela já é assistente social estudô pra aquilo. A psicóloga estudô pra ser psicóloga, se fosse assim não precisava de psicóloga. Tu vai nos grupos de apoio assim que nem o cecopam e tu diz os teus problemas pra assistente social.

PN0: E pra que estudou a assistente social?

PN4: Ah é pra resolve, quase parecido né, os problemas também. Eu acho que ela estudou pra tentá né, dá um grupo de apoio, tentá ajuda, quase meio parecido.

PN1: Mas aqui no CRAS não tem um atendimento de psicóloga, tem psicóloga ali pra comunidade, não tem, tem que entende isso. A F. é psicóloga, só que ela não é assim, ela tem aquela função da psicóloga, vocês vem tal dia... é diferente.

PN3: Por exemplo, a I (Psi) e a A. (Psi) elas te conheciam só no te olhar, daí elas pegavam e diziam, no finalzinho eu quero falar contigo, tá tu vem tal dia pra gente conversar.

PN0: Então a psicóloga te olha e sabe o que tu tem?

PN3: Comigo era assim, a pessoa já tá acostumada, ela me entendia, talvez pelos anos que a gente teve junta, so no me olhá ela já sabia se eu precisava conversar com ela se não precisava. Então aqui no cecopam ela dizia tal dia tenho marcado pra conversá contigo ou mandava pelos filhos, diz pra tua mãe que tal dia eu preciso falar com ela, achei que ela não tá bem. Dava pra ela e ela marcava.(*Uso?? Atendimento individual também é um serviço do CRAS...)

PN0: E a assistente social?

PN1: Mas daí tinha que fazer assim a psicóloga atende tal dia e tal dia, daí a gente vai lá e fala com a psicóloga, só que eu digo assim, eu concordo em partes com a PN3. porque a assistente social, assim, tu tá com um problema, tu não qué que chegue nas colega aqui do grupo, eu acho que cabe a ti chegá na Assistente social e dizê pra ela ó eu preciso conversá contigo. Daí ela marca e tu vai conversá com ela e é quase a mesma coisa.

PN4: O que ela tá falando é que tu vai fazê um tratamento, uma terapia com a psicóloga, a assistente social auxilia no serviço social, numa coisa social. (CS1)

PN0: Mas pelo que entendo a psicóloga não poderia fazer isso aqui?

PN3: Mas o que ela quis dizer é que ela não tem a sala dela específica pra isso.

PN1: Ela faz, mas ela não tem uma sala pra ela, uma estrutura, que tem que te toda uma estrutura, aqui ela não tem uma sala que é dela e ela não pode exercê o serviço dela de psicóloga. Ela se quebra prum lado, se quebra pro outro, a assistente social também.

PN4: ela faz mais que o serviço dela, que ela não tem espaço aqui.
 PN1: Ela tem que ter uma sala, com estrutura ali, pra poder conversar, um certo relaxamento, ela não tem um espaço aqui. Ela atende se quebrando
 PN4: E pra que serve esse grupo, pra gente poder dividir entre nós!
 PN1: dividir com a ajuda dela, e quando tu quer falar um particular, tu chega nela e diz dá pra fala um particular e ela marca contigo, que várias vezes eu já vi ela marcá com quase todo mundo aqui. Só que tu dizer assim, tem um dia, tem uma sala pra conversar com a psicóloga ela não tem um espaço aqui. Então eu acho que além do trabalho de psicóloga ela também faz o de assistente social e eu acho que ninguém tem que reclamar.
 PN3: Ela é pau pra toda obra.
PN0: O que vocês pensam do trabalho dela?
 PN3: Eu adoro.
 PN4: Eu também.
 PN1: Elas resolve!
 PN5: Ela resolve os problema da gente.
 PN2: Afinal quem ia conversá com a gente?
 PN3: A psicóloga não vai dá o appoio que a assistente social vai dá pra nós.
PN0: E tem alguma coisa ruim que elas fazem?
 Coro: Não!
 PN5: Só quando elas não pode ajudá, aí sim.
 PN1: Mas raramente elas não podem ajudá, se elas não podem ajudá elas encaminham pra outro setor que pode ajuda. (CS1)

PN1: É mais fácil elas mandá na gente do que a gente mandá nelas.
 (Outras participantes também concordam)
PN0: E elas mandam em vocês?
 PN1: Claro, porque quando a gente vai pedir as coisas elas dizem, não tu vai fazer assim, assim. E a gente faz como elas mandam.
PN0: E quem são elas que mandam?
 PN1: A L. (AS), a F. (Psi), a outra que tá de licença (CS2)

PN0: Tá deixa ver se eu entendi, vocês acham que a Assistente Social manda em vocês, é isso?
 PN1: Num ponto sim. Eu acho assim, como elas pode pegá e ajuda a gente quando a gente precisa, porque quando a gente precisa porque que a gente tem que tá no dia e no horário que elas manda a gente vim.
 PN0: É porque elas marcam hora então.
 PN5: É.
 PN1: Porque que que é só a gente precisa delas e corre atrás delas, quando elas pede e corre um pouquinho atrás da gente também a gente não faz o que elas pede. No meu ser é assim. (CS2)

ORGÂNICA (ORGANIZAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO DO CRAS)

PN0: hoje eu quero saber o seguinte de vocês: quem que vocês acham que manda no cecopam?
 PN1: Ah eu não sei. Olha que eu conheço o cecopam há anos. Porque meus dois filhos estudavam aqui, tinha o falecido F. que a gente conheceu, tinha também uma bem gorda que a gente apelidou de come, come, porque ela não parava de comer e agora eu não me lembro o nome dela e tinha outro tiozinho também de guarda que também faleceu, e até hoje eu não sei quem é o responsável pelo cecopam, o cecopam eu conheço ó.
 PN0: Em quem mais se arrisca que acha que manda no cecopam?
 PN3: Eu também achava que era o O. (AS) e o E. Mas não sei também se são eles ainda.
 PN0: Mas quem são o O. (AS) e o E.?
 PN1: Era os assistente social que lidava com nós lá perto da nossa casa. Que se a gente quisesse um documento chegava lá e pedia, se precisava de uma passagem, chegava lá e pedia.
PN0: Tu acha que é a prefeitura?
 PN2: A prefeitura é responsável, mas eu não sei quem é.
 PN1: Eu acho que tu tem que perguntar pra L. (AS) isso. (CS2)

PN0: Mas se eu fosse perguntar pra vocês, quem vocês imaginam que manda no cecopam?
 PN1: Porque a gente nunca vê ninguém dizer eu mando nesse, eu mando naquele.
 PN5: Porque tem um monte que é responsável, ajuda ali, mas o dono mesmo...
 PN1: Ninguém sabe, só ela sabe.

PN0: Mas ninguém se arrisca aqui?
 PN5: Eu não me arrisco porque eu não sei.
 PN3: Eu também não. (CS2)

PN2: Acho que foi as guria que disseram que tem um grupo, que uma delas vai no outro Cras, um Cras que tem principal pra elas conversá e resolvê o que vão fazer.
 PN5: Quem que dá os rancho que eles dão no Cecopam pros índio?
 PN0: Boa pergunta, quem é que dá?
 PN1: É a prefeitura
 PN2: É, as doações que eles recebem que vão pros índio.
 PN0: É a prefeitura, tá, mas, além do pessoal que trabalha, tem outras pessoas que se reúnem de tempos em tempos prá decidir e tem um pessoal que nem vocês que vão nessas reuniões aí. Vocês sabiam?
 PN2: Governador, senador.
 PN5: Governador, papa (risos).
 PN0: Tem deputados que vão...
 PN1: Eu não sei o que que ele é, sei que tem um bunitão gostoso,
 PN0: Então tu sabe quem é?
 PN1: Escuta, que ele aparece de vez em quando aqui
 PN0: Quem é ele?
 PN1: Não sei.
 PN2: A gente não sabe o nome dele
 PN0: Mas quem é ele.
 PN1: Ele aparece de vez em quando aqui, só vem dá uma olhada em nós e tudo, mas eu não sei o que que ele faz aqui.
 PN0: Mas o que ele é?
 PN1: Não sei.
 PN5: A gente até tirou foto com ele no carnaval.
 PN0: Ah é...?
 PN4: Vai ver ele é um diretor.
 PN0: Diretor do quê?
 PN2: Não sei.
 PN5: Sei que ele é diretor, agora...
 PN0: Então tem um homem bonito...
 PN1: Esse bunitão tava lá no galeto, tava, foi lá no galeto.
 PN0: Na verdade, é o seguinte:
 PN2: Nem ela sabe...
 PN4: Nem ela sabe... (CS2)

PN0: Quem que vocês pensam que comanda a assistencia social? Quem dá as passagens? Quem comanda?
 PN1: Ah isso ninguém sabe, isso lá em cima vocês sabem.
 PN3: Nós não sabemos, vocês trabalham aqui, vocês sabem.
 PN0: Vocês não sabem?
 Não.
 PN3: Acho que é o governo.
 PN0: Mas que parte do governo?
 PN2: Da saúde?
 PN1: Não, da assistência!
 PN4: Não, não sabemos, só sabemos de vocês.
 PN0: O que que vocês sabem da gente?
 PN1: Que vocês, que a gente tá sabendo, que não é vocês ali estão trabalhado, só que vocês tem alguém maior.
 PN3: Mas no caso é algum secretário não?
 PN2: Claro que tem!
 PN5: Tem um político que é...
 PN4: Um é o Tarso (governador do Estado) (H2)

PN0: Vocês nunca ouviram falar na FASC?
 Sim.
 PN0: O que é a FASC?
 PN4: A fundação...

PN1: A fundação de assistência social e cidadania.
 PN0: Isso!
 PN1: A gente ouve que a FASC tá dando curso
 PN3: Dá na televisão.
 PN0: E quem é o presidente da FASC? Vocês já devem ter visto ele.
 PN3: É homem ou é mulher?
 PN0: Homem.
 PN3: É que antes quem fazia tudo era o Lula.
 PN0: Mas assim quem é o presidente?
 PN4: Essa tu pegou nós
 PN0: É o Kevin Krieger.
 PN3: Mas esse nome ninguem ia saber
 PN1: Nunca vi.
 PN0: Vocês nunca viram ele, foram num evento que ele tava?
 PN1: Nunca botô o pé aqui no morro alto, claro que não!
 PN0: Nem galetto?
 PN4: Aqui, não.
 PN3: No DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação) lá na frente. (H2)

PN0: Quem traz os recursos pra nós?
 PN1: Não sei. Esses dias veio alguém falar do Bolsa aqui, mas sinceramente, eu não sei.
 PN3: É o governo que tras.
 PN2: Eu acho que é a Míriam.
 PN4: A Míriam é a chefe daqui.
 PN0: Vocês sabem o que é a FASC?
 PN2: Já ouvi falar mas não sei.
 PN0: Secretarias da prefeitura - FASC uma delas. Comando dos Cras. Para fazer o trabalho foi pedida autorização lá.
 kevin Krieger deputado federal.
 PN2: secretária da habitação. Amiga caiu em casa por causa das madeiras.
 PN3: eu estou esperando madeiras que me prometeram.
 PN1: eles prometem um monte de coisas mas não cumprem.
 PN4: Depois da eleição eles nem olham mais na tua cara. Dão cestas básicas para pedir votos e depois nem querem saber de ti.
 PN5: Compra de votos não pode né?
 PN4: Dão cestas básicas para a gente votar e depois que estão lá não querem saber da gente.
 PN2: Eu não acredito em político. Eles prometem casa pros pobre, promete médico, casa, prometem tudo e depois que tão lá não fazem nada.
 PN3: Posto de saúde
 PN4: Só dão 3 fichas pro médico por dia..
 PN2: E outra coisa aqui no posto tinha 3 médicos, agora só tem um. Tem dia que eu saí às 5 horas da manhã e o médico não veio. A gente levanta cedo, fica o dia inteiro no médico e ele não vem. Que administração é essa?
 PN2: Esse negócio da saúde é o governo de Estado. Está um caos.
 PN2: Os recursos nunca chega aqui.
 PN4: O governo federal manda os recursos e no meio do caminho eles são desviados. Nunca dão pras pessoas que estão precisando.
 PN2: A igreja não dá recursos suficientes, eles fornecem pra quem trabalha lá e nós não ganhamos.
 e esse recurso é nosso e não chega até nós. (S2)

PARTICIPAÇÃO/SUGESTÕES PARA O CRAS

PN1: Então tu pega assim e diz assim no meio do grupo, poxa ô fulana tu me disse uma coisa e eu não gostei ai tu pega e tu fala, tá, aí tu diz que aí elas não falam mais. Porque elas disseram pra nós que se elas fizeram alguma coisa pra nós que a gente não gosta, elas mesmo disseram que era pra gente chegá e dizê.
PN0: Tá mas e vocês podem dizer isso?
 PN1: Pode!
 PN4: Pode!
 PN1: Só o que não pode é mandá nas regra. (Ou seria participação??)
PN0: ah entendi!

PN4: Nas regras deles!
 PN1: Porque tu qué manda, tu qué pega e dá ordem ali ou dizê uma coisa que não deve tu perde todos teus direito!
PN0: Ah é?
 PN1: Aí não tem mais ajuda. (CS2)

PN0: Ela me perguntou, mas porque a gente vai mandá no cecopam? E se a gente fizesse de conta como seria se vocês pudessem mandá no cecopam?
 PN4: Eu ia botá mais regra.
 PN0: Mais regra? Que regra tu ia botar?
 PN4: Nas criança, que ali é muito bagunçado.
 PN0: Tu acha que ali é muito bagunçado?
 PN4: Xingam as criança, tem criança que ás vez xinga as professora.
 PN0: E se vocês pudessem dizer alguma coisa dali...
 J: Eu não tenho queixa.
 PN0: Mas se vocês pudessem mandar alguma coisa, dizer alguma coisa, o que vocês diriam ali?
 PN2: Eu não tenho nada que dizê.
 PN1: Eu não tenho, eu não tenho.
 PN4: Eles tão ajudando nós, então não tem como reclamar.
 PN1: Eu não tenho queixa deles é mais fácil eles terem queixa de mim...
 PN2: De nós...
 PN1: Do que eu tê queixa delas...
 PN2: Eu não tenho queixa de ninguém ali, elas me ajudam...
 PN4: A gente é bem tratado, então não tem como reclamar
 PN0: E se fosse dar uma opinião...
 PN4: Uma opinião dali, as criança...
 PN0: Isso!
 PN1: Que opinião tu queria?
 PN0: Ali para o cecopam...
 PN1: Ideia a gente pode dar, pra gente trabalhar na ideia, aí a gente pode chegar e dar. É como eu te falei, daí eles marcam na agenda. Por exemplo, esses tempo ai, se tu fez alguma coisa errada, eles pegam o nome da gente, o meu ou da minha filha e diz pra pessoa que tá responsável por mim ou pela minha filha...
 PN0: Isso se fez alguma coisa errada.
 PN1: daí elas chegam e fala, vem reclamá pra mim.
 PN4: Mas se eu fiz alguma coisa errada, bati na minha filha coisa assim, ai eles vão e falam pra ele (psicólogo responsável). (CS2)

PN1: A gente viu no Orçamento Participativo.
PN0: Vocês foram todos?
 PN3: O presidente do Morro Alto, da associação tá ainda?
 PN1: Nem era pra tá...
PN0: E o que vocês foram fazer lá no orçamento?
 PN1: O encamnhamento do Moro Alto, ajudá a botá luz, botá um posto aqui, a brigada, os beco, a luz.
PN0: E foi conseguido tudo?
 PN1: Que nada, só metade
 PN2: Os moradores que contribuíram. O colégio aqui, tinha horta que, para cuidar da horta, a gente ganhava o benefício. Na época da L. (AS), a gente tinha horta, ônibus pra ir na reunião do orçamento participativo.
 PN3: Agora não temos mais nada.
 PN2: A L. (AS) arrumou a horta.
 PN1: A gente perdeu tudo.
PN0: Por quê?
 PN1: Porque o presidente da associação mudou e tinha que correr atrás, ele não correu e gente perdeu os benefício.
 PN0: E por que vocês não foram reivindicar e dizer: olha, nos perdemos isso, isso era bom, porque não foram lá dizer?
 PN3: É porque as reunião são tudo ali embaixo, ali todas quarta.
 PN2: Começou com quatro, de quatro ficou três e foi diminuindo e ficou uma só. A gente ia e votava pra iluminação, pra quadra de esportes para crianças e daí o colégio, agora tu vê só esse aqui, aquela pracinha, não tem nada a ver com as coisas do R. (presidente da associação) que aquela, eu dei dinheiro, fui eu que fui pra lá,

as duas professora me botaram na frente o colégio tirou primeiro lugar e eu falei! E ganhamos o dinheiro do colégio pra arrumar muita coisa que tava faltando pra arrumar a pracinha. Era uma reunião dos governantes, para agarrar e conseguir as coisas pro colegio e mais a pracinha pro colégio. (H2)

PN0: E o que vocês fizeram pelas mãos de vocês, pelas comunidade?

PN2: Isso é pelas reuniões.

PN3: Pelas reuniões do orçamento e ia bastante gente. Primeiro ia a R. (Ex-presidente da Associação dos moradores), arrumava ônibus pra gente, quando eu vim morá aqui, a R. não tinha, ela conseguia tudo pra mim, ela foi uma boa presidente, muito boa ela se mexia ela ia atrás e agora ganharam e não fazem.

PN1: Tem muita pessoa, muita gente que estuda ou trabalha na noite e na hora que eu soltá 22 (horas) e 20 (minutos) da noite, não tem mais Morro Alto (ônibus) pra gente vir e a gente tinha que botá no papel, fazer um abaixo-assinado, como a gente já fez várias vezes pro Morro Alto a gente tinha feito e ia ganhar. (H2)

PN1: E tem uma outra coisa também porque não é feito um cartão pra gente com 20 passagem só pra aqueles que vem direto tipo ela, ela, eu, ter um cartão com 20 passagem por mês, cada mês dá aquele cartão.

PN2: Porque tem muita gente que vem só por causa da passagem.

AS: Ter um número para cada um.

PN1: Eu sugeri isso, não sei se os outros concordaram. (S2)

PN1: De repente a gente fazer uma figura num pano de louça. Eu sinceramente, não gosto muito de brinquedo.

Psi: Alguém mais não gosta de brinquedo?

PN3: Eu gosto.

PN4: É que nem vocês dizem que esse dinheiro aqui não é pra toda a vida que a gente tá recebendo aqui, não é. Mas daí a gente não recebe nada pra pode gerá dinheiro.

PN2: É a gente precisa fazer alguma coisa pra poder movimentá isso daí. (S2)

PN2: Aquela Combi que tem aí não pode carregar? Tem que carregar as coisa pra ajudar as pessoa. Não sei nem se isso existe ainda. Aquela Combi é pra ajudar as pessoa. Eu vejo só indo aí, vai no posto de saúde, passeando...

PN2: Aquela Combi tinha que ter é pro povo, o povo quando precisa assim pra ir no médico, não tem condição.

PN4: É, não tem passagem pra dar. Então vem vocês aqui e a gente leva, depois a gente vai lá e busca.

PN3: É! Assim que tinha, porque tem uns lugar pra fora que tem umas Combi, tem, vai aqui na coisa ali tem uma Combi ali, ali no hospital grande, ali no... (S3)

CRÍTICAS AO TRABALHO NO CRAS

PN3: Eu comecei a usar aqui agora porque o meu primeiro bolsa eu fiz lá, o rapaz tinha digitado tudo errado e quando eu fui ver, o dinheiro já tava lá na Restinga e o dinheiro nem tava mais no banco, quando fui na caixa eu perdi todo dinheiro porque ninguém foi retirar. Me anojei e fui lá no Guaruja e agora eu vim aqui. Pra mim deu tudo errado, tudo errado!

PN0: E o que acontece com vocês quando dá problema na assistência? Quando erra cadastro?

PN3: Dá muito problema, porque ele me colocou uma renda que eu não tinha, ele perguntou pra mim eu tava desempregada e ele colocou que eu tinha renda e quando eu fui renová meu cadastro, ele me disse, a senhora não precisa porque a senhora tem a média de tanto e eu sem renda, já tinha levado todos os papel do guri (filho), o guri (filho) doente, bem na época.

PN0: E a senhora não recebeu o dinheiro daí?

PN3: Não, foi um monte de dinheiro que ficou perdido.

PN3: E dá um monte, um monte de complicação porque, como eu fiz o bolsa porque eu tinha que comprar um monte de remédio e conta e tu conta com aquele dinheiro e aí tu perde e não vem e quando tu descobre que aquele dinheiro já teve na caixa e o governo recolhe de volta, porque tu não procurou, ah mas a senhora não procurou, não é que não procurou, meu cartão estava lá na Restinga e eu ia adivinhar? Como se o meu dinheiro tava lá na Restinga? (H2)

PN0: Mas assim, o que vocês acham disso do assistente social dizer: ah, não tem mais passagem, será que isso era uma coisa que deveria acontecer, de chegar aqui e não ter mais passagem?

PN2: Eu acho que tem que ter sempre, se foi feito pra isso tem que ser!

PN5: Amanhã tenho que fazer a identidade que eu perdi, quinta eu tenho médico

PN1: Elas podiam fazer no sistema uma cota de passagens, pra aquelas pessoas, bah ela se trata tantas vezes por mês com médica, tá, vou alcançar esse tri (vale transporte) pra ela, daí o tri vai tá ali já tem as passagens, já tá no sistema da prefeitura. Aquelas pessoas já é cadastrada. Aí ela chega aqui uma vez por mês e já tá aqui o tri pra ela.

PN2: Não vem a passagem desde 21 de maio, veio agora. Se eu fosse cobra quantas passagens, a gente vem aqui e não tem passagem.

PN4: Não tem passagem.

PN1: Ela perguntou, e quem que vai atrás? Quem vai atrás? (H3)

PN0: Eu acho legal isso, mas assim, já que nós estamos falando da assistência, os assistentes sociais, algum dia, disseram pra vocês que tinham essas reuniões que vocês podiam ir?

Não.

PN0: Mas e vocês reclamam por alguma coisa?

PN1: Tem gente que não precisa, mas tem gente que precisa pro mês todo...

Claro.

PN5: Se tivé que ir falar eu também falo!

PN1: Mas as pessoas que vem aqui não ganham pro mês todo.

Não, Não

PN2: Só no dia...

PN5: Meu filho tinha que fazer a identidade, a segunda via que se tu perde, tu tem que pagar. Daí eu vim aqui pedir o papel pra não ter que pagar e pedi as passagens, e eles só me deram duas. Só que ele tem que ir junto, e não tem passagem

PN0: Mas tu acha qe eles não te deram mais por quê?

PN5: Eu acho que se eles tem eles tem que dar... Eu achei que ela tinha dado passagem pra todo mundo. Acho que é falta de vontade deles também.

PN0: Mas tem esse lugar que vocês podem ir e falar. Mas, me parece que vocês não têm incentivo pra irem lá e reivindicarem os direitos e dizerem olha, tão errando cadastro do bolsa ou tem?

PN5: Que eu saiba não tem ninguém que faça isso! (H3)

PN0: Que que vocês vem fazer no CRAS?

PN3: Conversa...

PN1: A gente conversa, escolhe um tema e todos participam. Agora, ultimamente, tem terapia que gera um falatório, brincadeiras, são coisas assim como é... como é que a gente fala, assim, é... Que a gente participa...

PN0: É atividade?

É.

PN1: E o pessoal tá estranhando um pouco porque a gente gosta de debater, de colocar os problemas pra fora...

PN0: Tu acha que tão brincando demais?

PN4: É, muita brincadeira.

PN3: Eu acho.

PN2: Aquelas brincadeira de levantá assim...

PN2: Eu comecei a caminhá bem, bem mais frequente. Tu tá tão prejudicada que só o caminhá pra mim foi bom, mas fica superficial, porque tu quer conversar, coloca pra fora pra ter um suporte psicológico né?! Não vai resolvê só indo lá na rua...

PN0: Mas é só isso pessoal?

PN2: Não, tem conversa também!

PN1: Tem dia que é, tem dia que é conversa, é como esse estudo aqui, que só conversar. A gente tinha que ter outras coisas... Fazer ginástica, ficar num bar, jogar um jogo, é que só ficar conversando... Ficar conversando a vida de todos nós... Devia fazer uns troço diferente, mas a mesma coisa? Não dá! A mesma coisa não dá! (S1)

PN0: Ah, não tem uma reserva então pra vocês?

PN2: Tem que calcular ó, tantos são pro grupo.

PN1: Tem que ver a quantidade e ter ali guardado. Duas semanas sem passagem.

PN4: Já marquei os médico tudo sabe, e tem que chegar lá.

PN3: Deixa eu falar, tinha aquele tempo que não tinha passagem. Aquele tempo que eu vivia, vivi, muitos anos que eu sei como é que é a vida, e nunca teve passagem e nem Bolsa Escola, nunca, tá? E eu vivi. Vivi com os quatro filhos que eu tenho, sustentando com latinha e não tinha passagem. Eu vendia a minha roupa do corpo pra comer. A minha guria era pequena e não tinha isso aí. Não, não tinha. Eu conheço essa moça lá dos serviços, lá da Cecopam.

PN0: Eu trabalhei lá. É, eu trabalhei como psicóloga.

PN3: É, psicóloga. Aquele tempo quando eu tinha meus filhos pequenos não tinha passagem.

PN1: Tinha pessoas que ficavam batendo na porta ali no postinho que tem que pegar passagem, pra curso e a gente vem aqui pra esse grupo, deixando serviço, deixando isso e aquilo daí chegava aqui e aí a pessoa “ah, não tem, já dei”. Pô, falta de consideração com a gente. Tem essa falha aí de não reservar passagem, tem que nos deixar. É importante pra gente também. Eu não consigo comprar meu remédio, é remédio controlado, né? Tenho que ir nesse médico buscar.

PN0: E o que que vocês acham? Que que a gente podia fazer? Porque às vezes acaba a passagem mesmo. Que que vocês acham que a gente tinha que fazer?

PN1: Eu acho que é consideração. (S1)

PN1: Só que assim ó, ganha mil e não sei quantas, mais de mil e eu duvido que na Serraria (outra comunidade) eu seja a única que ganhe tá? E me obriga a vim no grupo e não obriga mais ninguém a vir no grupo. Ah, porque tenho que fazer faxina, isso e aquilo, eu podia estar fazendo. Eu venho aqui, não tô reclamando de vir, aqui é ótimo, eu preciso de uma psicóloga. Agora, me obriga a vim aqui, então, porque que não dá prioridade pras pessoas do grupo, prende a pessoa. Porque é prioridade quem tá no grupo e não quem tá aqui desde as cinco horas da manhã, não me interessa, abre às oito horas, bateu as oito horas e chega ali “Ai, não tenho mais”. Não pode! Tem que ter consideração com quem tá no grupo. Quem tá no grupo há um ano, dois anos, três anos preso, deixa o serviço lá fora, porque precisa, não é porque tá nas costas do governo, porque quer ganhar passagem de esperta, não! É porque tem problema grave, se não, te garanto que tava trabalhando.

PN4: E quando tá muito doente que não pode vim, por causa do Bolsa Família. Tem pessoas que tá doente e que vem, eu sou uma que tô super doente e ontem eu tava morrendo, achei que ia morrer, me deu uma coisa ruim. (S1)

PN6: Não tem pra nós, aí vem outro aí vai ter pra ele. Porque é a gente que tá participando do grupo todas as quartas. A gente trás um comprovante de consulta de tudo que é lugar, não tem. A gente pede um comprovante.

PN5: Precisava toda vez pra radioterapia, aí chega aqui não tem passagem. Aí chega aqui não tem passagem, a gente pede pra um, pra outro, pra depois pagar. Aí tem que pagar.

PN2: Tira do bolso.

PN1: Por isso que eu te falei que tem que ter prioridade pra gente também porque a gente tá um tempão no tratamento, a gente participa de todas com boa vontade, tudo que nos propõe, direitinho, sabe? Vem aqui, se prepara, faz as coisas direito. Daí chega aqui pá, não. A gente se preparou toda pra uma coisa, pra ir no médico, daí chega aqui e pá, não tem, já dei pra Chiquinha lá de não sei aonde.

PN0: E o que a gente deveria fazer, da nossa parte, quando não tem passagem, o que a gente podia fazer?

PN3: O culpado não é eles, o culpado é o governo.

(Falam juntas)

PN2: Eles têm tanta passagem pra lá, não tem pra cá. Pra cá é sempre limitado, eu não sei por quê.

PN1: Porque não fazem um cartão com o nome da gente com limite de passagens? Um cartão com limite de passagens?

PN2: Tem que ter pelo menos um limite de passagens. Mas não, chega pra cá com duas passagens, precisando de seis, ganha duas.

PN1: Eu falei com a P. (Psi) de ter direito de passagem, até pra ir na Igreja, pra dar um passeiozinho, porque eu era uma pessoa presa em casa por não ter passagem e problema psicológico, entendeu? E social. Daí eu falei, por que que a gente não tem um ônibus que tivesse saídas tipo pro pessoal que quer ir pro centro consultar? Naquele dia sair esse ônibus em dois horários, de tarde e de manhã ou de manhã pro centro, entendeu? Levar o pessoal, não tem uma coisa pra facilitar, que facilitasse a vida.

PN5: Eu disse esses dias: Eu não vou vir mais. Porque nunca tem passagem. Pra gente eles não dão. Eles dão pra aqueles drogados. A gente precisa, pra gente que precisa, eles não dão, mas pros drogado ai...

PN2: Sempre foi assim, eles só dão pros drogados, os bêbados, os que fumam. Eles vêm, pegam rancho e dão comida pra bêbado vende e a gente que precisa, a gente não tem.

PN3: Se é pros outros, sim, mas se é pros que precisam não dão nada. (S1)

PN1: Se a gente fosse ajudado, não era a filhinha que chegou as seis da manhã, com quinhentas historinhas, com dinheiro no final de semana, foi até no cinema, vive como burguês, e daí chega aqui no grupo. Pô, separa um pouco pra gente também! Um pouco de consideração, isso a P. (Psi) tinha, sempre atucanada. Não tem, não tem, não tem, não tem. Não tem que dar pro primeiro que chegar, não tem que ser tão boazinha assim. Tem que ser boa pra quem tá aqui, a gente tá fazendo um monte, tá vindo aqui escutar o psicólogo, tá? Fazer as coisas

direitinho. Tem que ser bom pra gente. Não é obrigação, é consideração pra nós. Em termos é isso né? A gente tá aqui por uma obrigação. Podia ficar na minha casa.

PN0: E o que que vocês acham quando diz que é obrigada a vir no grupo?

PN2: Eles só te obriga a vim mas não tem passagem.

PN1: Pra mim é um recomeço, pra mim reconstruir minha vida, sabe? Até dinheiro eu consegui pro apartamento, porque eu tava mal, eu preciso saber da psicóloga, o que acontece comigo, estar na companhia de pessoas que eu me dou bem, com as vizinhas e aqui é bom, eu gostei, sabe? Me inseri na sociedade de novo e não tem muita obrigação, não. Agora, tem essa parte negativa, sabe que a gente precisa, porque isso aqui é necessário. Não é por lazer a assistência social, é necessidade. É diferente, tem necessidade, eu sou doente e preciso me inserir na sociedade. (S1)

PN1: A dona R. é muito educada, excelente criatura, mas tem muita gente que trabalha aqui em baixo que é assim “Que que é?” Sabe? Gente muito grossa, que nos trata como bicho. Vai contribuindo com o sistema de: “Não tem, não tem”, sabe? Mas é assim gente que sai de casa e que vai pro trabalho, não parece funcionário público. Isso até a gente reclamô. Gente com problema de documento e atendendo mal a pessoa, atendeu mal a minha mãe. Tem muita gente que atende mal, que atende mal as pessoas. A gente fala tudo direitinho “tudo bom?”...

PN2: E nem bom dia eles dão pra gente.

PN3: Nem bom dia dá pra gente. Nem boa tarde.

PN1: Então, acho que não é assim, que a gente não é bicho, por mais pobre que seja não tá em condição de ser humilhado. Tem que ter educação com as pessoas. (S1)

PN2: E ô, Cristina e por quê que pro outro grupo da 3ª idade eles conseguiram dar bolinho, dar cafezinho, dar chazinho e pro nosso nada?

PN1: Os “bolo” eles ganharam lá do, da, do...da...

PN2: Eles conseguiram uma verba pra 3ª idade porque eles consideram a 3ª idade mais fino? Mais educado? Mais o que? A gente é tratado com diferença por causa do que? É idade?

FALAM JUNTAS

PN1: Um chazinho, uma bolachinha, colocam sempre uma bolachinha na mesa e um suquinho, agora só uma água, sabe?!

PN0: Então vocês tão sentindo que tão tratando vocês com diferença?

Tão!

Tão!

PN2: Bem diferente...

PN1: A gente não quer falar, porque a gente não quer magoar ninguém, mas...

PN2: E a gente pode ser magoado por eles? (S1)

PN2: Ela não tá gostando dos brinquedo que vocês faiz assim, ela não tá gostando tá? Ela falou pra nós que ela não tá gostando daqueles brinquedo e vocês não atende nós quando nós queremos falar com vocês, quando alguém quer falar com vocês, vocês mandam pará, tem que deixá a pessoa falá o que a pessoa sente ali. Como aquele dia ela tava falando a outra se meteu e tu disse pára um pouquinho vamo deixá essa falá.

PN1: Que é falta de educação eu tá falando e eu tê que calá minha boca pra otra continuá conversando. A gente questionou outra coisa, quando a P. (Psi) tava no grupo, não que nós somos morto de fome, porque a gente não pode fazer um lanche? Com a P. (Psi) a gente sempre fazia um lanche, com a P. (Psi) a gente ia no Guaíba, lanchava lá e a gente questionou que a gente não precisa só fazê um grupo de João Bobo, a gente qué fazê um grupo de acolchoado, ou de vez em quando, uma vez por mês pegá e fala só sobre o Bolsa Família, que às veiz, a gente quer saber só sobre o Bolsa, mais não, a gente não tem possibilidade, que pra mim mesmo tinha que vir só pra falar sobre o Bolsa, Que pra mim é pra isso que é a reunião que a gente faz, eu achava que era pro Bolsa, mas com o tempo eu vi que não tinha nada a ver com o bolsa. (S2)

PN0: Mas vocês entendem que o direito é uma coisa que é um direito? Né?! Não tem que impor coisas...

PN2: Uma vez eu vim pra ganhar um remédio, daí me disseram “não, tem que vim na reunião da quarta-feira” se não, não ganha.

PN4: E um serviço que é direito nosso a gente consegue passagem. Por isso que muita gente não ganha porque tem que ficar na reunião.

PN2: Tem gente que trabalha também, a patroa não quer saber se tem reunião. Tem que vim cinco hora da tarde aqui falá e deu, eu sei que eu tenho uma vizinha que me disse que pega o bolsa família, né?! E que tem que acompanhar uma reunião.

PN6: Eu não posso porque eu pego das oito as cinco, então não vale.

PN2: Na quarta feira tem que avisar a mulher que quarta não dá porque tem reunião.

PN4: Se é carteira assinada não dá.

PN6: É, se é carteira assinada daí não pode.

PN0: Então quem não vem não ganha? Já aconteceu isso aqui?

Já.

Várias vezes

Varias vezes

PN2: Chega aqui pra falar e trazer os papel, não tá na reunião, então não...

PN3: Tem gente que tem o marido pra??? tem gente que tem filho, que tem mãe pra cuidar doente... tem gente que tem isso. Eles não entendem, não entendem.

PN4: A gente não vem quando tem médico também, né?! (S3)

PN0: "...Um monte de gente que precisa, faz seis meses que venho aqui, to esperando." "Aqui é um centro de atendimento que ajuda bastante" "Ajuda no que? A brincar de marionete com o povo." "É que ela não gosta!" "Não gosto, não! Tá errado!"

PN2: Tem gente que vem até com fome pra cá, aquele dia ele tava com fome né.

PN4: Mas aquele dia ele nem quis comer ficou só fumando.

PN2: Mas aquele dia ele tava com fome.

PN0: Vocês acham que é assim mesmo? Vocês concordam com a pessoa que disse isso?

PN2: Eu concordo, porque um dia eu tinha que ir no serviço, no outro lá e eu precisava de duas passagem porque eu precisava ir no médico pegar os papel aí "ah, hoje não tem". Chegou uns drogado ela pegou deu quatro passagem pros drogado, quando eu precisava não deu! Por que esse aí é mais maior do que eu? Eu disse pra ela.

PN0: E ela? E o que ela te respondeu?

PN2: "Ele precisa, tu não precisa" e eu com os papel da minha guria, pra levar a guria no médico, eu disse: "eu trabalho, eu trabalho, eu faxino, eu trabalho, eu não tenho dinheiro pra passagem, eu vim aqui por uma obrigação" chorando e pedindo "a senhora não precisa". O que é isso? As mulher do postão "se precisar qualquer coisa vai lá no serviço social que eles te dão uma ajuda" não adianta, não tem nada dentro de casa sem nem leite pra minha filha fui lá e pedi: "eu não tenho". Chegou outro drogadinho, outra drogadinha, chegou, pediu, pagaram e deram rancho pro cara. Com tudo, tudo, açúcar, leite em pó, com tudo, até essa casa ... (S3)

PN2: Olha aqui, olha aqui, o meu rancho é de cinquenta. O meu rancho desse tempo ainda, era do tempo dos meus filho, a gente não tem mais direito de nada. Como ela disse, ela tem razão no que ela disse ali, se ela fosse uma drogada e pedisse alguma coisa, eu não tiro a razão dela. Ela tem razão, porque eu já fui humilhada por todos serviço social, já fui humilhada, eu sempre fui humilhada por os serviço social, eles sempre tão com a razão. (S3)

REPRESENTAÇÃO DE SI COMO USUÁRIO

PN1: Elas lido com criança, elas lido com projeto e como é que nós vamos fazê isso? E não é só as criança, e não é só os projetinho, não é só vocês vão pintá isso aqui e deu, é coisa que a gente não entende. E como é que a gente vai ensiná?

PN0: E vocês não acham que vocês tão me ensinando?

PN1: Não, a gente tá explicando, eu to explicando uma coisa que tu tá perguntando.

PN0: Mas então vocês sabem!

PN2: Mas tudo isso tu já deve saber, porque tu trabalhou aqui.

PN4: Eu to aprendendo muita coisa com eles aqui, que antes eu não sabia de nada. Mais fácil eu aprendê com eles do que eu ensiná alguma coisa.

PN1: É mais fácil a gente aprendê com eles, do que eles aprendê com nós.

PN0: O que mais tá me intrigando é vocês acharem que não podem dar uma opinião aqui. Dizer olha eu acho que isso tem que ser assim, isso tem que ser assado.

PN4: Mas é que daí eles não vão gostá. A gente não dá uma opinião porque eles podem não gostá.

PN1: O tempo que eu tô no grupo, eu nunca vi eles cometê uma coisa errada, que posso dizê assim, olha, eu não to gostando disso, disso, daquilo, porque o que elas fazem no grupo pra gente, elas ensinam a gente, eles explicam as coisa pra gente e até hoje eu não vi nada de errado.

PN0: E as outras também?

(Em coro) Nada de errado.

PN0: E se vocês fossem dar uma opinião de vocês, assim, o que vocês diriam?

PN4: Como é que a gente vai mandá numa coisa que a gente não tem capacidade pra mandá? Se a gente pudesse mandá, mandava em todo mundo. E aí eles iam estar na mão da gente.

PN0: E como podia ser isso, eles ficarem na mão de vocês?

PN4: Eles iam ser nossos empregados e nós comendo na mão deles.

PN1: Se eles fossem meus empregados da onde é que eu ia tirá dinheiro pra pagar até o professor de capoeira, não tem como... E a gente ia ter condições de pagá, e olha que não é um nem dois.

PN4: Mas aqui a gente não tem capacidade de mandá...

PN0: Por que não?

PN1: Eu sou uma que não tenho capacidade, porque eu não entendo o que eles entende.

PN4: Eu acho. Importante é as criança estudá, sê gente um dia... e tê o dinheirinho dela pra fazer as coisas pra ela... (CS2)

PN0: E se vocês pudessem decidir alguma coisa o que vocês iam decidir aqui pro cecopam?

Se pudessem dizer alguma coisa, ou mandar em alguma coisa que que vocês...

PN5: Como que a gente vai mandar se a gente não tem condições de mandar?

PN0: Mas e por que vocês não têm condições de mandá?

PN4: Por que aqui quem tem condições de mandá é eles que trabalham aqui.

PN5: É eles que trabalham ali, como que a gente vai chegar ali e vai dizer não, vocês não vão fazer tal coisa ali porque sou eu que vou mandar.

PN1: É e nós não temo. A cabeça que eles tem, nós não temo.

PN5: O estudo que eles têm nós não temo né. Nós não temo estudo pra manda, ó nós que vamos dizê as coisas. Eles que pode mandar em nós porque é eles que tem estudo e nós não temo. (CS2)

PN4: Tem que ter alguém que mande e administre, é um lugar que tem regras.

PN2: Por que, que a gente vai mandá no cecopam?

PN4: Se tem alguém que já manda ali.

PN3: Tem que ser alguém que entenda mesmo.

PN4: Eles são preparado pra mandá.

PN1: Além de eu não querer mandar no cecopam, eu não tenho condições de mandá.

PN3: É o estudo né, é que eles tem o estudo.

PN1: Eu sou uma que não tenho condições de mandá, uma que eu não tenho estudo, uma que eu não sei como funciona as correria deles aí. Eles que corre a gente com as papelada, com os documento, eles que corre com a gente pra faze os tratamento dos filho da gente e eu não tenho cabeça e nem estudo pra isso. (CS2)

PN0: Isso aqui é pra vocês, o pessoal aqui trabalha pra vocês, então eu achava que quem tinha que mandá aqui eram vocês.

PN1: Como que a gente vai mandar numa coisa que a gente não sabe?

PN4: Como a gente vai mandá, como ela diz, tem que tê estudo...

PN0: Tem que ter estudo pra mandar, como é que é isso?

PN4: Sim tem que ter...

PN1: Pra mandá nisso aqui tem que ter estudo minha filha. Tudo que tu quisé mandá tem que tê estudo. Se tu não tem estudo, tu não entende patavina...

PN4: Hoje tem que ter estudo. Tu não sabe se tu não tem estudo.

PN1: Tu sabe disso, tu é formada

PN3: Mas pra tu entrá em qualqué firma tu faz uma ficha, tá quantos ano tu tem, quanto que tu estudo...

PN1: Eu sou uma cansei de procurá emprego e me perguntam quantos anos a senhora tem? 54 e eu digo que pra fazê uma faxina, tirá um pó, lavá uma loça não é o estudo que vai me dá, eu faço isso na minha casa, e eles me dizem que eu tenho idade avançada, hoje em dia, a gente minha filha, tá um bagulho.

PN2: Eles acham que a gente é um bagulho.

PN0: Mas vocês acham que vocês são um bagulho?

PN1: Eles acham, porque se tu consegue serviço lá, acolá, mas quando tu chega dos quarenta pra cima, tu não consegue achá serviço. (CS2)

PN0: Mas, gente, por que será que acontecem essas coisas, a gente tem que esperar, às vezes tá mal, vocês já chegaram a pensar nisso alguma vez?

PN4: As outras pessoas acham que são mais importantes que nós, e é por isso que fazem isso com a gente. Acham que a gente é menor que eles. (H3)

PN1: Quando eu fui internada no Vila Nova (hospital) eles queriam que eu ficasse mais e eu queria ir embora e dizia: eu vou embora, eu vou embora! E tirei a sonda do soro e eles me dando remédio pros nervos e o médico dizia que a minha dor de cabeça era por causa dos nervo, e eu disse, não eu tenho sinusite. Eu disse: o senhor me dá um remédio pra sinusite, é só mandá fazê exame que o senhor vai ver que é sinusite! Não, me receita três, quatro remédio controlado. Um deles eu chegava a dormir, bah eu ficava mal. Depois ele veio dizer que tava dando os remédio porque eu tava passando mal, tava tendo refluxo. Não, eu sei o que é essa doença, gravidez! Eu disse pra ele, não! Eu não to grávida e o senhor tá me receitando o remédio errado. Até que foi o doutor que me deu alta e disse que era sinusite mesmo. (H3)

PN0: E assim, o que que vocês acham, a colega aqui tá dizendo, isso aqui é entre nós, quê que vocês acham que são os direitos de vocês?

PN1: Nos somos “cidadões”, cidadãos né? E quase todo mundo aqui paga imposto, né? Então quando a presidente promete alguma coisa pra repassar pro povo e quando chega aqui não recebe. É direito do povo, do cidadão brasileiro, que a gente trabalha, quem não trabalha é ciente, né? Tem conhecimento, né? Que simplesmente não chega até a fonte, não chega até nós, têm crianças usando chinelo de dedo, faltando leite, faltando água, faltando tudo, chorando, no desespero, é bem ruim... É uma condição muito ruim, sabe? É terrível... É muito ruim. Uma coisa de prioridade, ajudar o povo, o cidadão brasileiro. Quando a gente desconta uma coisa de imposto de renda, a gente paga imposto, então não é um favor pra nós, é uma obrigação. (S1)

PN2: E nem bom dia eles dão pra gente.

PN3: Nem bom dia dá pra gente. Nem boa tarde.

PN1: Então, acho que não é assim, que a gente não é bicho, por mais pobre que seja não tá em condição de ser humilhado. Tem que ter educação com as pessoas. (S1)

PN0: Eu achei muito interessante uma frase que tu falou, como é que é? “Parece que é porque é pobre, não é porque é pobre”

PN1: Quando é um pessoal sem dinheiro, tratam assim tudo mal, entendeu?!

PN0: O que a colega tá falando, é verdade?

PN3: É verdade!

PN2: É verdade! Em qualquer lugar, até em loja... Até ali, que tem um grupo de idosas ali, é outro tratamento.

PN3: É bem diferente.

PN4: É outro tratamento.

PN2: Ali eles conversam, trazem bolinho...

PN1: Trazem bolinho inglês, cafezinho, refri, dão bom dia, dão boa tarde...

(Falam juntas)

PN1: Não tem porque, não to vendo assim ninguém tão sujo, tão desarrumado. Não tem porque ter essa desconfiança, essa falta de educação, essa falta de respeito. Trouxeram cafezinho, bolinho pro grupo da terceira idade lá, agora, tem que ter é educação e respeito, sabe? Não é só aqui, é em todo lugar, todo lugar, até dentro da Igreja. Dentro da Igreja, eles cuidam a gente. Se eu tô assim, ficam cuidando, ficam cuidando do seu dinheiro, assim.

PN3: Roupas rasgadas com chinelo de dedo é “que que tá olhando?!”, é bem assim: “Não fica olhando que não vai levar nada”. E aqui também acontece isso. (S1)

PN3: É um direito, que a gente semo a mesma coisa que eles, a mesma coisa que rico, nós semo também a mesma coisa só que nós semo pobre, eles tem um pouco mais, mas a mesma coisa eles tem que dá pra saúde pra nós também, toda saúde, se a gente tá mal e só porque a gente ficou doente vai todo sujo assim, um moço assim que tá todo sujo não vão quere pegá ele porque ele tá todo sujo porque ele tava numa obra trabalhando, se machucou numa obra.. eu já vi no hospital, eu já vi, tava com a minha guria, a minha outra tava doente, e chegou lá um homem que tava com o pé todo machucado eles não quiseram pegar o homem porque o homem tava todo sujo. O homem tava numa obra, se machucou numa obra ele tava com o pé todo cortado, todo machucado, eles não quiseram pegar no pé do homem, ninguém queria pegar o homem porque o homem tava sujo, todo sujo de cimento eles não queriam pegar. Não quiseram pegar o homem porque o homem tava sujo. (S3)

PN2: Olha aqui, olha aqui, o meu rancho é de cinquenta. O meu rancho desse tempo ainda, era do tempo dos meus filho, a gente não tem mais direito de nada. Como ela disse, ela tem razão no que ela disse ali, se ela fosse uma drogada e pedisse alguma coisa, eu não tiro a razão dela. Ela tem razão, porque eu já fui humilhada por

todos serviço social, já fui humilhada, eu sempre fui humilhada por os serviço social, eles sempre tão com a razão. (S3)

REPRESENTAÇÃO DOS “OUTROS” USUÁRIOS

PN0: Será que, se é um direito, será que vocês não deveriam chegar aqui e dizerem: eu preciso tantas passagens e eles darem pra vocês?
(Em coro) Não
Não
PN4: Não, sabe por quê? Porque eu pegá aqui e vendê ali ou botá fora, tem que dá pra quem precisa, não pra quem não precisa, se não tivé comprovante não pode dar mesmo.
PN2: É bem assim.
PN3: É mesmo e bem a realidade.
PN5: A gente chegava aqui, alguns meses atrás, ah eu quero passagem e eles pegavam a passagem e vendiam e tiravam lugar de outras pessoas.
PN2: De pessoas que precisam.
PN3: Sem comprovante não tem que dá, eles não são obrigados a dar
PN0: É a passagem é um exemplo né?
PN3: Eu acho que pra dar uma coisa pras pessoa eu acho que eles tem que ir na casa pra ver se precisa.
PN1: É
PN2: É eu acho.
PN4: Cesta básica eles também vendiam as coisas. (H1)

PN1: Eles precisam primeiro fazer a visita, porque não adianta eles tirarem da boca de quem precisa pra dá prá quem não precisa, prá depois mais tarde tu vê as pessoa usufruindo e vendendo as tuas coisas.
PN0: Mas se vocês dizem eu preciso...
PN4: Mas ai tu comprova que tu precisa
PN1: Quem precisa leva na casa, mostra pra vocês verem que eu preciso!
PN0: Mas e não dá pra acreditar no que vocês dizem?
(Em coro) não, não.
PN2: Não dá pra acreditar mesmo.
PN3: Chega um monte de gente que vem aqui pedi passagem.
PN1: Eu não vô tirá passagem de quem precisa pra mim tá curtindo um baile na noite.
PN0: Se a passagem é um direito teu, por que tu não pode pegá a passagem e ir pra festa?
(Em coro) não, não.
PN1: É um direito meu, mas, se tu tem força prá ir numa festa, tu tem força prá ir fazer uma faxina!
PN4: É, isso é verdade.
PN5: Quem tem força pra danar, tem força pra limpar vidro!
PN2: Pra tirá passagem, tem que ser pra quem precisa ir nos médicos, quando eu não tenho passagem eu faço uma baita caminhada pra não perder. Mas se daí a senhora dá passagem pra quem não tem o comprovante, a senhora não sabe pra que ele tá pedindo passagem.
PN3: E tira de quem precisa.
PN1: Ela podia muito bem pegá as ultimas passagem, sem comprovante e tu pode muito bem usar numa noite pra lá e pra cá e as duas ficarem sem médico? Tá certo que é meu direito, mas eu tô tirando o direito das duas que precisam ir no médico, ai tá errado tu tem que comprová.
PN2: Porque, antigamente, não tinha comprovação e tu tava comprando as passagem que era teu direito. (H1)

PN4: Muitos benefícios foram cortados por causa dessas pessoas, muitas pessoas que precisavam de leite pra tomá, é que foi denunciado, muitos quem precisa foi cortado, porque, ás vezes, tu não tem leite pra dá pro teu filho. Que eu me lembro, que eu era pequena e a minha mãe pegava esses tiket.
PN0: E vocês acham que tá certo cortá um benefício?
PN3: Eu não acho que tá certo, eu não acho que tá certo cortá um benefício, na real, por causa que, muitas vezes, vocês vão cortá porque a pessoa não tem o comprovante, mas ela tá falando a verdade.
PN5: Ás vezes, tu precisa da passagem pra outra coisa, que não é pra ir no médico, nem pra trabalhá, mas é pra outra coisa. Porque tem muita gente que troca passagem, mas tem muita gente que não troca, né? Tem gente que fala a verdade e precisa e ás vezes, tu não vai por causa daquele drogado que foi buscá e não usufruiu.
PN6: Mas aí aquelas pessoas boas perderam por causa daquelas pessoas más que a assistência tá tentando, novamente, fazer tudo de novo. Porque, ás vezes, tem muita gente na miséria, tem muita gente que não tem nada, tem gente que necessita.

PN4: E agora o que acontece, várias famílias que ficaram fora do cadastro, que ficaram esperando três meses sem recebê, porque eles, por causa de algumas pessoas que tem o cadastro já feito e tavam recebendo dois valores acima, e no caso, tu tem que fazer o recadastro e eles estão investigando e agora sim tá indo pra frente, porque algumas famílias que recebiam e que precisam não tavam recebendo ainda, porque tem famílias que recebem o dobro que era pra receber e tiraram daquela família que precisa. (H1)

SAÚDE

PN0: Tá mas são essas ideias, mas uma ideia de dizer assim, por exemplo, ah eu acho que não podia demorar tanto pra renovar o meu bolsa família, uma ideia desse tipo vocês acham que podiam dar? Ou, eu acho que tinha que ser atendida desse jeito, não assim...

PN1: Mas eu digo uma coisa assim minha filha, aqui a gente não espera tanto o que tu espera na fila do postinho, aqui tu chega de manhã bem cedo, sai três ou quatro horas, mas pelo menos tu é atendido. E no postinho tu vai, chega certo ponto, e quando chega na tua hora e tu não é atendido. (CS2)

PN1: Pelo menos aqui tu vem cedinho, pega as primeiras ficha, mais ou menos tu sabe que tu vai ser atendido.

PN3: No posto ás veiz tu chega cinco hora pra pegá a ficha e não tem mais ficha, porque eles fica guardando ficha desde ás quatro horas e a gente chega lá pra marcá uma ficha e tem muita gente lá esperando e a gente fica lá esperando na fila lá. Tem cinco, seis guardando ficha pra outras pessoa lá e chega o doente lá, pega a ficha e vai consultá e a gente fica lá esperando. Mas ás vezes eles fala assim que tem que ir lá no Sto Antonio, lá na Santa Casa ou no Hospital de Clínicas

PN1: Ás vezes, tu vai lá com febre e eles te dão um remédio pra febre, como é o nome do remédio pra febre?

PN2: Paracetamol

PN1: Paracetamol, paracetamol, isso que eles dão pras criança, só paracetamol!

PN0: É assim mesmo gente?

PN3: É.

PN1: E ás vez, nem médico tem e aqui, tu pega e faz um lanchinho, tu pega tu trás um dinheirinho pra comprar um lanche mas tu sabe que tu é atendido. (CS2)

PN0: É? Vai da sorte? E o que vocês acham de ter sorte pra ser atendido nas coisas?

PN5: Porque assim, tu chega lá o médico te dá uma receita, tu tem que ter a sorte de ter o remédio que o médico te receitou, se o remédio não tem lá no posto, tu tem que achar outros meios de comprar o remédio.

PN4: Como já aconteceu vários, eu tenho um menino que precisa tomar três medicamentos e o unico remédio que eu consigo, eu tenho que comprar na Panvel (Farmácia) que eu ganho desconto. Agora, o remédio tal eu não consigo, a xilocaina eu não consigo e aí se tu vai pra uma emergência com ele e ele tive com uma cara boa, ele não é atendido, tem que voltar pra casa. Eu já digo pra ele, quando tu tivé morrendo tu me avisa que eu saio correndo contigo e te interno. Então quando ele tem febre não dá pra dar remédio, porque se eu chego lá e já baixou aí: mãe volta (pra casa) que aqui tem muito mais gente pior e olha que ele se trata há anos lá dentro. (H2)

PN1: Mas isso de erro são algumas pessoas que não são pessoas especializadas e tão no lugar errado. Igual a menina, ontem eu tinha consulta nove e meia da manhã e eu só podia retirar o exame porque eu ia consultá e tava bem declarado, Dr. Fábio, ai tá cheguei, não, mas moça, não tô achando teu nome, não tem consulta marcada e eu disse como que não? Então, olha ali no meu prontuário que tu vai ver se não tá marcado, aí ela perguntou, quem que marcou? Foi essa tua colega que tá bem do teu lado, se ela não sabe marcá uma consulta, então ela que dê o lugar pra quem sabe, porque ela fica no telefone atendendo os outros, mexendo no celular e é isso que dá o erro. Tava marcada há um mês atrás porque eu ainda não fui trabalhar, porque não fui levar os exames e tava marcado pra hoje eu levar e começar. Ah eu vou ver se o Dr. pode te atender, não é ver ele vai me atender, porque é culpa de vocês, eu não vou pagar pelo erro de vocês de novo. Eu disse pra ela o que aconteceu comigo, tinha acontecido com outra moça grávida e ela não marcou da moça também. (H2)

PN0: E o que vocês pensam disso gente? Chegá num lugar, a senhora está doente, ou estão esperando pra ir pro trabalho e não é atendido?

PN1: É normal, porque ontem isso aconteceu de novo no postinho, porque mudou a atendente do postinho, aí a atendente que tava lá ontem eu disse: vim marcar consulta pro meu sobrinho e ela dizendo que a minha irmã não tinha um comprovante. Porque agora, criança menores tem que ter comprovante no nome dos pais e eu dizendo a data de nascimento da minha irmã e a data de nascimento do meu sobrinho e o prontuário e ela teimando comigo e dizendo na frente de todo mundo que era a última vez que ela ia agendar e que o meu sobrinho não tinha mais condições de ser atendido ali e eu não levasse o comprovante. Aí a senhora que trabalha ali faz anos e conhece a

gente, saiu do balcão e foi ali e disse: não, deixa que eu atendo ela, e eu disse, Dona. V. pode verificar e ela estava lendo errado, ela estava me dando um nome errado e eu dizendo o nome certo pra ela. E dei o nome da mãe dele e ela teimando comigo, aí ela teimô, teimô, teimô e eu trancava a fila de quem tava, pra tirar só o prontuário e daí a Dona V. veio e marcou e disse que o erro era dela, ela só tem que olhar no prontuário, mas não, ela ficou teimando que não. (H2)

PN0: Mas vocês pensam que o que vocês estão me contando, acontece só com algumas pessoas ou acontece com todas as pessoas?

PN4: Só não acontece com quem tem um convênio, quem tem dinheiro prá pagar um particular. No Sto. Antônio (hospital) tem uma parte que é particular. Um dia cheguei lá com ele (filho) mal, cheguei às 20 (horas) e a consulta era meia noite. Aí eu digo, lá vamos ver o particular, porque ele tava mal. Daí fui ver era cento e poucos (reais) a consulta, eu disse se eu pagar ele vai ser atendido agora? Não, só depois da meia noite. Voltei pro SUS, aí fiz um grito e até interná internou no dia. (H2)